UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História**

Programa de Pós-Graduação em História Social

**A MORTE DA TRADIÇÃO: A ORDEM DO CARMO E OS
ESCRAVOS DA SANTA CONTRA O IMPÉRIO DO BRASIL
(1850-1889)**

SANDRA RITA MOLINA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social, do Departamento de História
da Universidade de São Paulo como requisito para
obtenção do título de Doutor em História.

**Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Helena Pereira
Toledo Machado**

SÃO PAULO

2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

Programa de Pós-Graduação em História Social

**A MORTE DA TRADIÇÃO: A ORDEM DO CARMO E OS
ESCRAVOS DA SANTA CONTRA O IMPÉRIO DO BRASIL
(1850-1889)**

SANDRA RITA MOLINA

SÃO PAULO

2006

**A MORTE DA TRADIÇÃO: A ORDEM DO CARMO E OS
ESCRAVOS DA SANTA CONTRA O IMPÉRIO DO BRASIL
(1850-1889)**

SANDRA RITA MOLINA

**Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida
e analisada pela Comissão Julgadora em**

__/__/____

Prof^ª Dr^a Maria Helena Pereira Toledo Machado

Prof^ª Dr^a Maria Cristina Cortez Wissenbach

Prof^º Dr. Carlos Zeron

Prof^º Dr.

Prof^º Dr.

2006

*À Esmeralda, Benedito e Aparecida
Companheiros de muitos tempos e jornadas.*

Agradecimentos

Hoje venho finalizar uma jornada que comecei há dezessete anos atrás quando me deparei, pela primeira vez, com os frades feitores do Carmo e os escravos da Santa, no Arquivo do Estado de São Paulo. O primeiro resultado desse encontro foi a Dissertação de Mestrado. Naquela oportunidade, ficou uma sensação de que muito ainda precisava ser escrito sobre esse universo tão fascinante.

Nesse caminho estive acompanhada por pessoas que me incentivaram a perseverar por compreenderem o quanto minha busca era mais do que a conquista de titulação acadêmica e mesmo sabendo que tal propósito significava temporadas de ausência, isolamento e distanciamento das questões cotidianas que envolvem as relações afetivas. Portanto agradeço à Ana Paula, tão prática e sensível, irmã mais nova alçada ao posto de mãe honorária e ao meu irmão Arnaldo que em sua busca constante para garantir que meu conforto nas questões domésticas e burocráticas do dia-a-dia trouxesse a tranquilidade necessária para alcançar meu objetivo. Gabriela transformou-se em meus momentos de paz e suavidade. Em sua simplicidade infantil, aliada a um grande coração, sempre compreendeu minhas justificativas de que as viagens e passeios aconteceriam depois da tese. Agradeço também a meu pai Walter, Carla e Ricardo que sempre tentavam me tranquilizar dizendo que não tinham dúvidas de que chegaria ao fim.

Também estive cercada por amigos escolhidos pelos laços de afinidade, companheirismo e respeito. Magda Ricci com quem primeiro compartilhei minha paixão pelo tema e que ao final estava por perto com sua confiança absurda de que, enfim, tudo daria certo. Regina Xavier que sempre procurou me convencer de que não precisava sofrer tanto para escrever. Lucia Helena Oliveira Silva responsável por acrescentar bom humor ante as dificuldades acadêmicas que surgiam. Gláucia e Jaime Rodrigues pelo apoio incondicional e a sensibilidade com que sempre me ouviram. Carlos Eugênio Líbano Soares meu anjo da guarda no Arquivo Nacional. Claudia Fuller amiga de todos os momentos.

Em Ribeirão Preto, fui agraciada com o encontro com Aparecida Livorato, Zilda e Helô que sempre se interessaram em ouvir sobre as fases da tese e confiavam que, depois dela, eu seria uma pessoa mais tranquila. Ao Ricardo Fernando Schmidt que com sua

amizade e bom humor propiciou rotas de fuga em meio ao caos em que por vezes me encontrava.

Na universidade, encontrei Rosalinda Chedian, interlocutora perspicaz e companheira de cafezinho. Henrique Catai, Raquel Schnorr e Flavia Motta sempre me cercando com cuidados e aparando as arestas a fim de que pudesse conciliar a tese e a coordenação do Curso de Turismo. Aos alunos com os quais convivi nesse período também agradeço, por que é certo que aprendi mais do que ensinei.

Agradeço também aos estagiários Eduardo Cavalcante no Rio de Janeiro, Carlos Laércio de Góes em Santos e Fabiana Hey em Castro. Mais do que cuidar da transcrição documental, incorporaram o desejo de conhecer o Carmo com extrema eficiência e boa vontade.

Finalmente agradeço a Maria Helena P. Toledo Machado. Foi mais do que interlocutora e orientadora, na medida em que soube enxergar o ser humano que estava por trás de cada frase escrita no trabalho acadêmico. Tornou-se parte fundamental em meu caminho de volta para o exercício da pesquisa.

Por menos acadêmico que pareça, agradeço aos escravos da Santa e aos seus frades feitores pela companhia durante esta viagem e de quem finalmente me despeço.

Ribeirão Preto, 02 de maio de 2006.

Resumo

Entre os anos de 1850 e 1889 o Estado Imperial procurou apropriar-se do patrimônio de uma ala bastante específica dos súditos brasileiros: a Província Carmelita Fluminense. Tal processo de restrição encetado por meio de uma Legislação Restritiva produziu profundas alterações na prática administrativa desses frades no governo de seus escravos. O objetivo central desta tese reside na compreensão do universo desses escravos da Santa na medida em que percebiam o fim do mundo que conheciam e a necessidade de construção de diferentes cumplicidades na nova ordem estabelecida.

Abstract

Between 1850 and 1889, the Imperial Rule attempted to take hold of the properties owned by a very specific segment of Brazilian subjects: the *Província Carmelita Fluminense* (Rio de Janeiro Carmelite Province). Such restraining action, which started with the introduction of a Restrictive Legislation, caused major changes to the administrative practices of the Carmelite friars in dealing with their slaves. The main goal of this dissertation is to provide a better understanding of the Saint's slaves' inner world as they began to sense the end of the world as they knew it, and the need to establish new bonds in the new social order.

Palavras-Chave/Key Words

Escravidão, Igreja, Brasil-História Império 1850-1889, História eclesiástica, Ordem Religiosa-Carmelitas Calçados.
Slavery, Church, Empire Brazil History 1850-1889, Ecclesiastics History, Religious Order – Carmelitas Calçados.

SUMÁRIO

Introdução.	1
I. O Mundo entre os Muros do Convento.	15
1.1 Conseguir Noviços: uma tarefa espinhosa.	23
1.2 A busca e a manutenção de privilégios.	34
1.3 A sobreposição de funções e a manipulação do discurso: os frades criando alternativas.	41
II. Uma Gomorra na Corte: como o Estado Imperial deveria agir com o Clero Regular?	61
2-1 Antigos desejos em novas roupagens: rastreando informações nos Relatórios Ministeriais e dos Visitadores Apostólicos.	62
2-2 Os Bens do Carmo e suas Transformações.	79
2-3 A Movimentação dos Bens no Relatório de 1872.	99
2-3.1 Comparação entre o Patrimônio da Província Carmelita Fluminense em 1858 e 1871.	100
2.3.2 Os Números do Relatório de 1872: algumas conclusões e suas conseqüências.	122
III. Honestas Estratégias: o Carmo reorganizando seu patrimônio em função de sua sobrevivência.	131
3.1 Pouco Zelo e muitas Compadrescas.	135
3.2 Um Prior inimigo dos Pobres.	149
3.3 Setenta e Oito vítimas Carmelitas.	167
IV. Frades Feitores e os Escravos da Santa.	188
4.1 Conventos de Frades (ninhos de corujas) X Escravos de Convento (preguiça e aguardente).	188
4.2 Os escravos da Santa nas fazendas.	199
4.3 O Cativoiro da Santa.	216
4.4 Um novo contexto conduz a novas estratégias.	231
Considerações Finais.	245
Fontes Primárias.	247
Referências Bibliográficas: Documentos Impressos e Relatos de Época.	287
Bibliografia Geral.	292
Bibliografia Específica: Ordem do Carmo.	301

Abreviaturas

- Arquivo Particular do Carmo na cidade de Belo Horizonte - APCBH.
- Arquivo do Estado de São Paulo - AESP.
- Instituto Histórico e Geográfico da Cidade de São Paulo – IHGSP.
- Cúria Metropolitana de São Paulo – CMSP.
- Arquivo Municipal de Santos - MAS.
- Instituto Histórico e Geográfico da Cidade de Santos – IHGS.
- Arquivo Municipal de São Sebastião – AMSS
- Museu do Tropeiro da Cidade de Castro – MTC.
- Arquivo da Igreja Matriz de Castro – AIMC.
- Arquivo Estadual do Paraná – AEPR.
- Biblioteca Nacional – BN.
- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGC.
- Arquivo Nacional – AN.

Introdução.

O final da década de 1850 e, principalmente, os anos de 1860 mostraram-se turbulentos para os Carmelitas da Província Fluminense. Eram frades acusados de assassinato, escândalos burocráticos com o governo Imperial, rebeliões de escravos que geraram fugas e escravos acusados de assassinato¹.

Essa movimentação dos escravos e seus senhores integram esta pesquisa intitulada, *A Morte da Tradição: a Ordem do Carmo e os Escravos da Santa contra o Império do Brasil (1850-1889)*. O recorte cronológico está atrelado à um processo de restrição legislativa imperial movido contra os frades regulares e, em especial, os Carmelitas, o qual atingiu uma parcela importante de seu patrimônio: os escravos da Santa. Entre 1850 e 1870 o governo Imperial procurou restringir a entrada de frades em ordens religiosas e controlar detidamente suas propriedades, gerando uma crise sem precedentes em organizações como a Carmelita. Este cenário se cruza com um momento central na história da escravidão no Brasil: o nascimento do debate abolicionista. Nesse sentido, esta tese propõe explorar um duplo universo que, em sua junção, se acha relegado a um segundo plano, tanto na historiografia da escravidão quanto na da Igreja no Brasil. Ele explora as relações desenvolvidas entre os frades e seus escravos em meio a um contexto de repressão legislativa empreendido pelo Estado Imperial.

¹ Em 1859, o Prior do Convento de São Paulo foi assassinado por dois escravos sob a alegação de que um deles não havia recebido pelo trabalho realizado em seus dias de descanso. Em 1862, o Prior de Santos era acusado publicamente de alterar as matrículas dos escravos Carmelitas. Em 1864, os duzentos e quarenta escravos de uma fazenda da Ordem, localizada no Paraná, rebelaram-se, recusando-se a deixar a fazenda e a se dirigir para a Província de São Paulo. No mesmo ano, o Prior de Santos era difamado publicamente por ter alterado o valor do aluguel dos escravos, e dezoito cativos de uma das fazendas desse mesmo convento se rebelaram, matando seu administrador. No ano seguinte, alguns fugiram da cadeia e se aquilombaram nas redondezas. Em 1868, os Piores dos Conventos de Santos e de São Paulo foram investigados pela Justiça por desvio de escravos envolvidos em um contrato de arrendamento e abusos administrativos. E, finalmente, em 1869, o já mencionado Prior de Santos recebeu voz de prisão pelo desvio de nove escravos arrendados, mas não entregues.

Muito tem sido escrito acerca do Brasil Imperial e das relações de escravidão africana que em grande medida a alimentava.² Entretanto, raramente se menciona uma parcela muito específica dos súditos brasileiros: os escravos das Ordens Religiosas.³ Procurar compreendê-los é tirar do esquecimento um número significativo de indivíduos que viviam o seu cativeiro em circunstâncias diferentes, mas extremamente relevantes para a compreensão do processo abolicionista mais geral.

O presente estudo se propõe enriquecer o debate historiográfico abolicionista associando-o um pouco mais ao espaço administrativo das relações entre o Estado e a Igreja Imperial e sua produção bibliográfica⁴. O que esta bibliografia omite, ou não têm como objetivo entender é justamente que tipo de alianças possuía e qual o espaço da política ocupado pelo Clero Regular. Nesse sentido, é fundamental observar se esta articulação existia, em quais instâncias poderia se manifestar e, principalmente, sob quais formas se exteriorizava. Tal análise importa, pois por meio dela pode-se, entre outros aspectos, reinterpretar a política escravista das Ordens Regulares em seus diversos campos de ação.

² Sobre balanços da historiografia da escravidão pode-se citar: MACHADO, Maria Helena P. T. . “História e historiografia da escravidão e da abolição em São Paulo”. In: Antonio Celso Ferreira. (Org.). São Paulo: percursos históricos e historiográficos. São Paulo, 1999, v. , p. 61-70. SCHWARTZ , Stuart B.. “A historiografia recente da escravidão” Escravos, roceiros e rebeldes. São Paulo: EDUSC, 2001; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão negra em debate”. In: Marcos César Freitas. (Org.). Historiografia Brasileira em perspectiva. 1 ed. Bragança, 1998, v. 01, p. 103-118.

³ PIRATININGA, Luiz Gonzaga Junior. Dietário dos Escravos de São Bento (Originários de São Caetano e São Bernardo). São Paulo: Ed. Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1991.

⁴ A historiografia que estuda as relações Estado-Igreja, em geral ressalta a articulação do Clero Secular na chamada política formal, através das Câmaras Municipais, Provinciais e Parlamento. Os trabalhos citados nesta nota, possuem uma temporalidade e uma abordagem diferenciada para cada um dos assuntos que estudam. Ver: ALMEIDA, Dr. Lacerda de. A Igreja e o Estado. Rio de Janeiro, 1924; ALVARENGA, Manoel de. O Episcopado Brasileiro: subsídio para a História da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: A. Campos/Propagandista Católico, 1915; AZEVEDO, Thales de. Igreja e estado em tensão e crise. São Paulo: Ática, 1978; ALTOÉ, Valeriano. "O Altar e o Trono"- Um Mapeamento das Idéias Políticas e dos Conflitos Igreja/Estado no Brasil (1840/1889). Niterói, 1993. 414 p. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; AZZI, Riolando. A Vida Religiosa no Brasil. Enfoques Históricos. São Paulo: Edições Paulinas/Comissão de Estudos da História na América Latina (CEHILA), 1983; BEOZZO, José Oscar Pe. (Org.). História da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, Tomo II/2; BOERHER, George C. A.. "A Igreja no Segundo Reinado: 1840/1889", In: Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p.134-167; BRUNEAU, Thomas C.. Catolicismo Brasileiro em época de Transição. São Paulo: Edições Loyola, 1974; HAUCK, João Fagundes (Org.). História da Igreja no Brasil. Segunda Época: A Igreja no Brasil do Séc. XIX. Petrópolis: Edições Paulinas, 1985.

Esse interesse pelo alcance das estratégias políticas empreendidas pelo Clero Regular, em geral não atrai os autores, uma vez que se preocupam com um modelo homogêneo de Igreja, presente em teoria, mas que se torna obsoleto quando um contato mais próximo com as fontes eclesiásticas e cartoriais é estabelecido. Isso porque, parte significativa da historiografia sobre a relação Estado-Igreja se restringe a análises das características missionárias e apostólicas dessa instituição no Brasil, questionando se estaria ou não a serviço do Estado Imperial. E, finalmente, realizam uma análise maniqueísta dessa Igreja injustiçada pelo poder temporal e protetora dos desvalidos do século XIX.⁵

Preocupados com a manutenção da imagem eclesiástica - criada quando o contexto historiográfico era outro - tais interpretações acabam não estabelecendo o necessário distanciamento na análise das fontes. Assim, por exemplo, quando abordam a relação Igreja/Escravidão - principalmente em se tratando de Ordens Regulares - a situação se complica ainda mais. Como explicar, sem cair em contradições apostólicas, que uma Igreja pretensamente caridosa e mansa pudesse simultaneamente ser proprietária de elevado plantel de escravos?

Nesse sentido, discutir Ordens Regulares sem compreender que se tratava de uma instituição dicotômica, que simultaneamente era religiosa e proprietária – portanto, inserida num contexto das relações de escravidão - significa perder a oportunidade de compreendê-las de fato condenando-as a imersão no amplo e indistinto campo das relações da política formal da Igreja/Estado. É desqualificar o estudo de expressivo quantitativo de súditos do Império brasileiro que possuíam patrimônio, tão interessante aos contemporâneos do século XIX, que mereceu atenção do poder secular e justificou a produção de uma legislação restritiva.

⁵ A respeito dessa bibliografia pode-se citar: ACCIOLY, Hildebrando. Os Primeiros Núncios no Brasil. São Paulo: Instituto do Progresso Editorial, 1949; CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal de. A Igreja e a Escravidão. Uma análise documental. São Paulo: Ed. Presença, 1985, 3º Vol.; TORRES, João Camilo de Oliveira. História das Idéias Religiosas no Brasil. A Igreja e a Sociedade Brasileira. São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda, 1968; DORNAS FILHO, João. O Padroado e a Igreja Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasileira, 1938; ALMEIDA, Luiz Castanho de. A Igreja nos Quatro Séculos de São Paulo. São Paulo: Edonal, 1955.

Apenas recentemente a historiografia que trata da Igreja vivenciou uma reformulação interna de monta com o nascimento da Comissão de Estudos da História na América Latina (CEHILA), que significou, entre outros sentidos, efetivar uma história da Igreja menos vangloriosa e mais sedimentada no estudo da relação entre o povo de Deus e a pregação católica, práticas de devoção e dominação de corpos e mentes.⁶

Também é importante notar que, ainda nas décadas de 1980 e 1990, os estudos oriundos das universidades passaram a incluir a Igreja e sua história no rol dos temas relevantes. Esta história da Igreja emerge normalmente relacionada aos estudos sobre o Brasil colonial, seu imaginário religioso e devocional, não se interessando pelo século XIX. Por ser pouco voltada à história institucional da Igreja, preocupa-se mais com os cerimoniais e suas infrações tais como práticas de magia, rituais de cura, feitiçaria, processos de divórcio, entre outros.⁷

Recentemente, a descoberta/releitura e a valorização de outras fontes documentais, além de novos interesses e problemas historiográficos têm possibilitado a avaliação das limitações dos trabalhos que privilegiaram fontes políticas e parlamentares, descortinando-se novas questões na temática Igreja/Estado. Todavia, estas recentes possibilidades de abordagem ainda não foram incorporadas em sua plenitude pelos autores, que nos últimos anos estudaram as Ordens Religiosas no Brasil.⁸ Em sua maioria, não conseguem ir além

⁶ Para o caso de CEHILA ver entre outros: BEOZZO, Oscar (Coord.) *História da Igreja no Brasil*, ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1992; BOFF, Leonardo. *História da Igreja no Brasil*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, 37(1977): p.368-372; HOORNAERT, Eduardo. "Para uma história da Igreja no Brasil". in: *Revista Eclesiástica Brasileira*, 37(1977): p.185-187.

⁷ Ver: SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 e *Inferno Atlântico: demonologia e colonização século XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; LIMA, Lana Lage da Gama (Org.). *Mulheres, Adúlteros e Padres: história e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987; NOVINSKY, Anita e Maria Luíza Carneiro (Org.) *Inquisição: Ensaio sobre a mentalidade, heresias e arte*. São Paulo: Edusp, 1992; VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁸ SANTOS, Maria Rachel Froes dos. *Contestação e Defesa: a Congregação Beneditina Brasileira no Rio de Janeiro (1830/1870)*. Niterói, 1986. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense; PIRATININGA, Luiz Gonzaga Junior. Op. Cit.; WILLEKE, Venâncio (O.F.M.). "Senzalas de Conventos", in: *Revista de História*. São Paulo, 1976; BENEDETTI FILHO, Francisco. *A Reforma da Província Carmelitana Fluminense (1785/1800)*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, Universidade de São Paulo. Alguns autores em momentos específicos de seu texto, previnem-se desse tipo de armadilha. É o caso do trabalho de MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. "Ervas de Ruim Qualidade". *A Expulsão da Companhia de Jesus e a*

da questão da submissão, ainda que conflituosa, da Igreja ao Estado, relegando a leitura da Legislação anti-clero regular à uma medida Imperial, que visava apenas a solução dos problemas financeiros do Estado.

Assim, tais autores perdem o universo das relações, acordos e barganhas que foram construídas entre esta parcela do clero e a população leiga, com o próprio Estado e, até mesmo, com a hierarquia da instituição Igreja. Preocupados com a história da instituição de um lado e, de outro, com a denúncia da exploração da Igreja sobre os fiéis, esses estudos das Ordens atribuem pouco valor a questões hoje muito caras ao atual cenário historiográfico. Atualmente é fundamental entender as práticas religiosas, a cultura social construída por um cotidiano de embates entre sujeitos que não são apenas explorados e oprimidos, mas possuem maneiras próprias de luta. Diante disso, é possível afirmar que o contexto vivido pela Província do Carmelo Fluminense aliado à questão da vigilância Imperial, foi elemento responsável pela extrapolação - para além do claustro - de quaisquer deslizes que poderiam ser explorados politicamente transformando-se em "escândalos", um poderoso combustível para a campanha do Estado Temporal.

Esta tese começa com a Portaria de 1850 - que proibia a entrada de noviços para as Ordens Regulares e enfatizava a asfixia legal empreendida pelo Estado - e finaliza no ano de 1889, com a República que foi imediatamente precedida pela abolição da escravidão. Abolicionismo e República ocasionaram uma ampla transformação social e burocrática nas bases das relações do Estado e da Igreja, em particular na configuração da hierarquia Carmelita. Nasce um outro cenário que serve como finalização desta tese.

É importante ainda salientar outro foco mais amplo da pesquisa: o funcionamento interno dos Carmelitas e sua relação com o Estado Imperial. Foi realizada uma ampla pesquisa do patrimônio relativo aos vários conventos pertencentes à organização administrativa da Província Carmelita Fluminense. Mesmo localizados em cidades diferentes, em contextos próprios, foi possível reconstituir o *modus operandi* comum, cuja

orientação política provinha da sede Provincial, dos principais conventos no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos e que pôde ser analisada a partir de uma documentação complexa e variada. Nesse sentido, os dois primeiros capítulos da tese mapeiam as diferentes regiões nas quais se encontravam os Conventos Carmelitas. Já nos terceiro e quarto capítulos o foco recai sobre as cidades de São Paulo, Santos e Mogi das Cruzes, onde foram constatadas numerosas crises na administração dos frades e seus escravos.

Ainda aqui é necessária uma ressalva sobre as características das fontes analisadas. As fontes produzidas pelo contexto de restrição legislativa Imperial aos Carmelitas e do conseqüente colapso na sua administração (das propriedades e sobretudo na de seus cativos), apesar de inúmeras, são muito fragmentadas. Ao longo do século XIX, grande parte dos documentos produzidos pelos conventos eram enviados à casa principal na Corte. No início do século XX, com a chegada de frades ingleses e holandeses, ocorreu um processo de centralização de todos os registros do Carmo brasileiro no Convento do Rio de Janeiro. Na década de 1950, em razão de um incêndio, muitas informações foram perdidas. O que restou da documentação interna foi cedida ao Arquivo Nacional, que microfilmou alguns poucos documentos. Uma outra parte desta documentação está alocada em um arquivo particular, localizado na cidade de Belo Horizonte, que após inúmeras negociações, foi franqueado à presente pesquisa⁹. Desta forma, o que temos em mão está longe de ser a totalidade homogênea dos documentos produzidos no período.

Trabalhou-se com múltiplos fragmentos de informações. Os frades e seus escravos perambulam por diversas cidades e fazendas sendo mencionados em diferentes níveis do poder secular e execrados nas falas de inúmeras autoridades civis e religiosas. Contudo, suas falas e ações, em muitos documentos, são indiretas. Uma grande parte desta

⁹ As informações decorrentes da documentação até aqui mencionada foram coletadas no Arquivo Particular do Carmo na cidade de Belo Horizonte (doravante APCBH), no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), no Instituto Histórico e Geográfico da Cidade de São Paulo (IHGSP), na Cúria Metropolitana de São Paulo (CMSP), no Arquivo Municipal de Santos (MAS), no Instituto Histórico e Geográfico de Santos (IHGS), no Arquivo Municipal de São Sebastião (AMSS), no Museu do Tropeiro da cidade de Castro (MTC), no Arquivo da Igreja Matriz de Castro (AIMC), no Arquivo Estadual do Paraná (AEPR), na Biblioteca Nacional (BN), no Arquivo Geral da Cidade (AGC) e finalmente no Arquivo Nacional (AN) (esses três últimos, na cidade do Rio de Janeiro).

documentação compreende as correspondências dos Provinciais, os Livros de Capítulos Definitórios, a burocracia interna dos frades dos diferentes conventos da Província Carmelita, os índices de Registros de Breves, Ordens e Graças, entre outras, integrando o Arquivo Central dos Carmelitas, localizado em Belo Horizonte (APCBH). O fundo documental interno ao Carmo, e que está localizado no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, possui alguma correspondência interna e externa à Ordem, uns poucos relatórios patrimoniais, contratos de arrendamento de fazendas, esparsas e incompletas listagens de escravos, entre outras. Tais fontes possibilitam o conhecimento das alterações promovidas nas normas internas do Carmo, permitindo também que, através do contato com as informações oficiais e cartoriais se tivesse uma idéia da inserção Carmelita junto à sociedade leiga e os artifícios criados por sua administração a fim de se esquivar das restrições imperiais.

Existe ainda um outro grupo de papéis que pode ser descrito como parte da documentação oficial produzida e que engloba os Relatórios do Ministério dos Negócios da Justiça e do Império, a Legislação Anti-Clero Regular, os Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo e Rio de Janeiro e as Atas das Câmaras Municipais da cidade de São Paulo. Esse núcleo documental é muito importante, pois possibilitou que se vislumbrasse grande parte das discussões capitaneadas pelo Estado sobre o futuro das Ordens Regulares, os projetos políticos para o clero como um todo e, finalmente, qual o fim que se pensava dar ao patrimônio regular, especificamente o Carmelita. Tais Relatórios do Ministério da Justiça e do Ministério do Império importam, pois contém informações sobre a movimentação financeira Carmelita, o que possibilita desvendar uma série de relações sociais entre os proprietários religiosos e os leigos. Além disso, tais Relatórios possuíam a função específica de fornecer munção através de dados, sobre a moral e administração da Ordem a fim de que a referida legislação fosse produzida.

Esta tese foi construída a partir da intersecção das informações trazidas por essas diferentes fontes internas e externas, propiciando a reconstrução da alternância das relações da Ordem do Carmo com o seu patrimônio, o Estado Imperial e a população leiga.

Os capítulos da tese estão organizados sob a seguinte forma: no primeiro, O Mundo entre os Muros do Convento: o Processo de Fragmentação da Província Carmelita

Fluminense reconstrói-se o que era instituição Carmelita que, em terras brasileiras, iniciou o século XIX emergindo de uma dura intervenção ordenada pelo Estado português e engendrada pelo Bispo Diocesano da Corte e o Vice-Rei, D. Luís de Vasconcellos no período de 1785 e 1800.

Pretende-se compreender qual foi o aprendizado político herdado do processo de intervenção e como tais frades o utilizavam em sua relação com o universo leigo. A antiga e escancarada indiferença demonstrada até o século XVIII, no que se referia ao cumprimento de decisões governamentais, deu margem a estratégias astuciosas que giravam em torno do binômio: acatar, mas fazer a seu próprio modo. Efetivamente havia um número pequeno de frades que, até a década de 1850, foi reduzindo progressivamente. Em 1854, cerca de vinte e quatro cuidavam de todo o patrimônio Carmelita em diversas Províncias Imperiais. Tal situação produziu alterações de natureza interna como nas missas, nos ritos claustrais, nos refeitórios dos conventos e nas reuniões de caráter institucional. Outro aspecto decorrente desse contexto refere-se à administração do patrimônio. Embora as determinações da Província Carmelita Fluminense estabelecessem que todos os religiosos, fossem eles Provincial, Piores ou um simples frade, deveriam mudar de convento ou propriedade em um período trienal, essa não foi a prática adotada ao longo do século XIX. Diante disso, o Prior, por exemplo, buscava ajuda entre a comunidade leiga através de administradores seculares ou procuradores da Ordem a fim de administrar todo o patrimônio e culto sob sua responsabilidade. Ocorre que progressivamente essa alternativa demonstrou que muitos desses “representantes” agiam em nome de interesses pessoais, esquecendo-se das prioridades da Província Carmelita Fluminense.

Ao longo do tempo, em função de tais vícios administrativos e da falta de rigor claustral, as ciúrnias e articulações integraram o cotidiano político dessa Ordem. Diversas vezes, os frades denunciados sofreram sindicâncias que acabavam em nada, dado o ínfimo número de membros. Anos depois dos incidentes ocorridos, muitos desses religiosos foram encontrados ocupando altos cargos dentro da Província Carmelita Fluminense.

É clara a idéia de que os frades tinham total alcance do quanto sua Ordem estava sob a mira do Estado Imperial, necessitando atuar de acordo com as normas sociais daquela época. Aproveitando-se desse contexto, muitos religiosos desrespeitavam a hierarquia

interna à Ordem, pleiteando graças e privilégios por vezes danosos ao bom andamento da administração Carmelita. Na década de 1850, por exemplo, são inúmeros os casos de frades que, desrespeitando a negativa inicial de seu Provincial, remetem-se ao Estado Imperial pedindo autorização para licenças prolongadas ou até mesmo para viver fora do claustro, sem perder os privilégios inerentes à posição de religioso. O alcance de semelhante pleito estava atrelado a: qualidade dos argumentos usados, o grau de articulação política interna do frade e finalmente, o contexto de produção de medidas restritivas implementado pelo Estado Imperial.

O segundo capítulo *Uma Gomorra na Corte: o Estado Imperial busca entender uma Ordem Regular*, trata da dificuldade de compreensão do Estado sobre essa Ordem que se reelaborava ao longo dos anos. A Província Carmelita do século XIX aprendeu o discurso esperado pela sociedade secular, fazendo concessões quando desejava e achava estrategicamente adequado.

No universo liberal que se instalava e no contexto de construção de um Estado Nacional, o Império no Brasil já não podia invadir o claustro a cavalo, chicotear os frades desobedientes e roubar as imagens e alfaias dos conventos e templos Carmelitas como ocorrera em 1785. No Brasil da segunda metade do século XIX, que fazia um supremo esforço para demonstrar-se intelectualizado, cosmopolita e moderno; algumas atitudes pertinentes ao setecentos foram criminalizadas.

Havia então um processo geral encetado de morte à tradição de poderes auxiliares ao Estado, como a Igreja Católica. O próprio Clero Secular estava sob a mira da reforma. Tanto Regalistas quanto Ultramontanos pretendiam modificar a estrutura dos seminários. O argumento central era a busca pela ilustração. O que ficava era que progressivamente sobrava pouco espaço político/institucional para a Igreja Católica ocupar. A morte da tradição, que está presente no título desta tese, diz respeito também a esse processo: a tradição ocupada pela Igreja, corroída pelo século XIX nas repetidas incursões empreendidas por diferentes níveis do poder secular, fosse ele Imperial ou municipal.

Nota-se que havia dois espaços de disputa e que são analisados no segundo capítulo: um mais amplo, entre os diversos níveis do poder do Estado, no sentido de estabelecer

quem poderia legislar e posteriormente se apropriar do imenso patrimônio dessa Ordem Regular presente em regiões tão distantes dentro do Império; o segundo espaço, mais óbvio, relacionado com a disputa imediata travada entre o Estado Imperial representado pelo Ministério da Justiça/Ministério dos Negócios do Império de um lado e a Província Carmelita Fluminense de outro.

Ao longo de toda a segunda metade do XIX, inúmeros foram os relatórios produzidos. Acrescidos a esses, estavam longas correspondências e diversos pedidos de informações que produziram muitos números, nem sempre reais. Mas, independente das disparidades de informações internas ou externas ao Carmelo, uma constatação se mantinha: o Estado Imperial não sabia o que fazer, no século XIX, com as Ordens Regulares. Era fato que desejava se apossar de seus bens. Era fato que pretendia que os frades ficassem restritos a um único convento e que exercitassem um trabalho pedagógico formando súditos brasileiros adequados, morigerados e respeitadores, aos olhos do Estado, das regras sociais legais. Contudo, como interferir e expropriar um proprietário privado sem ultrapassar os limites constitucionais sobre os quais se baseava o Estado Imperial? Daí a opção pela “asfixia” das Ordens através do impedimento da entrada de noviços, ou então, das sucessivas leis que, ao longo do século, engessaram qualquer autonomia dos frades na administração de seus bens. Importa notar que processo semelhante foi desenvolvido para a questão do “elemento servil” ou seja, buscando interferir na propriedade escrava o Império em um primeiro momento impediu a entrada de novos braços africanos (1850) e posteriormente publicou leis restritivas a perpetuação da escravidão como a Lei do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários (1885).

O que interessa nesse capítulo é entender os processos simultâneos de avanço legal do Estado e as conseqüentes rotas de fuga criadas pelos frades para a garantia de sua sobrevivência. Sob tal perspectiva, o terceiro capítulo, intitulado Honestas Estratégias: o Carmo reorganizando seu patrimônio em função de sua sobrevivência, auxilia na compreensão do exercício político que não estava localizado nos debates do Parlamento, pois, trabalha a relação da Ordem com a comunidade leiga das diferentes regiões nas quais possui seus conventos. Como os frades mantinham, ou não, a aura de homens de religião. A cargo de quem ficavam as cerimônias tradicionais que, no limite, era uma espécie de

relatório visual fornecido pela Ordem de que, afinal, as coisas iam bem no interior do claustro. O que a comunidade leiga esperava dos frades e, em contrapartida, o que achavam que era ser um religioso em meados do XIX. Para tanto, tornou-se fundamental observar quais os caminhos percorridos pela Ordem no cotidiano de algumas cidades específicas, como São Paulo e Santos.

Nesse sentido, é possível notar de que forma as determinações internas estabelecidas pelos Capítulos Definitoriais foram alteradas sempre que uma nova lei Imperial procurava restringir as Ordens Regulares e de que maneira esse movimento reordenava as relações dos frades com a comunidade leiga.

Desde as décadas de 1820 e 1830, novos arrendamentos de terras e escravos, por exemplo, foram proibidos pelos Provinciais da Ordem que consideravam tais contratos arriscados ao patrimônio Carmelita. No entanto, na década de 1850 e 1860, observou-se que as recomendações eram constantemente desrespeitadas pelos Piores que viam essa como uma das alternativas viáveis para solucionar a administração das fazendas, escravos e imóveis urbanos.

Nesse contexto, tornam-se claras as estratégias buscadas para burlar a lei e arrendar, sem licença Imperial, em fins da década de 1850 e início da década de 1860, um grande número de terras em conjunto com uma parcela maior ainda de escravos. Tais arrendamentos eram realizados por longos períodos, em média vinte anos. Chama a atenção o fato de os arrendatários geralmente se repetirem ou então possuírem o mesmo sobrenome. Em muitos casos, esses negócios, escusos, eram comprovadamente lesivos à Ordem.

Para a Província Carmelita Fluminense, o arrendamento poderia ser uma excelente saída para manter terras, cativos e ainda lucrar sobre diversas propriedades localizadas nas mais diferentes regiões. Por outro lado, parecia ser um negócio interessante arrendar terras e escravos de Ordens que pública e progressivamente se viam coagidas pelo Estado, o que possivelmente restringia seu espaço de barganha na elaboração das cláusulas contratuais.

Contudo ao longo das décadas de 1860 e 1870, fosse através dos Relatórios, fosse via denúncia dos próprios frades ou artigos nos jornais, tais contratos foram reavaliados e

muitos anulados, causando inúmeras disputas do Carmo com a sociedade leiga. Isso porque muitos Piores e Provinciais, ao longo do tempo, renegaram os contratos iniciais, justificando que os arrendatários não se sentiam obrigados a cumpri-los, deixando a Província Carmelita em dívida progressiva. A fim de retomar seu patrimônio, os frades se apoiavam na mesma Legislação que anos antes haviam burlado.

Esse capítulo sustenta-se sobre dois pontos. O primeiro refere-se ao fato de que esses grandes proprietários Carmelitas precisavam prestar contas porque eram homens de religião e, no século XIX, diferente do XVIII, a sociedade leiga esperava que tais homens auxiliassem na construção de uma sociedade piedosa, fraterna, progressista e civilizada. No século XIX, cobrava-se as missas legadas que os Carmelitas não executavam, os sinos dos conventos que, por descuido, silenciavam, o desinteresse dos frades pela catequização e pela formação pedagógica dos jovens, o descaso para com o socorro espiritual dos fiéis.

O segundo ponto refere-se ao relacionamento com a sociedade leiga enquanto proprietários, arrendando imóveis e escravos. Aqui, a especificidade da religião não importava. Progressivamente o que vinha à baila ao longo do XIX era que tipos de vantagens poderiam oferecer os negócios produzidos em parceria com uma Ordem Regular fiscalizada e que procurava alternativas de sobrevivência.

É sobre alternativas de sobrevivência que trata o quarto capítulo deste trabalho e chamado: Os Frades Feitores, os Escravos da Santa e o fim do mundo que conheciam. De certa forma, as possibilidades da documentação para a construção desse capítulo já foram explicitadas no decorrer do presente texto. Esse capítulo foi construído apresentando os casos de forma cronológica a fim de que o leitor perceba como os escravos e seus senhores frades foram reformulando os padrões de sobrevivência na medida que a legislação repressiva se estabelecia.

Nesse sentido, está apoiado na análise de quatro casos de quebra dos acordos tradicionais entre os frades e os escravos. O primeiro trata do assassinato do Prior do Convento de São Paulo por dois de seus escravos. A partir desse processo foi possível desenvolver uma análise desses cativos em seu cotidiano de escravidão urbana. A estratégia de fuga construída nesse caso foi a mais óbvia: o assassinato.

Após a análise dos escravos urbanos da Santa, procurou-se entender a estrutura de sobrevivência destes bens nas fazendas e em específico: Capão Alto, Gaecá e Sorocamirim.

Como era possível construir alguns espaços de autonomia uma vez que a fiscalização estava distante e qual a reação desses grupos quando ameaçados pelo processo simultâneo de restrição aos seus senhores e do Tráfico Interprovincial. A estratégia passou a ser a rebelião e a fuga.

Finalmente, tratou-se de outra alternativa de sobrevivência desses escravos, dessa vez, apoiada na legislação através de um processo de manutenção de liberdade. Nesse sentido os itens presentes nessa fonte complementam toda a discussão empreendida ao longo da tese, pois nesse caso específico tanto o Prior do Convento de Mogi quanto seus escravos eram considerados réus. A análise desse processo possibilita perceber de que forma a política oficial e as estruturas costumeiras de convivência podiam se contrapor na defesa da liberdade desses escravos da Santa.

Ao longo da discussão dos casos citados, o quarto capítulo se apóia também em dois núcleos. Em um primeiro momento, procurou-se reconstruir o universo vivenciado pelos escravos da Santa. Como se organizavam cotidianamente? Como viviam em circuitos tão diferentes, circulando pelo interior dos muros de um convento e das casas dos seculares para os quais eram arrendados? Como se organizavam as estruturas de cumplicidade entre os escravos de várias fazendas e conventos da Ordem? Como construíam sua relativa autonomia nas fazendas e distantes dos olhares de seus senhores?

O segundo núcleo desse capítulo reside na percepção dos cativos cujo universo desmoronava. Certamente sabiam que seus senhores eram pressionados. Nesse contexto, como ficariam os antigos acordos de sobrevivência entre escravos e frades? Em lugares como Capão Alto, Sorocamirim, Gaecá, São Paulo e Mogi das Cruzes, como procuraram defender essa tradição construída? E, finalmente, como criaram rotas de fuga, que nem sempre passavam pelos atos de violência, a fim de sobreviver no novo contexto que era construído?

Como apontamento final é possível afirmar que o enfoque desta tese repousa na relação entre dois mundos interligados: o do frade branco, feitor da Santa, que procurava criar estratégias de sobrevivência em uma realidade para a qual não foi preparado, e simultaneamente o do cativo negro da Santa, que perdia o mundo que conhecia e precisava rapidamente aprender a conviver em um outro universo. Trata-se de um mundo que, quando interligado ainda é inédito associando práticas de luta escrava, com a vida rural e citadina dos religiosos, suas dúvidas e incertezas dentro e fora de sua Ordem Religiosa. É preciso lembrar algo que até agora os historiadores da escravidão pouco lembraram: o abolicionismo nasceu e floresceu em um Estado Imperial oficialmente católico. Catolicismo e escravidão, religiosidade e trabalho são pontas que devem ser novamente unidas na construção de uma história mais viva e próxima do dia a dia dos homens e mulheres do século XIX.

I - O Mundo entre os Muros do Convento

No ano de 1743, a cidade do Rio de Janeiro novamente assistiu a um dos costumeiros conflitos entre os muros dos conventos coloniais.¹ Tropas mobilizadas encaminharam-se aos portões de uma das casas religiosas mais poderosas e prestigiadas pela Coroa Portuguesa: o convento dos Carmelitas Calçados.² Naquele ano, o Provincial Frei Francisco das Chagas recolhia-se à citada Casa Capitular quando foi cercado por seus súditos/frades rebelados que o aprisionaram em uma das celas transformada em apertada prisão. Ato contínuo, elegeram para Provincial um dos líderes do movimento Frei Felipe da Madre de Deus.

Frei Chagas usufruiu a prisão Carmelita por um bom tempo sem poder comunicar-se com o mundo extraclaustro e sob a ameaça de ser assassinado por seus confrades. Finalmente conseguiu contatar o Ouvidor-Geral João Alves Simões pedindo que fosse restituído a seu cargo e libertado. O representante da Coroa Portuguesa, respeitando uma burocracia extensa para um caso tão imediato de cárcere, expediu então uma sentença em favor do religioso suplicante a qual foi impugnada pelos frades rebeldes transformados em vassalos sediciosos.

Observando que a autoridade Metropolitana não fora respeitada, o Governador Gomes Freire de Andrade mandou que as tropas cercassem todo o perímetro externo do convento a fim de resgatar o frade prisioneiro, efetivando a sentença do Ouvidor. Com seus muros cercados e ameaçados de invasão, os insurretos buscaram o sacrário contendo o Santíssimo. Levantaram dois altares, um na porta da prisão onde se achava o Provincial preso e o segundo na portaria do convento. Nesses dois pontos foi exposto o Santíssimo

1 Extraído da Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil. Rio de Janeiro: Garnier, 1888, p.117.

2 Tal convento em 1743 compunha a Ordem Masculina também chamada Ordem Primeira. Uma Ordem Regular, entretanto dividia-se ainda em Ordem Segunda (das Monjas ou Feminina) e finalmente dos Irmãos Leigos (também conhecida como Ordem Terceira). MOLINA, Sandra R. (Des)obediência, barganha e confronto: a luta da Província Carmelita Fluminense pela sobrevivência (1780-1836). Campinas, 1998. 338 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, p. 20.

Sacramento impedindo a entrada das tropas. Simultaneamente, um dos amotinados subiu a um lugar visível do convento e começou a recitar a fórmula da excomunhão contra os soldados mobilizados.

Para que o frei fosse libertado, foi necessário o arrombamento de um portão recém-construído, da porta que ligava o convento ao pátio da capela dos terceiros, de um dos muros que cercava o mesmo, de um tapume de madeira e, finalmente, da janela da cela/cárcere. Uma vez invadido o claustro pelas tropas, os frades não perderam tempo. Escudados pelo Santíssimo Sacramento seguiram em procissão para o convento de Santo Antonio. Ali, refugiaram-se até que os ânimos se acalmassem. Então regressaram ao convento Carmelita onde se desculparam e foram recebidos de forma afável pelo ex-prisioneiro alçado novamente ao cargo de Provincial. Dessa forma, o que era assunto de batinas voltou para o interior do claustro até que um outro conflito extrapolasse seus muros. A sucessão de conflitos como o descrito gerou uma intervenção Metrópole/Bispado que durou quinze anos e que modificou os padrões religiosos e administrativos dos frades Carmelitas, afetando diretamente a relação gerencial e numérica entre os frades e seus escravos³. Contudo é preciso voltar um pouco no tempo e espaço para enfatizar que a Ordem Religiosa que se digladiava aos olhos do Império Português no final do século XVIII, e mereceu tal intervenção, não era recente na Europa e nem no Brasil.

A Ordem dos Carmelitas Calçados, ou Ordem Carmelita da Antiga Observância ou Ordem dos Irmãos da Bem Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo era muito antiga e estava ligada ao Antigo Testamento e ao Profeta Elias.⁴ Suas regras eram

³ O resultado desse contexto foi o decreto da Coroa Portuguesa para que houvesse uma intervenção monitorada pelo Bispo do Rio de Janeiro D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco e apoiada pelo Vice-Rei D. Luis de Vasconcellos e Sousa sobre a Província Carmelita Fluminense, entre os anos de 1785 e 1800. Quinze anos de intervenção administrativa e disciplinar legaram um amplo aprendizado aos frades. Em meados do século XVIII, a Província Carmelita Fluminense dispunha, de cerca de cento e quarenta e um frades. Todavia em 1854 o Livro de Relatórios e Capítulos Definitórios somava apenas vinte e três frades. Além do Decreto Real, todo o processo de intervenção foi definido por Breve Apostólico que era uma determinação papal ou da nunciatura apostólica que tratava de um assunto em específico como, por exemplo, liberar a Província Carmelita Fluminense de sua obrigação de celebração de determinada quantidade de capelas de missas deixadas a seu encargo. MOLINA, Sandra R. Op. Cit., p.135 e 138.

⁴ Tradicionalmente teve sua origem por volta de 900 a.C. quando o Profeta Elias retirou-se para o Monte Carmelo localizado na chamada Terra Santa, iniciando um grupo de eremitas. Entretanto, uma outra versão

tradicionais associando-se a devoção Mariana.⁵ No Brasil os Carmelitas também chegaram cedo. Após os Jesuítas (1544) e anterior aos Beneditinos e Franciscanos, os Carmelitas Calçados aportaram no Brasil por volta de 1580.⁶ Seu primeiro convento, chamado Santo Antonio, foi edificado em Olinda, no ano de 1583. Em 1640, foram divididos em duas vice-Províncias, a do Maranhão, que contava com três conventos e a do Brasil com nove conventos. Alguns anos depois, em 1685, tendo como base a definição geográfica utilizada pelo Episcopado ou Diocese do Rio de Janeiro, a Vice-Província do Brasil foi dividida em duas: a do Rio de Janeiro, que englobava os conventos da cidade do Rio de Janeiro, de Angra dos Reis da Ilha Grande, Vitória, Mogi das Cruzes, Santos e São Paulo; e, a da Bahia que contava com os conventos de Olinda, Recife, Paraíba, São Cristóvão, Goiânia, Bahia e Rio Real. Em meados do século XVIII, o Carmo Calçado no Brasil dividia-se em: Província da Bahia e Pernambuco, Província Carmelita Fluminense e Vice-Província do Maranhão.⁷ Toda esta realidade transformou o Carmo em uma Ordem forte e rica no cenário do Império Ultramarino português na América. No entanto, esta riqueza e poder foram postos à prova na segunda metade do século XVIII.

atesta que a origem da Ordem está na Idade Média. Em 1156, um cruzado italiano conhecido como Bertoldo, em função de uma promessa e acompanhado por alguns amigos, exilou-se no Monte Carmelo onde construiu uma vida de contemplação, seguindo o exemplo do Profeta Elias. No século XIII, esses antigos eremitas já haviam se transformado em uma Ordem Regular com conceitos, administração e burocracia definida construindo, inclusive, seus primeiros conventos na Europa e em específico, na cidade de Moura (o eremitério que marcou a chegada dos Carmelitas em terras portuguesas). ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*. Coimbra: s. ed., 1916, p. 126 e MOLINA, Sandra R.. Op. Cit., p. 18.

5 Regra e Constituições dos Religiosos da O. da B. sempre Virgem Maria do Monte Carmelo da Antiga e Regular Observância, acrescentadas com a exposição da mesma Regra, Declaração dos Quatro Votos de Obediência, Pobreza, Caridade e Clausura, e do mais que pertence ao estado religioso e explicação do texto da Doutrina Cristã, que por ordem dos superiores compôs e escreveu em espanhol Frei Francisco Pastor e traduziu em português Francisco José Antonio Coimbra. Francisco de Oliveira, 1749, APCBH, PRATT, André O.C. *Notas Históricas sobre as Missões Carmelitas no Extremo Norte do Brasil (XVII-XVIII)*. Recife: s. ed., 1941; BENEDETTI FILHO, Francisco. *A Reforma da Província Carmelita Fluminense (1785-1800)*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo e ALMEIDA, Fortunato de. Op. Cit, p. 130.

6 Em 1580, Frutuoso Barbosa, Capitão-Mor da Paraíba, solicitou a vinda de quatro freis que se estabeleceram em Olinda, onde receberam terras doadas pela Câmara nas quais, com auxílio dos colonos, construíram um convento. Esse processo se repetiria na Bahia (1586), em Santos (1589), no Rio de Janeiro (1590), em São Paulo (1598), no Maranhão (1606) e em Angra dos Reis (1608). COSTA, F. A. Pereira da. *A Ordem Carmelitana em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976.

7 BENEDETTI FILHO, Francisco. Op. Cit.

Até 1750 esta Ordem Regular alcançava quinze conventos, vários hospícios⁸ e cerca de quinhentos religiosos⁹. Uma grande parte deles se concentrava no Convento do Rio de Janeiro. Contudo, em função do crescimento de seu patrimônio material, um grupo significativo deles, residia nas fazendas, gerenciando presencialmente seus bens e escravos. Isso se dava, pois o crescimento dos quadros da corporação era acompanhado de doações de “bens móveis, imóveis e semoventes” e dotes dos noviços.¹⁰

Autores que trabalharam a história da Ordem Carmelita Calçada no Brasil enxergaram essa delimitação geográfica/gerencial das Províncias Carmelitas como efetivas e inalteradas dos séculos XVIII para o XIX.¹¹ Entretanto observou-se através da movimentação das fontes que alguns conventos – como o do Pará em 1841 – foram, em função do processo de restrição, incorporados pelo Carmo Fluminense. Outros, ainda que mantivessem institucionalmente sua autonomia, na prática eram administrados também pelo Rio de Janeiro como, por exemplo, o Convento da Bahia.

Ao longo do século XVIII e principalmente no XIX era fato, para religiosos e autoridades seculares, que a fórmula trinômia: grande patrimônio, distância entre os conventos e poucos frades, tornava-se item desagregador e elemento de decadência para Ordens Regulares como a Carmelita Calçada. Nesse sentido, situações como a rebelião de 1743, não eram incomuns ao universo do Clero Regular colonial e especificamente aos frades da Província Carmelita Fluminense, independente do convento no qual se instalassem e agravaram as já conflituosas relações desses religiosos com o Clero Secular e o Vice-Rei.

8 Benedetti Filho define Hospício como uma espécie de casa conventual onde os frades eram hóspedes e passavam grande parte do tempo fora, a trabalho ou estudo. Ver: BENEDETTI FILHO, Francisco. Op. Cit, p.11.

9 BENEDETTI FILHO, Francisco. Op. Cit., p.13.

10 BENEDETTI FILHO, Francisco. Op. Cit.. MOLINA, Sandra R. Op. Cit., p. 44 e 45.

11 Ver: MENDES, Alípio. O Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande. Apontamentos para a história dos frades Carmelitas em Angra dos Reis. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1980, SCIADINI, Frei patrício (OCD). O Carmelo. História e Espiritualidade. São Paulo: Ed. Loyola, 1997, MEINEN, Frei Tarcisio (OC). “Breve Resumo Histórico do Carmo do Brasil”. In: O Mensageiro da Família Carmelitana, São Paulo, p.225-271, 1954. COSTA, F. A. Pereira da. Op. Cit. e BENEDETTI FILHO, Francisco. Op. Cit.

A indiferença em relação às regras leigas e estatais, demonstrada no episódio de 1743, deu lugar a uma astúcia duramente internalizada ao longo do período e que transformou os frades em negociadores de sua autonomia. O discurso utilizado pelos religiosos a partir de então, tornou-se um poderoso aliado de suas ambições particulares, se adequando ao que o Estado ou a sociedade queriam ouvir.

Tal aprendizado foi de fundamental importância para a sobrevivência dos Carmelitas principalmente a partir de meados do século XIX. Para compreender a dimensão do aprendizado Carmelita é preciso entender um processo mais amplo e que residia nas relações entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica que estavam em profunda crise. Importa notar que a Igreja Católica Apostólica Romana não pode ser considerada um corpo homogêneo com idéias uniformes e projetos políticos definidos apenas pela alta hierarquia romana.¹² Especificamente, em se tratando dos quadros que a formam, vale destacar divisão fundamental que é a do Clero Secular¹³ e a do Clero Regular.¹⁴

Diferente do Clero Regular que construía suas relações políticas através das cumplicidades cotidianas, o Clero Secular possuía uma articulação com a política Imperial que era direta, chegando um padre como Feijó ao posto de Regente Imperial. Contudo, na segunda metade do século XIX, mesmo o Clero Secular vivia um processo de reformulação. Direcionado pela Cúria Romana, um grupo denominado Ultramontano¹⁵

12 BOAGA, Emannuele (O. Carm.) Como Pedras Vivas..., para ler a História e a Vida do Carmelo. Roma: Oficinas da Litografia Príncipe, 1989. BOEHRER, GEORGE C. A. A Igreja no Segundo Reinado (1840-1889). In: KEITH, HENRY & EDWARDS, S. F. Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Reformistas na Igreja do Brasil Império (1822-1842): o “Grupo Paulista”. São Paulo, 1975. 135 p. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

13 Segundo Ambrogio Donini, o Clero Secular deveria ater-se às questões materiais, “zelar pelas coisas da vida”, possuir um contato maior com os fiéis, cuidar de seu cotidiano terreno para assegurar “o futuro de sua alma; enfim, tratar do saeculum”. DONINI, Ambrogio História do Cristianismo. Das Origens a Justiniano. Lisboa: Edições 70.

14 O Clero Regular estava atrelado ao esforço de valorização da espiritualidade. Constituído por frades, freiras e monges retirados do convívio secular, residiam em mosteiros e conventos, tendo suas vidas regidas por diretrizes específicas, que definiam votos como caridade, castidade, silêncio e, em muitos casos, a pobreza. Por defender a vida voltada à espiritualidade e à contemplação, desenvolveram um cuidado maior na preparação intelectual de seus membros e na preservação da cultura. DONINI, Ambrogio. Op. Cit.

15 O Ultramontanismo, também conhecido na historiografia específica à Igreja como “Catolicismo Reformado”, teria buscado sua base teórica em Roma e no Concílio de Trento sendo implantado no Brasil, graças à hierarquia eclesiástica. Esse processo teve início no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, mas

pretendia organizar uma Igreja Católica mais romanizada¹⁶, menos Regalista e pouco nacional.

Esse direcionamento do Clero Secular encontrava obstáculos nos mais diversos espaços da política e da sociedade nacional. A tradição católica portuguesa herdada pelos brasileiros e corroborada pela constituição de 1824 unia, através do Padroado¹⁷ e do Regalismo¹⁸, a Igreja Católica ao Estado Imperial. Movidos por tal tradição, havia grupos que consideravam a manutenção de um Clero Regalista, como maneira adequada de formar súditos fiéis ao Império.¹⁹ A disputa entre os dois projetos de Clero Secular brasileiro, de

aprofundou-se apenas por volta de 1840. Segundo Valeriano Altoé, os Bispos Imperiais teriam alcançado sucesso, pois o “Estado desejava ter uma religião mais moderna e um clero mais instruído nas ciências e de nível moral elevado”. Em sua tese “O Altar e o Trono” - Um mapeamento das idéias políticas e dos conflitos Igreja/Estado no Brasil (1840/1889), Niterói, 1993, 414p.. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, p. 118, desenvolve um conceito bastante interessante sobre as origens e implantação do Ultramontanismo no Brasil do século XIX. Entre outros autores que também se envolvem no debate sobre esse conceito, pode-se citar: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de Classe. Gênese, estrutura e função do Catolicismo Romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985; ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

16 A romanização da Igreja brasileira, iniciada na década de 1840, determinou a presença de duas posições quanto à concepção do papel da Igreja e do Estado. Uma corrente clerical era pela continuação de uma Igreja exercendo funções secundárias e também estreitamente vinculada ao Império. Para esta ala, ela deveria continuar subordinada ao Estado e vinculada ao poder local. Já a segunda corrente passou a definir a Igreja como uma sociedade perfeita sendo, portanto autônoma e portadora de todos os instrumentos próprios e necessários à sua existência como sociedade. Esta ala do clero era liderada pelos Bispos reformadores e foi a que prevaleceu no final do Império.

17 As origens do Padroado repousam no período medieval, quando príncipes e senhores feudais protegiam determinados bispados e abadias. Institucionalizado no século XV, tornou-se uma concessão, “nem sempre pacífica”, da Igreja ao poder Temporal, em troca do apoio recebido na defesa dos direitos eclesiásticos e, no caso de Portugal e Espanha, na tarefa de evangelização das populações das áreas incorporadas pela Guerra de Reconquista. DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional/Brasiliense, vol. 125, 1938, p. 16.

18 O Regalismo, desenvolvido ao longo do século XVIII, decorreu desse exercício do direito de Padroado e constituía uma política de controle do Estado sobre os interesses da Igreja. Através do Padroado, estava determinado, em teoria, que o Estado deveria cuidar da construção das igrejas, do pagamento do Clero Secular, da nomeação de Bispos, da escolha e autorização de terrenos para a construção de Seminários, enfim, tudo o que fosse de interesse da Cúria Romana em terras brasileiras. Em linhas gerais, havia um certo controle hierárquico e financeiro sobre esse segmento eclesiástico. Alguns autores estabeleceram, ao longo do tempo, profundas discussões sobre o alcance, as atribuições e as decorrências da prática do Padroado na sociedade colonial e imperial. Entre eles, pode-se citar: DORNAS FILHO, João. Op. Cit.; BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974; AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em Tensão e Crise*. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

19 Lustosa faz um estudo detalhado da movimentação desses grupos e seus conflitos com o contexto tradicional. LUSTOSA, Oscar de. *Igreja e Política no Brasil: o Partido Católico (1870/1889)*. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

certa forma, era mais direta, presente nos jornais e discursos do Parlamento.²⁰ E o Estado, por sua vez, possuía um controle maior sobre esse grupo religioso, uma vez que, em função do Padroado, tais clérigos, em muitos aspectos, tornavam-se funcionários Imperiais.

Por outro lado, havia o Clero Regular, mais autônomo em relação ao Império e, portanto, dificilmente controlado. Esse grupo era bastante específico, possuindo regras próprias e objetivos diferenciados sobre sua inserção e papel junto à sociedade leiga e, finalmente, antes de ser encarado como Corporação Religiosa - juridicamente - possuía o *status* de proprietário privado desde a sua criação. Estabelecia-se então um claro conflito entre Ordens proprietárias e um Estado ansioso pela intervenção em um espaço tradicionalmente privado.²¹

A legislação restritiva repousava em dois momentos: o fundamental na primeira etapa era *sufocar* as Ordens Religiosas, proibindo uma prática de vital importância para sua continuidade, a ordenação de noviços. Nesse ponto, a Província Carmelita Fluminense sofreu um duro golpe, pois precisava de novos frades em seus quadros a fim de recompor sua administração após a Intervenção de 1785. A segunda parte complementar o projeto, pois tratava da restrição cada vez mais severa da atuação dos religiosos Regulares na administração direta dos bens da Corporação.²²

É possível reconhecer tais propósitos em duas leis: a de 1828, que ratificava o Aviso de 1824 e recuperada pelo Aviso de maio de 1855 que proibia tanto a entrada de frades estrangeiros no país quanto às ordenações no Brasil, e a de 1870, que mandava

20 COLEÇÃO O CLERO NO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Deputados (1823/1889). 5 vols., Rio de Janeiro: Senado Federal/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982 e COLEÇÃO O CLERO NO PARLAMENTO BRASILEIRO. Senado do Império (1826/1889). Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.

21 Um exemplo clássico desse processo pode ser observado no caso da expulsão dos Jesuítas e a estatização de suas propriedades e escravos. MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. "Ervas de Ruim Qualidade." A Expulsão da Companhia de Jesus e a Aliança Anglo-Portuguesa: 1750/1763. Dissertação (Mestrado em História) - USP, 1991.

22 Essa proposta do Estado será melhor explicitada pelo Capítulo II que analisa o avanço desse movimento por meio dos Relatórios Ministeriais.

converter os bens das Ordens Regulares em Apólices intransferíveis da Dívida Pública Interna no prazo de dez anos.²³

Em geral, tanto autores como Nilo Pereira, Lustosa, Hauck e Altoé que trabalharam com a situação da Igreja no Brasil do XIX, quanto os focados especificamente no estudo das Ordens Religiosas delimitaram claramente tais propósitos legislativos.²⁴ Contudo, ao tratar dos resultados dessas Leis no universo das Corporações Regulares não conseguiram ultrapassar os muros desses conventos e mosteiros buscando compreender como os indivíduos que compunham essas Corporações criaram rotas de fuga reelaborando práticas cotidianas que permitiam a sobrevivência dessa parcela da Igreja brasileira.

Sob tal perspectiva, as fontes analisadas ao longo dessa pesquisa, comprovam que a Província Carmelita Fluminense estava inserida em flancos diferenciados nessa contenda legislativa. Externamente a disputa com um Estado disposto a interferir em uma instituição privada e um Clero Secular sedento de recursos a fim de reformar os Seminários. Internamente havia o processo de “domesticação” dos desejos individuais dos frades frente os interesses da Província Carmelita. A análise desse processo interno constitui o objetivo primeiro deste capítulo.

23 Coleção das Leis do Império e Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça de 1822 à 1881, Seção de Periódicos, B.N..

24 PEREIRA, Nilo. Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970, LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Op. Cit., Hauck, João Fagundes. Op. Cit., ALTOÉ, Valeriano. Op. Cit. SANTOS, João. “A romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880).”, In: História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992. Entre os autores que mencionaram o resultado dessas Leis nas instituições religiosas, pode-se citar: SANTOS, Maria Rachel Froes dos. Op. Cit. PIRATININGA, Luiz Gonzaga Junior. Op. Cit., WILLEKE, Venâncio (O.F.M.). “Os Franciscanos e a decadência do século XIX”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, p.55-62, 1977; BENEDETTI FILHO, Francisco. Op. Cit; COSTA, F. A. Pereira da. A Ordem Carmelitana em Pernambuco. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976, MENDES, Alípio. O Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande. Apontamentos para a história dos frades Carmelitas em Angra dos Reis. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1980. MEINEN, Frei Tarcisio (OC). “Breve Resumo Histórico do Carmo do Brasil”. In: O Mensageiro da Família Carmelitana, São Paulo, p.225-271, 1954; LUNA, Dom Joaquim G. de (O.S.B.). Os Monges Beneditinos no Brasil. Rio de Janeiro: Edições “Lumen Christi”, 1947.

1.1- Conseguir Noviços: uma tarefa espinhosa.

Um conflito dentro de um convento Carmelita era assunto para se comentar. E, a reforma que se seguiu e, durou o período de quinze anos com dose razoável de invasão dos muros do convento e, violência sobre os frades produziu muitas memórias e noções equivocadas que se desmentiram ao longo do oitocentos. Um exemplo é a noção de que a Reforma ou a Intervenção de 1785 era apontada como a grande culpada pela maior ameaça que pairava sobre o Carmo no século XIX: a redução do número de membros em seus quadros. Outro é a percepção de que finda a intervenção, os frades regenerados, não mais se envolveriam em disputas movidas por ambições pouco edificantes, como a conquista de cargos e privilégios. É fato que o número de frades diminuiu no processo de intervenção. Mas, ao longo desta tese será demonstrado que outros aspectos, como por exemplo, a legislação restritiva editada pelo Estado Imperial, contribuiu para o agravamento do esvaziamento dos quadros Carmelitas. A partir dela criou-se um circuito pernicioso para a gestão da Ordem. A restrição imposta pelo Estado Imperial criava dificuldades de natureza moral, religiosa e hierárquica para a Corporação. Tais atropelos se manifestavam nas disputas pelo poder que interferiam não apenas no descrédito junto à sociedade leiga, mas principalmente na condução da gestão de seu patrimônio, especialmente o gerenciamento dos escravos.

Quanto à noção de que uma vez reformados, os frades viveriam para o mundo espiritual, o desenrolar do século XIX, demonstrou que nenhum Bispo, Vice-Rei, Decreto Real ou Visitador Apostólico efetivamente solucionou a questão das disputas políticas apaixonadas intraclaustro. Por se tratar de indivíduos que, exceto pelo hábito, permaneciam homens sujeitos a paixões mundanas como a ambição, por exemplo, nem o medo da perda de autonomia dava conta de um problema maior e mais insidioso entre os frades: a disputa pelo poder. É o que se pode observar na crise que se abateu sobre o Convento da Bahia que, na década de 1840, vivenciava uma ameaça de rebelião entre suas fileiras.

A Intervenção de 1785, sobre a Província Carmelita Fluminense, também atingiu a Província Carmelita da Bahia e Pernambuco na medida que a vigilância do Estado, fosse ele Metropolitano ou Imperial, era comum para todos os núcleos Carmelitas.

Além disso, progressivamente os conventos referentes à Bahia e Pernambuco foram incorporados pelo Carmo Fluminense. Dessa forma, os receios produzidos pela Reforma e seu decorrente estrago institucional, se estendeu sobre o Carmo do restante do país. É o que se pode notar através de uma documentação relativa ao Convento da Bahia na década de 1840.

Em 06 de abril de 1844, o ex-Provincial Frei Tomás de Aquino Ribeiro residente no Convento do Carmo da Bahia enviava uma carta ao Imperador. Nela informava que desde 1841, por repetidas vezes, procurara alertar sobre o mau gerenciamento das propriedades e das contas do convento que estavam nas mãos de meia dúzia de ambiciosos.²⁵ Alguns meses depois, em 20 de junho, o Procurador da Coroa pedia que o Presidente da Província da Bahia informasse o que soubesse sobre a administração dos bens Carmelitas.²⁶ Também foi ouvido o Provincial no Rio de Janeiro e, posteriormente, o representante do Estado Imperial emitiu seu parecer acerca da situação.²⁷ Este parecer esclarecia que o Convento da Bahia se achava em situação financeira delicada, devendo cerca de quarenta e três contos de reis, em função de subseqüentes administrações irresponsáveis. Em geral, os religiosos encarregados pela hierarquia claustral das fazendas do convento, como, por exemplo, o Engenho do Recôncavo, estavam mais preocupados em retirar rendimentos pessoais deixando a comunidade Carmelita à míngua. Como não bastasse tal procedimento desonesto vindo dos subordinados, a situação tornava-se alarmante por contar com a cumplicidade dos frades superiores, que desviavam grande parte *desses mesquinhos rendimentos e os aplicam [vam] em seu particular proveito*.²⁸

Frei Tomás de Aquino Ribeiro escrevia, em 24 de outubro, uma nova carta, desta vez, ao Presidente da Província da Bahia que a repassava à Seção de Justiça do Conselho de Estado. Alertava desta vez, que a dívida impedia o convento de suprir as

25 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 508, Pct: 2, Doc: 63.

26 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 508, Pct: 2, Doc: 63.

27 Independente de uma decisão capitular definindo que o Convento da Bahia deveria estar sob a organização da Província Carmelita Fluminense, na prática era o que ocorria. Uma prova é o fato de que havia um Vigário Provincial para a Bahia, mas as respostas sobre a administração conventual foram fornecidas pelo Provincial do Carmelo Fluminense.

28 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 508, Pct: 2, Doc: 63.

mínimas necessidades cotidianas da comunidade. A documentação decorrente dessa denúncia permite vislumbrar que havia, em relação ao Convento da Bahia, um consenso entre o frade denunciador, o Provincial no Rio de Janeiro e o Presidente da Província da Bahia. Todos eram unânimes em creditar a situação do convento às *más administrações*. Entretanto, divergiam quanto à forma pela qual poderiam saná-la.

Nesta ocasião, o frade pedia uma investigação sobre a origem da dívida e posteriormente até uma permissão para a venda das *terras improdutivas do Rio São Francisco*. O Provincial, por sua vez, achava que alguns bens do convento deveriam ser vendidos e pagas as dívidas. O que sobrasse poderia ser convertido em Apólices da Dívida Pública. Nenhum dos Carmelitas envolvidos nesses pareceres tocava na possibilidade de uma sindicância que levasse à secularização dos frades responsáveis pela dívida.

O Presidente da Província da Bahia, em resposta à denúncia, por sua vez, construiu seu parecer de outra forma. Não se restringia à dívida em si e optava por um arrazoado mais amplo sobre o Carmo. Iniciava informando sobre o total descrédito que os baianos em geral tinham a respeito dos Carmelitas. Acreditava que o melhor seria extinguir a Ordem na Bahia, após o que suas propriedades e administração passariam ao controle da Fazenda Pública. Sua desconfiança a respeito dos frades era tanta que ele pedia que, em caso da venda dos bens, houvesse uma rigorosa vigilância e que:

*“se acautelem as fraudes que pode haver em vendas particulares, ordenando-se que as vendas se façam em hasta pública, procedendo avaliação, e que recebidos os maiores lances, estes sejam enviados ao Governo com as informações necessárias; para que, parecendo justos e [...] os preços oferecidos ao mesmo Governo [...] definitivamente a [...] do ramo, e se torne [...] a venda ou arrematação”.*²⁹

29 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 508, Pct: 2, Doc: 63.

Contudo, cerca de dois anos após os fatos descritos, a situação dos conventos do Carmo da Província da Bahia estava longe de uma regeneração. Os bens permaneciam decadentes e, tampouco, a disputa interna pelo poder entre os frades havia sido extinta. Na Casa Capitular da Bahia, em 8 de março de 1846, houve repressão a uma tentativa de rebelião auxiliada pelo desgostoso frei da denúncia de 1844, Tomás de Aquino Ribeiro e liderada pelo Prior Frei Custódio de São José Bonfim.³⁰

Na ocasião, o Provincial Frei Francisco de Sales Souza estava em Visita Apostólica ao Convento de Cachoeira. Segundo sua denúncia ao Ministério dos Negócios da Justiça, afirmava que a causa principal para a movimentação residia na desaprovação das contas da administração do Prior Frei Custódio, pois as mesmas denunciavam a dilapidação dos bens Carmelitas. Desmantelada a tentativa de rebelião, o Provincial nomeou Frei Antonio da Virgem Maria Muniz, novo Prior do Convento da Bahia e Juiz Comissário da Devassa sobre o ocorrido. Este prendera alguns dos envolvidos. Mas, Frei Custódio de São José Bonfim e Frei Bernardino de Santa Cecília estavam foragidos na Corte, sendo denunciados como apóstatas. Procedida a Devassa, algumas informações ficaram evidentes. A liderança da rebelião contava com a elite hierárquica do Convento da Bahia configurada no Prior, no Sub-Prior e no ex-Provincial que auxiliava a administração da Casa Capitular. Segundo as testemunhas ouvidas, os frades envolvidos teriam percorrido o claustro e *“proclamado pelos dormitórios, e janelas conventuais que o Revmo. sendo um homem cheio de vícios, não devia por mais tempo governar, e que quanto antes devia proceder-se na fatura de outro que fosse confrade a sua panela”*.

O aspirante à Provincial, Frei Custódio gabava-se de que possuía proteção fora dos muros do convento. Afirmava *“em voz alta que o fizessem Provincial que o Arcebispo o assentaria e que voltaria ao convento debaixo de foguetes”*. Quanto aos que tentavam

30A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 509, Pct: 3, Doc: 48. Geralmente tais tentativas de tomada de poder ocorriam em períodos de Congregações Capitulares ou reuniões extraordinárias quando grande parte dos frades se encontrava na casa capitular.

defender o Revmo. Provincial Frei Francisco de Sales Souza, estes, “*eram ameaçados com facas e cacetes*”.³¹

Para conseguir assinaturas a fim de depor o Provincial alegavam que o mesmo não realizara a Congregação e que não se achava na Casa Capitular. Havia ainda o artifício de enganar os frades sobre o documento que assinavam. Segundo algumas testemunhas, o então Prior afirmava que se tratava de uma declaração sobre sua conduta no convento.

Em função da denúncia do Provincial, uma vez ainda o assunto das batinas extrapolou os muros conventuais e, dessa vez, um dos mais conceituados clérigos do país expressou sua opinião a pedido do Conselho de Estado. Em documento reservado, o Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Seixas, opinou sobre a questão. Fundamentava ele seu parecer nos documentos da Devassa, anexados ao pedido do Ministério, e que demonstravam em termos efetivos que houvera uma rebelião. Contudo, a definição dos culpados era tarefa ingrata, tendo em conta o estado de anarquia no qual se achava o Convento do Carmo da Bahia, onde os religiosos se encontravam divididos em partidos e se “*dilacera[va]m reciprocamente até pela imprensa*”.³² Ele alertava ainda para o fato de que o próprio Provincial, Frei Francisco de Sales Souza não era imaculado e que a forma pela qual ocorrera sua eleição, aliada à “*sua indolência e fraqueza*”, criava um campo propício para que seus subordinados lhe faltassem com o “*respeito e obediência*”.³³

Passava então à questão da apostasia imputada a Frei Custodio e Frei Bernardino. Afirmava o mesmo que autorizara a licença de Frei Custódio para impedir maiores tumultos dentro do convento, mas que não lhe constava que este fora até o Internúncio Apostólico “*comprar o Provincialato com o produto das dilapidações dos bens do Convento*” como denunciava o Provincial. Acrescentava que, como Arcebispo, ignorava

31 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 509, Pct: 3, Doc: 48.

32 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 509, Pct: 3, Doc: 48.

33 Provavelmente o Arcebispo se referia ao fato de que o Capítulo de Abril de 1839 elegera como Provincial da Província da Bahia e Pernambuco ao Frei Carlos Manoel da Conceição que possuía 61 anos, dos quais 45 dedicados à religião. Após sua eleição, recusou o cargo e alegando-se impossibilitado por sua saúde, pediu afastamento para um dos conventos da Província. A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 509, Pct: 3, Doc: 48 e Cx. 919, Pct.24, Doc.2.

“se na Corte exist[ia] algum mercado, onde se vend[iam] as Prelazias do Convento do Carmo da Bahia”. Quanto ao Frei Bernardino, as testemunhas ouvidas confirmavam que o mesmo possuía autorização do Provincial para tratar de sua saúde fora do claustro. Assim, os frades poderiam receber, no máximo, uma admoestação canônica, mas não uma declaração de apostasia imediata, como o determinado pelo novo Prior do Convento da Bahia Frei Antonio da Virgem Maria Muniz.³⁴

Finalmente, declarava que a reforma do Carmo da Bahia era urgente e que no Convento da Corte deveria ser escolhido um novo Provincial, com poderes de Visitador Apostólico, e sob a proteção do Governo Provincial. Ainda haveria de ser mantido no cargo o então Prior, Frei Antonio da Virgem Maria Muniz, que dava provas de observância religiosa e capacidade administrativa. Indicava ainda, o autor do documento o Frei Tomás de Aquino Ribeiro para que assumisse o cargo de Prior do Convento da Cachoeira, a fim de que com *“o seu zelo e amor a ordem talvez possa reparar os estragos dessa casa”*. Contudo, a mais importante medida seria a facilitação da secularização dos frades descontentes, que não quisessem se submeter a uma reforma adequada do Carmo da Bahia. Ouvidas as partes, o Conselho de Estado manifestou-se pela não interferência na situação dada.³⁵

As duas situações descritas para a década de 1840, envolvendo a Província dos Carmelitas Calçados da Bahia são sintomáticas e afetam diretamente o objeto de estudo que é a Província Carmelita Fluminense, denunciando padrões de comportamento corporativo dos frades que se estenderam ao longo do oitocentos.

Outro dado a ser observado reside no fato de que no claustro do século XIX, tanto quanto no do século XVIII, as fidelidades eram fundamentais para a sobrevivência dos indivíduos e da Corporação. O caso de Frei Tomás de Aquino Ribeiro é sintomático. Em 1844 já havia, reiteradas vezes, denunciado os desmandos administrativos no convento. Não se pode, pela documentação compulsada, definir se seus interesses eram

34 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 509, Pct: 3, Doc: 48.

35 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 509, Pct: 3, Doc: 48.

eminentemente pios ou se estava movido por disputas internas de poder. Contudo, por mais que suas denúncias tenham causado alarde na sociedade local, o cotidiano administrativo da Província Carmelita da Bahia se manteve inalterado. Nesse sentido, pode-se inferir que talvez o ex-Provincial e frade zeloso tenha se cansado de esperar medidas legais, envolvendo-se em uma ação mais direta e muito conhecida do universo regular: as disputas eleitoreiras dentro dos muros dos conventos.

Além disso, tais movimentações não representaram qualquer tipo de ameaça à carreira ou ao exercício da fé regular dos frades. Como poderá ser observado no decorrer desta tese, muitos dos religiosos que, ao longo do XIX, foram acusados de crimes e até sentenciados, posteriormente transformaram-se em peças fundamentais do jogo hierárquico de sobrevivência dos Carmelitas Calçados e especificamente da Província Fluminense. Um exemplo imediato é o já mencionado Frei Bernardino de Santa Cecília, acusado de apostasia em 1846 e que, em 1850, por Breve Apostólico, foi transferido para a Província Carmelita Fluminense, assumindo o cargo de Provincial no período de 1861 até 1864.³⁶

A justificativa dos religiosos para tal situação residia no diminuto número de membros que progressivamente passaram a integrar os quadros hierárquicos. Em 1846, o já mencionado Provincial do Convento da Bahia Frei Francisco de Sales escrevia ao Ministro dos Negócios da Justiça informando que, em cerca de dois anos, perdera sete frades. Acrescentava que, sem a licença da Assembléia Provincial e do Estado Imperial para a admissão de noviços, “*a Religião sofrer[ia] em seus serviços*”.³⁷ Conduzir uma Ordem Regular em terras brasileiras não era tarefa fácil. O que se percebe é que muitas tarefas do cotidiano religioso (catequese, assistência, missas pelos enfermos e mortos, etc) foram relegadas a um segundo plano em função do exercício do cargo de grandes proprietários assumido pelos frades Carmelitas ao longo do oitocentos.

Importa notar que os noviços também constituíam fonte de aquisição patrimonial. Ao professarem, os frades transmitiam para a Província Carmelita Fluminense

36 APCBH, Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes.

37 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 934, Pct: 101, Doc: 6.

todo e qualquer bem já possuído ou aqueles que viriam possuir via herança futuramente.³⁸ Entretanto, a situação que mais atormentava a administração Carmelita era a escassez de noviços para os postos hierárquicos e apostólicos. Em abril de 1849, antes mesmo da proibição oficial, o Provincial do Carmo Fluminense, Frei José da Conceição Meirelles já requeria ao Estado Imperial a entrada de trinta noviços para os quadros da Ordem.³⁹

A necessidade de noviços tornou-se premente, sobretudo em função da disputa constante com o Estado Imperial. Este Estado usava a ausência de novas vocações acrescida a desorganização interna no gerenciamento dos bens, como razões que justificavam a necessidade de intervenção. Contudo, como permitir a entrada de jovens em fase de formação de caráter em claustros considerados decadentes e imorais? Devido à falta de membros as antigas atividades, que promoveram o prestígio do Carmo junto à realeza e à sociedade leiga brasileira, eram progressivamente abandonadas. E o ciclo se formava.. Frei Meirelles parecia compreender o discurso utilizado pelo Estado sobre o circuito descrito, pois apelava para a religião como esteio moral da sociedade. Alertava que a falta de frades não era sentida apenas dentro dos claustros, mas também pela sociedade que precisava do apoio do clero a qualquer momento do dia ou noite.⁴⁰ Neste sentido o Estado Imperial não estaria faltando com seu dever de cuidar da educação e do conforto moral de seu povo? Por outro lado, havia a percepção da sociedade leiga sobre a postura cotidiana dos frades e que refletia no prestígio ou não das Ordens que representavam.

38Um exemplo dessa origem patrimonial pode ser visto na Fazenda Ariró, de propriedade do Convento de Ilha Grande de Angra dos Reis, que posteriormente colocou em conflito o Estado e a Ordem. Isso porque o Frei Luiz Nogueira da Madre de Deus, religioso Carmelita que legou a fazenda, inseriu em seu testamento que, em troca, a Ordem deveria ministrar aulas públicas e gratuitas para a população local. Tal determinação foi desrespeitada pela Província Carmelita Fluminense. APCBH, Índice do Livro Quarto de Registros, Ordens Reais, Breves e Graças, p.53.

39 Um noviço era um religioso que passava por cerca de um ano de aprendizado, testes e provas antes de emitir formalmente os votos tornando-se um religioso professo, um frade. BENEDETTI FILHO, Francisco. Op. Cit., p. 12.

40 Segundo Augustin Wernet, “caberia à religião, à Igreja, a tarefa de promover a educação moral. Bem de acordo com o deísmo e a compreensão iluminista da religião, os sacerdotes seriam moralizadores, educadores e professores do povo”. Ver: WERNET, Augustin. A Igreja Paulista no Século XIX. São Paulo: Ed. Ática, 1987, p.38.

Essa situação abria espaço para disputas internas que, por vezes, extrapolavam o claustro, deixando à mostra toda a ambição terrena dos homens de religião, desacreditando, ainda mais, o Carmo junto à sociedade leiga. Esta situação fechava o ciclo na medida que comprovava o argumento do Estado Imperial em não permitir a entrada de noviços enquanto não houvesse uma reforma adequada no Clero Regular.

Entre os anos de 1846 e 1854, houve onze pedidos de admissão ao noviciado Carmelita. Na documentação levantada, dois deles eram destinados à Província do Carmo da Bahia e nove à Província Carmelita Fluminense.⁴¹ Tais pedidos cumpriam os trâmites definidos pelas determinações do Projeto nº 20 de 1828 que estipulava que não seriam criadas novas Ordens Regulares, que os frades e freiras estrangeiros não seriam recebidos no Brasil sob pena de prisão e que os aspirantes a noviços dependeriam de autorizações específicas da Assembléia Geral Legislativa.⁴²

Assim o procedimento era padrão. Os interessados enviavam um requerimento ao Governo Imperial solicitando autorização para entrar no noviciado da Ordem. O Estado, por sua vez, pedia que o Provincial emitisse um parecer a respeito. Entretanto, a partir da década de 1850, após o parecer, que em todos os casos mencionados, era favorável, o Império se pronunciava negando a autorização.

Tal procedimento não significava uma barreira aos estudos do noviciado. Em ofício datado de 03 de junho de 1854 e, repetido em 23 de maio de 1855, dez candidatos escreviam ao Ministro da Justiça no intuito de defender seu direito a professar. Sua preocupação residia no Aviso de 1855 de autoria de Nabuco de Araújo, que suspendia a admissão de noviços às Ordens Regulares.⁴³ Alegavam que para estudar no noviciado

41 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 934, Pct: 101, Doc: 6; Cx. 934, Pct: 104, Doc: 5; Cx. 914, Pct: 3, Doc: 68; Cx. 915, Pct: 7, Doc: 40; Cx. 915, Pct: 10, Doc: 129; Cx. 915, Pct: 6, Doc: 5; Cx. 939, Pct: 132, Doc: 117; Cx. 915, Pct: 10, Doc: 136; Cx. 930, Pct: 84, Doc: 100; Cx. 921, Pct: 37, Doc: 100; Cx. 936, Pct: 110, Doc: 48. Através da documentação, procurou-se delinear a situação econômico-social dos aspirantes à vida claustral. Contudo os requerimentos ao Estado Imperial carecem de maiores informações.

42 ALMEIDA, Cândido Mendes de. Direito Civil e Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno em suas Relações com o Direito Canônico. Rio de Janeiro: Garnier, 1866, Tomo I, Parte 3, p.1068 a 1072.

43 O mencionado Aviso compunha um processo mais amplo de restrição dos Regulares e que será discutido no segundo capítulo deste trabalho. No período entre 1828 e 1855 o cerco sobre as Ordens agravou-se na

havia feito muitos sacrifícios e onerado seus familiares e protetores no sustento na Clausura. Finalmente adquiriram as “*habilitações exigidas pelas Constituições da Ordem* e alguns, além destas, possuíam *habilitações científicas*”.

O período de noviciado propunha que o aspirante a frade pudesse acessar, além das questões teológicas e teóricas do conhecimento, o cotidiano administrativo da Ordem que escolheu. Assim, o noviço iniciava seus estudos no Convento da Corte que centralizava toda a administração. Após finalizar essa temporada, permanecia num misto de estágio com preparação intelectual nos dois outros principais conventos da Província Carmelitana Fluminense; o de São Paulo e o de Santos.

Nesse processo aprendia e era testado. Em 1855, o noviço Antonio Guimarães Barroso esclarecia um pouco mais desse caminho ao descrever os campos de conhecimento pelos quais passara no Convento de São Paulo. Afirmava que estudara Latim, Francês, Teologia Dogmática, Teologia Moral, Filosofia, Ofício Divino, Cantochoão, Historia, Geografia e Retórica.⁴⁴ O Aviso de 1855 destruía todo esse processo de aprendizado na medida em que impedia que os noviços executassem a etapa final de sua preparação professando.

Além das tentativas individuais de sensibilização, algumas Ordens Regulares buscavam se esquivar via brechas ou diferentes interpretações do Aviso de 1855. O já mencionado noviço Antonio Guimarães Barroso afirmava em seu requerimento ao Império que iniciara seus estudos em junho de 1854 e a cerimônia de sua profissão estava marcada para 4 de junho de 1855.⁴⁵ Nesse período o Estado publicara o Aviso de 19 de maio impedindo a entrada de noviços nas Ordens. Pedia então autorização para professar visto que seu processo de preparação estava além do delimitado pela nova norma do Estado.

medida que a publicidade negativa se tornou constante. A resultado imediato foi o Aviso de 19 de maio de 1855 que propunha uma reforma dos Regulares através de uma Concordata com a Santa Sé. Determinava entre outras coisas que estavam suspensas, por tempo indeterminado, as autorizações para a entrada de noviços nos mosteiros e conventos. Ver: ALMEIDA, Cândido Mendes de. Op. Cit., p.1068 à 1072.

44 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 915, Pct: 6, Doc: 5.

45 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx. 915, Pct: 6, Doc: 5.

Antonio, assim como o Provincial do Carmelo Fluminense, Frei João de Nossa Senhora do Carmo procuravam encontrar alternativas dentro da legislação que salvaguardasse o direito de pelo menos onze noviços professarem.⁴⁶ Provavelmente acreditavam que manteriam sua Ordem revigorada até que o Estado fosse convencido a rever sua postura frente ao noviciado.

Nem todas as Ordens Regulares procuravam defender o noviciado de forma direta como os Carmelitas. Os Beneditinos, por exemplo, procuraram diferentes subterfúgios dentro da nova postura. Em 1861, seu Abade Geral Frei Tomás Calmon requeria ao Império a autorização para aceitar candidatos ao claustro. Entretanto, fazia um caminho indireto. Tanto no percurso escolhido quanto na construção do argumento demonstrava visão estratégica frente ao ambiente de disputa no qual estava inserido. Primeiro passara por uma audiência com o Arcebispo da Bahia que, convencido da necessidade da Ordem, enviava um pedido especial ao Ministro dos Negócios do Império.⁴⁷ O resultado foi um parecer do Dr. Cândido Mendes de Almeida⁴⁸, Consultor Interino do Ministério do Império⁴⁹ que resgatava a argumentação do Abade sobre a preocupação apostólica dos Beneditinos e a contribuição de escravos para o serviço militar. Tanto o Arcebispo D. Romualdo Seixas quanto o Dr. Cândido Mendes de Almeida eram profundos conhecedores do Direito Canônico e argutos políticos no cenário Imperial.⁵⁰

Não se pôde averiguar se este parecer foi ouvido pelo Ministério e a licença pedida, autorizada. Contudo, é possível inferir que os noviços nunca tenham efetivamente entrado no claustro Beneditino, pois em 1870, novamente esta Ordem procurou outras

46 A.P.C.B.H, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p.59.

47 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct: 33, Doc: 66.

48 Cândido Mendes de Almeida era um consultor adequado. Precedido pela fama de especialista na área de Direito Canônico e talvez por isso mesmo, possuidor de uma visão ampla do processo de restrição empreendido pelo Estado Imperial, o que não significava necessariamente neutralidade sobre a questão. Contudo sua menção acerca dos elogios aos Beneditinos era fato não apenas nos Relatórios Ministeriais, mas também nos Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro, por exemplo.

49 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct: 33, Doc: 66.

50 Importante lembrar que nesse período o Brasil estava envolvido na Guerra do Paraguai. Ver: NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. COSTA, Wilma Peres. A Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império. São Paulo: Hucitec, 1996. TORAL, André Amaral de. Imagens em Desordem: a Iconografia da Guerra do Paraguai. São Paulo: Humanitas, 2001.

lacunas para incorporar novos membros em seus quadros. Em 27 de outubro, uma Decisão do Governo mencionava os Beneditinos. Segundo o Ministro dos Negócios do Império chegou ao conhecimento do Estado que o Abade Geral enviara alguns aspirantes para Roma, onde entraram como noviços. Toda a despesa de seu preparo correria por conta do mosteiro brasileiro. A idéia era que após professarem, estes noviços voltassem ao Brasil como frades Beneditinos brasileiros.⁵¹

Assim a Ordem Regular burlava o Aviso de 1855 de duas formas. Primeiro, porque possibilitava a entrada de novas vocações e, finalmente, permitia que os frades fossem aceitos em terras brasileiras visto que não eram estrangeiros. Percebendo a manobra, o Estado Imperial se pronunciou afirmando que não poderia impedir que as vocações se dessem em terras estrangeiras, mas uma vez professos, estes frades jamais deveriam por os pés em solo brasileiro. E, finalmente, para evitar novas tentativas, esta Circular foi enviada a todas as outras Ordens Regulares, Bispados e Arcebispado do país.⁵²

Mesmo nesse contexto de queixas das Ordens e dos aspirantes a religiosos, até o final do século XIX, o Estado Imperial não apenas manteve as proibições que, em princípio possuíam um caráter provisório, como também, apertou o cerco às propriedades dos Regulares. “Asfixiar” administrativamente as Ordens era o caminho mais curto para alcançar seu patrimônio.

1.2 – A busca e a manutenção de privilégios.

Sem perspectivas de novos entrantes, o Clero Regular e em específico, a Província Carmelita Fluminense procurou reorganizar-se internamente. No governo do patrimônio e em específico dos escravos, tal reestruturação administrativa demonstra a heterogeneidade da Ordem auxiliando tanto na captura das redes de cumplicidade tecidas e necessárias a sua sobrevivência como também esclarece suas fragilidades.

51 A.P.C.B.H., DOC 2652.

52 A. N., Coleção Eclesiástica, Cx 888, Pct: 1, Doc: 150.

A idéia residia na maior atribuição de cargos à um número restrito de frades. Aliada a esta prática, estava a otimização da burocracia interna, evitando gasto desnecessário de recursos com o deslocamento de frades. Simultaneamente, desenvolveu estratégias de sobrevivência. Passaram a ser recorrentes os pedidos de liberação de itens mais rigorosos das Constituições, Visitas Canônicas ou até o adiamento da realização das Congregações de Capítulos Definitoriais todos itens fundamentais para o bom funcionamento da Regra Carmelita.⁵³

Desde sua origem os Carmelitas eram regidos por uma Regra⁵⁴ que organizava o cotidiano interno da Ordem. A reformulação da Regra associada ao seu ingresso no mundo urbano constituiu marco irreversível tanto na dinâmica interna dos frades quanto na imagem desenvolvida pela comunidade leiga em relação ao Carmelo.⁵⁵ A alteração da estrutura administrativa Carmelita Calçada foi necessária em função de tais transformações. A Ordem passou a ter uma instância superior e central que era o *Governo Geral* ou *Cúria Generalícia* sediada em Roma. Logo a seguir, foi subdividida em *Províncias* regidas cada qual, por um Provincial.⁵⁶ Tal Província, por sua vez, compunha-se de conventos da Ordem

53 É possível observar tal medida nas seguintes datas: 21 de maio de 1828, Breve de Dispensa de alguns pontos das Constituições dos Carmelitas Calçados da Província Fluminense. A.N., Coleção Eclesiástica, Coleção 225, Ff: 12; 01 de maio de 1854, Breve de Dispensa de Realização de Capítulos Definitoriais. A.N., Coleção Eclesiástica, Códice: 272, Fl: 57V, Registro de Beneplácitos e Braves, 1851/1856, Vol. I; 31 de abril de 1857, Breve dispensando os Sócios dos Priores para o Capítulo Provincial. A.P.C.B.H., Índice do Livro Quinto de Registros, Breves e Patentes, p. 57. 21 de março de 1859, Ofício do Secretário da Província Carmelita Fluminense aos Priores consolidado no rescrito da Nunciatura Apostólica alertando a não ocorrência da Visita Canônica. A.P.C.B.H., Índice do Livro Sexto de Registros, Breves e Patentes, p. 60.

54 Essa Regra determinou parâmetros administrativos e comportamentais cotidianos entre os quais: a presença de um Prior eleito pela maioria dos confrades e “a quem todos deveriam jurar obediência”, a percepção de que os irmãos “deveriam habitar em celas separadas, sendo que aquela pertencente ao Prior se localizaria na entrada do convento, para uma melhor observação da movimentação de seus tutelados”. Orar, meditar e a inexistência de propriedade individual também constituíam deveres Carmelitas. “Os bens pertenceriam à comunidade, que também dedicar-se-ia ao trabalho”.

55 Molina, Sandra R. Op. Cit. , p. 24 e BOAGA, Emannuele, O. Carm.... Op. Cit., p. 41.

56 A Província era o conjunto de conventos de um determinado país ou área geográfica que compunham uma unidade jurídica ou institucional com governo e regimento próprios. BENEDETTI FILHO, Francisco. Op. Cit., p. 11.

administrados individualmente por um Prior responsável pelo cotidiano dos frades da comunidade sob sua responsabilidade.⁵⁷

As *Constituições* complementavam essa estrutura administrativa uma vez que determinavam e regiam todas as decisões referentes ao governo e estrutura da Ordem que não podiam ser contempladas pela *Regra* e pelos *votos*. Tratavam de alterações necessárias à sua adequação histórica na medida em que regulamentavam o cotidiano das comunidades Carmelitas e suas relações com as sociedades nas quais conviviam. Configuravam textos legislativos criados pelos próprios Capítulos Gerais da Ordem que visavam normatizar situações e problemas materiais vivenciados pelas Províncias mais do que questões doutrinárias e espirituais.⁵⁸ Progressivamente, os Capítulos Gerais repetiram, esclareceram e completaram as normas já existentes, redigindo por fim, textos novos de *Constituições*.⁵⁹ Tal movimento burocrático registrou consecutivas alterações vividas pelos Carmelitas tanto em sua história interna quanto na de seus compromissos com as sociedades leigas e com os órgãos de poder com os quais conviveram.

Nesse sentido as Regras e as *Constituições* tiveram, ao longo do tempo, participação essencial na trajetória desses frades, tanto na Europa quanto no Brasil uma vez que fundamentaram e orientaram as decisões dos Visitadores que restauraram a disciplina interna, salvando a Corporação do declínio. Todavia, foram também a inspiração da política de restrições que desagregou a Ordem do Carmo no período entre o final do século XVIII e o final do XIX.⁶⁰

Interferir em alguns itens dessas Regras era alterar a natureza constitutiva de uma Ordem Regular e o resultado podia ser desastroso. Foi o que os Carmelitas descobriram ao longo do século XIX, na medida que resumiram ou, até adiaram as Visitas Canônicas, por exemplo. Toda Ordem Regular tinha em suas *Constituições* a prática da Visita Canônica. No caso dos Carmelitas Calçados, o Provincial em um período trienal

57 Nesse corpo centralizado, o frade estava disponível não só para as comunidades local, provincial e geral, como também para cada tipo de atividade.

58 MOLINA, Sandra R. Op. Cit., p.25.

59BOAGA, Emannuele, O. Carm.. Op. Cit., p. 40.

60 MOLINA, Sandra R. Op. Cit., p. 26.

realizava uma viagem por todos os conventos e fazendas vistoriando a administração de seus subordinados. Em outros momentos, caso quisesse, indicava um secretário da Província que realizasse tal empreitada.

Importa notar que nesse processo de Visita, o superior hierárquico entrava em contato com os Piores, com larga autonomia em suas decisões sobre os conventos e patrimônio que lhes cabia governar, com os frades mais subalternos na hierarquia e finalmente com os escravos integrantes de cada porção patrimonial da Província. Como se tratavam de viagens longas, infere-se que o Provincial possuía contato, mesmo que restrito, com a comunidade leiga onde se localizava tanto o convento quanto as fazendas. Assim, a Visita Canônica prevista configurava uma vigilância sobre os administradores dos bens da Senhora do Carmo a fim de que, por total liberdade, progressivamente não se sentissem proprietários.

Outro ponto crucial era a questão das Reuniões das Congregações e Capítulos Definitoriais que progressivamente foram adiadas. Os Capítulos eram fundamentais para a saúde institucional de uma Ordem Regular como a Carmelita Calçada. De três em três anos, cada convento elegia um número de Sócios do Prior que o acompanhariam e possuíam poder de voto em uma reunião ampla que ocorria no Convento do Carmo da Corte, também conhecido como Casa Provincial. Nessas reuniões, se dava o inverso da Visita Canônica. O percurso era parecido, contudo, ao invés do Provincial viajar por todos os conventos e fazendas, era a vez dos Piores e seus Sócios peregrinarem até a Corte. Isso significa que pelas precárias estradas do século XIX, caminhavam os frades oriundos basicamente dos Conventos de Santos, São Paulo, Angra dos Reis, Mogi das Cruzes, Itu e Vitória.

Uma vez reunidos, havia pelo menos dois pontos a serem tratados. O primeiro era a eleição de toda a hierarquia da Ordem desde o Provincial até o mais simples dos frades, pelos próximos três anos. Realizado o pleito, passavam ao segundo ponto, a discussão dos caminhos administrativos e também apostólicos da Corporação. Definiam nas atas quais eram as atitudes que deveriam ser tomadas pelos Piores, desde o cotidiano administrativo até questões de fundo religioso. O arrendamento de edifícios, fazendas e escravos, se as matas nativas das fazendas deveriam ser derrubadas ou se replantadas, como

resolver a pensão dos frades doentes ou mais velhos, como cumprir os legados de missas e por aí seguia.

Como se pode imaginar, na medida que tanto as Visitas quanto os Capítulos passaram a ser truncados, houve um esfacelamento na idéia central de hierarquia administrativa da Ordem que pode ser observada nas denúncias progressivamente freqüentes contra os desmandos dos frades nos diferentes conventos da Província Carmelita Fluminense.

Decorrente disso, quando havia efetivamente as reuniões para o Capítulo, notava-se uma radicalização das posições e o que deveria ser um encontro de irmãos interessados no bem comum da Ordem se transformava em uma luta fratricida por cargos e privilégios para o próximo período.

Privilégios decorrentes do cargo de procurador do Convento do Carmo da Corte para o qual Frei Manoel de São Vicente Ferreira fora e eleito no Capítulo de 29 de abril de 1855, por exemplo.⁶¹ Em seu requerimento ao Ministério do Império alegava que seus confrades o estavam *iludindo* impedindo sua posse enquanto o Prior acumulava funções no que tangia ao acesso as alfaías e bens.⁶² Para o religioso ofendido a questão se agravava, pois tal prática era organizada de forma que, externamente aparentasse normalidade e respeito às Regras e Constituições.

Era o que ocorria com o caso dos Clavários e outras funções exigidas não apenas pelas Constituições como também pelo Delegado da Santa Sé.⁶³ Segundo Frei

61 Frei Manoel de São Vicente Ferreira foi batizado na freguesia de São Cristóvão do Porto em 1825. Tomou o hábito carmelita em 27 de junho de 1849 professando em 28 de junho de 1850. APCBH, NICHOLSON, Alberto. Lista de Entradas, Tomada de Hábito e Profissões.

62 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

63 A função de Clavário se aproximava muito da de Procurador do Convento. Era assim definida pelas Constituições da Ordem em seu Capítulo 10: “(...)§1º Determinamos que em qualquer Convento nosso sejam eleitos 3 a 4 clavários os quais com o Prior, ou Presidente guardarão os bens do Convento, receberão o que se há de receber, disporão do que se deve dispor, tomarão o que se há de tomar, pagarão o que se deve pagar, e farão tudo aquilo que julgarem conveniente ao bom governo, e guarda dos ditos bens. §2º Não receberá o Prior cousa alguma da Comunidade sem ser na presença dos Clavários. Não poderá dispor de cousa notável, nem gastar, ou vender cousa alguma do Convento sem serem ouvidos os Clavários sob pena de proprietários.” A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84 e Regras e Constituições da Ordem,... Op. Cit.

Manoel, embora os responsáveis por tais cargos fossem eleitos e seus nomes informados, na prática essas eleições eram uma *burla* ou no dizer do Provincial *honestas estratégias*. Dessa forma, o Prior *continuará a acumular tudo em sua pessoa, não obstante ser incapaz para um só dos mesmos empregos já pela sua adiantada idade, já pela inaptidão que lhe é natural*.⁶⁴

A denúncia de Frei Manoel era grave na medida que alertava não apenas para o descumprimento das Constituições, mas também a prática de engodo às demais autoridades eclesiásticas. Abria espaço para suspeitas, pois se isso ocorria no interior do clero, o que imaginar das informações fornecidas aos Relatórios Ministeriais e ao Estado Imperial em geral? De fato, pelo que se pode observar na documentação analisada as *honestas estratégias* eram usuais. E, apenas quando interessava, eram denunciadas.

O próprio Frei Manoel de São Vicente Ferreira já se valera delas um ano antes. Em 4 de abril de 1854, este religioso estava bem distante de suas funções no Convento do Carmo da Corte para onde havia sido designado no Capítulo de 1851.⁶⁵ Oficiava ao Ministro da Justiça justificando que estava na cidade de Pindamonhangaba em função de uma licença saúde autorizada por seu Provincial e cujo prazo se esgotava. Pedia então uma renovação de sua distância do Convento da Corte. O Ministro, por sua vez, requeria um parecer do Provincial a respeito.

O Provincial Frei José da Conceição Meirelles emitiu um parecer desfavorável explicando que curiosamente, o frei em questão apresentava *um atestado do médico, quase sempre gracioso para o fim* que desejava. Neste último pedido, não imaginava por que deveria manter-se distante do claustro, uma vez que o referido atestado mencionava que *a menor extravagância na dieta pod[ia]-lhe acarretar perigo de vida*. Sendo assim, era evidente, que o frade, fora, estava *mais exposto a extravagância, do que no Claustro*. Quanto à necessidade do *clima frio*, acrescentava que só na Província de São Paulo, os

64 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

65 A.P.C.B.H., Livro 4º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense.

Carmelitas Calçados possuíam quatro conventos entre os quais poderia escolher um para residir e curar-se de seus males.⁶⁶

Pode-se inferir que o parecer do Provincial foi vitorioso embora desrespeitado; visto que um ano depois, o frei adoentado se “vingava” com o episódio da eleição.⁶⁷ Após a denúncia do acúmulo de cargos, novamente o Provincial foi chamado a se manifestar.

Frei José da Conceição Meirelles esclarecia que, de fato, Frei Manoel de São Vicente Ferreira obtivera a maioria dos votos para o cargo de Procurador. Contudo, não podia ser empossado, pois estava *fora da obediência da Ordem, Empregado em paróquia na Província de São Paulo pelo Exmo Bispo daquela Diocese*. Estava sujeito ao Bispo e, portanto, pelas *Constituições da Ordem*, desqualificado para participar das eleições.⁶⁸

Passava a negar todas as arbitrariedades alegadas na denúncia do frade dizendo que muitos dos pontos das Constituições já haviam sido alterados com a aprovação da Santa Sé e que de forma alguma afetara a boa administração conventual. Exemplificava com o caso de Frei Diogo dos Anjos Rocha, Prior do Convento da Corte denunciado. Como poderia ser tachado de *inepto, e ímprobo* um religioso que por muitos anos foi Procurador do Convento da Corte através de reiteradas eleições dos Capítulos Provinciais? Que assumiu o cargo de Procurador Geral, Provincial e que nos últimos nove anos era Prior?

O Provincial achava que, para o Frei Manoel de São Vicente, talvez a administração correta fosse a do Convento do Pará que sofria com as denúncias do Bispo da Diocese em função da dilapidação de seu patrimônio e não a conduta do Convento da Corte cujos bens estavam *intactos, e suas tocas, e preciosidades seguros, e em boa guarda*.⁶⁹

66 A.P.C.B.H., Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e patentes, p.59 e A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

67 Tratava-se da eleição Capitular de 1854, onde Frei Manoel de São Vicente Ferreira foi eleito Procurador do Convento da Corte sendo impedido de tomar posse.

68 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

69 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

Enfatizava o mesmo que, diferentemente do que afirmava o autor da denúncia, não haviam *partidos* ou *cabalas* dentro do Carmo da Corte. O que de fato existia eram três frades descontentes *por não terem sido elevados aos Empregos, que muito ambiciona[va]m, tem procurado, por todos os modos, tirar a força moral dos Prelados com calúnias, e toda sorte de mentiras.* Se a questão era o desrespeito às normas internas da Ordem, como *avaliar a péssima conduta deste Padre pela insolência; com que trata a seus Prelados na exposição, que faz a V. Exa., que como digno Ministro da Justiça com razão há de julgar que as calúnias, que ele usou a seus Superiores exigem a mais severa punição.*⁷⁰

O parecer do Provincial parece ter surtido efeito, pois em setembro de 1855, um novo requerimento do Frei Manoel de São Vicente Ferreira chegava à Secretaria dos Negócios da Justiça. Informava que em função de sua saúde e *por indisposição de seus prelados* não podia mais continuar vivendo no claustro. Desejava licença para residir fora do convento. Como das outras vezes, seu pedido foi indeferido.⁷¹ No entanto, como de outras vezes, não parece ter ocorrido qualquer tipo de punição ao frade rebelde. Ao contrário, foi possível encontrar o mesmo religioso nomeado em 1860, confirmado no Capítulo de 1861 no cargo de Prior do Convento de Santos.⁷²

1.3 – A sobreposição de funções e a manipulação do discurso: os frades criando alternativas.

Como já explicitado, a falta de frades no cotidiano da Ordem Regular abria espaço para aberrações administrativas como a permanência repetida de indivíduos nos

70 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

71 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

72 Segundo as anotações de Frei Alberto Nicholson e constantes no Arquivo do Convento de Santos, no Capítulo de 1864, Frei Antonio das Neves Pereira foi eleito Prior de Santos e Frei Manoel de São Vicente Ferreira, Prior de Vitória. Aparentemente houve uma troca de cargos entre os eleitos e Frei Manoel ficou no cargo até a posse de seu sucessor em 1866.

mesmos ou cargos afins por muitos anos. Foi o que pôde ser observado em relação à Frei Tomás de Aquino, Frei Bernardino de Santa Cecília e Frei Manoel de São Vicente Ferreira.

Uma análise do percurso desses frades demonstra duas fragilidades institucionais, que dificultaram a sobrevivência dos Carmelitas Calçados ao longo do século XIX. A primeira, diretamente associada à segunda, era a compreensão dos frades sobre o contexto de restrição no qual a Ordem estava inserida e da disputa com o Clero Secular. A segunda corresponde ao profundo conhecimento dos meandros burocráticos nas relações internas e externas à Ordem Carmelita, especialmente no que tocava ao grave problema dos seminários e à nova formação dos clérigos seculares no Império.

O Estado Imperial, desde o início do século XIX, alardeava a urgência na reforma dos seminários que cuidavam da preparação dos posteriores padres seculares.⁷³ Qual linha de formação filosófica fornecer? Uma preparação de caráter Regalista ou um trabalho de linha Ultramontana? Contudo, independente da opção adotada, persistia a questão financeira. Como reformar os seminários se o Estado Imperial, responsável por suprir tal área se recusava a investir o dinheiro necessário?⁷⁴ E justamente aí entrava o Clero Regular. Em função de sua autonomia financeira este grupo possuía os recursos que faltavam à reforma do Clero Secular. As fazendas, os imóveis urbanos, o gado e os escravos constituíam um vultuoso patrimônio, que na concepção do Estado Imperial e do Clero Secular, era subaproveitado em função da desorganização administrativa, hierárquica e moral de tais ordens.

73 A pouca formação intelectual do Clero Secular era geralmente atrelada a pobreza desses padres. “O padre-capelão das fazendas, por exemplo, encarregado das missas, dos batizados, das festas e dos escravos, nas capelas e nos oratórios da propriedade, vivia em plena dependência dos fazendeiros. Esses padres domésticos, festivos e acomodados aos ‘Grandes da Terra’, aos quais estavam ligados muitas vezes por laços de origem ou amizade, ‘recebiam’, de acordo com Daniel P. Kidder, só ‘reduzidos emolumentos’. Nas vilas e cidades, em ambiente ‘urbano’, o padre era contratado pelas confrarias, que, nos seus ‘compromissos’ e estatutos, estipularam o ordenado do seu capelão. Os que ocupavam o cargo de vigário, faziam parte do funcionalismo público, e normalmente o que recebiam do Governo não dava para viver. Completavam seu salário, seja cobrando taxas no exercício do ministério, seja dedicando-se a outras profissões. (...) Vigarias boas eram aquelas que tinham missas, casamentos e batizados em abundância, ocasiões em que muitos padres, gananciosamente, na opinião do povo, cobravam taxas acima das estabelecidas nas normas episcopais.” WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX*. São Paulo: Ed. Ática, 1987, p. 57 e 58.

74 A questão da reforma dos seminários será melhor tratada no segundo capítulo deste trabalho.

Para os padres que integravam a política tradicional, exercitando-se em cargos como parlamentares, a solução tornou-se progressivamente explícita em seus discursos: reunir os poucos frades de cada uma das Ordens em um só convento e seqüestrar seus bens, empregando-os na reforma dos seminários.

Além dessa disputa, havia uma outra extremamente tradicional, que residia na rejeição da obediência total dos frades às autoridades eclesiásticas seculares. Vez por outra, em lugares diferentes envolvendo conventos diversos, foi possível detectar um conflito regional envolvendo frades, Priores, Provincial, Bispos e Arcebispo.

Em 1852, por exemplo, o Bispo do Pará começou de forma lenta, mas constante, um trabalho de repressão indireta ao Convento do Carmo de Belém.⁷⁵ Eram ações tangenciais como o requerimento ao Ministério dos Negócios da Justiça pedindo a união do Convento de Santo Antonio do Pará ao Convento de São Francisco da Bahia mantendo o noviciado *na forma de suas regras*.⁷⁶

Cerca de um ano depois, em 31 de dezembro de 1853, o Prior do Carmo do Pará foi a público, em carta aberta em um jornal, defender-se de acusações perpetradas pelo Bispo que afirmava não poder abrir o Seminário no Convento do Carmo, pois o Prior se recusava a ceder o espaço necessário ordenado pelo Ministro da Justiça.⁷⁷

Para o Bispo, a ordem do Estado Imperial definia a doação de todo o espaço do convento e não apenas a parte conveniente ao Prior. Frei Joaquim José da Silva Costa, por sua vez, informava a situação que havia se criado em torno do espaço para o seminário. Segundo essa versão, reservara para sua acomodação e a de Frei Manoel Maria da

75 O Bispado de D. José Afonso de Moraes Torres (1844-1858) em conjunto com o de D. Antonio de Macedo Costa é considerado primordial no processo de romanização da Igreja da Amazônia. D. José iniciou sua vocação religiosa como Lazarista e posteriormente optou pelo Clero Secular. Dada a sua formação original esteve envolvido nesse processo de Ultramontanismo da Igreja Brasileira. “Seu governo foi marcado pela preocupação com a formação do Clero em geral e em específico as questões pastorais. Fundou os seminários em Cametá, Óbidos e Manaus. Por assumir um Bispado em uma Amazônia fragmentada pós-cabanagem, optou por duas metas: a formação do clero e as visitas pastorais”. Ver: SANTOS, João. “A romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880).”, In: História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1992.

76 A.N., Coleção Eclesiástica, Códice 272, Folha 38.

77 Infelizmente não foi possível rastrear o nome do jornal.

Anunciação duas celas, uma pequena varanda que serviria de enfermaria, a cozinha onde se alojavam os escravos, a ponte que abrigava as canoas do convento, a igreja e a torre.⁷⁸ Todo o restante do convento, que já havia sido utilizado temporariamente pela Assembléia Provincial, foi entregue à Comissão que instalaria o Seminário. Esta por sua vez recusou as acomodações alegando que não bastavam para um Seminário.

O Prior concordava que o espaço era exíguo para manter cerca de setenta seminaristas, mas enfatizava que provisoriamente era o suficiente acrescentando que *não havia de sair para a rua, romper a Clausura, ficar sem abrigo algum, para que os Seminaristas vive[ssem] a largar*.⁷⁹ Além disso, podia não servir para o seminário, mas era ideal para abrigar parte do 11º Batalhão com cerca de 200 Praças e Oficiais, armamentos e munições. Assim, o espaço rejeitado pelo Bispo foi requerido e aceito pelo Presidente da Província do Pará.

Apenas quatro dias após a justificativa descrita acima, o Ministro dos Negócios da Justiça Nabuco de Araújo emitia uma Portaria mandando substituir e recolher Frei Joaquim José da Silva Costa ao Convento da Corte, *visto como por sua conduta irregular não pode [ria] continuar* residindo no Pará.⁸⁰ Simultaneamente o Comissário da Província Carmelita Fluminense recebia um ofício do Ministro, mandando que além do recolhimento do citado religioso, nomeasse Frei Manoel Maria da Anunciação para o cargo de Prior do convento. O ofício determinava também que o Bispo deveria realizar a nomeação do frade.⁸¹

A partir de então, provavelmente a pedido de Frei Joaquim José da Costa, nota-se a existência de inúmeros atestados de integrantes da sociedade leiga de Belém informando sobre a conduta adequada e a estima de que se fazia merecedor o referido ex-

78 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 86, Doc: 26.

79 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx.931, Pct: 86, Doc: 26

80 A.P.C.B.H., Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p.38.

81 No dia 11 de janeiro de 1854, o Comissário Provincial Frei João de Nossa Senhora do Carmo escrevia ao Ministro da Justiça com cópia ao Bispo e ao Presidente da Província do Pará informando que recebera o ofício e estava tomando as providências necessárias. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 913, Pct: 2, Doc: 66 e A.P.C.B.H., Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p.38.

Prior ao tempo em que conduziu o Convento do Carmo. O Brigadeiro reformado e Comandante Superior da Guarda Nacional da Capital da Província do Pará, Marcos Antonio Brício acrescentava que o frade:

*“(...) se tem portado tanto em sua Prelazia, como em seu estado Religioso, com dignidades e moralidade; que o reconheço com assiduidades e interessado, tanto quanto pode, no que diz respeito a conservação, e mesmo ao aumento do patrimônio do seu Convento: no que diz respeito a sua vida privada, e monacal, consta-me que é honesto e observador de sua regra, e o afirmo sob minha palavra de honra.”*⁸²

Um Deputado Provincial frisava sua boa administração sobre *os escravos do Convento*.⁸³ O Juiz Municipal esclarecia que o religioso era estimado dos paraenses em função de *suas recomendáveis qualidades, e bom comportamento*.⁸⁴ O Chefe do Estado Maior do Comando Superior dos Guardas Nacionais da Comarca de Belém recordava de que desde o seu noviciado, efetivado no Pará, o frade demonstrara inúmeras qualidades e que não podia imaginar qualquer inimizade que houvesse adquirido ou quem lhe desejasse algum mal.⁸⁵

Analisando os cargos ocupados pelos autores dos atestados, imagina-se que as relações construídas pelo Prior em seu tempo de permanência no Pará eram extremamente importantes na estratégia de manutenção do patrimônio Carmelita. Não foi possível detectar

82 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 86, Doc: 26.

83 Tratava-se do Deputado João Lourenço Pais de Souza, bacharel e Tenente Coronel do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Capital do Pará. Além deste também atestam a conduta do Prior, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (Cavaleiro da Ordem de Cristo, ex-Inspetor da Alfândega, Presidente da Junta de Comércio e Inspetor do Tesouro Público Provincial do Pará), Afonso Artur de Almeida Albuquerque (Juiz de Direito), Ambrósio Leitão da Cunha (Cavaleiro Fidalgo da Casa Imperial, Juiz Municipal de Belém e Diretor da Instrução Pública), Antonio José de Miranda (Oficial da Imperial Ordem da Rosa e Vereador da província do Pará), José Antonio da Fonseca Galvão (Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro e de Cristo, Tenente Coronel Comandante das Armas da Província do Pará). A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 86, Doc: 26.

84 Atestado passado por Ambrósio Leitão da Cunha. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 86, Doc: 26.

85 Atestado passado por Pedro Borges de Faria. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 86, Doc: 26.

se tais testemunhas da conduta do frei possuíam negócios com o Convento do Pará. Contudo, não se trata de uma hipótese descartada, em um universo onde as relações de amizade e negócios se misturavam constantemente.

Entretanto, se os amigos do Prior eram respeitáveis, seu inimigo possuía uma articulação maior na política Imperial. Os testemunhos não foram suficientes e o Ministério da Justiça estava irredutível. Em maio de 1854, o Presidente do Capítulo da Província Carmelita Fluminense, Frei João de Nossa Senhora do Carmo enviava ao Ministro da Justiça, com cópia ao Bispo de Pará - como prova de sua *adesão e obediência ao Governo Imperial* – a patente de Prior investida ao Frei Manoel Maria da Anunciação.⁸⁶

Recolhido ao Convento da Corte, o ex-Prior engendrava sua defesa escrevendo ao Imperador.⁸⁷ Esclarecia que, notificado pelo Aviso do Ministério e de seu Provincial, cumpriu imediatamente o ordenado. Apenas no Rio de Janeiro tivera conhecimento de que sua conduta estava sendo questionada pelo Bispo do Pará. Desde então pedira cópia da queixa para que soubesse do que era acusado.⁸⁸ Entretanto durante o tempo em que se achava na Corte, não conseguira obter documento algum que lhe permitisse organizar sua defesa. Alegava que fora canonicamente eleito Prior do Carmo e confirmado pelo Papa, desde 1851. Portanto, pelo direito canônico, nem o Provincial de sua Ordem e nem qualquer outra autoridade, poderia destituí-lo do cargo sem que fosse ouvido ou condenado através de um processo. Nem mesmo o Bispo Diocesano, ainda que estivesse com a razão ao seu lado, poderia infringir o que definia o Concílio Tridentino sobre os procedimentos adequados.

O ex-Prior após esclarecer a existência de uma legislação e da tradição, descumprida em seu caso, amenizava seu discurso sublinhando sua surpresa com a postura do Bispo, pois ambos gozavam de certa proximidade no cotidiano de Belém. Informava que confrontara o Bispo apenas na questão do Seminário Episcopal que ocuparia o Convento do

86 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 913, Pct: 2, Doc: 69.

87 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 86, Doc: 26.

88 No início de maio já havia oficiado ao Império requerendo uma cópia da representação elaborada pelo Bispo Diocesano. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 86, Doc: 26.

Carmo. Finalizava pedindo que o Imperador suspendesse o Aviso que o expurgava do Convento de Belém e sujeitasse o suplicante a um processo regular a fim de que pudesse se defender.

O apelo de Frei Joaquim se escudava na tradição legal do Direito Canônico em sua convivência equilibrada com o Direito Secular, a qual, no século XIX, estava ameaçada pelo menos no que se referia às Ordens Regulares e seu patrimônio. O que era uma disputa de poder local entre Bispo e Prior fora encampada, transformando-se em mais um caso de anarquia administrativa e, portanto, configurando-se enquanto nova bandeira para que o Estado Imperial pudesse enfraquecer a posição de Ordens como a Carmelita. Assim, em função da complexidade do contexto, o discurso ofendido do religioso não obteve sucesso, e em julho de 1854, seu nome constituía uma lista de quatro convocados pelo Provincial para o trabalho de catequese no Paraná.⁸⁹

Tal convocação decorria de uma oferta da Província Carmelita Fluminense ao Estado Imperial para que seus membros integrassem um trabalho apostólico no Paraná. O mais interessante é que a Província Carmelita Fluminense, embora contasse com propriedades nessa região, não possuía qualquer trabalho apostólico em andamento, o que demandaria gastos para iniciar tal atividade. Provavelmente, uma política de boa vizinhança que melhorasse a imagem Carmelita ante o Estado tenha sido o móvel do Provincial, que possuía sob sua responsabilidade, pouquíssimos frades para um extenso patrimônio. Portanto, deslocar quatro preciosos religiosos para o distante serviço de catequese era algo notável.

O Provincial ainda tentava manter Frei Joaquim pelo menos no Convento da Corte, informando que o mesmo ocupava o cargo de Definidor Perpétuo o que, pelas Constituições Carmelitas, o impedia de se afastar do convento, exceto por ordem de alguma autoridade Apostólica, finalizando que tal proibição, naquele momento, era muito mais adequada dada a *falta de Religiosos habilitados para exercer os cargos indispensáveis*.

89 AP.C.B.H., Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens e Patentes, p. 59.

Detalhava ainda que, em função da última dispensa para reeleição, estavam vagos os lugares de três Clavarios, Sacristão-Mor e Procurador do convento.⁹⁰

O discurso do Provincial foi corroborado em 29 de julho de 1854 através da carta de Frei João de Nossa Senhora do Carmo ao Governo Imperial. Este religioso estava listado para servir na catequese no Paraná e informava que tal convocação, por sua natureza honrosa, seria obedecida sem questionamentos caso não fosse *incompatível com as Leis de sua Ordem, com sua idade e falta de saúde*. Isso porque, ocupava ele o cargo de Definidor Perpétuo, o qual exigia sua permanência em local onde pudesse participar das Reuniões Capitulares e Congregações Intermédias. Além disso, ele possuía 57 anos estava *cansado e achacado de enfermidades* que o impediam de realizar *longas viagens, e dar-se a trabalhos assíduos mudando de localidade e de clima*.

Mas a questão não era apenas sua preocupação individual com a saúde. Por dezoito anos, ocupara o cargo de Prior e, por seis anos, fora Sócio e Secretário do Provincial. Assim, era adequado permanecer no centro das decisões da Ordem, visto que a mesma *carec[ia] de Religiosos idôneos para exercerem os lugares indispensáveis*.⁹¹

Talvez os discursos dos frades tenham obtido algum êxito. Em agosto, o Provincial respondia ao ofício do Ministro da Justiça que mandara substituir Frei João de Nossa Senhora do Carmo e Frei Joaquim José da Silva Costa no serviço da catequese no Paraná. Explicava:

“Sobra-me a vontade de satisfazer ao que por V. Exa. me é ordenado no Seu Ofício; mas como cumprir este dever? Agora é que estou preparando esta Província; que por falta de dignos, represento, promovendo o ingresso de adeptos, assim como também a instituição competente para formar Sacerdotes hábeis para o Ministério da Catequese para então poder cumprir satisfatoriamente, e com prontidão as Ordens do Governo Imperial a respeito do importante serviço da Catequese, que se dignou o Governo

90 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 86, Doc: 26.

91 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 90, Doc: 19.

*encarregar-nos, anuindo a oferta, que lhe fizemos. É pois do futuro, atenta a falta de Religioso na atualidade, pelo diminuto número, de que consta esta Vossa Província, é desse futuro, que não estará muito longe, que eu espero estar esta Vossa Província habilitada completamente, e com número de Religiosos com suficiência para o importante Serviço da Catequese, e de outro qualquer Serviço, que o Governo Imperial se dignar encarregar-nos.”*⁹²

Importa notar neste discurso do Provincial que, para além da questão de manter próximos os frades treinados na burocracia interna da Ordem, havia a constatação clara de que a Província Carmelita Fluminense possuía problemas sérios. O interessante é que Frei José da Conceição Meirelles utilizava-se dessa situação explícita e bem conhecida pelo Estado para enfatizar o esforço de melhoria e humildade empreendido em sua administração. Apropriava-se da crise como oportunidade para demonstrar a necessidade de noviços para que futuramente se realizasse o trabalho social.

Em função da fragmentação da documentação, não é possível afirmar efetivamente o que ocorreu nos meses seguintes. Todavia, o projeto de catequização no Paraná não prosperou, pelo menos para os frades Carmelitas da Província Fluminense.⁹³ Por outro lado, apenas temporariamente, o Bispo parece ter vencido a disputa local de poder pois, em abril de 1855, Frei Manoel da Anunciação, que havia ocupado o cargo de Prior do Convento do Pará, pediu e obteve Beneplácito ao Breve, que permitia que residisse fora do convento.⁹⁴

A princípio, tem-se a impressão de que finalmente o espaço do convento seria cedido. Contudo, em 1863, na gestão de um outro Bispo, foi possível encontrar novamente,

92 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 913, Pct: 2, Doc: 71.

93 Frei João de Nossa Senhora do Carmo por exemplo, se manteve no Convento do Rio de Janeiro até janeiro de 1857 quando pediu licença ao Império para residir fora do claustro a fim de tratar de sua saúde buscando lugares de melhor temperatura. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 90, Doc: 19.

94 A.N., Coleção Eclesiástica, Códice 272, Registro de Beneplácitos e Breves.

Frei Joaquim da Silva Costa no cargo de Prior do Convento do Pará. O frade ainda possuía alguns inimigos. O Bispo, contudo, demonstrava outra percepção sobre o Prior.

Nesse ano, D. Antonio Macedo da Costa escrevia ao Ministro do Império Marquês de Olinda informando que, em Belém, um sacerdote havia publicado *gravíssimas acusações* contra o Prior do Carmo, alegando que o mesmo era um *impostor que por dezesseis anos teria iludido o Pará*.⁹⁵ Dada a gravidade das acusações, o Bispo escrevia a fim de prevenir o Ministro e informar que tivera em mãos os documentos que provavam a *regularidade* de Frei Joaquim tanto em sua *entrada nas ordens* quanto no cargo que ocupava. Finalizava esclarecendo que, ao tempo em que se achava na diocese, o referido frade não fornecera motivos para qualquer tipo de punição canônica.⁹⁶

Talvez o temor do Bispo tenha sido infundado, pois na documentação compulsada, nota-se referências ao Carmo do Pará apenas em 1866. Nesse ano, mais um conflito interno extrapolava os limites do claustro, levando as mazelas da Ordem ao domínio público. Tratava-se das dívidas pertinentes ao Convento de Belém.

Em 18 de abril, o então Prior Frei Joaquim José da Silva Costa, escrevia uma carta narrando seus últimos anos dentro da Província Carmelita Fluminense. Informava que por ocasião da *reforma* de sua Ordem, ou seja, no período dos Visitadores Apostólicos, ocupava ele o cargo de Prior de Angra dos Reis e ficara satisfeito com a chegada do Visitador para administrar e organizar o claustro carmelitano. Contava, então com 54 anos, dezesseis dos quais servindo como Prior do Carmo do Pará e achava-se adoentado. Assim, pedira demissão do cargo de Angra e se recolhera no Convento da Corte, prestando obediência ao Visitador. Continuava:

“Em todo esse tempo recusei aceitar este priorado, que gemia ao peso e reveses do infortúnio do ex-Prior Frei Manoel da Natividade, sempre inconstante, e infeliz em

95 Este bispo ocupou o cargo no período entre 1860 e 1890. Foi indicado pelo Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil D. Romualdo de Seixas. Sua administração foi marcada pela Questão Religiosa.

96 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 900, Pct: 3, Doc: 95.

*seus destinos, e recordando-me do deplorável estado em que deixara o Convento do Rio de Janeiro, não ignorava a sorte que me aguardava.”*⁹⁷

Contudo, apesar de sua clara resistência anuiu aos desejos do Visitador para que voltasse a assumir o cargo de Prior em Belém. Acreditava ele que sob a autoridade e proteção tanto do Visitador quanto do Ministro do Império, *poderia debelar qualquer ato com que por ventura o ex-Prior tivesse onerado* aquele convento. Logo que pode averiguar a real situação do convento, escreveu ao Visitador informando que se achava com seu patrimônio *desbaratado* pelo ex-Prior que:

*“(...) havendo feito uma sociedade com Luiz Antonio Fernandes de cinqüenta escravos e a fazenda da Engenhoca, bem como libertado treze escravos, e que por maneira nenhuma legalizasse semelhantes atos.”*⁹⁸

Entretanto, a presença de Frei Manoel da Natividade no Convento da Corte foi o suficiente para tocar *o terno e compassivo coração do Rmo. Visitador que aprovou suas dívidas*. Segundo o Prior Frei Joaquim José da Silva Costa, o Visitador fora iludido pelas *insinuações e mentiras* do ex-Prior que atestava ter deixado *grandes plantações para o pagamento dessas dívidas*. Baseado em tais informações, o Visitador passou a pressionar ao atual Prior, Frei Joaquim, a fim de que ele pagasse as dívidas que somavam cerca de 10:000\$000 réis, com o fruto das colheitas que, de fato, nunca existiram. O Prior finalizava sua carta esclarecendo que dessa forma, havia pedido sua demissão ao Visitador e a aprovação do mesmo pedido ao Ministro do Império.⁹⁹ Aqui é possível observar uma outra prática que o contexto do século XIX corroborou entre os frades Carmelitas. Quando

97 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 901, Pct: 3, Doc: 136.

98 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 901, Pct: 3, Doc: 136.

99 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 901, Pct: 3, Doc: 136.

convinha, o Estado Imperial reconhecia a hierarquia central configurada a princípio pelo cargo de Provincial e posteriormente pela figura do Visitador Apostólico.¹⁰⁰

Por outro lado, um religioso, desde o momento em que professava, adquirindo o status de frade, até o grau máximo que era o cargo de Provincial, constituía uma carreira dentro da Ordem. Como frade, este possuía moradia, alimentação, formação teológica e científica.¹⁰¹ Não se pode esquecer, entretanto, que não se tratava apenas de uma questão de vocação.¹⁰² Ser frade era uma profissão com benefícios e deveres claros.¹⁰³

Na Província Carmelita Fluminense, esses irmãos recebiam uma espécie de ajuda de custo estipulada pelo Capítulo Definitorial ao longo dos anos. Além disso, tratava-se de um grupo que constituía um braço do clero, pertencendo a um código maior de organização, que era a instituição Igreja Católica, com a Santa Sé interferindo em alguns aspectos. Esta interferência se dava quando o assunto era a concessão de graças e privilégios especiais, licença para ficar distante do claustro, além da temida secularização. Tradicionalmente, um frade que quisesse alcançar a graça para usar anel e solidéu ou ainda um cargo em especial, deveria pedir autorização e parecer aos seus superiores, que então o recomendariam ao representante da Santa Sé, o Núncio Apostólico. Este, por sua vez, investigaria o merecimento do requerente e, após análise abalizada e acompanhada do Provincial, decidiria sobre o pleito.

Contudo, no século XIX a falta de frades associada ao desrespeito à hierarquia - que levava um religioso aos cargos relevantes não pelo mérito dos anos passados a serviço da Ordem, mas pela falta de opção – inverteu a lógica tradicional.

100 O cargo de Visitador Apostólico e sua importância no contexto serão abordados no próximo capítulo.

101 Em 1872 por exemplo, o Visitador Apostólico definiu em 4\$ réis a comedoria diária que deveria ser recebida por cada frade do Convento de Santos. A.P.C.B.H., Índice do Livro 2º de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70.

102 O Frei Luiz de Santa Rosa Brito parecia compreender essa divisão pois em seu ofício ao Consultor dos Negócios da Justiça requeria o pagamento de uma gratificação mensal de cerca de 60\$000 rs. pelos deveres desempenhados no cargo de Capelão do Corpo Policial da Corte. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 934, Pct: 104, Doc: 15.

103 Para o ano de 1872, o Visitador Apostólico estabeleceu que cada frade deveria celebrar anualmente cerca de 52 Missas de Fundação. As restantes deveriam ficar sob a responsabilidade do Prior ou de qualquer outro religioso por ele designado. A.P.C.B.H., Índice do Livro 2º de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70.

Os frades, cientes da movimentação burocrática, e acobertados pelas dispensas das Constituições e Regras, não respeitavam mais os limites hierárquicos e tradicionais, projetando seus pleitos e queixas diretamente ao Estado Imperial, o qual, por sua vez, comprovava a necessidade de intervenção proclamada pelos Relatórios Ministeriais. A carta do Prior do Pará repetia essa prática. Ao sentir-se lesado no âmbito interno a Ordem, não se intimidou, expondo sua insatisfação.

O Estado, por sua vez, alterou sua posição ao longo do oitocentos. Em 1847, por exemplo, respondendo ao pedido de um frade Franciscano para que utilizasse anel e solidéu, o Império esclarecia que a concessão de tais privilégios não dependia de *graça especial do Governo Imperial, mas do próprio Instituto da Ordem, que professam, e dos seus respectivos prelados*.¹⁰⁴

Dez anos depois, em função de toda a movimentação no sentido de restringir o Clero Regular e a devida necessidade do poder secular em definir seu espaço de domínio junto a esse grupo de súditos tão específico, a postura quanto à concessão de graças e privilégios era outra. Em uma carta ao Provincial Carmelita, tratando das graças fornecidas a dois frades, o Ministro da Justiça Nabuco d'Araújo era muito claro. Informava que fora notificado que tal ação repousava sobre a tradição que não exigia licença ou beneplácito imperial. Entretanto, em função do novo contexto no qual estavam inseridos, declarava que não podiam:

“prevalecer costumes contra leis expressamente proibitivas tanto antigos, como modernos, (...). Portanto (...) fossem ou não, escritas em formas de Bulas, Breves, Decretos, Rescritos, ou de meros Despachos, não deveriam ser aceitas, nem produzir efeito algum, sem o prévio, indispensável, e expresso concurso do Governo Imperial. Cumpre pois que (...) sejam quanto antes submetidos ao Imperial Beneplácito, depois de satisfeitos os direitos de sê-lo, suspenso entretanto, quaisquer efeitos, que se lhes tenham dado, ficando V.P.Rmo. na inteligência de lhe não ser lícito cumprir, ou fazer

104 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 914, Pct: 3, Doc: 66.

cumprir diploma algum de qualquer espécie que seja, emanado de algum Poder estranho ao Temporal; ou Espiritual, sem o prévio e expresso Beneplácito Imperial como determinam as Leis do Estado.”¹⁰⁵

A posição do Ministro esclarecia o incentivo dado pelo Império à prática já mencionada de atropelo hierárquico dos frades. No período estudado, notou-se inúmeros pedidos de graças que alterariam tanto o ganho, quanto a posição institucional ocupada pelos religiosos. Entretanto, nenhuma solicitação desestabilizava tanto uma Ordem Regular quanto aquela que tratava do afastamento desses frades do claustro.

Entre os anos de 1853 e 1860, foram cerca de cinco pedidos de afastamento em sua grande maioria pretextando cuidados com a saúde.¹⁰⁶ Além dos pedidos de licença, observou-se a prática crescente de requerimentos para a secularização. Entre o ano de 1851 e 1886 foi possível levantar cerca de oito pedidos.¹⁰⁷ O contexto de reduzido número de frades, e no qual a Ordem estava impedida de receber noviços, transformava este indicador em um estrago institucional. Pedir afastamento constituía uma contribuição indireta para o esvaziamento do claustro, facilitando o processo de acesso ao patrimônio Carmelita por parte do Império. Além disso, significava, em muitos momentos, uma chantagem do frade para com seu superior a fim de conseguir regalias internas à Ordem. Em alguns casos, o

105 Os religiosos que haviam alcançado os privilégios e motivado o arrazoado ministerial eram Frei Bernardino de Santa Cecília Ribeiro e Frei Vicente Alves do Rosário. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 921, Pct: 31, Doc: 29 e DOC. 7044.

106 Pedido de Frei Honorato da Conceição Meireles em 6 de agosto de 1853. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 925, Pct: 58, Doc: 39. Pedido de Frei Manoel da Natividade Azevedo em 4 de junho de 1855. A.P.C.B.H., Índice do Livro 6º de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes. Pedido de Frei Manoel de São Vicente Ferreira em 24 de junho de 1857. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84. Pedido de Frei Francisco Ruivo do Amor Divino em 21 de julho de 1860. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 924, Pct: 52, Doc: 68. Pedido de Frei Bernardino de Santa Cecília Ribeiro feito em 12 de agosto de 1860. A.P.C.B.H., Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 9.

107 Frei Joaquim de Santana Brito, A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 924, Pct: 52, Doc: 66. Frei Honorato da Conceição Menezes, A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 892, Pct: 3, Doc: 120. Frei José do Coração de Maria Castro, A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 929, Pct: 77, Doc: 38. Frei Manoel de São Vicente Ferreira, A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct: 31, Doc: 24. Frei Antonio do Coração de Maria Monteiro, A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 914, Pct: 3, Doc: 67. Frei Cândido de Santa Isabel Cunha, A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 919, Pct: 26, Doc: 25. Frei Herculano do Coração de Jesus Brito, A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 925, Pct: 58, Doc: 52. Frei Luiz de Santa Rosa Brito, A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 934, Pct: 104, Doc: 15.

Provincial emitia Parecer contrário que era acatado pelo Estado mantendo mais um frade a seu serviço.

Em 1849, por exemplo, o Carmelita Frei José do Coração de Maria Castro requeria ao Império a licença de um ano para ficar distante não apenas do convento, mas também da Província de Pernambuco. Motivo: cuidar de sua saúde. O Estado, como de costume, pediu um parecer do Provincial que se manifestou contra, alegando que o atestado apresentado não fora fornecido pelo médico do convento e que além disso, ele, Provincial, padecia da mesma doença do frei. Alegava o mesmo que não havia necessidade de afastamento do claustro e sim de uma dieta rigorosa que o irmão José *parecia recusar*.¹⁰⁸

Contudo, manter um frade contra sua vontade dentro do claustro poderia transformar-se em um problema sério, na medida em que o religioso descontente construía rotas de fuga dentro da própria organização como, por exemplo, o já mencionado Frei Manoel de São Vicente Ferreira que após ser obrigado a permanecer no claustro expôs toda a sua rebeldia hierárquica. E, em oposição ao que usualmente se espera em situações como essa, o mencionado religioso não apenas manteve seu cargo e recebimentos, como alçou maiores espaços de poder na constituição da Província Carmelita Fluminense.

Após a já mencionada denúncia sobre a questão das eleições internas à Ordem, este frei novamente freqüentou as páginas burocráticas encetadas entre Estado e Ordem Carmelita. Em maio de 1857, o Provincial Frei Luiz de Santa Bárbara Pereira e o Prior do Convento da Corte pediam autorização para requerer à Nunciatura a secularização dos frades Manoel de São Vicente Ferreira e Antonio do Coração de Maria Monteiro.

A justificativa para um ato tão extremo residia no fato de que estes religiosos cometiam atos escandalosos que envergonhavam toda a comunidade. Os próprios superiores carmelitas confessavam sua ineficácia em procurar chamar à razão os referidos frades. Assim, não poderiam consentir que tais homens que haviam se entregado a uma carreira de *vícios e crimes* e que se empenhavam em :

108 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 929, Pct: 77, Doc: 38.

“(...) renegar a santidade dos princípios que professaram, chegando ao excesso pelo impulso das paixões, que os dominam de, com escândalo da moral pública, darem causa a processo, que contra eles se formula pela Polícia desta Corte, têm resolvido por decoro da mesma Ordem, e manutenção das Regras regulares, e fundamentais dela, recorre a Santa Sé, a fim de impetrarem de conformidade com as Disposições canônicas a secularização dos sobreditos Religiosos.”¹⁰⁹

Alguns meses após a emissão daquele documento, observou-se uma série de atestados médicos alegando a *bronquite crônica* de Frei Manoel, os quais reiteravam a necessidade de seu afastamento.¹¹⁰ Ao que parece, Frei Manoel lutava para ficar distante dos muros do convento e, simultaneamente, alçar a uma posição hierárquica e financeira mais confortável, pois além do pedido de licença, requereu algumas graças à Santa Sé.

Quanto ao afastamento, o parecer do Provincial foi desfavorável, justificando-se na questão da conduta que o mesmo assumiria uma vez distante do claustro.¹¹¹ Com relação ao pedido de graças, o Diretor Geral da 3ª Seção de Negócios e Benefícios Eclesiásticos emitia sua posição pedindo que antes de qualquer outro encaminhamento, o Provincial se pronunciasse a respeito.¹¹²

O Provincial, por sua vez, estava mais interessado em se ver definitivamente livre de Frei Manoel. Ao invés de tratar do pedido de Graças reiterava uma vez mais o requerimento que buscava a secularização do frade em questão. Alegava que o mesmo era

109 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct: 31, Doc: 24.

110 Entre os atestados podem ser assinalados os de 02 e 03 de junho de 1857. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

111 Importa esclarecer que após o pedido de secularização produzido pelo Provincial e os atestados médicos mencionados, o Ministério dos Negócios da Justiça oficia ao Chefe de Polícia da Corte pedindo que reservadamente averiguasse se o frade em questão respondia ou não por algum processo criminal. A.P.C.B.H., Índice do Livro 6º de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 60 e A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

112 A.P.C.B.H., Índice do Livro 6º de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 60 e A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

um *gérmen da desordem que constantemente ameaça[va] a paz e tranqüilidade* do Convento da Corte. Por andar constantemente armado e tratar os demais prelados com desprezo, nenhum *prior o quer[ia] para seu súdito* estando o Provincial impossibilitado de mandá-lo para qualquer outro convento. Diante do exposto, pedia ele que, enquanto não se obtivesse a autorização do Internúncio Apostólico para a secularização, o frade fosse *embarcado por ordem da polícia no primeiro vapor que saísse para o Norte, a fim de ir residir no Convento do Maranhão.*¹¹³

O pedido do Provincial para tal secularização foi enviado pelo Ministério ao Chefe de Polícia da Corte sugerindo que a conduta do frei em questão fosse averiguada reservadamente.¹¹⁴ Algum tempo depois o resultado das investigações apresentava um Frei Manoel de São Vicente Ferreira bastante mundano. Descrevia-o como *rixoso e turbulento dentro e fora do convento*. Fora processado na Corte por ofender fisicamente *fazendo sangue* no despenseiro do convento. Além disso, quando em São Paulo, *brigara com o Prior do Convento do Carmo, ameaçando-o com um estoque, e que fora do convento procede com desonestidade.*¹¹⁵

O informe do Chefe de Polícia parece ter surtido efeito, pois pela movimentação das fontes, é possível inferir que Frei Manoel realmente embarcou para o Maranhão, em maio de 1859.¹¹⁶ Contudo não ficou por ali por muito tempo. Em agosto do mesmo ano um novo ofício do Provincial Frei Luiz de Santa Bárbara Pereira dava a seguinte informação:

“Apresso-me em comunicar a V.Excia. que acaba de chegar a este Convento o Religioso Frei Manoel de São Vicente Ferreira que, por ordem de V. Excia, e a requisição minha, partiu no mês de maio para o Maranhão, a fim de ficar, até segunda ordem, no Convento dos Religiosos Carmelitas existente na Capital daquela

113 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct: 31, Doc: 24.

114 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 937, Pct: 115, Doc: 84.

115 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct: 31, Doc: 24.

116 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 934, Pct: 104, Doc: 15.

*Província. (...) permita que de novo solicite providências a fim de que quanto antes volte para o mencionado Convento, ou para outro que V. Excia. em sua sabedoria julgar melhor, o dito Religioso, visto que sua presença neste claustro, além de perigosa, é um verdadeiro escândalo.”*¹¹⁷

No trecho transcrito acima é flagrante o temor do Provincial com a volta e, principalmente, com a permanência do frade expurgado. Entretanto, Frei Manoel de São Vicente não parecia muito preocupado com o desenrolar de sua situação. Apenas em setembro de 1859, ele se manifestou, pedindo cópias da documentação que o acusava e o mandava retirar-se para o Maranhão.

Ao que parece, assim como no caso de Frei Joaquim José da Silva Costa, também a situação de Frei Manoel de São Vicente Ferreira não havia alcançado grandes repercussões na hierarquia Carmelita. Pelo que se pode observar, o caso desse frade foi ofuscado por uma situação muito mais constrangedora ocorrida durante o Capítulo Definitório da Província Carmelita Fluminense de 1860.

Quanto a Frei Manoel, este reapareceu, por volta de 1860, em uma carta confidencial, enviada por parte da Nunciatura ao Visitador Apostólico recém-escolhido. Sobre o religioso, o autor repetia as mesmas informações já elencadas em 1859 pelo Chefe de Polícia. Acrescentava ainda que o mesmo se achava na Corte pois:

*“indo à Igreja da Lapa um dos empregados do meu gabinete ouvir missas pelo repouso da alma de seu pai, por que o celebrante era de parcialidade oposta, Frei Manoel, na igreja, em ato tão solene, procurava com trejeitos e palavras ridicularizar o seu contrário!”*¹¹⁸

117 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct: 31, Doc: 24.

118 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct: 31, Doc: 26.

Não obstante toda a trajetória descrita, em 1861, Frei Manoel pedia licença ao Estado a fim de obter breve de graças e habilitações da Santa Sé.¹¹⁹ Uma vez mais, este religioso foi detectado em 1863 no cargo de Prior do Convento de Santos. Um artigo da Revista Comercial que mais se assemelhava a um manifesto expunha que a população santista havia sido informada de que o Frei Manuel de São Vicente Ferreira fora eleito Prior do Convento de Vitória e Frei Antonio de Nossa Senhora das Neves eleito para Santos. Entretanto, o mesmo Frei Manuel procurava trocar de lugar, permanecendo em seu antigo cargo. O autor pedia então que o Provincial não consentisse em tal troca e explicava:

*“Não se diga que Frei Manoel de São Vicente Ferreira tem em Santos uma ou outra desafeição. Não. É geralmente aborrecido e mal visto. A pobreza vê nele o homem que a tem perseguido, pois foi ele o primeiro que elevou os jornais dos escravos e das casas a um preço fabuloso para Santos; e enquanto ela trabalhava dia e noite para pagar-lhe os elevados aluguéis, passeiava ele repimpado em um gordo cavalo, de camisa com colarinho à francesa, gravatinha, pantalonas de casimira, botas envernizadas e tão perfumado que parecia uma loja ambulante de perfumarias. As outras classes da sociedade o desprezam porque reconhecem nele somente orgulho e atrevimento, e que de religioso só tem o hábito, pois que mesmo a coroa e o circílio quase não o tinha. (...) Ainda gotejam sangue das cicatrizes abertas por ele nas irmandades encravadas no convento, e os fatos publicados do procedimento irregular desse religioso não são peças forjadas para somente o expor as censuras da sociedade; esses fatos são selados com o cunho da verdade, e por isso, sem se calcar aos pés os justos ressentimentos do povo santista, não pode voltar para Santos, como prior Frei Manuel de São Vicente Ferreira.”*¹²⁰

119 A.N., Coleção Eclesiástica, Cx.920, Pct: 30, Doc: 14.

120 A.M.C.S., Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Revista Comercial, vol. 114.

Frei Manoel era, em seu perfil, fruto de uma época em que se equilibrava entre o que o Estado começava a exigir de um religioso e as possibilidades patrimoniais que uma Ordem Regular em processo de extinção oferecia.

As *honestas estratégias* descritas até aqui, como as disputas eleitorais, a briga pelos privilégios ou ainda a busca pela secularização, criaram um *modus operandi* que se perpetuaria ao longo do oitocentos. Essa astúcia aprendida e testada cotidianamente, a longo prazo, se refletiu nas alternativas para evasão da legislação, para os contratos de arrendamento, para a administração dos cativos e a relação com a sociedade leiga que interagiu com o Carmo. E o que em 1859 era rotulado pelo Provincial Frei Luiz de Santa Bárbara Pereira como imoral, provavelmente transformou-se em espaço de manobra para a sobrevivência dos Carmelitas Calçados, uma vez que os frades mais questionáveis tornaram-se os administradores mais eficientes.

Talvez a postura de tais frades proprietários não fosse a adequada para a Senhora do Carmo ou para os fiéis, mas de fato solucionava o crescente vazio hierárquico do Carmelo. Sendo assim, em 1863, nem o Provincial ou o Visitador Apostólico se comoveram com o apelo da imprensa. Por fim, Frei Manoel manteve-se no cargo de Prior de Santos provavelmente passeando em seu *gordo cavalo* de *botas envernizadas*, *perfumado* e acabou enredado na rebelião dos escravos da fazenda Gaecá, ocorrida em dezembro de 1864, analisada no quarto capítulo desta tese.

II - Uma Gomorra na Corte: como o Estado Imperial deveria agir com o Clero Regular?

“Indico que o nosso clero seja casado e que os frades e freiras acabem entre nós”

Essa afirmação do deputado baiano Antônio Ferreira França deu-se na sessão do Parlamento de 3 de setembro de 1827. A proposta não era nova e tampouco solitária. Tanto que em 24 de outubro outro deputado, Feliciano Nunes Pereira, complementava a proposta anterior. Em sua percepção deveria ser proibida a admissão de qualquer frade estrangeiro no Império, independente da Ordem a que estivesse submetido, e nos conventos e mosteiros já existentes não poderiam ser admitidos brasileiros de ambos os sexos com menos de cinquenta anos de idade.¹

A discussão tornou-se de tal maneira acalorada que um outro deputado, o paulista Diogo Antonio Feijó, achou por bem formular um voto em separado a respeito da indicação.² Tais propostas, que não eram consenso no universo Imperial, compunham um contexto de clamor nacionalista pós-independência e decorriam de uma campanha pela construção de uma igreja nacional esposada por alguns deputados no parlamento.

O que se constatará ao longo deste capítulo é o movimento de busca de um *modus operandi* por parte do Estado para *acabar* com os *frades e freiras* que por sua vez elaboravam alternativas de sobrevivência. A procura de possibilidades de operacionalização desse objetivo permitiu uma devassa nos bens das Ordens, processo

¹ O Clero no Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados (1826-1829). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 335.

² Tratava-se de um texto de natureza panfletária focado na questão do celibato clerical. FEIJÓ, Diogo A.. “Da Necessidade da Abolição do Celibato Clerical apresentado à Assembléia Geral do Brasil pelo Deputado Diogo Antônio Feijó”. In: EGAS, Eugênio. *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Typographia Levi, 1912. O referido voto de Feijó mereceria, por si, um estudo aprofundado que infelizmente não cabe neste texto. Contudo, maiores informações sobre a perspectiva de pensamento deste clérigo fundamental para a política Imperial na primeira metade do século XIX pode ser encontrada no texto de: Ricci, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-18430)*. Campinas: Ed. da Unicamp/Cecult, 2001.

este que se radicalizou justamente nas décadas de 1850 e 1860, período em que o Brasil sofria com o impacto do fim do tráfico africano. Sob este aspecto, o facho de luz lançado pela fiscalização Imperial sobre o considerável plantel possuído por Corporações como a Carmelita, adquiriu um significado singular e é sob tal perspectiva que o texto a seguir será conduzido.

2.1 – Antigos desejos em novas roupagens: rastreando informações nos Relatórios Ministeriais e do Visitador Apostólico.

O processo dos Relatórios da Justiça e, posteriormente do Império, percorria o seguinte caminho. O Ministro, munido de informações fornecidas por uma Comissão Especial, esclarecia aos Deputados da Assembléia Geral qual o estado das Corporações de Mão-Morta e dentre elas das Ordens Regulares e seus Conventos para um determinado ano-base.³ Oferecia um quadro amplo e generalista, apontando as prováveis causas da *decadência moral* destas instituições.

Posteriormente, propunha ou anunciava, possíveis providências já encaminhadas ou em estudo no sentido de reverter tal situação explicando se envolviam ou não outras áreas da administração Imperial. Importa notar que embora fosse presente desde o início do século XIX, o discurso sobre a supressão das Ordens Regulares foi sistematizado nas décadas de 1850 e 1860 através destes Relatórios. Para o Estado, a solução final quanto a estas instituições não estava definida e, as iniciativas tomadas decorreram da busca por informações associada ao contexto de desregramento agravado progressivamente.⁴

³ Ou seja, um Relatório de 1850, por exemplo, de fato trazia informações e decisões tomadas no ano anterior.

⁴ Tanto que em 24 de fevereiro de 1864, mesmo com inúmeras decisões restritivas já tomadas, o Estado Imperial, através do Ministro dos Negócios do Império, consultava o Conselho de Estado *sobre a competência do Poder Civil para por si só decretar (...) a extinção das Ordens Religiosas*. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 536, Pct: 3, Doc: 38.

O Relatório do Ministério da Justiça relativo ao ano de 1850, por exemplo, dava o tom do que seriam os documentos seguintes.⁵ Em primeiro lugar seu autor, Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara definia claramente que no Brasil católico, a vigilância sobre os negócios eclesiásticos era parte das atribuições dos *poderes Supremos do Estado*. Sobretudo porque acreditava na fundamental importância da religião como *freio salutar da moralidade publica*. Num segundo momento, admitia o total desconhecimento desse universo - fosse sobre os benefícios eclesiásticos existentes ou o grau de moralidade e instrução do clero - em função da falta de informações.

Finalmente, o terceiro aspecto desse documento era o levantamento das instituições eclesiásticas tanto Seculares quanto Regulares e sua situação financeira. Nesse espaço, tornava-se recorrente o elogio das instituições religiosas que possuíam qualquer tipo de inserção social. É provável que o Estado ponderasse as ações do clero como forma de substituição de sua atuação mais efetiva na qualidade de vida de seus súditos. Nesse sentido os frades Capuchinhos eram elogiados por sua atuação na catequese das missões indígenas cujos braços eram tão necessários à agricultura nacional principalmente após o rompimento do Tráfico Intercontinental em 1850.⁶ Ou ainda, seu trabalho nas Santas Casas e Lazareto por ocasião das epidemias que alarmavam a população.

Ao longo das décadas de 1850 e 1860, os Relatórios Ministeriais projetaram imagem negativa das Ordens Regulares em geral, apontando seu afastamento das obrigações religiosas, distanciamento motivado pela desorganização ou *decadência* moral e administrativa vividas por tais Corporações.⁷

No Relatório de 1851, por exemplo, Eusébio de Queiroz enfatizava o *Clero como termômetro da moralidade de um Povo!* Moralidade essa, comprometida em

⁵ Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça, 1ª Sessão da 8ª Legislatura, 1850. *Latin American microform Project - University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.wcrl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

⁶ O trabalho Capuchinho foi novamente mencionado no Relatório de 1851 e 1854. Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça, 3ª Sessão da 8ª Legislatura, 1851 e Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça, 2ª Sessão da 9ª Legislatura, 1854. A.N., microfilme 004-082.

⁷ A.P.C.B.H., Doc. 2645 - Relatório do Ministério dos Negócios do Império as Assembléias Gerais, apresentado a 2ª Sessão da 11ª Legislatura pelo Ministro Jose Ildefonso de Souza Ramos – Maio de 1862.

função da imoralidade do clero que por sua vez se achava em tal estado, dada a inexistência de uma preparação intelectual adequada. Acrescia o fato que, salvo poucas exceções, o clero era formado por homens que não possuíam vocação e sim, observavam o sacerdócio como *meio de vida*.⁸ No Clero Regular a situação não era diferente daquela do Clero Secular. Os claustros viviam tempos de agitação e de insubordinação.

Uma das saídas para tentar conter a rebeldia nos dois cleros residia no aumento do poder conferido aos Bispos Diocesanos que deveriam ter jurisdição temporal além de espiritual.⁹ Isso por que muitos dos religiosos rebeldes não acreditavam que qualquer punição fosse efetivada. Além disso, o Estado Imperial possuía um maior controle e fiscalização sobre os Bispos em função da estrutura do Padroado já mencionada. Assim, aumentar seu poder significava também expandir a capacidade de fiscalização governamental.

A preocupação com a formação intelectual do Clero Secular ocupava grande parte dos Relatórios de 1852 e 1853. Nesses anos o Estado delimitava mais a questão da desorganização eclesiástica e os seminários constituíam o foco das preocupações.¹⁰ Esta parcela do clero, mesmo paga pelos cofres do Estado, constituía um funcionalismo público extremamente difícil de lidar uma vez que estava sempre em trânsito entre duas

⁸ E até como *meio de vida* o sacerdócio deixava a desejar. O Relatório de 1852, por exemplo, alertava para a miséria dos padres que mal conseguiam se sustentar com as côngruas pagas pelo Estado. Em 1856, algumas causas para a miséria do pagamento foram delineadas. Uma delas residia no afã com que tanto os Bispados quanto as Assembléias Provinciais aprovavam a criação de novas freguesias sem levar em conta a autonomia de custos que deveriam ter. O resultado refletia-se diretamente no Ministério que não podia prever um orçamento e menos ainda a melhoria dos vencimentos dos sacerdotes. O Relatório de 1863 pedia que Bispos e presidentes de Província apenas criassem novas paróquias em casos de absoluta necessidade. A.P.C.B.H., Doc. 2646 - Relatório do Ministério do Império, 3ª Sessão da 11ª Legislatura, 1863.

⁹ A Lei nº 609 talvez seja um reflexo desse Relatório. Publicada em 1851 determinava que os Bispos e Arcebispos deveriam *ser processados e julgados nas causas que não forem puramente espirituais, pelo Supremo Tribunal de Justiça*. B.N., Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 78.

¹⁰ Alguns seminários já estavam funcionando dentro de antigos conventos. Entre eles estava o do Pará dentro de um antigo convento de Jesuítas, o do Maranhão no Convento de Santo Antonio e o da Bahia no Convento de Santa Thereza. A.N., 3ª Sessão da 8ª Legislatura – Ministro de Estado dos Negócios da Justiça Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, 1852.

burocracias, a do Império e a da Igreja.¹¹ Na varredura feita pelo Ministério acerca da situação de tais instituições em todo país, ficava nítido que os seminários se achavam em grandes dificuldades financeiras.

José Murilo de Carvalho, em seu livro *Teatro das Sombras*, menciona que o orçamento do Império, com suas definições de quais as áreas contempladas, era mais do que uma discussão matemática de renda e despesa, representando um dispositivo de “prêmio ou punição a determinados grupos”. E, pelo que se pode observar ao longo da segunda metade do século XIX, os gastos com a Igreja e o Culto não estavam entre as prioridades do Estado.¹²

Os seminários constituíam uma grande preocupação em função de sua atribuição maior que residia na preparação intelectual e moral do Clero Secular.¹³ Nesse sentido, o regime de internato era fundamental, pois segregava o menino do mundo externo facilitando o treinamento eclesiástico.¹⁴ Contudo, a estrutura de internato era cara, pois significava: hospedagem, alimentação, material didático e professores

¹¹ Ainda na década de 1820, D. Romualdo Antonio de Seixas, já havia definido o que pensava sobre a relação dessa parcela da Igreja com o Estado Imperial. Em uma sessão no Parlamento Brasileiro esclareceu: “*A religião auxilia e fortifica o Império, consagrando as leis civis e imprimindo o selo da divindade no contrato que liga os cidadãos entre si com o Governo; o Império auxilia a religião, fazendo guardar o respeito que merecem os seus dogmas, a sua moral e os seus ritos.*” O Clero no Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados (1826-1829). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, p.135.

¹² Buscando encontrar soluções baratas para lidar com tal situação, o Ministério expediu, em 1852, uma circular às delegações brasileiras em terras européias a fim de recuperar experiências de sucesso na manutenção de tais instituições e que fossem aplicadas no Brasil. A.N., 3ª Sessão da 8ª Legislatura – Ministro de Estado dos Negócios da Justiça Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, 1852. CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

¹³ Em seu texto *A Construção da Ordem*, José Murilo de Carvalho discute a formação intelectual de alguns grupos formadores da burocracia imperial. Entre esses grupos, havia o Clero Secular que possuía uma formação muito diferente do restante dos funcionários públicos. “Até a expulsão dos Jesuítas ela era quase totalmente executada no Brasil por essa Ordem. Os seminários episcopais, isto é, dependentes dos bispos, só surgiram a partir de 1747 e mesmo assim sob os cuidados dos Jesuítas. Com a expulsão da Ordem, vários deles foram fechados temporária ou permanentemente, tal sendo o caso dos seminários episcopais da Bahia, Paraíba, Maranhão, Mariana, São Paulo, Pará. O único mais estável foi o do Rio de Janeiro, criado em 1739, independente dos Jesuítas.” CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996, p.166 e WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Séc. XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

¹⁴ O Relatório de 1862 esclarecia melhor a importância do internato: “Seria conveniente que em todas as dioceses existissem, além dos grandes, pequenos seminários, em que ensinassem as matérias preparatórias, e que, admitindo somente alunos internos, de tenra idade, fosse a escola em que pudessem ser com tempo apreciadas devidamente as suas qualidades morais e vocação para o sacerdócio. Marcharíamos assim com passo mais seguro para a regeneração do clero.” A.P.C.B.H., Doc. 2645 - Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 2ª Sessão da 11ª Legislatura, Ministro José Ildefonso de Souza Ramos, 1862.

integrais. Como alcançar tal nível de excelência em uma estrutura em que grande parte dos seminários não possuía uma renda precisa que os garantisse, dependendo de subvenções votadas pelo Estado?

Delimitando melhor esta preocupação, tanto os Relatórios de 1854, quanto o de 1855, iniciavam o processo de direcionamento de propostas para o Clero Secular e que envolviam o Clero Regular. A retórica da melhoria dos claustros permitia que se unissem em uma mesma solução, os problemas do Clero Secular e do Clero Regular.¹⁵ O Relatório de 1854, sob a responsabilidade de José Thomas Nabuco de Araújo, propunha então que houvesse uma reforma dos conventos que ocorreria em dois momentos.¹⁶ No primeiro momento, ocorreria a completa sujeição espiritual e cotidiana do Clero Regular aos Bispos Diocesanos que poderiam nomear, remover e demitir os frades que ocupavam altos cargos hierárquicos dentro das Ordens Religiosas. Em seguida, tais conventos prestariam contas de toda a administração temporal de suas propriedades ao Estado Imperial.¹⁷ Após esses passos o problema da preparação do Clero Secular seria solucionado na medida que os bens dos conventos, que não possuísem comunidade numerosa, fossem convertidos em renda que assegurasse a manutenção dos seminários.

O interesse nessa prestação de contas vinha desde 1853. Em 27 de novembro, o Bispo do Rio de Janeiro, em ofício ao Provincial do Carmo, requeria a pedido do Ministro da Justiça, a relação de bens e renda dos conventos existentes na diocese, o número de religiosos em cada claustro e se observavam o *Culto e as*

¹⁵ O Relatório de 1854, fazia aumentar o descrédito no que tocava às Ordens Religiosas. O Convento do Carmo da Bahia, por exemplo, aparecia nas notícias policiais. Residindo nesse convento um francês Carlos Antonio Virard, foi preso e acusado de produção de moeda falsa. Durante sua prisão, a polícia também apreendeu no convento, diversos objetos utilizados nesse golpe. Relatório do Ministério da Justiça, 1854. *Latin American Microform Project— University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.wcr.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

¹⁶ Sobre o processo que culminou nessa proposta ver: PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

¹⁷ Aqui nota-se outro espaço de disputa pela delimitação de poder. Em 1853, por exemplo, o Aviso de nº 245 do Ministério da Fazenda definia que as Assembléias Provinciais não poderiam legislar sobre os bens das Ordens Religiosas e Corporações de Mão-Morta deixando todo o poder de decisão sobre essa questão aos Estado Imperial. B.N., Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p.55.

Constituições.¹⁸ O resultado desse pedido foi demonstrado no Relatório de 1854, que trazia em um de seus anexos um breve levantamento dos bens das principais Ordens, entre elas, a da Província Carmelita Fluminense.

Permaneciam os conventos tradicionalmente discriminados: da Corte, de Ilha Grande, de Vitória, São Paulo, Santos, Mogy das Cruzes e Itu.¹⁹ Contudo, nota-se progressiva união entre os interesses desses conventos da Província Carmelita Fluminense e os demais grupos Carmelitas Calçados espalhados pelo Império.²⁰

Quadro 1. Propriedades para o ano de 1854.

<i>Convento</i>	<i>Frades</i>	<i>Imóveis Urbanos</i>	<i>Imóveis Rurais</i>	<i>Valor Imóveis (rs.)</i>	<i>Escravos</i>	<i>Valor Escravos (rs.)</i>	<i>Valor do Patrimônio (rs.)</i>
Corte	14*	88	7	23:045\$000	-	-	23:045\$000
Ilha Grande	1*	1	9	48\$000	8	-	48\$000
Vitória	1*	-	1	-	80	-	-
São Paulo	3*	38	7	48:100\$000	423	167:400\$000	215:500\$000
Santos	1*	23	5	20:700\$000	162	65:800\$000	86:500\$000
Mogy das Cruzes	2*	8	5	11:170\$000	74	25:300\$000	36:470\$000
Itu	1*	2	11	18:050\$000	32	7:060\$000	25:110\$000
Total	23	160	45	121:113\$000	779	265:569\$000	386:673\$000

Fonte: * Livro de Relatórios e Capítulos Definitórios 1825/1854. Não está inserido 1 frade do Pará.

¹⁸ Mas nem sempre essa “curiosidade” oficial era bem recebida pelos frades Carmelitas. Em abril de 1855 o então Prior do Convento de São Paulo Frei Manoel d’Ascensão Franco qualificava a exigência do Ministro da Justiça de *impertinente*. A.P.C.B.H., Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p. 39 e A. N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77.

¹⁹ Além do Convento da Bahia, estão citados nesse Relatório de 1854 conventos, hospícios e propriedades no Maranhão, Paraíba, Goiás e Pernambuco. Não consta neste Relatório o Convento do Pará, que está listado na documentação interna da Ordem para esse mesmo ano. A.P.C.B.H., Livro de Relatórios e Capítulos Definitórios 1825/1854.

²⁰ Relatório do Ministério da Justiça de 1854. *Latin American Microform Project - University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

O Quadro elaborado a partir do Relatório de 1854 avaliou o número de frades, de imóveis urbanos, rurais e finalmente o valor total do patrimônio. É possível notar que havia também, a preocupação particular em levantar o número de semoventes. O número revelado de 779 escravos valendo 265:569\$000 rs. era certamente subestimado. Nele não estavam listados os escravos da Corte e suas fazendas, por exemplo, ou ainda a avaliação dos 80 escravos de Vitória.²¹

Mas, para além desses silêncios, o presente levantamento permite que se observe um dado muito interessante: em 1854, cerca de 68,8% ou mais do patrimônio Carmelita estava investido em escravos. Essa informação é fundamental quando associada ao efetivo de vinte e três religiosos para administrá-los. Mais ainda, possibilita que se elabore, a partir da documentação, quais seriam as formas de sobrevivência desses escravos tão específicos, o que será detalhado nos próximos capítulos deste estudo. Neste primeiro momento alta hierarquia dos carmelitas lutava mais fortemente pela preservação do acesso e uso direto da totalidade de seus bens.

Como foi possível observar pelos dados de 1854 e diferentes dos de 1850 - quando o Ministério ainda especulava sobre as informações eclesiásticas - em 1855, o Relatório além de enfatizar a idéias de que os frades não deveriam ter propriedades sob sua administração, propunha que ações fossem adotadas.

Em primeiro lugar, suprimir os conventos do interior do país que não tivessem pelo menos quatro religiosos, e os das capitais, que não possuíssem ao menos dez para *celebração e exercício do Culto*. Os bens dessas comunidades seriam revertidos aos seminários. As Ordens Regulares que possuíssem número de membros suficiente para sofrerem o processo de reforma deveriam estar sob a jurisdição dos Bispados, que poderiam, inclusive, conduzir as eleições Capitulares ou anulá-las, caso ferissem as Constituições. Parte da renda líquida dessas comunidades específicas seria

²¹O Relatório não apresenta o número de imóveis urbanos relativos ao Convento de Vitória e por quanto estavam avaliados. Assim, o valor de 121:113\$000 rs. provavelmente estava abaixo da realidade da Província Carmelita Fluminense. O mesmo vale para o gado e o rendimento dos imóveis rurais que não estão discriminados para esse ano.

aplicada aos seminários. Finalmente, haveria, no período de dois anos, conversão progressiva dos bens rurais e escravos dos conventos em Apólices da Dívida Pública.²²

A proposta delineada por Nabuco, no Relatório de 1855, demonstrou ser efetiva em 1856. Neste ano o Ministro informava que por ser completa a desorganização do Clero Regular, a entrada de novos aspirantes à vida religiosa configuraria um complicador futuro à melhoria da vida monástica. Em consequência, o Estado determinou a suspensão do noviciado até que fossem finalizadas as negociações da Concordata com a Santa Sé.²³

O Relatório, de 1857, informava que a Lei de Orçamento para os anos de 1858/1859 votara cinquenta contos para o reparo nos seminários do país. Entretanto, de efetivo nada havia sido feito e, o resultado era a ruína e decadência do culto. A Lei 939, desse ano, no entanto, determinava que as Corporações de Mão-Morta que *gozavam do direito de converter seus bens de raiz ou apólices* poderiam realizar tal conversão em ações de companhias de *estradas de ferro – garantidas pelo Estado*.²⁴

O contexto do ano de 1859 era intranquilo. A mensagem do Presidente da Província do Rio de Janeiro alertava para o fato que, nove anos após o fim do tráfico intercontinental, em várias regiões do país, a agricultura sofria com a falta de braços. Havia a dificuldade de comunicação e o pouco desenvolvimento do crédito agrícola sofria uma piora com a produção de uma legislação inadequada. Além disso, o tráfico interprovincial trouxera para as províncias cafeeiras uma *torrente de população escrava* que provavelmente era de *má índole, e procedimento incorrigível*. Como resultado desse contexto vivia-se um:

²² Os relatórios demonstraram que a execução dessa proposta ainda era um problema em fins da década de 1870.

²³ As bases para essa Concordata haviam sido mencionadas no Relatório de 1855 e de forma geral, fundamentava-se no seguinte ponto: o reconhecimento dos direitos que competiam ao Imperador como Chefe do Poder Temporal nas relações entre Estado e Igreja no Brasil. A partir disso buscava-se duas concessões de Roma: 1ª A autorização perpétua e ilimitada de faculdades para que os Bispos pudessem conceder dispensas aos impedimentos matrimoniais. 2ª A reforma dos Conventos e a decorrente supressão de algumas Ordens convertendo os edifícios e bens para a melhoria do clero secular. A.N., Relatório do Ministério dos Negócios da Justiça, 3ª Sessão da 9ª Legislatura, 1855, microfilme 004-082.

²⁴ Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras*, Op. Cit., especificamente p.258 quando analisa a questão das estradas de ferro como investimento. Relatório do Ministério da Justiça, 1857, *Latin American Microform Project— University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.wcrl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003 e B.N., Legislação Geral – Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p.26.

*“(...) estado pouco lisonjeiro da segurança individual e de propriedade, não concorrendo em pequena escala a impunidade devida à benevolência de alguns julgamentos, a falta de meios preventivos de que dispõe a polícia, o esmorecimento do sentimento religioso, que vai atuando tão fortemente pelo país, e o defeito do sistema de nossa educação e a deficiência de instrução derramada pela província.”*²⁵

Os recursos eram progressivamente escassos para tanta demanda social. Nesse sentido, o rico patrimônio das Ordens Religiosas transformava-se em objeto do desejo, uma panacéia para curar, ao menos, os males do Clero Secular. Assim, desde 1857, os Provinciais dos Capuchinhos, Beneditinos e Carmelitas realizaram, a pedido do Estado, um breve levantamento do número e localização de seus religiosos e propriedades.²⁶ Novamente em 1859, através de uma Portaria do Ministro da Justiça foi requisitado *no prazo o mais breve* uma relação circunstanciada dos conventos, hospícios e outros, com declaração da época de sua fundação e das leis que as autorizaram.²⁷

Além de rastrear informações sobre as Ordens, o Estado suprimia progressivamente seu espaço administrativo. Um Aviso do Ministério do Império desse ano determinava que as corporações de mão-morta não poderiam adquirir bens de raiz sem pedir individualmente e, pagar os custos das licenças adequadas a cada propriedade adquirida.²⁸

Se o contexto externo tornava-se árido às Ordens Regulares, internamente a situação também era preocupante. Em abril de 1860, a organização interna da Província Carmelita Fluminense se preparava para a realização de mais um Capítulo Definitório que decidiria, por meio de votação, a hierarquia de toda a Ordem pelo período de mais três anos. As divergências ocorridas durante a realização desse Capítulo, precipitaram, contudo, o processo de invasão promovido pelo Estado Imperial e pela Nunciatura por meio do Visitador Apostólico.

²⁵ Mensagens do Presidente da Província do Rio de Janeiro – Tranqüilidade Pública, p. 7, 23, 34 e 35. *Latin American Microform Project— University of Chicago*. Disponível em: <http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>. Acesso entre março e abril de 2003.

²⁶ A.N., Série Justiça Gabinete do Ministro, Offícios dos Conventos com a Justiça.

²⁷ A.P.C.B.H., Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 60.

²⁸ B.N., Corporações de Mão-Morta – Aviso do Ministério do Império, nº 272 e Circular do Ministério da Fazenda nº 307 e B.N., Legislação Geral – Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 149.

Nesse ano, reunida a Congregação Definitorial, seu Presidente Frei João de Nossa Senhora do Carmo, apresentou autorização da Nunciatura para que alguns Piores pudessem ser reeleitos e outros frades votassem no Definitório.²⁹ A grande maioria do Capítulo configurada em nove frades, e entre eles o Provincial da Ordem, recusou-se a aceitar a licença da Nunciatura apresentada, retirando-se do Capítulo.³⁰ O Presidente Frei João não se intimidou e procedeu, mesmo em minoria, com as votações e eleições pertinentes à reunião de abril de 1860.

Os nove frades rebeldes produziram então, no mesmo 28 de abril de 1860, uma representação contra Frei João de Nossa Senhora do Carmo, posteriormente encaminhada ao Ministro da Justiça João Lustosa da Cunha Paranaguá.³¹ Questionado, o Presidente do Capítulo, Frei João de Nossa Senhora do Carmo negou qualquer irregularidade durante a reunião.³²

Cerca de um mês após o ocorrido, uma correspondência confidencial entre o Ministério dos Negócios da Justiça e a Nunciatura Apostólica esclarecia a situação. O Ministro informava que havia sido procurado por nove religiosos Carmelitas e, diante do contexto, achou por bem mandar suspender o Capítulo, esperando que pudesse expor o caso pessoalmente ao Núncio Apostólico. Contudo, discorria sobre o assunto a fim de

²⁹ O documento apresentado no Capítulo de 1860, foi provavelmente produzido em 1857 por meio de uma petição feita pelo Presidente do Capítulo Frei João de Nossa Senhora do Carmo. Infelizmente foi possível apenas obter uma cópia desse pedido feita pela própria Nunciatura já em 1860. Na petição, o frade alegava a proximidade do Capítulo que seria realizado em 28 de abril de 1860 associada à desorganização administrativa vivida por sua Ordem e que era de conhecimento público. Como forma de *restaurar a disciplina regular da Ordem*, o suplicante pedia e alcançou, a autorização para que o Prior de Santos, Frei Manoel da Ascensão Franco e de Mogi das Cruzes Frei Joaquim de Santo Elias Silva pudessem novamente votar no Capítulo. Além disso, pedia a dispensa da idade de trinta anos para que Frei Antonio Muniz pudesse ser eleito no Definitório. Finalizava sua petição alegando que tais providências contribuiriam para restaurar *o crédito, esplendor e regularidade* tirando a Província Carmelita Fluminense *do abismo* a que estava *submergida*. A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

³⁰ O mais interessante é que os frades fundamentavam sua desobediência no fato de que a autorização da Nunciatura não havia passado pelo processo de Beneplácito Imperial como já havia sido determinado pelo Aviso Ministerial de 11 de Fevereiro de 1857. Mais uma vez, apenas quando interessava, havia a obediência cega dos membros do Carmo para com as determinações do Estado.

³¹ Os frades rebeldes eram: Frei Antonio de Santa Gertrudes, Frei Diogo dos Anjos Rocha, Frei Bernardino de Santa Emília, Frei Vicente Ferreira Alves do Rosário, Frei Manoel da Natividade de Azevedo, Frei Joaquim Jose da Silva Costa, Frei Luiz de Santa Rosa Brito, Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo e Frei Luiz de Santa Bárbara Pereira que naquele momento ocupava o cargo de Provincial da Ordem. A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:921, Pct:31, Doc:29.

³² A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:921, Pct:31, Doc:29.

que pudessem chegar a uma solução para que a Província Carmelita Fluminense não ficasse sem Capítulo por mais tempo.

O Ministro estranhava o fato de que Frei João de Nossa Senhora do Carmo não via na saída de nove frades do Capítulo, qualquer irregularidade. Além disso, se empenhara muito para que imediatamente seu sobrinho, Frei Manoel de Santa Tereza Trovão, fosse eleito o novo Provincial, e isso mais *por amor dela* [eleição] *e não por zelo da Religião e da Ordem*.³³ Mencionava, também, suas suspeitas sobre o despacho dado pela Nunciatura que teria sido falsificado pelo mesmo Frei João, que não apresentou o documento para o procedimento de Beneplácito.³⁴ Terminava sua carta sugerindo que a Nunciatura nomeasse outro Presidente do Capítulo, que fosse imparcial dentro dessa situação e, que o apoio do Governo Imperial seria incondicional à qualquer atitude tomada pela Nunciatura Apostólica.³⁵

A resposta da Nunciatura foi imediata com a sugestão, aceita em carta confidencial de junho de 1860, de um Visitador Apostólico que iniciasse suas atividades na Província Carmelita Fluminense.³⁶ O escolhido foi Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno.³⁷

A figura do Visitador Apostólico não era estranha ao universo Carmelita e Monsenhor Narciso não seria o último a ocupar esta posição ao longo do século XIX. De fato, desde o século XVIII, a Província Carmelita Fluminense convivia com a figura do Visitador Provincial, um frade designado pelo Definitório, ou então, pelo próprio Provincial, que viajava pelos conventos e demais propriedades da Ordem, vistoriando não só a administração dos bens, como também, o estado moral dos frades Carmelitas, o que significava cumprimento das Regras da Ordem, disciplina religiosa e hierárquica.

³³ A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

³⁴ O Ministério da Justiça após a análise da situação, no que se referia ao Frei João emitiu o seguinte parecer: “(...) o Reverendo Padre Mestre Presidente do Capítulo está indiciado em crime de falsificação e desobediência. Processá-lo, porém civilmente fora dar mais largas proporções as irregularidades que ficam notadas. Sujeitá-lo a penalidade de que deve tratar o Instituto, ou Constituições da Ordem, me parece mais conveniente e consentâneo com o decoro da Religião.” A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

³⁵ A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

³⁶ A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

³⁷ Em 12 de junho de 1860, um Breve do Núncio Apostólico nomeava Visitador Apostólico da Província Carmelita Fluminense o Revmo. Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno que por sua vez tomou posse e nomeou os Prelados em 23 de junho do mesmo ano. A.P.C.B.H., Índice do Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 64.

Todavia o cargo de Visitador Apostólico resgatado na década de 1860 consignava maiores poderes. Constituía a representação de uma esfera de poder exterior à Ordem dotada de uma função punitiva de fiscalização, que tinha como finalidade a administração do patrimônio e melhoria de conduta de seus frades. Ou seja, deveria promover o saneamento das contas, fiscalizar os contratos de arrendamento, saldar dívidas e vigiar a administração dos Priores e do Provincial. Simultaneamente, este Visitador deveria informar ao Estado sobre as circunstâncias encontradas e as medidas tomadas.

Em 18 de junho de 1860, o representante do Ministério da Justiça inteirava o Visitador Apostólico escolhido, em documento confidencial, sobre todo o processo que culminara na suspensão do Capítulo Provincial e conseqüente nulidade de todas as decisões tomadas naquela reunião.³⁸ Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno teria poderes especiais para nomear e administrar a Província Carmelita Fluminense, independente de consulta ao Capítulo Provincial.³⁹ Acrescentava que para o Estado, a alternativa de nomeação de um Visitador Apostólico era *o principio da reforma da Ordem Carmelitana, e não o triunfo de uma parcialidade sobre a outra, e menos ainda daqueles que a quiseram alcançar, por meios criminosos, e dos quais tiveram dar contas.*⁴⁰

Passava então a descrever características gerais de alguns dos principais frades da Província a fim de prevenir o Visitador dos *perigos* que o Ministério da Justiça já conhecia. A idéia era que o Monsenhor não se deixasse influenciar pela idade ou cargos

³⁸ No mesmo dia 18 de junho de 1860 era editado o Beneplácito do Imperador assinado pelo Ministro dos Negócios da Justiça João Lustosa da Cunha Paranaguá para o Breve de nomeação do Visitador da Província Carmelita Fluminense. A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 10.

³⁹ Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno nasceu no Rio de Janeiro e foi batizado em 1779. Recebeu o hábito em 1800 e professou como frade Carmelita em 1802 no Convento do Rio de Janeiro. Era Frei Narciso Torquato das Dores Nepomuceno. Entre 1806 e 1808 ordenou-se sacerdote. Foi nomeado Pregador Régio por provisão de 1808. No Capítulo de 1815 foi eleito Vigário Provincial. No Capítulo de 1818 foi eleito Definidor Perpetuo. Em 1819 secularizou-se. Foi elevado a Capitular da Diocese e Capela Imperial em 1823. Nomeado Vigário Geral em 1829 e Ecônomo da Mitra em 1837. Em 1839 transformou-se em Monsenhor. Em 1860 foi nomeado Visitador Apostólico da Província Carmelita Fluminense, cargo que ocupou até abril de 1861. Faleceu em 1870. A.P.C.B.H., NICHOLSON, Alberto. Livro das Entradas, Tomada de Hábito e Profissões e Doc. 6864 – Livro Terceiro dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense.

⁴⁰ A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

já ocupados pelos frades que o cercariam a partir de sua posse.⁴¹ Entre os frades mencionados, detalhava a situação de dois deles:

“Frei Manoel da Ascensão Franco⁴² foi Prior do Convento de Santos, e aí teve de responder a um processo crime por haver matado uma escrava do Convento com castigos. O Governo não quis indagar como esse processo se havia concluído, e teve para isso razões que V. Revma. apreciará. Parece que esse Religioso, quando se trata de reforma, deve ser privado de qualquer cargo de honra, jurisdição ou administração. Do mesmo modo e nas mesmas condições está Frei Manoel de São Vicente Ferreira, que, segundo sou informado, até é estrangeiro. Esse Religioso é de caráter violento e rixoso.⁴³ Em São Paulo feriu o Prior, Frei Antonio Ignácio, e ninguém sabe o que aconteceria se a Polícia não acudisse, entrando a força no Convento. Aqui na Corte já teve de responder por ferimento em um fâmulos do Convento. Não há muitos dias que, indo à Igreja da Lapa um dos empregados do meu gabinete ouvir missas pelo repouso da alma de seu pai, por que o celebrante era da parcialidade oposta, Frei Manoel, na igreja, em ato tão solene, procurava com trejeitos e palavras ridicularizar o seu contrário!”⁴⁴

Finalizava sua carta reafirmando que as informações fornecidas procuravam dar uma dimensão da responsabilidade do cargo que o Monsenhor passava a ocupar na Província Carmelita Fluminense.⁴⁵ Talvez tanto a Nunciatura quanto o Estado Imperial imaginassem que seria mais rápida e eficaz a intervenção uma vez que o Monsenhor, antes de tornar-se um clérigo secular já vivenciara o universo da Ordem Religiosa que ora fiscalizava.

⁴¹ Entre os Freis mencionados estavam: ex-Presidente do Capítulo, Frei João de Nossa Senhora do Carmo, Frei Bernardino de Santa Cecília Ribeiro, Frei Manoel de Santa Tereza Trovão, Frei Bento da Trindade Rangel.

⁴² Frei Manoel da Ascensão Franco nasceu no Rio de Janeiro em 17 de novembro de 1825, tomou o hábito em 29 de maio de 1841 e professou em 16 de julho de 1842. Entre 1854 e 1860 foi Prior do Convento de Santos. Devido ao falecimento de Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello assumiu como Prior do Convento de São Paulo em 1859. Em 28 de junho de 1860 foi nomeado Prior do Convento de Angra dos Reis. Voltou a ser conventual no Rio de Janeiro no Capítulo de 1864. Assumiu como Prior do Convento de São Paulo entre 1866 e 1875. Em 1881 voltou a ser Prior em Santos. Foi Prior do Convento do Rio de Janeiro entre 1895 e 1899 quando faleceu.

⁴³ Frei Manoel de São Vicente Ferreira foi batizado na Freguesia de São Cristóvão do Porto em 1825, tomou o hábito em 1849 e professou em 1850. Foi nomeado Prior de Santos entre 1860 e 1861. Entre 1861 e 1865 foi Prior do Convento de Santos. Segundo Frei Alberto Nicholson *“conforme testemunho do arquivo do Convento de Santos, no Capítulo de abril de 1864, Frei Antonio das Neves Pereira foi eleito Prior de Santos e Frei Manoel de São Vicente Ferreira, Prior de Vitória. Aparentemente houve uma troca de cargos entre os dois eleitos. Frei Manoel continuou no cargo até a posse de seu sucessor, já no regime de Visitadores Apostólicos, em 1866.”*

⁴⁴ A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

⁴⁵ A última linha continha ainda uma ameaça velada: *“V. Excia. está prevenido; fica-lhe a mais ampla liberdade, por que também lhe fica toda a responsabilidade.”* A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

O interesse nessa intervenção era tanto que o processo levou exatos sessenta e dois dias desde o Capítulo malogrado, a realização das investigações e a posse efetiva do interventor. De acordo com o Livro de Registro das Providências dos Visitadores Apostólicos, a posse do Visitador ocorreu com toda pompa e circunstância no dia 23 de junho às dez horas da manhã. Contava com a presença de toda a *Comunidade reunida no coro da Capela* e, naquela ocasião, nomeou a nova hierarquia da Província.⁴⁶ A partir de então, os novos Piores se deslocaram para os diferentes conventos da Ordem e ao longo dos meses de julho e agosto enviaram correspondências informando a situação da Província Carmelita Fluminense nessas diversas regiões.⁴⁷

A preocupação com a questão administrativa ocupava efetivamente, lugar de destaque na rotina do Visitador. Em 30 de junho de 1860, uma circular interna a todos os Piores demonstrava que o Visitador encarava a regeneração espiritual como decorrência da organização patrimonial. Apenas dois itens estavam relacionados à reforma moral dos frades. O documento era iniciado por uma conclamação à volta da rígida observância da Disciplina Claustal. Os frades não deveriam apenas ser obedientes às regras, mas também, parecer moralizados. Esta primeira diretiva da administração do Visitador demonstrava o quanto o universo leigo estava atento ao que ocorria dentro dos muros do convento. E era complementada pela indicação de que toda a Ordem, por meio de seus frades respeitasse *ao Exmo. Ordinário, ao Presidente da Província e as Justiças Territoriais*.⁴⁸

Passava então a ocupar-se das questões administrativas traduzidas em três itens:

“2º Toda prudência, em benfazer com os seus súditos, e escravos, que devem ser considerados, e bem tratados como filhos, não os castigando com crueldade, e tirania, e quando eles se mostrem incorrigíveis, os mande antes para este nosso Convento da Corte;

⁴⁶ Além disso, definiu quem seriam os professores para a *projetada escola do Carmo*. A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.2.

⁴⁷ O novo Prior de Mogi, por exemplo, informava em 10 de agosto da situação que encontrara o Convento e que classificava como *muito deplorável*. Pedia então que o Visitador tivesse a *bondade mandar-me dizer o que devo fazer nos apuros, em que me acho, lutando com tantas dificuldades*. A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondências do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 7.

⁴⁸ A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno e A.N., Documentação da Província Carmelitana Fluminense, Rolo 013.2.77.

3º Que promova o casamento dos mesmos escravos, sem empregar meios violentos, e sendo parentes, que disso de parte em que grau, e circunstâncias cada um achar-se, a fim de se pedirem as dispensas da Santa Sé;

4º Que mande plantar madeiras de lei, transplantando pequenas árvores de lei para um terreno para isso preparado antes, com larguras, e espaços umas de outras, de maneira que o sol, e o ar as possam circundar; (...)”⁴⁹

Os itens transcritos esclareciam a função específica do Visitador Apostólico. Como mencionado, havia preocupação desde o início da década de 1850, por meio de Relatórios Ministeriais, em compilar informações internas das Ordens Religiosas a fim de produzir normas, que auxiliassem no controle de suas propriedades.

Contudo, a movimentação da correspondência demonstra que se de um lado havia a intenção do Visitador em captar informações sobre o real estado da administração dos bens Carmelitas, por outro, os frades procuravam criar obstáculos a tal movimento.

Um exemplo de rastreamento de informações feitos pelo Visitador pode ser visto em Vitória. O novo Prior do local, por exemplo, reclamava que o ex-Prior do convento havia se retirado para a Fazenda de Piranêma levando consigo toda a mobília da residência dos Priores, alegando que *tudo era dele*. Também não entregara os livros e tampouco o inventário da administração conventual. Em resposta, o Visitador confortava o Prior de Vitória informando que na Corte as coisas não eram diferentes. Não se dizia admirado com os desmandos de Vitória, pois alegava que o Convento do Rio de Janeiro devia 60:000\$000 rs. e não sabia definir onde tamanha quantia havia sido gasta.⁵⁰

Provavelmente o Visitador não conseguira barrar *as honestas estratégias* administrativas dos frades Carmelitas. Contudo, pelo menos o levantamento desses dados já era um avanço. No caso da Província Carmelita Fluminense, a possibilidade de manter um Visitador Apostólico, que informasse o Estado Imperial, era tão acalentada,

⁴⁹A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno e A.N., Documentação da Província Carmelitana Fluminense, Rolo 013.2.77.

⁵⁰ Breves, Circulares e Correspondências do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 5.

que mesmo as dificuldades que passaram a ser apresentadas pelo Monsenhor foram rejeitadas, tanto pelo Governo quanto pela Nunciatura.

Ao que parece, o conteúdo da carta confidencial do Ministério alertando o Visitador sobre alguns frades pouco espiritualizados não foi levado em conta. Quando analisados os cargos ocupados ou não pelos Carmelitas encontra-se os mencionados na carta nas seguintes posições: Frei João de Nossa Senhora do Carmo ficou por alguns meses como Prior do Convento do Rio de Janeiro. Frei Bernardino de Santa Cecília assumiu como Provincial. Frei Manoel de Santa Thereza Trovão exerceu as funções de Secretário da Província e do Visitador Apostólico. Frei Manoel da Ascensão Franco foi nomeado Prior do Convento de Angra dos Reis e Frei Manoel de São Vicente Ferreira Prior de Santos. Todos nomeados nos primeiros dias de intervenção apostólica efetiva, em junho de 1860.

Aventa-se que o Visitador estrategicamente procurasse ter perto de si os inimigos, a fim de vigiá-los melhor. Contudo, esta hipótese cai por terra quando contabilizada a situação de poucos membros preparados para assumir a elite administrativa da Ordem. Além disso, se a idéia era manter os inimigos, por perto e sob controle, a estratégia não funcionou. Ter um Visitador dentro do Carmelo era pertinente aos planos do Estado de rastrear informações. Tornou-se evidente que os frades não gostaram dessa situação de intervenção velada. Tanto que logo se movimentaram. Individualmente procuravam se afastar dos centros de decisões e exercício político interno, ou seja, os conventos. A saúde de alguns frades ficou subitamente arruinada. Logo em julho e, posteriormente em agosto de 1860, os frades Francisco Ruivo do Amor Divino e Bernardino de Santa Cecília Ribeiro pediam, suas licenças respectivamente.⁵¹

Outros reordenavam sua sobrevivência em grupos. Por exemplo, em julho de 1860 o Visitador respondia ao Ministro da Justiça sobre uma representação feita pelos frades contra sua pessoa. O Monsenhor esclarecia, que a denúncia de que procedia de forma injusta na administração da Província, era fruto do fato de ser *mau homem social*

⁵¹ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 924, Pct:52, Doc:68; A.P.C.B.H., Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 64; A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.9.

e de que jamais seria *o primeiro a lançar a pedra sobre crimes e criminosos*.⁵² A denúncia refletia a má vontade dos frades em relação à conduta administrativa do Visitador. O mesmo completava sua defesa esclarecendo que nem os Livros de Receita e Despesa do Convento da Corte conseguira consultar em função dos obstáculos criados pelo Prior.⁵³ O resultado era o atraso no projeto de aulas públicas mantido pela Ordem, por exemplo.

Entretanto, a representação dos frades parece ter servido para fortalecer a posição externa do Visitador que em quinze de setembro desse ano recebeu uma Certidão de Jurisdição para efeito de venda ou permuta dos bens da Ordem.⁵⁴

Por outro lado, talvez internamente, a pressão cotidiana entre as paredes do claustro da Corte progressivamente tenha se tornado insuportável forçando, em dezessete de outubro, cerca de apenas quatro meses após sua posse, o Visitador a requerer sua demissão. Em seu pedido alegava que sofria profundos incômodos. Não dormia e não tinha sossego e, portanto se sentia *mais em estado de dar contas a Deus; do que de tomá-las aos homens*.

A Nunciatura Apostólica, por sua vez, recusava o pedido de forma veemente ordenando que o Visitador Apostólico permanecesse no cargo *sub obediência*. Então, como não poderia afastar-se por demissão, o Monsenhor Visitador providenciou a volta da Província Carmelita Fluminense à normalidade. Em fevereiro de 1861, a Nunciatura e o Estado autorizavam a realização de um novo Capítulo Provincial, que foi convocado e realizado no dia vinte e um de abril do mesmo ano.⁵⁵

Na tábua dos Conventuais desse ano, estava presente grande parte dos envolvidos no Capítulo malgrado de 1860. A primeira tentativa de intervenção do

⁵² A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno e A.P.C.B.H., Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 64.

⁵³ Em 3 de julho de 1860, o então Prior do Convento da Corte escrevia informando que o ex-Provincial não havia passado ainda os Livros e Contas do Convento. A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondências do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 4.

⁵⁴ A.P.C.B.H., Índice do Livro 3º de Registros, Cartas e Patentes, p. 41.

⁵⁵ A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondências do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 18 e A.P.C.B.H., Índice do Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 66.

Estado na Província Carmelita Fluminense no século XIX chegava ao fim, mas por pouco tempo...

2.2 – Os Bens do Carmo e Suas Transformações.

O ano de 1861 trouxe duas conseqüências derivadas do processo de restrição as Ordens Regulares. A primeira tratava do movimento de secularização já mencionado. Segundo o Ministério, no ano de 1860 cerca de quatorze religiosos haviam se retirado para o século. Infelizmente não definia a quais Ordens pertenciam. Mas um parecer do Provincial Carmelita no ano de 1862, dava a dimensão do estrago institucional que os pedidos de secularização poderiam causar:

*“Apenas resta-me deplorar profundamente, que sendo ora vedado o ingresso de religiosos no nosso país, alguns deles mesmo pela maior parte levados por fúteis se não fantásticos motivos, ou aliás, arrastados por sórdida ambição de sonhadas riquezas, e fofas honras mundanas, com o sacrifício dos seus primeiros e mais sacrossantos votos, e até com a mais revoltante ingratidão contra quem lhes deu um respeitoso nome, e uma nobre posição social procurem fascinados apartar-se desse Venerando estado, retribuindo essas tão reais vantagens, e valorosos benefícios que lhes foram liberalizados com o seu poderoso concurso para total desaparecimento do respectivo pessoal, e mais ainda, para melhor apressar a completa extinção das Ordens Religiosas que tão úteis hão sempre sido a nossa pátria, como comemora a sua História.”*⁵⁶

No caso dos Carmelitas, pelo menos uma dessas secularizações possuía um agravante. O frade em questão era Frei Antonio do Coração Maria Monteiro, que pedia a secularização antes de sua apresentação em Juízo a fim de que respondesse pelo crime

⁵⁶ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx:925, Pct: 58, Doc: 52.

de homicídio, do qual era acusado e por conta do que, estava *preso na Casa de Correção da Corte*.⁵⁷

A segunda conseqüência era a busca de simpatia de algumas Corporações por meio de ações sociais. Os Beneditinos teriam criado na Corte um colégio com aulas públicas e gratuitas que funcionava regularmente.⁵⁸ Ao que parece os Carmelitas também não teriam perdido tempo e *desejavam imitar aos irmãos de São Bento, e alguns deles solicitaram da nunciatura apostólica a autorização precisa para regerem as cadeiras que intentam criar*.⁵⁹ Provavelmente a busca pela inserção em trabalhos sociais fosse um primeiro resultado do processo de intervenção do Visitador Apostólico.

A iniciativa dos irmãos de São Bento alcançou bons resultados, pois em 1863, em meio ao recorrente discurso de decadência moral do Clero Regular e da manutenção da suspensão do noviciado, apenas uma ressalva foi feita e referia-se ao colégio dos Beneditinos que gratuitamente oferecia cursos preparatórios para a admissão nas faculdades brasileiras.

Os discursos ministeriais demonstravam um grande esforço no sentido de definir as efetivas atribuições das Ordens Regulares no cenário do século XIX. Consideravam essencial que uma reforma moral e administrativa fosse empreendida nestas corporações, de forma que elas, uma vez reabilitadas, pudessem novamente corresponder aos fins de sua existência, desempenhando o papel de educadoras sociais e auxiliares da política Imperial.

⁵⁷ Infelizmente o processo onde respondia como réu não pôde ser localizado. O Breve de perpétua secularização foi concedido em maio de 1861. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 914, Pct:3, Doc:67; A.P.C.B.H., Índice do Livro 5º de Registros, Breves e Patentes, p.57; A.N., Coleção Eclesiástica, Códice 510, Registro de Decretos de Licenças para Impetrar Breves e Beneplácitos, 1859/1872; A.N., Coleção Eclesiástica, Códice 509, Fl:5, Registro de Bulas, Breves e Beneplácitos, 1858/1889, Vol: I. Em 1864, este frade pediu sua readmissão à Província alegando que seu pedido de secularização havia sido *ad tempus* e não *ad perpetuum* a fim de “(...) poder mais desembaraçadamente defender-se, e provar como provou, perante os tribunais, onde era acusado, a razão e a justiça, que lhe assistiam, (...)”. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 914, Pct:3, Doc:68.

⁵⁸ O Relatório de 1862 descrevia tal ação da seguinte forma: “A decadência das ordens religiosas, outrora tão florescentes, e fato que elas mesmas reconhecem, procurando sair do abatimento, em que tem caído, pela realização de alguma idéia fé geral e não contestada utilidade”. A.N., Relatório do Ministério do Império, 2ª Sessão da 11ª Legislatura, 1862.

⁵⁹ A.N., Relatório do Ministério do Império, 1ª Sessão da 11ª Legislatura, 1861. .

Além disso, defendiam a tutela do Estado Imperial sobre o patrimônio particular dessas Ordens. Um clero que não cumpria com suas obrigações básicas e seus compromissos de natureza religiosa para com a sociedade – o que deveria ser o ponto primeiro de suas obrigações – também não era competente para o gerenciamento de tarefas materiais.

Nesse sentido, o ano de 1863, demonstrou uma articulação do discurso de restrição das Ordens Regulares. Agora não se tratava apenas da conversão progressiva das propriedades em apólices do tesouro publico. Havia também a necessidade de tornar os bens inalienáveis até que fossem efetivamente convertidos.

“Não posso deixar de insistir sobre a adoção desta medida, cuja necessidade e reconhecida pelos próprios religiosos de algumas ordens; ainda ultimamente recebi um ofício neste sentido do Provincial do Convento de Nossa Senhora do Carmo da Bahia.”⁶⁰ A inalienabilidade dos bens das ordens religiosas não é suficiente para assegurar a conservação deles, não só porque a sua má gestão os vai progressivamente diminuindo ou depreciando, mas pelo abuso que freqüentes vezes se comete de onerar os conventos com dívidas excedentes aos seus recursos ordinários, contraídas imprudentemente, ou já com o propósito de dissipar os mesmos bens.”⁶¹

Percebe-se que progressivamente todo o discurso de proteção envolvia a proposta de expropriação dos bens Regulares. De fato, havia uma lei de 9 de dezembro de 1830 determinando que se tornassem nulos todos os contratos celebrados pelas Ordens Regulares envolvendo bens móveis, imóveis e semoventes que não tivessem *expressa licença do Governo*.⁶² Porém, essa inalienabilidade parcial definida pela lei, aos poucos se mostrava ineficaz⁶³, em função dos contratos sigilosos e ilegais que

⁶⁰ Tratava-se do ofício enviado por Frei Manoel de São Joaquim Teixeira alegando que o relatório do Ministério apresentava verdades incontestáveis sobre a situação das Ordens Regulares em geral e seu patrimônio. Reafirmava que a defesa do patrimônio de tais corporações era há muito “*reconhecida por alguns dos Religiosos verdadeiramente filhos da Ordem a que pertenc[iam], principalmente os carmelitas, (...)*” A.N., Coleção Eclesiástica, Cx:890, Pct:1, Doc:80.

⁶¹ A.P.C.B.H., Doc. 2646 - Relatório do Ministério do Império, 3ª Sessão da 11ª Legislatura, 1863.

⁶² A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 920, Pct: 32, Doc: 54.

⁶³ Como forma de fortalecer a lei de 9 de dezembro de 1830, em 1853 uma Ordem do Ministério da Fazenda definia que era da competência dos Procuradores Fiscais barrar qualquer alienação de bens efetuada por parte das Ordens Regulares sem prévia licença do Estado Imperial. B.N., Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 121.

chegavam a público demonstrando a pouca ou nenhuma atenção que os religiosos davam às ordens imperiais e o desconhecimento do Estado da extensão das propriedades regulares.⁶⁴

O ano de 1864 trouxe uma inovação no discurso. Não se tratava apenas da questão de que uma vez proprietários, os frades se distraiam de seus afazeres espirituais. O péssimo gerenciamento desses bens os tornava *quase completamente improdutivos, com prejuízo da riqueza do país*. A questão migrava para a defesa dos interesses na Nação que deveria estar acima de qualquer patamar de propriedade ou direito.⁶⁵

Internamente a situação da Província Carmelita Fluminense não era das melhores. Após a volta de sua autonomia em 1861, em abril de 1864 se movimentava burocraticamente a fim de efetivar uma nova reunião Capitular.⁶⁶

Todavia, se a burocracia parecia dar impressão de calma e controle, a correspondência interna acusava muita confusão. Em seis de junho de 1864, o Frei João de Santo Antonio Calmon, do Convento da Corte escrevia - por intermédio do Vigário Capitular Monsenhor Felix Maria de Freitas e Albuquerque - ao Ministro dos Negócios do Império com o objetivo de que o Imperador lançasse suas *benéficas vistas sobre o estado deplorável*, no qual se encontrava o Convento Carmelita.⁶⁷

Os desmandos eram muitos e descritos da seguinte forma; Frei Vicente Ferreira Alves do Rosário arrendara uma *légua e tanto de terras por oitenta mil réis*

⁶⁴ Importa notar que o Decreto nº 1225 de 20/08/1864 procurava regulamentar a aquisição ou negociação de bens de raiz para as corporações de mão-morta da seguinte forma: “1º *Que as corporações de mão morta não podem adquirir bens de raiz senão na conformidade da Ord. Liv. 2º Tit. 18 § 1º ou mediante licença do Governo nos casos designados no Decreto nº 1225; 2º Que os legitimamente adquiridos ate a data em que esse Decreto começou a vigorar ficarão garantidos, ou, em outros termos, que houve para eles perdão geral de comisso; 3º Que os assim adquiridos da referida data em diante, que não estiverem na exceção acima estabelecida, devem ser alheados no prazo de seis meses, contados de sua entrega, convertendo-se o seu produto em apólices da divida pública; 4ª Que os legitimamente possuídos pelas corporações ate aquela data podem ser ou permutados por apólices intransferíveis da divida interna fundada, ou convertidos em ações das companhias de estradas de ferro garantidas pelo Governo.*” A.P.C.B.H., Doc. 2647 - Relatório do Ministério do Império, 3ª Sessão da 12ª Legislatura, 1864.

⁶⁵ A.P.C.B.H., Doc. 2647 - Relatório do Ministério do Império, 2ª Sessão da 12ª Legislatura, 1864.

⁶⁶ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 934, Pct: 104, Doc: 15.

⁶⁷ Alguns anos depois, em 1871, Monsenhor Félix Maria de Freitas e Albuquerque assumiu o cargo de Visitador Apostólico da Província Carmelita Fluminense. A.N., Conselho de Estado, CX:535, Doc:55 e A.N., Coleção Eclesiástica, Cx:932, Pct: 94, Doc: 108; A.P.C.B.H., Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70.

anuais a seu afilhado. Frei Bernardo realizara o mesmo procedimento a seu afilhado de apenas quatro anos. O Provincial Frei Bernardino de Santa Cecília Ribeiro, o Prior Frei Luiz de Santa Rosa Brito, o Procurador Frei Manoel da Natividade Azevedo, o Sub-Prior Frei Joaquim de Santo Elias Silva e o Secretário Frei Vicente Ferreira Alves do Rosário haviam arrendado: *setenta e tantos* imóveis urbanos do convento por cerca de *quarenta contos por ano*, a Fazenda Capão Alto com 270 escravos e 6.000 cabeças de gado e cavalos por oito contos anuais, a Fazenda da Pedra fora fragmentada sendo que parte de sua terra arrendada e outra doada. Todas essas movimentações patrimoniais teriam ocorrido *sem licença do Governo*.⁶⁸

O Vigário Capitular finalizava o documento escrito pelo frade Carmelita fazendo um balanço do que considerava razões para o contexto de desmandos das Ordens Regulares:

*“Quando as ordens religiosas viviam em todo o seu esplendor não havia contratos onerosos que mal [] sem a mesma propriedade religiosa, e isto por duas razões primeiro; Porque os religiosos ao professarem no seu Instituto na boa fé de que tinham um asilo seguro e constante dentro de suas Corporações; segundo; porque a abundância de religiosos para administradores de suas propriedades dando ocasião a uma boa escolha elles [] reciprocamente, e havia onde escolher. Mas hoje os religiosos não contão com o dia de amanhã, todos os dias vêem ameaçados os seus institutos, o número dos mesmos religiosos é limitadíssimo não pode por conseguinte haver escolha. (...); de maneira que neste estado provisório de incerteza em que as Corporações existem, perde a sociedade, perde a religião, e perdem os mesmos religiosos. (...)”*⁶⁹

No dia 11 desse mesmo mês, o procurador da Coroa escrevia ao Ministro do Império aconselhando sobre como proceder legalmente a fim de averiguar a carta-denúncia do religioso. Afirmava que, caso comprovada a denúncia, de imediato a Ordem infringira a Lei de 9 de dezembro de 1831.⁷⁰

⁶⁸ A.N., Conselho de Estado, CX:535, Doc:55 e A.N., Coleção Eclesiástica, Cx:932, Pct: 94, Doc: 108.

⁶⁹ A.N., Conselho de Estado, CX:535, Doc:55 e A.N., Coleção Eclesiástica, Cx:932, Pct: 94, Doc: 108.

⁷⁰ Aviso de 9 de dezembro de 1831 declarando nulos quaisquer contratos onerosos ou movimentações patrimoniais realizadas pelas Ordens Regulares sem a licença expressa do Governo. Em 28 de novembro

Esse pressuposto delimitava então, alguns passos que deveriam ser seguidos. Em primeiro lugar, os Livros da Secretaria da Justiça precisariam ser verificados a fim de constatar a presença dos registros dos contratos onerosos denunciados. Caso não fossem localizadas tais licenças, tornava-se primordial que se mandasse *sindicar sobre a existência* e condições dos contratos junto aos presidentes e demais autoridades provinciais. Finalmente, se comprovada a denúncia, a *administração do convento* deveria ser ouvida e a ela imposta a imediata anulação dos contratos.

Contudo, o próprio Procurador alertava para o fato de que não via meios de barrar tais abusos denunciados, pois os contratos, em geral, eram feitos sob forma clandestina e, somente após algum tempo, passavam ao conhecimento das autoridades.⁷¹

O artifício das denúncias internas não era uma inovação da segunda metade do século XIX. Já em 1844, Frei Tomás de Aquino Ribeiro havia usado o mesmo estratagema para o Carmo da Bahia. Entretanto, em função do contexto, as denúncias de 1864 surtiram efeito.⁷²

Talvez o Ministério não quisesse gastar recursos na investigação ou esperar mais para acessar as informações internas ao Carmo. Assim, sem perder tempo, em janeiro de 1865, através de uma carta confidencial, o representante do Governo Imperial escrevia ao Núncio Apostólico sobre a necessidade e urgência do estabelecimento de um Visitador Apostólico para a Província Carmelita Fluminense. Em sua argumentação enfatizava que o mesmo deveria *examinar as contas do Convento do Carmo da Corte, onde se tem dado extraordinárias dilapidações*. E, portanto, precisava ser uma pessoa

de 1849, a Lei número 655 recupera essa determinação. B.N., Coleção das Leis do Império e Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça de 1822 a 1881.

⁷¹ Talvez em função dessa constatação de impotência sobre a fiscalização de tais acordos é que em 16 de agosto de 1864, a Decisão nº 221 do Império definia que: “*Os Tabeliães e Escrivães competentes não devem lavrar escrituras de contratos onerosos em que figurem as Ordens Regulares sem que lhes seja apresentada a licença que para a celebração de tais contratos devem as mesmas Ordens obter do Governo Imperial.*” A.N., Conselho de Estado, CX:535, Doc:55 e B.N., Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 208.

⁷² Ainda em 21 de novembro de 1864, o Ministério dos Negócios do Império oficiava ao Provincial da Província Carmelita Fluminense ordenando que o mesmo não deveria *autorizar, sem a prévia licença do governo, a celebração de contratos de aforamentos e arrendamentos de bens pertencentes a sua ordem regular, (...)*. AESP, Correio Paulistano, ano XI, nº 2562, 06/12/1864, microfilme nº 0401010.

honest, inteligente e zelosa a fim de que pudesse por fim aos desmandos e garantir uma administração responsável do patrimônio Carmelita.⁷³

Tal decisão efetivou-se em novembro de 1865, quando Frei José Damásio de São Vicente Ferreira foi nomeado Visitador da Província Carmelita Fluminense.⁷⁴ Externamente, porém, o Relatório de 1866, foi lacônico quanto ao item Conventos. Informou apenas que, em função *dos abusos consideráveis*, era necessário que se nomeasse um Visitador Apostólico que interferisse e auxiliasse na reforma interna do Carmelo.⁷⁵

O Estado considerava *decadência moral* as divergências internas às Ordens, os *vícios profundos* aos quais se entregavam os frades e os *abusos na observância de sua disciplina*. Por outro lado, a idéia de *decadência administrativa* era vista, simultaneamente, como causa e consequência do problema moral, pois essas Ordens ao se envolverem na administração de *bens mundanos*, *distraiam-se* de seus deveres religiosos. Tal procedimento ocasionava um duplo prejuízo: à falta *moral* acrescentava-se a perda material, uma vez que a administração dos religiosos era ineficiente, fato que tornava os bens improdutivos causando sérios danos às próprias Ordens e ao país.

Esta imagem de decadência era o reverso de uma outra idéia que estabelecia como as Ordens Regulares deveriam ser, particularmente em sua função social, da qual fazia parte contribuir para a *riqueza pública*. Por isso, a imagem construída nesses Relatórios Imperiais, quando das avaliações do Clero Regular, definia como as relações entre o Estado, as Ordens, suas propriedades e o povo precisavam ser construídas.

Para os administradores do Governo, a decadência e a ineficiência testemunhavam que as Ordens traíam um pacto tradicional entre o Estado e estas

⁷³ A. N., Coleção Eclesiástica, Cx: 921, Pct: 35, Doc:13.

⁷⁴ Assim que tomou posse o Visitador comunicou ao Ministro da Justiça que a reconheceu em Portaria de 29 de novembro de 1865. A.P.C.B.H., Índice do Livro 6º de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 62; A.P.C.B.H., Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 66; A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 929, Pct: 78, Doc: 85.

⁷⁵ A.N., Relatório do Ministério do Império, 4ª Sessão da 12ª Legislatura, 1866. O Relatório de 1867 e o de 1868 confirmam o encaminhamento dessa iniciativa referente aos Carmelitas Calçados. A.N., Relatório do Ministério do Império, 1ª Sessão da 13ª Legislatura, 1867. Ministro José Joaquim Fernandes Torres e A.N., Relatório do Ministério do Império, 2ª Sessão da 13ª Legislatura, 1868. Ministro José Joaquim Fernandes Torres.

Corporações, que previa uma atuação de benemerência e educação religiosa da população.⁷⁶

Intervir no Carmo era uma tentativa de correção dessa trajetória de irregularidades na medida que procurava, por meio de melhoria das Ordens, reviver este pacto. Assim, no dia 16 de novembro, fez-se a Ata da Sessão de Abertura da Visita Apostólica presidida pelo próprio Internúncio Apostólico. Entre os presentes, muitos dos freis que já haviam sobrevivido ao Visitador de 1860, como por exemplo: Frei Manoel d'Ascensão Franco e Frei João de Nossa Senhora do Carmo.⁷⁷

Dessa vez porém, nem todos sobreviveram à invasão. Menos de um mês após a posse do Visitador, um dos religiosos acusados na carta de Frei João de Santo Antonio Calmon e que foi o estopim da Visitação, Frei Luiz de Santa Rosa Brito obteve do Visitador autorização para sua perpétua secularização. Novamente, o motivo atestado eram as *enfermidades crônicas agravadas com a vida claustral*.⁷⁸

Se a princípio ações como a secularização de Frei Luiz, indicavam que a moralidade pretendida pelo Estado estava em processo de reconstrução no Carmo, uma correspondência de abril de 1866, escancarava situações de desregramento que se mantinham. Cerca de cinco meses após a instalação da Visitação, uma carta assinada por Frei José de Santa Bárbara pedia que o Império realizasse uma sindicância no claustro Carmelita e deixasse de autorizar as vendas de bens de seus conventos. Seu manifesto possuía dois momentos. No primeiro tratava do descontrole moral do Carmo para finalmente passar ao segundo momento que tratava da questão das propriedades.

Para este frade, na maioria das corporações, os religiosos eram homens que abandonaram as *vaidades mundanas* entregando-se a Deus para servir e ensinar. Desafortunadamente no Carmo era o contrário. Seus conventos não eram casas de

⁷⁶ Importa observar que esta percepção não residia apenas no Estado. Tem-se a impressão de que era corrente a idéia, tanto que em 1862, a fim de melhorar sua imagem, tanto Beneditinos quanto Carmelitas rapidamente criaram aulas publicas e gratuitas para a população da Corte.

⁷⁷ A.P.C.B.H., Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p.66.

⁷⁸ Frei Luiz de Santa Rosa Brito seguia a regra e após autorização do Visitador pedia licença à Nunciatura e Beneplácito ao Império. A.N., Coleção Eclesiástica, Caixa 934, Pct: 104, Doc: 15.

sacerdotes e escolas de moralização e virtude. De fato, se transformaram em uma segunda Gomorra:

“(...) Há muito existe no Convento um sacerdote espanhol, que continuamente se embriaga, e que no meio da embriaguez, mancha a reputação dos filhos da casa e de suas famílias, com palavras obscenas, e indignas de Padre! É a ociosidade, e nada lhe faltar, que o levam a tal! Há ainda, grande quantidade de homens que vindos de plagas longínquas, perseguidos e repudiados da Sociedade, e Réus de polícia talvez, que aí homiziados, insultam os Padres que procuram o templo para celebrar, negando-lhes até paramentos. Gomorra porque é foro do deboche, principalmente por esse espanhol, que e amasiou com um próprio criado, e que na ocasião da embriaguez, convida para assistir as suas libertinagens! Misericórdia Senhor! Onde se for isto? Num Convento, na presença de um visitante, das autoridades do País, numa Corte, em um país religioso.”⁷⁹

Tratava então, das questões financeiras e perguntava se era correto que onze escravos e uma grande fazenda pudessem ser arrendados por vinte anos por apenas 3:000\$000 rs., ou ainda, que apenas um gradil de *pedra de cantaria* para a frente da Igreja do Convento da Corte custasse cerca de 50:000\$000 rs.. Pedia que uma investigação rigorosa fosse feita também nos contratos de arrendamento e de venda.

“(...) Limpai, com mão firme, a baba venenosa e peçonhenta dessas que sob a capa de sacerdotes e sob o nome de filhos da Virgem do Carmo mancham e daqueles que no remanso do Claustro, olham para Deus, que se entregam ao Sacerdócio com abnegação, e não para se locupletarem com os bens do Convento por meio de infamantes miseráveis e vergonhosos! Mandai sindicar, e conhecereis, que a verdade é meu guia, meu estandarte! Os afilhados Cabral, dos alugueis, J. da Mata, desse célebre e decantado contrato de escravos, e também Brandão. Ah! Senhor, em nome de Deus, da lei, não vos deixeis iludir por esses jesuítas, mostrai-lhes que estamos no século XIX, e que nada há oculto que não se saiba.”⁸⁰

⁷⁹ Infelizmente não foi possível detectar referido frade espanhol. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 932, Pct: 121, Doc: 94.

⁸⁰ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 932, Pct: 121, Doc: 94.

Não foi possível rastrear quem seria Cabral ou J. da Mata. Contudo, o referido Brandão, provavelmente, era o mesmo que arrendara os escravos da fazenda Capão Alto da Província do Paraná e que possuía outros negócios com o Carmo⁸¹.

Tendo por fundamento a documentação e, analisando o contexto de época, pode-se inferir que as informações contidas na carta não eram apenas de caráter panfletário ou denúncias vazias. De fato, a questão dos contratos lesivos às Ordens e feitos sem licença do Império foi tratada pelos Relatórios Ministeriais ao longo das décadas de 1860 e 1870.

Em 15 de setembro de 1865, por exemplo, um novo aviso do Ministério do Império alertava aos Juizes que os *contratos onerosos feitos pelas Ordens Regulares* eram nulos, quando realizados sem a licença Imperial. Sendo assim, as execuções e penhoras dos bens das Ordens envolvidos nesse tipo de acordo eram também nulas. *E os que celebraram contratos sem exigirem previamente a apresentação daquela licença deveriam resignar-se às conseqüências de sua negligência.*⁸²

Assim cabe questionar, por que Frei José de Santa Bárbara escrevia diretamente ao Império, se havia um Visitador para cuidar desses assuntos na Ordem? Em sua denúncia definia o que era esperado de um religioso pela sociedade e pelo Estado para depois apontar as fragilidades do Carmo. Apelava então para a idéia de modernidade e ao esclarecimento - tão caros aos discursos ministeriais - ao apontar que estavam no *século XIX*. E finalmente se remetia a uma outra Ordem Religiosa pejorativamente famosa, em terras de herança ibérica, pelos conluíus políticos e pouca preocupação moral: os *jesuítas*.⁸³

Em 1860, o próprio Visitador Apostólico apontou ao Núncio que os frades se articulavam contra a Intervenção. A carta de Frei José de 1866 não poderia ser uma dessas articulações internas? Pela documentação não foi possível determinar. Contudo,

⁸¹ Um detalhamento maior sobre a importância deste arrendatário será observada nos capítulos três e quatro.

⁸² Império, Aviso nº 416. B.N., Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 407 e A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 920, Pct: 31, Doc: 32.

⁸³ Sobre essa questão ver: MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. *"Ervas de Ruim Qualidade." A Expulsão da Companhia de Jesus e a Aliança Anglo-Portuguesa: 1750/1763*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo e MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

apenas alguns meses após a denúncia, o Visitador Frei José Damásio de São Vicente Ferreira escrevia ao Governo Imperial informando que precisava se ausentar a fim de resolver negócios particulares e do Comissariado Geral da Terra Santa. Em seu lugar ficaria, como substituto, o Prior do Convento da Corte Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo. Seu pedido foi aceito e, mais uma vez, o controle político administrativo voltava às mãos de um Carmelita, mesmo que estivesse a serviço do Estado e da Nunciatura.⁸⁴

Antes de se retirar, porém, o Visitador enviou uma circular interna aos Carmelitas fazendo um balanço de sua administração. Após informar que em seu lugar ficaria o antigo Prior do Convento da Corte, passava a um breve resumo de sua trajetória na Ordem no cargo de Visitador para o qual havia sido designado em função da Província Carmelita Fluminense ter-se transformado em *objeto de censuras e da reprovação geral*.

Após sua posse iniciara a Visita Apostólica que revelou penosas dificuldades, principalmente por parte dos frades refratários à observância da Regra do Grande Patriarca S. Elias, e como eram descontentes com o estabelecimento da disciplina claustral, foram secularizados.⁸⁵ Encontrara então, um estado de abatimento e indecência em que estavam mergulhados a igreja e o convento, o refeitório já não era utilizado, as missas conventuais inexistentes e uma dívida de cerca de quatrocentos contos de réis pesava sobre a Província Carmelita Fluminense.

Após os poucos meses de intervenção o Coro fora restabelecido, o refeitório passara a funcionar regularmente e celebravam-se todos os atos religiosos além de já terem sido pagos cerca de duzentos contos de réis. Finalizava o levantamento de sua administração deixando claro a serviço de quem esteve o tempo todo na medida que advertia os frades de que deviam explicações à sociedade leiga.

⁸⁴ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 929, Pct: 78, Doc. 85; A.P.C.B.H., Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 68.

⁸⁵ A.P.C.B.H., Cópia de uma Circular existente no Convento de Angra dos Reis.

*“(...) Oprimidos sob o estigma do descrédito, hoje deveis dar à Nunciatura Apostólica, ao Governo, e ao País provas de vossa regeneração; deveis mostrar que sois verdadeiros filhos de Elias, e animados de seu espírito religioso.”*⁸⁶

Independente de quais seriam as intenções, denúncias como a de Frei José de Santa Bárbara e a posterior licença do Visitador apenas reforçavam o discurso do Estado acerca da desorganização e o descomprometimento do clero.

Como em 1866, a educação se mantinha seriamente comprometida desde a suspensão dos noviciados e a situação de penúria dos seminários diagnosticada. Os informes de 1867 alertavam sobre os inconvenientes da falta de membros integrantes do clero nacional. O resultado era que os Bispos se viam obrigados a nomear em caráter interino sacerdotes estrangeiros para a condução da administração das paróquias.⁸⁷

Na sessão dedicada a análise dos conventos tanto este, como o Relatório do ano de 1868 informavam apenas que a Província Carmelita Fluminense permanecia sob a regência do Visitador Apostólico a quem o Império fornecia *os meios precisos para o bom regime da Ordem*.⁸⁸ O religioso responsável pela função era também Comissário Geral da Terra Santa e necessitava retirar-se para a Europa. Em seu lugar, ficou um substituto interino e que era também Prior do Convento do Carmo da Corte, Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo.

Entretanto, mesmo sob o comando de um substituto, o Relatório de 1868 demonstrava os resultados do apoio do Estado a esse regime de exceção vivenciado pelo Carmelo uma vez que apresentava alguns números da Província Carmelita Fluminense.

⁸⁶ A.P.C.B.H., Cópia de uma Circular existente no Convento de Angra dos Reis.

⁸⁷ A preocupação com o escasso número de religiosos era constante. Em maio de 1866, o Visitador da Província Carmelita Fluminense em seu relatório sobre o estado da Ordem solicitava a abertura do noviciado. A.P.C.B.H., Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 68.

⁸⁸ A.N., Relatório do Ministério do Império, 1ª Sessão da 13ª Legislatura, 1867. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – José Joaquim Fernandes Torres. A.N., Relatório do Ministério do Império, 2ª Sessão da 13ª Legislatura, 1868. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império – José Joaquim Fernandes Torres.

Quadro 2. Conventos em 1868

Conventos	Cidade	Província	Frades
1	Corte	Rio de Janeiro	7
1	Angra dos Reis	Rio de Janeiro	1
1	Vitória	Espírito Santo	1
1	São Paulo	São Paulo	1
1	Santos	São Paulo	2
1	Mogy das Cruzes	São Paulo	2
1	Itu	São Paulo	1
1	Belém	Pará (arrendado)	-
Total = 8		-	Total = 15

Fonte: Relatório Ministerial de 1868.

O Convento do Pará havia sido arrendado ao Bispo de Belém que ali estabelecería um asilo para a infância desvalida. O valor do arrendamento reverteria para a manutenção do asilo.⁸⁹

Conforme se observa na seqüência nos quadros 3 e 4, o Relatório também listava os imóveis urbanos e os rurais.

Quadro 3. Imóveis Urbanos

Prédios	Cidade	Renda Anual	Décima
65	Corte	39:343\$072 rs.	12:424\$128 rs.
28	São Paulo	5:772\$960 rs.	1:823\$040 rs.
23	Santos	3:894\$210 rs.	1:229\$760 rs.
Total=116		49:010\$242 rs.	15:476\$928 rs.

Fonte: Relatório Ministerial de 1868.

⁸⁹ O processo político que levou a esse arrendamento bem como a escolha entre asilo ou seminário a ser estabelecido no Convento já foi abordado no Capítulo I deste trabalho.

Quadro 4. Imóveis Rurais

Fazendas	Cidade	Província
Iriri	Magé	Rio de Janeiro
Piedade	Magé	Rio de Janeiro
Guapiassú	S. Antonio de Sá	Rio de Janeiro
Carmo	S. Antonio de Sá	Rio de Janeiro
Quissamã	Macahé	Rio de Janeiro
Ariró	Angra dos Reis	Rio de Janeiro
Jacuecanga	Angra dos Reis	Rio de Janeiro
Caguassú	São Paulo	São Paulo
Itaim	São Paulo	São Paulo
Pontes	Jacarehy	São Paulo
Sorocamirim	São Roque	São Paulo
Sabaúna	Mogy das Cruzes	São Paulo
Gaecá	São Sebastião	São Paulo
Jurubatuba	Santos	São Paulo
Pernambuco	Belém	Pará
Engenhoca	Belém	Pará
Piranêma	Vitória	Espírito Santo
Pedra	Corte	Rio de Janeiro
Jurujuba	Nichteroy	Rio de Janeiro

Fonte: Relatório Ministerial de 1868.

Ainda segundo o Relatório de 1868, das dezenove fazendas listadas, treze estavam arrendadas com seus respectivos escravos rendendo cerca de 34:500\$000 rs. Infelizmente não acompanhavam informações sobre as condições dos contratos de arrendamento que obviamente deveriam ser excelentes para os arrendatários a julgar pelo valor revertido à Ordem.

A fazenda de Piranêma arrendada com seus 72 escravos pela quantia de 3:600\$000 rs. fora seqüestrada pela Santa Casa de Misericórdia da cidade de Vitória.

Apenas mencionava que tal propriedade estava sob litígio sem maiores informações.⁹⁰ Ao que parece a fazenda da Pedra fora fragmentada em terrenos posteriormente arrendados rendendo cerca de 1:000\$000 rs.. A propriedade de Jurujuba possuía foreiros que se negavam a reconhecer o *domínio direto da Ordem* e portanto não pagavam nada. Quanto às fazendas não arrendadas apenas informava que eram a do Pará e a de Caguassú em São Paulo.

Em relação aos escravos, informava apenas que o total deles era de 871 divididos da seguinte forma: 827 pertenciam às fazendas já mencionadas, 44 estavam a serviço dos conventos e 50 haviam sido escolhidos pelo Império para servir no Exército, provavelmente na Guerra do Paraguai.

O informe era finalizado enfatizando que a Ordem devia a diversos credores, inclusive à Fazenda Nacional em função das décimas de casas não pagas. O valor da dívida total da Província Carmelita Fluminense seria em torno de 150:000\$000 rs.

Os números apresentados ao Estado não representavam tranquilidade interna ao Carmo. Em 2 de abril de 1867, Frei José de Santa Bárbara Bittencourt voltava a denunciar ao Imperador os abusos internos à Província Carmelita Fluminense.

Desta vez, a denúncia fazia um retrospecto da presença do Visitador Apostólico. Informava que o Governo Imperial tendo notícias da desordem reinante na Província Carmelita Fluminense e, em acordo com o Delegado da Santa Sé, determinara a posse de Frei José Damásio de São Vicente Ferreira Comissário Geral da Terra Santa na Corte. Segundo o denunciante, de imediato as nomeações realizadas por aquele

⁹⁰ Infelizmente mesmo no cruzamento com a documentação interna, não foi possível determinar a causa do processo envolvendo Piranêma. Distante cerca de meia légua da cidade de Belém, o relatório de 1872 descrevia esta fazenda como abundante de matas, boas terras e pastagens. Sua renda deveria ser considerável em função de sua fertilidade, extensão de terras e número de escravos que cultivavam: café, mandioca, milho e feijão vendidos no mercado. Contudo seu rendimento não cobria nem os gastos para o reparo do Convento.

Visitador deixavam claro que *as paixões ruins de um dos dois partidos em que infelizmente esta[va] dividida a Ordem* havia vencido.⁹¹

A partir de então, diversos *contratos lesivos* teriam sido celebrados. Como exemplo, citava os realizados entre a Ordem e Bernardo Gavião Peixoto na Província de São Paulo. Uma das fazendas de Santos, que infelizmente não nomeava, rendia 9:000\$000 rs. anuais e, no entanto, foi arrendada por vinte anos por cerca de 3:000\$000 rs. anuais.⁹² Acrescentava que fruto da mesma perspectiva administrativa, *em proporção foram as outras fazendas arrendadas*.⁹³

Passava então a esclarecer, sob seu ponto de vista, o processo de secularizações já mencionado. Afirmava que os antigos administradores da Província Carmelita Fluminense, haviam sido *declarados refratários do Espírito religioso, e mesmo prevaricadores* sendo obrigados a secularizarem-se, *para puni-los de crimes que só existiram na mente dos perseguidores*.

Finalizava a denúncia informando que o afastamento do Visitador fora causado por temor de prestar *contas* de sua administração. Em seu lugar deixara encarregados, frades que persistiam em *perseguir a todos os Religiosos* que lhes eram desafetos. Naquele claustro *nem a velhice, nem a virtude* eram respeitadas e, portanto pedia que o Império tomasse providências.⁹⁴

A primeira carta de Frei José de Santa Bárbara Bittencourt foi enviada em 7 de abril de 1866. Apenas em 6 de fevereiro de 1867, o Império recebeu uma explicação de Frei José de Santa Bárbara Bittencourt afirmando que estava no Convento de Mogy das

⁹¹ Isso em função das imediatas ações que despojaram a Igreja do Carmo da Corte. O denunciante citava a venda de uma coroa de ouro da imagem de Nossa Senhora da Conceição, uma âmbula de ouro, a chave do sacrário e cento e trinta apólices. O advogado que teria intermediado o negócio recebeu, em comissão, cerca de 3:000\$000 rs. Infelizmente a natureza da documentação compulsada não permitiu que fosse averiguada tal denúncia. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 932, Pct: 121, Doc: 94.

⁹² Mesmo rastreando os contratos descritos para este período no Relatório de 1872, não foi possível detectar nenhum arrendamento feito a Bernardo Gavião Peixoto fora Capão Alto, na Província do Paraná. Contudo, na região de Santos, as fazendas Gaecá e Jurubatuba foram arrendadas nesse período e adequavam-se a descrição de rendimento do denunciante. Entretanto no Relatório de 1872, o contrato de Gaecá teria sido realizado com José Bernardo Brandão Jr. e Jurubatuba com Dr. Joaquim Eduardo Leite Brandão e Prudêncio Augusto Brandão.

⁹³ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 932, Pct: 121, Doc: 94.

⁹⁴ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 932, Pct: 121, Doc: 94.

Cruzes e que a denúncia de 1866 era falsa.⁹⁵ A idéia de que a carta fosse parte de um estratagema interno dos frades é reforçada, quando as datas são observadas e percebe-se que Frei José levou cerca de dez meses para desmentir a autoria de uma denúncia que expunha de forma constrangedora a Ordem que passava por intervenção! Como mencionado, a referida carta pode não ter causado queda, mas provavelmente contribuiu para a saída de um Visitador externo e a volta ao poder para as mãos de um frade Carmelita que assumiu o posto de Visitador Interino.

Entretanto, de novo em 2 de abril de 1867, Frei José voltava à carga reafirmando as antigas denúncias e formulando outras tantas. Dessa vez porém, a reação do Visitador Interino foi imediata. Em 6 de maio do mesmo ano, Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo escrevia ao Ministro dos Negócios do Império informando que a carta-denúncia de 2 de abril era falsa. Afirmava que não fora Frei José quem a redigira e, sim, o Padre André de Santa Maria. Este religioso havia sido frade Carmelita, servindo ao convento em Pernambuco e, posteriormente, ao Convento da Corte onde residira por muito tempo. Por fim havia se secularizado. Contudo, em função das *relações* construídas durante sua *estada* no Convento da Corte envolvia-se *em todas as intrigas e calúnias que se levanta[va]m contra o Convento*.⁹⁶

Pelo que se pode constatar através da documentação, talvez as explicações do Visitador Interino tenham surtido efeito uma vez que não houve mais nenhuma manifestação sobre tal assunto, pelo menos nesse ano. Isso porque, independente dos contratos abusivos e denúncias, o Estado ainda possuía um preposto que, de uma ou outra forma, repassava algumas informações ao projeto do Império.

Assim sendo, o ano de 1869 chegou, e o Relatório Ministerial acrescentava muito pouco às informações já emitidas anteriormente. Reafirmava apenas, que a Ordem se mantinha sob a regência do Visitador Interino Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo. O número de frades havia passado a ser quatorze e que estavam na faixa etária de 33 a 71 anos. Desse contingente, dois estavam licenciados por motivos médicos.

⁹⁵ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 932, Pct: 121, Doc: 94.

⁹⁶ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 932, Pct: 121, Doc: 94.

Sobre os imóveis rurais acrescentava apenas que a Província havia conseguido autorização Imperial, por meio da pertinente licença, para vender a fazenda Caguassú, em São Paulo. Entretanto, recomendava que as propriedades Engenhoca e Pernambuco, localizadas no Pará e que não estavam arrendadas, também fossem vendidas. Fundamentava tal indicação em função da dificuldade de administração dessas terras:

*“(...) (tendo havido ainda na de - Pernambuco – um levantamento de escravos , para cujo afogo foi necessária a intervenção das autoridades), incumbi a Presidência do Pará de dar as providências precisas para a respectiva arrematação na forma das ordens anteriores.”*⁹⁷

A desorganização administrativa era argumento convincente, ainda mais se aliado à rebelião de escravos em plena crise de mão-de-obra, após o final do tráfico negreiro. Além disso, tal interferência no patrimônio privado Carmelita era facilitada pelo contexto de que no Pará não havia mais nenhum religioso e que o próprio convento já estava arrendado há algum tempo ao Bispo Diocesano, como já mencionado.⁹⁸ Finalmente, o contexto interno à Ordem ainda se mantinha sob a fiscalização do Visitador, que o Relatório de 1869 reafirmava importante na medida que esclarecia que a dívida passiva fora reduzida para cerca de 115:000\$000 em comparação ao ano anterior.

Em 1870, o Relatório era mais objetivo se preocupando pouco com o levantamento de dados. Após breve introdução, reafirmando a importância do clero contraposta a miséria no qual se encontrava, notificava o andamento da legislação de supressão ao Clero Regular. Informava que o governo ainda não havia produzido o

⁹⁷ Relatório do Ministério do Império, 1869. *Latin American Microform Project– University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.wcrl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

⁹⁸ Em 16 de dezembro de 1871, talvez em função desse contexto, o Visitador enviava um ofício ao Cônego Siqueira Mendes Presidente Interino do Carmo de Belém do Pará. Pedia que permanecesse no cargo e que informasse sobre as vendas de fazendas e escravos, sobre as fazendas, terrenos e propriedades que ainda estavam em poder do Carmo bem como sobre os arrendamentos das propriedades. A.P.C.B.H., Índice do 2º Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70.

Regulamento para a Lei nº 1.764, art. 18 de 28/06/1870, que versava sobre a conversão dos bens Regulares em Apólices da Dívida Pública.⁹⁹

Mencionava então, a Província Carmelita Fluminense e sua situação de intervenção parcial. Reafirmava que essa medida tinha por objetivo *evitar o progresso do mal que a levaria a completa ruína*. Diante disso, e em acordo com a Nunciatura Apostólica, criou uma comissão para examinar as contas da administração dessa Ordem.

Ao que parece, essa Comissão teve sua função ampliada para o levantamento da situação geral das Ordens Religiosas. Entretanto no ANEXO E no Relatório de 1871, constavam apenas as informações prestadas pelo Vigário Provincial da Ordem Franciscana do Rio de Janeiro. Segundo o relator, o levantamento completo ainda não estava pronto.

Informava que no dia 28 de setembro de 1870, a Ordem Beneditina declarou livre a todos os seus escravos. A Ordem Franciscana do Rio de Janeiro seguiu o exemplo, libertando em 4 de outubro muitos de seus cativos conservando apenas os indispensáveis ao serviço dos conventos.

A Província Carmelita Fluminense, por sua vez, efetivou a mesma ação no dia 8 de dezembro. Contudo deixou livres apenas os cativos que não estavam sujeitos a contratos de arrendamentos individuais ou atrelados a fazendas.

Os Beneditinos expuseram ao Império *seu desejo de assegurar a sorte de seus antigos escravos recém-libertos*. Para tanto pediam autorização para conceder lotes de terra *do seu patrimônio devoluto, a título de aforamento*. Dessa forma os ex-cativos se estabeleceriam cultivando tal terra. O Ministério se manifestava da seguinte forma:

“(...) A idéia parece-me digna de ser atendida. Não somente centenaes desses indivíduos, muitos dos quais formam famílias, conservando-se nas mesmas terras onde e como sempre viveram, acham ahi abrigo certo contra os perigos que correrão separando-se e buscando novas occupações, para as quaes ainda não adquiriram as disposições e hábitos precisos; mas também haverá nisso manifesta utilidade pública. Assim pensando, lembro-vos a conveniência de alterar-se a disposição do citado artigo da Lei de 28 de junho de 1870, excluindo della as

⁹⁹ O Relatório de 1871 também cobrava esse regulamento que até a data não foi expedido.

*terras dos patrimônios das Ordens em que puder realizar-se a idéia de que se trata, nos termos e pelo modo que se determinarem.*¹⁰⁰

No movimento de invasão do Estado e alternativas de sobrevivência das Ordens Regulares têm-se, no caso dos escravos, duas saídas admiráveis: dos Beneditinos e Carmelitas. O Carmo, excetuando seus contratos de arrendamento, libertou sem grande ônus. Isso por que pelo Relatório de 1868 cerca de 827 escravos circulavam pelas fazendas da Ordem em sua maioria arrendadas. Infelizmente não foi possível definir o número exato dos cativos que estavam sob contrato. Por outro lado, os Beneditinos garantiam sua mão-de-obra e até a renda na medida que conseguiam autorização do Império para tais arrendamentos. Estavam livres, mas atrelados á terra. Tudo permanecia da mesma forma.

É preciso ressaltar que os diferentes processos de abolição efetivada por tais Ordens Regulares ocorriam em um cenário de discussão para o que viria a ser a Lei do 28 de setembro de 1871.¹⁰¹ Da mesma forma tanto para o caso dos Carmelitas quanto para o do processo do debate parlamentar abolicionista, a questão primordial era o conceito dos limites e usos da propriedade na sociedade liberal.

A decisão dos Carmelitas foi efetivada sob a direção do novo Visitador Apostólico Monsenhor Felix Maria de Freitas e Albuquerque que tomou posse do cargo em 28 de novembro após o falecimento do antigo Visitador efetivo e do Interino.¹⁰² Além disso, sob sua jurisdição a comissão criada em 1870 para o levantamento dos bens da Ordem apresentava os primeiros resultados.

¹⁰⁰ Relatório do Ministério do Império, 1871. *Latin American Microform Project– University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

¹⁰¹ PENNA, Eduardo Spiller. Pajens da Casa Imperial, juriconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001 e CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁰² Breve da Nunciatura Apostólica nomeando Visitador Apostólico o Monsenhor Félix Maria de Freitas e Albuquerque, com faculdades para nomear Vigário-Provincial, Piores e outros cargos internos à Província Carmelita Fluminense. O Breve recebeu o Beneplácito Imperial em 23 de novembro e o Visitador tomou posse em 28 de novembro. A.P.C.B.H., Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70 e A.N., Coleção Eclesiástica, Códice: 510, Fl: 82v. e A.P.C.B.H., Registro de Decretos de Licenças para impetrar Breves e Beneplácitos.

Tratava-se de um levantamento feito a partir das contas relativas a administração do Visitador Interino entre os anos de 1867 e 1870. Mesmo assim, a Comissão informava que não era exato em função da *falta de muitos documentos, da confusão em outros, da deficiência das informações prestadas e de outros embaraços provenientes da má direção dos negócios da Ordem*.¹⁰³ O ANEXO E, mencionado para o Relatório de 1871, só foi finalizado para o Relatório de 1872, contendo a movimentação entre os anos de 1858 e 1871.

2.3 – A Movimentação dos Bens no Relatório de 1872.

O Relatório de 1872 trouxe, no item denominado ANEXO E (datado de 22 de novembro de 1871), o resultado do trabalho desenvolvido por uma Comissão, designada pelo então Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira.

O ANEXO E foi organizado em itens que analisaram o patrimônio da Província Carmelita Fluminense e sua movimentação entre os anos de 1858 e 1871: o que foi vendido, arrendado e quais as receitas e despesas da administração Carmelita, entre outros dados. Finalizava com um sexto item denominado *Recomendações da Comissão*, onde os responsáveis pelo levantamento faziam sugestões visando à reorganização das contas e dos bens do Carmo.

A citada Comissão julgou conveniente fazer, em primeiro lugar, uma descrição dos bens Carmelitas para o ano de 1858 utilizando as informações dos Relatórios Ministeriais. Ainda que considerada inexata - uma vez que as informações foram passadas ao Ministério dos Negócios da Justiça pela Ordem *o que demonstra[va], senão intento de encobrir e sonegar bens e rendimentos, pelo menos um grande desleixo* - essa descrição serviria de termo de comparação para a análise do patrimônio elencado em 1871.¹⁰⁴ Da comparação entre estes dois períodos, a Comissão poderia

¹⁰³ Relatório do Ministério do Império, 1871. *Latin American Microform Project– University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

¹⁰⁴ AP.C.B.H., Doc 2653 - ANEXO E - Relatório sobre as contas da Província Carmelita Fluminense - Maio de 1872, p. 2.

emitir um julgamento sobre a administração Carmelita e indicar medidas que resultassem na alteração dos pontos de ineficiência detectados.

2.3.1 - Comparação entre o Patrimônio da Província Carmelita Fluminense em 1858 e 1871.

Na comparação entre os bens da Província Carmelita Fluminense, o primeiro item a ser cotejado refere-se à quantidade de conventos em funcionamento e o número de frades respectivos.

Quadro 5. Conventos em 1858

	Convento	Cidade	Província	Frades
	1	Corte	Rio de Janeiro	16
	1	Angra dos Reis	Rio de Janeiro	2
	1	Vitória	Espírito Santo	1
	1	São Paulo	São Paulo	1
	1	Santos	São Paulo	1
	1	Itu	São Paulo	2
	1	Mogy das Cruzes	São Paulo	2
	1	Belém	Pará	1
Total	8	-	-	26

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Quadro 6: Conventos em 1871

	Convento	Cidade	Província	Frades
	1	Corte	Rio de Janeiro	5
	1	Angra dos Reis	Rio de Janeiro	1
	1	Vitória	Espírito Santo	1
	1	São Paulo	São Paulo	1
	1	Santos	São Paulo	1
	1	Itu	São Paulo	2
	1	Mogi das Cruzes	São Paulo	1
	1	Belém	Pará	0
Total				14*

Fonte: Relatório Ministerial de 1872

* Ainda havia dois religiosos licenciados por motivos de saúde

Somando o número de conventos, percebe-se no Quadro 5 uma maior concentração deles na província de São Paulo. Em dados percentuais 50% dos conventos estavam nesta província, 25% localizavam-se na província do Rio de Janeiro, 12,5% na do Espírito Santo e 12,5% na do Pará. Como já mencionado, em termos administrativos, o principal convento era o da Corte, pois nele residia o mais importante frade do Carmo - o Provincial - ali os religiosos se reuniam para os Capítulos e dali partiam todas as decisões gerais relativas à Província Carmelita Fluminense. Mas, ainda assim, a Província de São Paulo abarcava a metade dos conventos da corporação o que, em algumas situações, se reflete na distribuição espacial de seu patrimônio e nas maiores dificuldades para seu gerenciamento.

Todos os Quadros elencados foram montados a partir de dados esparsos e muitas vezes camuflados pelo discurso de repressão aos Carmelitas promovido pela Comissão responsável pela elaboração do citado Relatório. No entanto, muitos dados do ANEXO E do Relatório citado ainda podem ser comprovados pelo cruzamento com outras fontes tais como a lista dos frades da Província Carmelita efetivada ao final das reuniões de Capítulos Conventuais¹⁰⁵. O que todo este mapeamento revela é a decadente situação do efetivo hierárquico Carmelita. A Ordem mantinha-se como uma grande proprietária, mas sem religiosos em número suficiente para sua administração. A situação se complicava, pois tais conventos tinham sob sua responsabilidade um patrimônio urbano constituído das chamadas casas térreas e sobrados distribuídos por várias cidades, como pode ser observado nos Quadros 7 e 8.

Quadro 7. Imóveis Urbanos em 1858

Sobrados	Casas Térreas	Localização	Convento Proprietário	Valor
22	54	Corte	Corte	26:864\$000
1	1	Corte	Mogy das Cruzes	3:000\$000

¹⁰⁵ Tanto na Tábua Conventual de 2 de maio de 1857 quanto na de 24 de abril de 1861 constam 26 frades. A.P.C.B.H., Doc. 6866 - Livro Quinto dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias desta Província Carmelita Fluminense.

0	1	Angra dos Reis	Angra dos Reis	48\$000
0	34	Corte	Mogy das Cruzes/Itu	28:200\$000
4	0	São Paulo	São Paulo	15:000\$000
0	23	Santos	Corte	11:500\$000
0	3	Mogy das Cruzes	Corte	500\$000
0	1	São João de Capivary	Itu	350\$000
Total: 27	117	-	-	85:462\$000

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Quadro 8. Imóveis Urbanos em 1871

Sobrados	Casas Térreas	Localização	Convento Proprietário	Valor	Rendimento
24	45	Corte	Corte	600:000\$000	56:000\$000
0	1	São Paulo	Itu	3:000\$000	192\$000
0	1	Angra dos Reis	Angra dos Reis	150\$000	0
4	24	São Paulo	São Paulo	88:000\$000	7:743\$000
0	1	São João do Capivary	Itu	300\$000	24\$000
0	3	Mogy das Cruzes	Itu	500\$000	48\$000
0	21	Santos	Santos	69:000\$000	5:748\$000
0	1	Belém	Pará	1:500\$000	144\$000
Total: 28	97	-	-	762:450\$000	69:899\$000

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

De acordo com o Quadro 7 para o ano de 1858, em se tratando de imóveis urbanos, a opção de grande parte dos conventos era o investimento na Corte. Talvez uma das possibilidades para tal escolha residisse na valorização da cidade do Rio de Janeiro enquanto centro das decisões Imperiais.¹⁰⁶ Ou ainda o prestígio gozado pelo Carmo entre os súditos da elite favorecesse a doação desses imóveis. Infelizmente a fonte utilizada não fornece pistas para que se possa avançar no entendimento das razões para que cerca de 77,7% desses imóveis urbanos se localizassem na Corte o que significava um montante de 58:064\$000 réis.

Entretanto, para o ano de 1871 é possível observar uma mudança no comportamento do investimento nesse tipo de propriedade Carmelita. Comparando os Quadros 7 e 8 para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo; nota-se que dos 112 imóveis localizados na Corte em 1858, apenas 69 permaneceram. Por outro lado, houve uma intensa valorização dessas propriedades que alcançaram a avaliação de 600:000\$000 rs. A cidade de São Paulo por sua vez, recebeu mais atenção desse tipo de investimento. Enquanto 1858 contava com apenas quatro imóveis que valiam

¹⁰⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

15:000\$000 rs. e significavam cerca de 2,7%, 1871 registrava 29 propriedades paulistanas que alcançavam o valor de 91:000\$000 rs e equivaliam a 23,2% do total de imóveis urbanos do Carmelo.

O ano de 1871 trouxe também uma inovação: a apresentação da listagem de rendimentos desses bens, o que possivelmente refletia o desempenho da função do Visitador Apostólico dentro da administração da Província Carmelita Fluminense. Esses 69 imóveis da Corte rendiam 56:000\$000 rs., apenas 2:064\$000 rs. a menos do valor total que possuíam em 1858. Já as 29 propriedades da cidade de São Paulo rendiam 7:935\$000 rs., pouco mais da metade do montante avaliado em 1858 para as quatro propriedades de então.

Quadro 9. Terrenos em 1858

Terrenos	Província	Valor
12	Rio de Janeiro	243\$000
1	Rio de Janeiro	-
1	Rio de Janeiro	-
1	Rio de Janeiro	-
1	Rio de Janeiro	-
Vários*	Rio de Janeiro	-
1	São Paulo	-
1	São Paulo	200\$000
1	São Paulo	200\$000
1	São Paulo	-
1	São Paulo	800\$000
1	São Paulo	200\$000
1	São Paulo	80\$000
1	São Paulo	-
2	São Paulo	800\$000
1	São Paulo	300\$000
Total: 28	RJ=17/SP=11	2:823\$000

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Observação: * O Relatório delimitou vários, mas não a quantidade. A opção subestimar contando como apenas 1 terreno.

Quadro 10. Terrenos em 1871

Terreno	Província	Redimento	Observações
1	São Paulo	80\$000	Aforado em 13/07/1811 Cel. João Lopes Baptista.
1	São Paulo	96\$000	Aforado em 13/01/1813 Ten. José F.Veiga.
1	São Paulo	-	
1	São Paulo	4\$000	Aforado à Antonio João da Silva.
1	São Paulo	8\$000	Aforado em 27/08/1785 à João Marques da Fé.
1	São Paulo	20\$000	Aforado em 15/02/1812 à Joanna M. da Trindade.

1	São Paulo	-	
1	Rio de Janeiro	100\$000	Aforado à João Meyer.
1	Rio de Janeiro	480\$000	Aforado à Antonio Maria Duque.
1	São Paulo	-	
1	Pará	10\$000	Aforado em 21/11/1865 à Ordem 3ª do Carmo.
1	Pará	-	
1	Pará	92\$000	
1	Pará	-	
Total: 14	SP:8/PA:4/RJ:2	890\$000	

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Tanto o Quadro 9 quanto o 10 demonstram que os terrenos pareciam ser pouco valorizados. A fiscalização também era relativa, pois muitos desses bens eram descritos como invadidos ou abandonados. Dos 28 possuídos em 1858 apenas 14 permaneceram na relação de 1871.

No Quadro 9 foi demonstrado o valor bruto dos terrenos notando que alguns constavam como ocupados por intrusos e outros, ainda que aforados, não apresentavam seus rendimentos. É possível inferir que de um lado, havia a definição da propriedade Carmelita, e de outro, o total descontrole sobre tal patrimônio.

Para o ano de 1871, com algumas exceções, não foi possível encontrar e inserir na listagem construída, o valor bruto de tais terrenos. Por outro lado, o Quadro 10 reflete uma preocupação maior em informar a quem, por quanto tempo e qual o rendimento do arrendamento feito de tais terrenos, bem como uma necessidade maior de localizá-los dentro do espaço geográfico indicando nome de ruas e até a numeração. Seria uma forma desses frades demonstrarem o efetivo exercício de sua propriedade.

Quadro 11. Apólices em 1858

Apólices	Província	Convento	Valor	Rendimento
14	Rio de Janeiro	Corte	14:000\$000	840\$000
5	São Paulo	Santos	5:000\$000	300\$000
8	São Paulo	Itu	8:000\$000	480\$000
Total: 27	RJ: 14/SP: 13		27:000\$000	1:620\$000

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

O Quadro 11 talvez reflita a Lei nº 939 de 1857 e que declarava que as Corporações de Mão-Morta poderiam transformar seus bens em Apólices da Dívida Pública ou em ações de companhias de estrada de ferro garantidas pelo Estado.¹⁰⁷ Isso porque em 1858; 27:000\$000 rs. ou seja, 3,27% do total do patrimônio da Província Carmelita encontravam-se aplicados em Apólices do Governo.

É viável imaginar que essa natureza patrimonial tenha aumentado entre o ano de 1858 e 1871, pois na década de 1860 muitos escravos requeridos pelo Governo, em função da Guerra do Paraguai, foram trocados por tais Apólices. Uma outra confirmação vem do fato de que em 1866 através de uma Licença concedida pelo Estado, os frades venderam 103 Apólices que somavam 157:299\$000 rs. e pertenciam em conjunto aos conventos de Corte, Mogy das Cruzes e São Paulo.¹⁰⁸ Nesse período não consta que tenham sido vendidas as cinco Apólices de 1858 pertencentes ao Convento de Santos.

Importante observar que a citada autorização concedida em 5 de janeiro de 1866 para a venda destas Apólices estava condicionada a que o dinheiro arrecadado fosse empregado no pagamento de dívidas da Província Carmelita Fluminense. Qual seria a natureza dessas dívidas? Quem garantia que havia tais dívidas? Os frades ou o Estado? Como o endividamento poderia ser utilizado pelos Carmelitas para a aquisição de licenças para arrendamento de bens rurais e escravos? Ou ainda, como poderia contribuir para a construção do discurso do Estado sobre a desorganização dos Regulares? Talvez a análise do comportamento Carmelita no que se referia a seus imóveis rurais e escravos forneça algumas pistas para responder estas questões.

Os imóveis rurais parecem seguir o mesmo padrão já tratado para os conventos. Tendo como base o Quadro 12, em 1858, das 37 propriedades que somavam 47:224\$855 rs., 21 localizavam-se na Província de São Paulo perfazendo um total de

¹⁰⁷ B.N., Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça de 1822 à 1881 - Seção de Periódicos.

¹⁰⁸ A fonte analisada não indica a quais conventos especificamente pertenciam as Apólices negociadas entre 13 de março e 28 de Abril de 1866.

33:500\$000 rs.¹⁰⁹ É importante observar que a Fazenda Capão Alto, mesmo que localizada no Paraná, pertencia ao convento da cidade de São Paulo. Sendo assim, seu valor foi somado ao montante total das propriedades da Província paulista resultando em 43:500\$000 rs.¹¹⁰

¹⁰⁹ No Relatório de 1872 nem sempre são fornecidos os valores de todos os imóveis. Assim sendo a opção feita foi a de somar sempre os valores que constam o que possivelmente perfaz um montante abaixo do ideal que seria a soma de todos os valores para todas as fazendas e sítios. O mesmo ocorre com terrenos e escravos.

¹¹⁰ As informações da Fazenda Capão Alto não estão presentes no levantamento de sítios e fazendas para o ano de 1858 do relatório de 1872. Em seu lugar consta uma fazenda chamada Curitiba que nunca havia aparecido antes na documentação e posteriormente não consta em venda de bens ou arrendamentos, o que leva a crer que Curitiba e Capão Alto trate da mesma fazenda. O que reforça tal hipótese é o fato de que a jurisdição do Paraná é responsabilidade do Convento do Carmo da cidade de São Paulo. Já em 1827 em um documento nomeado: Levantamento feito sobre as Ordens Religiosas de São Paulo e de autoria do vice-presidente da Província de São Paulo foi possível detectar algumas informações fornecidas pelo então Prior do convento do Carmo de São Paulo Frei José da Purificação Soares sobre o patrimônio sob sua administração e onde menciona a Fazenda Capão Alto. Segundo ele tratava-se de uma fazenda voltada para a criação de gado de corte produzindo cerca de 70 a 80 anualmente e possuindo cerca de 107 escravos de todas as idades. AESP, ORD.865 - Offícios Diversos da Capital.

Quadro 12. Fazendas e Sítios em 1858

Fazendas/Sítios	Província	Valor	Observações
Fazenda da Pedra	Rio de Janeiro	-	Guaratiba.
Fazenda da Piedade	Rio de Janeiro	-	
Fazenda de Iriry	Rio de Janeiro	2:724\$855	
Fazenda de Guapy	Rio de Janeiro	-	
Fazenda de Macacú	Rio de Janeiro	-	
Fazenda de Quissamã	Rio de Janeiro	-	
Fazenda de Ariró	Rio de Janeiro	-	Angra dos Reis, 2.900 braças de terras.
Fazenda de Jacuecanga	Rio de Janeiro	-	Angra dos Reis, 275 braças de terras.
Sítio de Camorim	Rio de Janeiro	-	Angra dos Reis, 806 braças de terras arrendadas.
Engenho de Açúcar	Rio de Janeiro	-	Angra dos Reis.
Sítio sem especificação	Rio de Janeiro	-	Angra dos Reis.
Fazenda de Piranêma	Espírito Santo	-	
Fazenda de Capão Alto	Paraná	10:000\$000	Castro. Criação de Gado. Cerca de 240 escravos.
Quinta	São Paulo	1:500\$000	Freguesia de Santa Ephigênia.
Fazenda de Caguassú	São Paulo	-	
Fazenda do Itaim	São Paulo	2:000\$000	Freguesia de Itaquaquecetuba.
Fazenda de Pontes	São Paulo	1:000\$000	Vila de Santa Izabel.
Fazenda de Sorocamirim	São Paulo	2:000\$000	Vila de São Roque.
Fazenda de Gaecá	São Paulo	6:000\$000	Vila de São Sebastião.
Fazenda de Uma	São Paulo	2:000\$000	Santos.
Sítio das Ostreiras	São Paulo	400\$000	
Fazenda sem especificação	São Paulo	1:300\$000	Jacarehy
Fazenda de Sabaúna	São Paulo	4:000\$000	Mogy das Cruzes
Fazenda de São Alberto	São Paulo	1:100\$000	Mogy das Cruzes
Fazenda de São Ângelo	São Paulo	600\$000	Mogy das Cruzes
Sítio de Pirapitingui	São Paulo	6:000\$000	Itu
Sítio Fazenda Grande	São Paulo	-	
Sítio sem especificação	São Paulo	2:000\$000	Próximo ao Sítio Faz. Grande.
Sítio Casa de Telha	São Paulo	1:200\$000	
Sítio de Piragibú	São Paulo	500\$000	
Sítio de Nhaucahá	São Paulo	400\$000	
Sítio sem especificação	São Paulo	300\$000	Itu.
Sítio sem especificação	São Paulo	200\$000	Itu.
Sítio sem especificação	São Paulo	2:000\$000	Itu.
Fazenda de Pernambuco	Pará	-	Próximo ao Rio Guarajá.
Fazenda do Igarapé	Pará	-	Próximo ao Rio Guarajá.
Fazenda de Santa Thereza	Pará	-	
Total: 37 Fazendas:23 Sítios: 14	SP:21/RJ:11 PA:2/PR:1 ES:1	47:224\$855	

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Observações: Segundo a Comissão os sítios e fazendas de Angra dos Reis e da Província do Pará teriam péssima administração fazendo com que seu rendimento fosse exíguo.

Tais propriedades rurais estavam envolvidas com a lavoura de café, mandioca, milho e feijão além da fazenda Capão Alto, cuja especialidade era a criação

de gado. Entretanto chama a atenção o fato de que o Relatório não mencionava para 1858 qualquer tipo de contrato de arrendamento para esses imóveis. Também não parece haver um comércio mais abrangente do que aquele vendido no mercado mais próximo a cada propriedade.

Talvez uma das explicações para essa pouca exploração da terra fosse o diminuto número de frades responsáveis pela administração de propriedades tão distantes. Nesse sentido, a alternativa da realização de contratos particulares de arrendamento efetivados pelos Carmelitas e que não apareceriam nos Relatórios estatais, volta a ser uma idéia viável. Uma outra saída poderia residir no emprego de administradores seculares. Mas mesmo esses precisavam ser fiscalizados... Como realizar tal tarefa de maneira eficaz, quando a Província Carmelita precisava ficar cada vez mais incógnita, enquanto proprietária, em meio a uma sociedade leiga que acompanhava de longa data a exposição pública das Ordens através da Legislação produzida?¹¹¹ Qualquer disputa entre frades, seus procuradores e administradores poderia servir de pretexto para o discurso forjado pelo Estado sobre a desorganização dos Regulares.

Quadro 13. Fazendas e Terras Vendidas entre 1865 e 1869

Nome	Local	Província	Data da Venda	Valor
Fazenda de Iri	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	05/07/1865	120\$000
Fazenda de Capão Alto	Castro	Paraná	23/06/1866	30:000\$000
Fazenda da Pedra	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	09/07/1866	4:179\$000
Fazenda de Uma	São Paulo	São Paulo	29/11/1866	2:100\$000
Fazenda de São Alberto	Mogy das Cruzes	São Paulo	25/06/1867	3:500\$000
Fazenda da Pedra	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	01/09/1867	3:054\$500
Fazenda Marajó	-	Pará	07/12/1869	3:500\$000
Fazenda de Quissamã	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	?/10/1869	3:000\$000
Total: 8		RJ:4/SP:2 PA: 1/PR:1		49:453\$500

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

¹¹¹ Um exemplo pode ser observado no Quadro 10. A já mencionada Fazenda Piranêma localizada na Província do Espírito Santo que valia 20:165\$000 rs, possuía 72 escravos no valor de 36:190\$000 rs., fora arrendada em 25 de janeiro de 1867 à José da Costa e Souza por um período de dez anos e que rendia anualmente 3:600\$000 rs. ao Carmelo. No período de 1871 essa mesma fazenda se achava sob litígio através de uma ação judicial movida pela Santa Casa de Misericórdia. Pelo relatório de 1872 é impossível saber se o contrato realizado com José da Costa e Souza foi efetivado antes ou durante o conflito judicial. Também não foi possível alcançar as repercussões dessa ação entre a sociedade civil. Mas com certeza, uma situação como essa significava péssima publicidade aos frades administradores.

Como se pode observar pelo Quadro 13, entre os anos de 1865 e 1869 a Província Carmelita Fluminense vendeu cerca de oito propriedades rurais angariando 49:453\$500 rs. Todos contratos firmados após o reinício do período dos Visitadores Apostólicos: um foi realizado em 1865, três em 1866, dois em 1867 e finalmente dois em 1869.¹¹² Tratavam-se de partes ou benfeitorias que integravam fazendas e sítios que por sua vez estavam arrendados. Quanto à quantia arrecadada não foi possível rastrear pelo Relatório de 1872, o fim ao qual foi destinada.

Desses contratos, pelo menos três foram realizados sem a licença do Império. No caso da Fazenda Capão Alto, foi considerado lesivo à Ordem. Seus compradores, a empresa de Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião, foram obrigados a desistir da transação e por meio de uma composição adquiriram os 240 escravos pertencentes a essa propriedade. Por outro lado, a venda da Fazenda Marajó foi efetivada sem autorização pelo Frei José da Silva Costa pelo valor de 4:500\$000 rs. Declarado nulo pelo Estado, o comprador pediu que o negócio fosse ratificado nas normas do Império que avaliou a propriedade em 8:000\$000 rs. O declarado no Quadro 13 é a diferença entre os valores computados pelo Ministério do Império.

¹¹² O que leva a imaginar que a denúncia feita em 1866 e posteriormente em 1867 por Frei José de Santa Bárbara Bittencourt ou Padre André de Santa Maria tivesse algum fundamento.

Quadro 14. Fazendas, Sítios e Escravos em 1871.

Fazendas Sítios	Província	Valor da Terra	Arrendamento	Escravo	Valor Escravo	Início Término
Iriry	RJ	12:338\$000	3:200\$000	29	7:150\$000	1867/1877
Piedade	RJ	3:090\$000	-	-	-	1867/1877
Guapy	RJ	16:000\$000	4:200\$000	62	30:200\$000	1867/1887
Macacú	RJ	6:554\$000	1:000\$000	13	3:465\$000	1866/1876
Quissamã	RJ	6:803\$000	3:000\$000	55	22:600\$000	1866/1876
Ariró	RJ	16:000\$000	5:000\$000	123	80:000\$000	1866/1886
Jacuecanga	RJ	15:125\$000	-	-	-	1866/1886
Camorim	RJ	3:000\$000	-	-	-	-
Piranêma	ES	20:165\$000	3:600\$000	72	36:190\$000	1867/1877
Quinta	SP	1:500\$000	-	-	-	-
Caguassú	SP	6:000\$000	-	-	-	-
Itaim	SP	8:759\$000	3:400\$000	70**	29:450\$000	1866/1886
Pontes	SP	20:000\$000	3:700\$000	54	22:150\$000	1866/1886
Sorocamirim	SP	7:060\$000	3:700\$000	65	26:920\$000	1866/1886
Gacá	SP	6:800\$000	800\$000	13	2:620\$000	1866/1886
Ostreira	SP	-	-	-	-	-
Jurubatuba	SP	2:000\$000	3:500\$000	78	37:860\$000	1866/1886
Sabaúna	SP	30:362\$000	3:500\$000	43	22:500\$000	1867/1877
Pedra	RJ	-	1:000\$000	-	-	-
Jurujuba	RJ	-	119\$000	-	-	-
Terras	RJ	2:000\$000	-	-	-	-
Gâmboa	RJ	2:000\$000	-	-	-	-
Caieira	RJ	500\$000	-	-	-	-
Lagoa/Ilha Grande	RJ	300\$000	-	-	-	-
Terras	SP	-	-	-	-	-
Sítio Bertioga	SP	-	-	-	-	-
Piruleiras	SP	-	-	-	-	-
Terras/Itu	SP	-	-	-	-	-
Taquaral	SP	-	-	-	-	-
Terras de Doires	SP	-	137\$390	-	-	-
Terras	SP	-	-	-	-	-
Terras	SP	-	-	-	-	-
Santa Cruz	PA	-	400\$000	-	-	1869/1879
-	-	186:356\$000	40:256\$390	677	321:105\$000	

Fonte: Relatório Ministerial de 1872. **Observações:** * Em conjunto a fazenda Ariró e Jacuecanga possuíam no período de seu arrendamento em 1866, 140 escravos. Entretanto no Relatório de 1872, quando da descrição para o ano 1871 de quantos escravos possuía a Ordem, indicava que estas mesmas fazendas contavam com 123 escravos. A opção feita para este trabalho foi contar com o número e valor atribuídos a esses escravos em 1871. Pode-se ainda imaginar que a diferença entre tais quantias poderia ser atribuída ao índice de mortes, transferência de escravos entre fazendas arrendadas ou ainda fuga desses cativos. Possibilidades que o documento em foco neste trabalho não permite que sejam averiguadas.

** Em seu contrato de arrendamento de 1866, a fazenda Itaim possuía 65 escravos. Ocorre que na relação de escravos de 1871 ela contava com 70 escravos. Além disso, segundo as observações pertinentes a esta fazenda, ocorreram permutas com escravos das fazendas de Pontes e Jurubatuba. Uma outra possibilidade seria o índice de nascimentos que infelizmente não pode ser calculado por esse relatório de 1872. A opção foi indicar o número e valor de escravos de 1871 por ser, em tese, o mais recente.

Assim, para o ano de 1871, o panorama patrimonial rural se transformou. A Ordem possuía menos propriedades, 34, que por sua vez sofreram uma intensa valorização somando um total de 186:356\$000 rs. Dessas, 18 estavam sob contrato de arrendamento que rendiam anualmente 40:256\$390 rs, com duração entre dez e vinte anos e que incluía um considerável número de escravos, ao todo 677 que valiam 321:105\$000 rs.

Para a Província Carmelita Fluminense, o arrendamento poderia ser uma excelente saída para manter terras, cativos e ainda lucrar sobre diversas propriedades localizadas nas mais diferentes regiões. Por outro lado, parecia ser um negócio interessante arrendar terras e escravos de Ordens que pública e progressivamente se viam coagidas pelo Estado, o que possivelmente restringia seu espaço de barganha na elaboração das cláusulas contratuais.¹¹³

Na verdade, os contratos envolvendo as Ordens Regulares e em específico a Província Carmelita Fluminense, constituíam um nó górdio para o Estado que não sabia como proceder. Em 18 de setembro de 1865, por exemplo, um representante da 6ª seção do Ministério dos Negócios do Império emitia seu parecer sobre um caso de arrendamento mal sucedido celebrado pela Ordem do Carmo na cidade do Rio de Janeiro. Não sabia ao certo que despacho dar à questão e se dizia:

*“(...) extremamente embaraçado (...) por que não sei o modo de tornar efetiva a responsabilidade das autoridades do Convento que concorreram para este Contrato. Não se tratando de empregados públicos não lhes é aplicável processo perante o Juiz de Direito. E não descubro no fato um crime comum e menos ainda crime que dê lugar a procedimento oficial. Tratar-se-á de responsabilidade civil? Quem proporá a ação rescisória?”*¹¹⁴

¹¹³ O caso da Fazenda Capão Alto tornou-se desagradavelmente visível pois seus escravos que viviam no Paraná - e seriam transferidos por Bernardo Gavião para a Província de São Paulo - se rebelaram negando-se a deixar a fazenda e declarando-se escravos de Nossa Senhora do Carmo e somente quando ela mandasse deixariam Capão Alto. Desnecessário afirmar que esse recurso de retórica dos escravos permitiu que pegassem em armas, o que motivou toda uma mobilização policial na região e uma relativa devassa sobre o contrato firmado entre os frades e os arrendatários. AEPR, Códice 537 (E17) - Segurança, fls. 65/68 - Ofício do Chefe de Polícia, 1864. AEPR, Ccgp - Ofícios, V.13, Ap. 188, Ofício do Delegado de Polícia, 1864.

¹¹⁴ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 931, Pct: 86, Doc: 13.

Enquanto as autoridades não se decidiam, os senhores negociantes em conjunto com a Ordem do Carmo se aproveitavam da situação. O Dr. Joaquim Eduardo Leite Brandão e Prudêncio Augusto Brandão, por exemplo, ficaram tão interessados que apenas no ano de 1866 arrendaram o Sítio Jurubatuba, a Fazenda de Pontes e a Fazenda do Itaim somando todas 202 escravos!

Também poderia se tornar um negócio de família. Foi o caso de José Bernardo Brandão Jr. que arrendou a Fazenda Gaecá em 1866 com 13 escravos e parece ter ficado satisfeito, pois em 1867 José Bernardo Brandão - provavelmente seu pai - fechou negócio com a Fazenda de Sabaúna e seus 43 escravos. Um outro exemplo é o de José da Costa e Souza que em um mesmo dia, 25 de junho de 1867, arrendou três fazendas: Guapy, Piedade e Iriry que em conjunto possuíam 91 escravos. E finalmente Frederico José Figueira que em 1866 arrendou a Fazenda Jacuecanga e Ariró, juntamente com 123 escravos. Três anos depois este negócio foi repassado até que chegasse às mãos de Guilherme Mangeon em 1870. Infelizmente a documentação utilizada não permitiu vislumbrar se Frederico José de Souza não gostou da experiência ou se era efetivamente um “atravessador” nos negócios com a Província Carmelita Fluminense.

Ainda no Quadro 14 observa-se que 14 fazendas e quatro sítios e terras foram arrendados. Sobre as 16 propriedades restantes não foi possível compilar informações. Dezoito propriedades estavam localizadas na Província de São Paulo, quatorze no Rio de Janeiro, uma no Espírito Santo e uma no Pará. Dos 18 contratos de arrendamento, nove foram efetivados em 1866, cinco em 1867 e um em 1869. Ou seja, todos após a edição de duas decisões legislativas particularmente interessantes aos frades proprietários.

A primeira era a já mencionada decisão de 1864 determinando que os tabeliães estavam proibidos de lavrar escrituras de contratos que envolvessem Ordens Regulares, sem que as mesmas apresentassem a devida licença governamental para a citada transação comercial. E a segunda o Aviso de 1865 reforçando que não poderiam

ser realizadas execuções de bens de Corporações Religiosas cujos contratos fossem realizados sem a devida licença do Estado.¹¹⁵

Já foi notado que os frades eram poucos face ao alcance do patrimônio. Além disso, a negociação das Apólices apontava para um suposto endividamento da Ordem. Qual seria a saída desses Carmelitas para continuar exercendo seus direitos de propriedade? Talvez realizar contratos particulares de arrendamento de terras e escravos sem a devida autorização governamental e posteriormente precaver-se de um inevitável confisco - em caso de dívida - de seus bens uma vez que os contratos seriam ilegais de acordo com o explicitado no Aviso de 1865. Assim, a Província Carmelita Fluminense conseguiria reverter o que, a princípio poderia ser considerada uma decisão repressora e intervencionista à sua autonomia de proprietária privada!

Uma vez explicitado o comportamento para os imóveis rurais, torna-se fundamental uma maior aproximação de uma parcela considerável do patrimônio Carmelita: os *escravos da Santa*.

¹¹⁵ B.N., Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça de 1822 à 1881 - Seção de Periódicos.

Quadro 15. Escravos em 1858.

Escravos	Província	Valor	Observações
100	RJ	50:000\$000	Fazendas/Sítios/Convento Angra
80	ES**	40:000\$000	
16	SP	6:400\$000	Convento São Paulo
154	SP	61:600\$000	Fazendas/Sítios Prov. São Paulo
34	SP	13:600\$000	Fazenda Caguassú
50	SP	20:000\$000	Fazenda Itaim
71	SP	28:400\$000	Fazenda Pontes
100	SP	40:000\$000	Fazenda Sorocamirim
12	SP	4:800\$000	Convento de Santos
135	SP	54:000\$000	Fazenda Gaecá
15	SP	6:000\$000	Fazenda Uma
74	SP	25:400\$000	Fazendas e Convento de Mogy
4	SP	1:900\$000	Convento de Itu
18	SP	4:140\$000	Sítios Itu
200	PA**	100:000\$000	
24*	RJ	12:000\$000	Convento da Corte
132*	RJ	66:000\$000	Fazenda Pedra
4*	RJ	2:000\$000	Fazenda Jurujuba
76*	RJ	38:000\$000	Fazenda Iriry
62*	RJ	31:000\$000	Fazenda Guapy
46*	RJ	23:000\$000	Fazenda Macacú
69*	RJ	34:500\$000	Fazenda Quissamã
1476	-	662:740\$000	-

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Observações: * Esses escravos foram encontrados pela Comissão em um livro de inventários de móveis e alfaías apresentado pelos Frades a época da elaboração deste Relatório. A Comissão optou por avaliá-los em 500\$000 uns pelos outros. ** Para ter uma noção sobre o patrimônio geral dos escravos, a opção foi seguir o mesmo critério da Comissão para efetivar o possível valor dos escravos do Pará e do Espírito Santo.

Quadro 16. Fazendas, Sítios e Escravos em 1858.

Fazendas/Sítios	Província	Escravos	Valor Escravos	Valor Terra	Observações
Pedra	R.J.	135	66:000\$000	-	Guaratiba
Piedade	R.J.	-	-	-	
Iriry	R.J.	76	38:000\$000	2:724\$855	
Guapy	R.J.	62	31:000\$000	-	
Macacú	R.J.	46	23:000\$000	-	
Quissamã	R.J.	69	34:500\$000	-	
Ariró	R.J.	-	-	-	Angra dos Reis
Jacuecanga	R.J.	-	-	-	Angra dos Reis
Camorim	R.J.	-	-	-	Angra dos Reis
EngenhodeAçucar	R.J.	-	-	-	Angra dos Reis
Jurujuba(?)	R.J.	4	2:000\$000	-	Angra dos Reis
Piranêma	E.S.	-	-	-	
Capão Alto	P.R.	*	*	10:000\$000	
Quinta	S.P.	-	-	1:500\$000	Sta. Ephigênia
Caguassú	S.P.	34	13:600\$000	-	
Itaim	S.P.	50	20:000\$000	2:000\$000	Itaquauecetuba
Pontes	S.P.	71	28:400\$000	1:000\$000	Vila Sta. Izabel
Sorocamirim	S.P.	100	40:000\$000	2:000\$000	São Roque
Gaecá	S.P.	135	54:000\$000	6:000\$000	São Sebastião
Una	S.P.	15	6:000\$000	2:000\$000	Santos
Ostreiras	S.P.	-	-	400\$000	
Sem Nome	S.P.	-	-	1:300\$000	Jacarehy
Sabaúna	S.P.	-	-	4:000\$000	Mogi das Cruzes
São Alberto	S.P.	-	-	1:100\$000	Mogi das Cruzes
São Angelo	S.P.	-	-	600\$000	Mogi das Cruzes
Pirapitingui	S.P.	-	-	6:000\$000	Itu
Fazenda Grande	S.P.	-	-	-	
Sem Nome	S.P.	-	-	2:000\$000	
Casa de Telha	S.P.	-	-	1:200\$000	
Piragibú	S.P.	-	-	500\$000	
Nhaucará	S.P.	-	-	400\$000	
Sem Nome	S.P.	-	-	300\$000	Itu
Sem Nome	S.P.	-	-	200\$000	Itu
Sem Nome	S.P.	-	-	2:000\$000	Itu
Pernambuco	P.A.	-	-	-	Rio Guarajá
Santa Cruz	P.A.	-	-	-	Rio Guarajá
Santa Thereza	P.A.	-	-	-	
Total: 37		797	356:500\$000	47:224\$855	

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Observações presentes no relatório: Os sítios e fazendas de Angra dos Reis e da Província do Pará teriam péssima administração fazendo com que seu rendimento fosse exíguo. * A Fazenda Capão Alto é citada 1866 por ocasião de sua venda e de seus escravos. Nesse período contava com 240 escravos vendidos pela quantia de 87:100\$000 e a fazenda por cerca de 30:000\$000. A opção feita foi não contar com o número e valor dos escravos em 1858 uma vez que o valor da Fazenda Capão Alto nesse ano era de 10:000\$000, abaixo do contrato feito onze anos depois.

Em 1858, os escravos eram o grande investimento Carmelita. Seus 1.476 cativos representavam 80,31% do patrimônio total e somavam 662:740\$000 rs. Cerca de 683 ou seja, 46,27% deles localizavam-se na Província de São Paulo em suas fazendas e conventos refletindo mais uma vez os dados já visualizados para os imóveis rurais e casas conventuais e confirmando o domínio dos bens da Ordem em São Paulo. Outros 513 ou seja, 34,76% desses escravos espalhavam-se pela Província do Rio de Janeiro. Do restante, 200 que configuravam 13,55% estavam no Pará e 80 que somava 5,42%, nas propriedades da província do Espírito Santo.

Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, grande parte desses escravos ficava nas fazendas o que leva a questionar novamente de que maneira os poucos frades davam conta do controle e fiscalização desses cativos. O interessante é que se tratavam de duas regiões que se ocupavam do café e necessitavam de braços escravos uma vez que em 1850 havia sido extinto o tráfico transatlântico.¹¹⁶ Fica mais curioso uma vez que de acordo tanto com o Quadro 15 quanto com o 16, nenhum desses cativos se achava arrendado! Isso sem mencionar cerca de 280 escravos localizados entre Espírito Santo e Pará juntamente com fazendas e casas conventuais que estariam sob a responsabilidade de apenas dois frades!

Quadro 17. Relação entre o Valor das Fazendas e o Valor dos Escravos nelas localizados em 1858.

Fazenda	Província	Escravos	Valor Escravos	Valor Fazenda	Valor Total	Observações
Iriry	R.J.	76	38:000\$000	2:724\$855	40:724\$855	
Itaim	S.P.	50	20:000\$000	2:000\$000	22:000\$000	Itaquaquecetuba
Pontes	S.P.	71	28:400\$000	1:000\$000	29:400\$000	Vila Sta. Izabel
Sorocamirim	S.P.	100	40:000\$000	2:000\$000	42:000\$000	São Roque
Gacá	S.P.	135	54:000\$000	6:000\$000	60:000\$000	São Sebastião
Una	S.P.	15	6:000\$000	2:000\$000	8:000\$000	Santos

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Observação: Exercício possível apenas com seis fazendas que apresentavam tais dados mesmo que dispersos pelo total do Relatório de 1872. É importante ressaltar que tratavam-se de fazendas localizadas em realidades diferenciadas o que provavelmente interferiria no valor da terra e na avaliação dos escravos.

¹¹⁶ FLORENTINO, M. G. Em Costas Negras: uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Cia das Letras, 1997; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Onde Negra, Medo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade. Uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, entre outros.

O Quadro 17 constitui um exercício onde se visualiza a relação entre o valor da terra e dos escravos nela contidos. Torna-se importante para que se perceba o quanto de patrimônio era investido nesses escravos, que a rigor proporcionavam pouco retorno - uma vez que em tese, as fazendas não estavam arrendadas e que a distância dos administradores não garantia o aproveitamento completo da terra e mão-de-obra cativa. Essas seis fazendas avaliadas em 15:724\$855 rs. somavam 447 escravos que por sua vez valiam 186:400\$000 rs. Uma vez somado o valor total das propriedades chegase a 202:124\$855 rs. Os escravos ocupavam 92,22% do patrimônio total das seis fazendas mencionadas.

Quadro 18. Escravos em 1871

Escravos	Província	Valor	Rendimento	Localização	Observações
13	R.J.	13:000\$000	618\$000	Conv. da Corte	Aluguéis oscilaram: 1867: 180\$000 1868:260\$000 1869:1:146\$600 1870:888\$200
8	R.J.	6:400\$000	-	Conv. de Angra dos Reis	
29	R.J.	7:150\$000	-	Faz. Iriry e Piedade	Avaliados Dez/1866
62	R.J.	30:200\$000	-	Faz. Guapy	Avaliados Nov/1866
13	R.J.	3:465\$000	-	Faz. Macau	Avaliados Nov/1866
55	R.J.	22:600\$000	-	Faz. Quissamã	Avaliados Março/1866 27 eram menores de 12 anos.
123	R.J.	80:000\$000	-	Faz. Ariró e Jacuecanga	
72	E.S.	36:190\$000	-	Faz. Piranêma	
15	S.P.	9:000\$000	-	Conv. de São Paulo	Alguns escravos eram menores.
70	S.P.	29:450\$000	-	Faz. Itaim	Avaliados Maio/1866
54	S.P.	22:150\$000	-	Faz. Pontes	Avaliados Junho/1866
65	S.P.	26:920\$000	-	Faz. Sorocamirim	Avaliados Maio/1866
13	S.P.	7:800\$000	1:404\$000	Conv. Santos	6 estavam arrendados e 3 eram menores.
13	S.P.	2:620\$000	-	Faz. Gaecá	Avaliados ?/1866. 4 eram menores de 12 anos. Valor tomado de uma avaliação realizada em 1866 sobre 15 escravos que residiam nessa fazenda. A Comissão considerava a avaliação muito baixa.
78	S.P.	37:860\$000	-	Faz. Jurubatuba	Avaliados Março/1866 por 37:140\$000. Em Abril com a Licença Imperial valor alterado para 37:860\$000
2	S.P.	1:200\$000	-	Conv. Mogy das Cruzes	
43	S.P.	22:500\$000	-	Faz. Sabaúna	34Avaliados em Agosto/1866 por 21:600\$000. 9 nascidos após 1866 avaliados em 900\$000.
7	S.P.	3:500\$000	460\$000	Conv. Itu	2em jornal 1arrendada
73	P.A.	54:580\$000	-	Faz. Engenhoca Pernambuco	
Total: 808 Arrend.:677	-	416:585\$000	2:428\$000	-	-

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Observações: A Comissão alertava para o valor dos bens apresentados. Informava que essa quantia não representa nem o valor nem o rendimento integral dos bens pois foi impossível rastrear a avaliação e o lucro de muitas propriedades. *A alteração de 2 escravos pode ser atribuída a movimentação entre fazendas, morte e fuga entre outras hipóteses.

Tendo como base o Quadro 18 pode-se chegar a algumas impressões gerais sobre o patrimônio escravo para o ano de 1871. Dos 1476 escravos existentes entre fazendas e conventos em 1858 e que valiam 662:740\$000 rs., restaram 808 que foram avaliados em 416:585\$000 rs. Destes, cerca de 677 ou seja, 83,79% estavam envolvidos em contratos de arrendamento. Havia ainda 131 cativos que representavam 16,21% do total e que se localizavam em terras que, a rigor, não estavam arrendadas e nos conventos, o que não significava que tais cativos não fossem alugados para diversos tipos de afazeres na região onde se achava a casa conventual.¹¹⁷

Segundo as informações dispersas pelo Relatório a avaliação dos escravos das fazendas Pernambuco e Engenhoca foram realizadas por ordem da Presidência da Província em função do Aviso Imperial de 1868. Contavam-se 192 escravos dos quais: 177 foram cotados em cerca de 52:190\$000 rs., quatro sem valor, um fugido, dez estavam depositados judicialmente (4:000\$000 rs.). Havia ainda 187 cativos com o valor de 56:190\$000 rs. Entre abril e maio de 1870 cerca de 14 escravos foram libertados pelo preço da avaliação que rendeu 1:610\$000 rs.

No universo demonstrado pelo Quadro 18, 43 escravos eram menores de 12 anos, ou seja, aproximadamente 5,32%, o que indicaria senão um certo crescimento demográfico, pelo menos uma estabilidade entre os escravos da Santa e que será analisada no decorrer dos capítulos.¹¹⁸ Finalmente, uma possível explicação para parte da diminuição do número de escravos entre 1858 e 1871 pode ser vista no Quadro 19.

Quadro 19. Escravos vendidos ou libertos entre 1860 e 1870

Escravo	Sexo	Província	Local	Valor	Motivo	Observações
3	H	-		1:800\$000	Alforria	Set/1860
1	M	RJ	Fz. Pedra	250\$000	Alforria	Nov/1860
1	H	RJ	Fz. Iriry	250\$000	Alforria	Dez/1860
3	H	SP	Conv.São Paulo	-	Alforria	Jan/1861
2	M	SP	Conv.São Paulo	-	Alforria	Jan/1861
1	H	RJ	Conv. Angra	1:900\$000	Alforria	Jan/1861
3	H	-		600\$000	Alforria	Fev/1861

¹¹⁷ Pela análise desse Relatório de 1872 é possível suspeitar que algumas terras não arrendadas e conventos serviam como espécie de depósito para escravos que poderiam ser trocados sempre que houvesse algum problema nos arrendamentos, e que poderiam ser morte e fuga de cativos entre outros.

¹¹⁸ Nesses 43 escravos menores de 12 anos, não foram computados os do convento de São Paulo que segundo o Quadro 18, entre os 15 cativos alguns eram menores. Infelizmente não se pode definir quantos.

						1 inocente
1	H	RJ	Conv. Angra	400\$000	Alforria	Mar/1861
2	M	SP	Conv. São Paulo	-	Alforria	Mar/1861
1	H	RJ	Fz. Guapy	1:200\$000	Alforria	Mar/1861
1	H	-		150\$000	Alforria	Abr/1861 Enfermo
2	H	SP	Conv. São Paulo	-	Alforria	Abr/1861
1	H	RJ	Fz. Quissamã	1:300\$000	Alforria	Abr/1861 Inocente
1	H	RJ	Fz. Quissamã	100\$000	Alforria	Abr/1861 3 anos de idade
1	M	RJ	Fz. Guapy	300\$000	Alforria	Abr/1861 Menor
2	M	-		350\$000	Alforria	Abr/1861
4	M	SP	Conv. Santos	550\$000	Alforria	Abr/1861
1	M	-		800\$000	Alforria	Nov/1862
1	H	-		2:400\$000	Alforria	Mai/1863
13	H	PA		-	Doados ao Império (Marinha)	Nov/1865
1	M	SP	Conv. Santos	400\$000	Alforria	Mar/1866
1	H	SP	Conv. Santos	400\$000	Alforria	Abr/1866
1	H	-		520\$000	Alforria	Mai/1866 Virgílio
1	M	-		450\$000	Alforria	Mai/1866 Apolinária
1	H	-		-	Alforria	Mai/1866 Basílio filho de Leopoldina
1	M	-		750\$000	Alforria	Mai/1866 Leopoldina
1	H	-		250\$000	Alforria	Mai/1866 Manoel Uma
1	H	-		150\$000	Alforria	Mai/1866 Antonio Cardoso
1	H	-		300\$000	Alforria	Mai/1866 Bento
1	M	-		300\$000	Alforria	Mai/1866 Eufrosina
1	H	-		80\$000	Alforria	Mai/1866 Maria
1	M	-		100\$000	Alforria	Mai/1866 Simphorosa
1	M	SP	Conv. São Paulo	300\$000	Alforria	Jul/1866
240	-	PR	Fz. Capão Alto	87:100\$000	Venda	Ag/1866 Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião
1	H	-		200\$000	Alforria	Ag/1866 10 anos
2	H	ES	Conv. Vitória	500\$000	Alforria	Out/1866 1 inocente
2	H	ES	Conv. Vitória	640\$000	Alforria	Out/1866
1	H	-		300\$000	Alforria	Jan/1867
1	H	-		200\$000	Alforria	Jun/1867
1	H	SP	Conv. Santos	1:000\$000	Alforria	Ag/1867 Rufino Pertencia ao Cv. da Corte.
9	H	PR	Fz. Capão Alto	898\$000	Alforria	Set/1867

36	-	-		14:000\$000	Escolhidos pelo Exército Guerra	Nov/1867 Trocados por 16 Apólices do Tesouro
1	-	-		400\$000	Alforria	Mar/1868
1	M	PA	Fz. Pernambuco	200\$000	Alforria	Mar/1868
5	M	PA	Fz. Pernambuco	1:033\$184	Alforria	Mai/1868 Entre 9 e 16 anos de idade
1	H	-		100\$000	Alforria	Out/1868
2	H	-		550\$000	Alforria	Out/1869
1	H	SP	Conv. Santos	1:000\$000	Alforria	Mai/1870
14	-	PA	Conv. Belém	1:610\$000	Alforria	Mai/1870 13 eram menores.
1	M	SP	Conv. Santos	50\$000	Alforria	Jun/1870 1 mês e ½ de idade
2	M	RJ	Fz. Iriry	450\$000	Alforria	Dez/1870
11	-	SP	Fz. Caguassú	8:370\$000	Venda	Dez/1870 Albino F. de Sousa C. Villas Boas
Total: 424	H: 56 M: 24	PR: 249 SP: 64 PA: 33 RJ: 10 ES: 4 S/Local: 64	-	Total: 154:151\$184	Alforria: 87 Venda: 286 Escolhidos Império: 49 S/ nform.: 2	-

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Observações: No relatório não está especificado o valor individual para pequenos grupos de escravos. A opção encontrada para a montagem da tabela foi indicar o valor total ao final de cada grupo de escravos.

Entre os anos de 1860 e 1870, 286 cativos foram negociados, 87 conseguiram sua alforria, 49 foram transferidos para o Estado através de *doação* dos frades ou via troca por Apólices da Dívida Pública e dois não possuíam informações.¹¹⁹

Destes 424 escravos, infelizmente para 344 não constavam dados acerca do sexo e 56 eram homens. 24 eram mulheres e pode-se até imaginar que em alguns casos, conseguiram sua liberdade acompanhadas de seus filhos como por exemplo Leopoldina, mãe de Basilio, ambos libertos em 28 de maio de 1866 mediante 750\$000 réis.

Apenas pelo Relatório de 1872 não foi possível avançar na direção de um maior conhecimento das relações entre os frades feitores e os escravos da Santa. Mas talvez em função da legislação restritiva, ou dado o pequeno número de frades administradores - ou ainda uma possível pressão da sociedade leiga sobre religiosos

¹¹⁹ Importante notar que nesse período ocorria a Guerra do Paraguai (1865-1870).

proprietários de escravos especificamente para fins do século XIX - seja possível explicar o índice relativamente alto de alforrias conseguidos por tais escravos entre 1860 e 1870, aproximadamente 20,51%.

Mais uma vez a Província de São Paulo representou a maior movimentação no patrimônio Carmelita. Isto por que, a princípio têm-se 64 cativos entre negociados e alforriados somando cerca de 15,09%. Ocorre que a Província do Paraná apresentou uma movimentação da ordem de 58,72% desses escravos que por sua vez pertenciam à administração do convento da cidade de São Paulo e portanto integravam os 15,09% da Província como um todo, compondo aproximadamente 73,81%. Finalmente não foi possível averiguar o fim ao qual se destinou os 154:151\$184 rs. Se serviu para o pagamento de *possíveis dívidas*, se foi direcionado a outros investimentos ou ainda se utilizado para pelo menos reformar os conventos arruinados...

2.3.2 – Nem verdadeiros Frades e Nem Verdadeiros Conventos.

Após a análise individual de cada natureza patrimonial da Província Carmelita Fluminense, cabe estabelecer uma comparação e procurar compreender, via Quadros, o que mudou no comportamento dos frades administradores.

Quadro 20. Relação entre diferentes tipos de propriedade e porcentagem de investimento da Ordem em cada natureza patrimonial em 1858.

Propriedades	Quantidade	Total	% do Patrimônio
Imóveis Urbanos	144	85:462\$000	10,36
Imóveis Rurais	37	47:224\$855	5,72
Terrenos	28	2:823\$000	0,34
Apólices	27	27:000\$000	3,27
Escravos	1476	662:740\$000	80,31
Total:	-	825:249\$855	100

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Quadro 21. Relação entre diferentes tipos de propriedade e porcentagem de investimento da Ordem em cada natureza patrimonial em 1871.

Propriedades	Quantidade	Total	Rendimento	% do Patrimônio
Conventos	8*	-	-	-
Imóveis Urbanos	125	762:450\$000	69:899\$000	55,64
Imóveis Rurais	34	186:356\$000	**40:256\$390	13,6
Terrenos	14	****	890\$000	-
Apólices	5	5:000\$000	300\$000	0,36
Escravos	808	416:585\$000	***2:428\$000	30,4
Total:	-	1.370:391\$000	113:773\$390	100

Fonte: Relatório Ministerial de 1872.

Observações: * Destes oito Conventos um estava arrendado e dois considerados arruinados.** No rendimento dos imóveis rurais já estão acoplados o rendimento dos escravos arrendados conjuntamente com esses imóveis.*** Rendimento dos escravos não arrendados em conjunto com as fazendas e sítios. Para tais escravos foi impossível calcular o rendimento uma vez que a Comissão delimitava o lucro total do conjunto Fazenda-Escravo.**** Para os terrenos não foi possível calcular o valor total e sua respectiva porcentagem no patrimônio total pois apenas apresentavam os rendimentos.

Mesmo tendo 80,31% em escravos, não foi possível detectar de que maneira os Carmelitas - pelo menos legalmente - lucravam com essa propriedade visto que não apresentavam arrendamento de terras ou cativos para esse período de 1858. O Carmelo estava efetivamente acuado entre a legislação constantemente produzida, a invasão estatal através dos Relatórios, a progressiva diminuição de frades e a publicidade negativa fomentada pelo discurso das Comissões ministeriais.

Uma das saídas possíveis ao frades, pode ser observada a partir da década de 1860 com a “avalanche” de contratos de arrendamento de terras e escravos efetuados com e, principalmente, sem licença governamental. Entre 1858 e 1871, a Ordem angariou 203:604\$684 rs entre a venda de parcelas de terras, escravos e alforrias. Por outro lado, nesse mesmo período em que ganhava essa quantia, era acusada de dívidas cada vez maiores.

Analisando o Quadro 20 que reflete esse período observa-se que a Província Carmelita Fluminense já não podia contar integralmente com seus oito conventos. Por outro lado, o patrimônio embora tenha diminuído e sido redistribuído sofreu uma valorização alcançando quantia de 1.370:391\$000 rs.

Independente da direção que tal patrimônio tomou a partir da década de 1870 e das alternativas de sobrevivência buscadas pelos religiosos do Carmo, o fato é que mesmo esquadrihados e talvez por isso mesmo, continuavam a ser grandes senhores de extenso patrimônio que aos olhos do Estado mereciam vigilância especial. Daí a importância da figura do Visitador Apostólico.

Por outro lado, pela ótica da sociedade leiga tratavam-se de proprietários privados que exigiam respeito e privacidade - em parte garantida pela tradição a qual estavam inseridos enquanto Clero Regular. Essa disputa, a invasão do poder público em um espaço privado de um lado, e de outro, a manutenção da tradição, acirrou-se após o relatório de 1872 adentrando pela década de oitenta tornando mais tênue e menos cúmplices os laços entre o Estado Imperial e o Clero Regular, no caso a Província Carmelita Fluminense com seus quatorze frades feitores.

Nenhum dos relatórios subseqüentes foi tão minucioso, mas o propósito de restrição dos Regulares pelo Estado se mantinha. O Relatório de 1876, por exemplo, fazia breve levantamento das condições das mais relevantes Ordens Regulares e especificamente da Carmelita Fluminense que mais uma vez estava sob a intervenção de um Visitador Apostólico. Informava que possuía apenas cinco religiosos.¹²⁰

A intervenção foi financeira salutar visto que a Ordem possuía um saldo de 75:899\$860 rs. Contudo o Visitador Apostólico Monsenhor Felix Maria de Freitas e Albuquerque requisitava sua exoneração do cargo, pedido que já havia sido enviado à Nunciatura Apostólica.

Passava então a um arrazoado sobre o Clero Regular. Diferente de seus antecessores defendia que tais Ordens não deveriam ser extintas e sim reformadas de acordo com as necessidades contemporâneas da sociedade. E para tanto mencionava o regulamento da Lei de 1870 que previa a conversão das propriedades em Apólices da Dívida Pública e que ainda estava em fase de elaboração.

¹²⁰ Relatório do Império 1876. *Latin American Microform Project– University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.wcrl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

Internamente, porém, uma nova denúncia procurava agitar os ânimos. Em 18 de julho de 1876, o ex-frade carmelita Padre André de Santa Maria Luna escrevia ao Império.¹²¹ Embora sob o regime de Visitadores Apostólicos, este religioso pedia que uma comissão fosse nomeada a fim de investigar a administração dos bens da Província Carmelita Fluminense. Afirmava que devido a falta de uma autoridade *Vigilante*:

*“(...) Os arrendatários, apesar de obterem o arrendamento das Fazendas do Carmo por exígua contribuição, arvoram-se em seus proprietários, lançam mão dos escravos da Ordem, quer para vendê-los, quer para matriculá-los como de suas propriedades. (...)”*¹²²

Dez dias após, voltava à carga com mais indignação alegando que *a religião e a moral* haviam sido suplantadas pelo *egoísmo sórdido e avarento*. Que a dissipação interna à Ordem era tanta que, até a Imagem de Nossa Senhora do Carmo não possuía vestes decentes e *suas jóias* haviam sido *roubadas*.¹²³

Infelizmente não foi possível rastrear se houve alguma ação decorrente de tais denúncias. Contudo talvez em função desse descontrole sobre a administração interna e até a falta de uma investigação mais aprofundada tenham se refletido no Relatório de 1877. Nesse ano, trazia uma imagem de desesperança dos Carmelitas uma vez que a Província Fluminense possuía apenas seis religiosos sendo que um servia em uma freguesia da diocese de São Paulo sem que fosse secularizado. O patrimônio urbano ainda se mantinha. Situação precária era a das fazendas que *com a liberdade concedida aos escravos* estavam *privadas de braços cultores*.¹²⁴

¹²¹ Este mesmo religioso já havia sido acusado em 1867 de ser o autor da carta denúncia pretensamente assinada por Frei José de Santa Bárbara Bittencourt. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 932, Pct: 121, Doc: 94 e A.N., Conselho do Estado, Seção do Império, Cx:916, Pct: 13, Doc: 88.

¹²² A.N., Conselho do Estado, Seção do Império, Cx:916, Pct: 13, Doc: 88.

¹²³ A.N., Conselho do Estado, Seção do Império, Cx:916, Pct: 13, Doc: 88.

¹²⁴ Relatório do Ministério do Império 1877. *Latin American Microform Project– University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

A partir de 1878 e observando-se os anos de 1879, 1881, 1885, 1886 e 1887 nota-se que as preocupações dos relatórios no setor voltado aos assuntos eclesiásticos, já não estavam focadas na questão das Ordens Regulares. O de 1882 apenas mencionava a presença de quatro religiosos que contrastava com a desolação das propriedades em função da alforria dos cativos.¹²⁵

Esporadicamente traçavam um histórico da questão recuperando seus pontos principais e indicando o estado das Ordens de forma ligeira. Foi o que pode ser constatado para o ano de 1883. O autor resgatava as origens da questão das Ordens nos primórdios de 1830 passando pelo Relatório de 1854 do então Ministro da Justiça José Thomaz Nabuco de Araújo e concluindo que após tantos anos o estado das Ordens Religiosas alterara para pior:

*“Os nossos religiosos não prestam serviço algum, nem em missões, nem na catequese, nem sequer vão ao coro rezar as horas canônicas, em alguns conventos por falta de número, em outros por falta de disciplina, e em outros finalmente pelas isenções, facilmente alcançadas, de que gozam os religiosos existentes. Salvas raríssimas e honrosas exceções, os que restam, ou empregam-se em serviços alheios ao seu santo instituto, ou vivem na mais completa e pecaminosa ociosidade. Não existe, desde muito tempo, a comunhão de bens que constitui uma das principais bases das instituições monásticas, senão a respeito daqueles com que a piedade dos fiéis dotou os conventos. Os religiosos adquirem para si; os que são empregados públicos, recebem seus vencimentos e os não recolhem fielmente, como lhes cumpria, à Caixa comum de seu convento se bem que já muito reduzidos em número, reinam ainda entre esses poucos as mesmas animosidades, cabalas e intrigas de que dava notícia o Ministro da Justiça de 1854. Estão enfim, rotos todos os vínculos da vida monástica, e hoje nem há mais verdadeiros conventos nem verdadeiros frades.”*¹²⁶

Esse era o quadro que o Ministério do Império possuía das Ordens Regulares e que era agravado pelas dificuldades legais e práticas de reformá-las. O Aviso de 1855 havia sido um golpe profundo na medida que, a longo prazo, asfixiou as corporações impedindo a chegada de “sangue novo” que as perpetuasse burocrática e

¹²⁵ Relatório do Ministério do Império 1882. *Latin American Microform Project— University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

¹²⁶ Relatório do Ministério do Império 1883. *Latin American Microform Project— University of Chicago*. Disponível em: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>. Acesso entre março e abril de 2003.

espiritualmente. O ato final coubera ao art. 18 da lei nº 1.764 de 28 de junho de 1870 que decretou a conversão dos bens das Ordens Religiosas, no prazo de dez anos, em Apólices intransferíveis.

Treze anos haviam transcorrido e o Estado Imperial ainda não produzira meios de efetivar um regulamento que pusesse em prática a referida lei. Segundo o autor as causas eram várias e passavam pela Questão Religiosa e pelo *desejo* do Império de que as próprias Ordens se convencessem de que a conversão era uma saída adequada.

Todavia a conscientização esperada não ocorreu. Pelo contrário, nos últimos anos o governo se deparou com uma série de contratos onerosos e particulares celebrados pelas Ordens e que demonstravam a necessidade imediata de implantação da Lei de 1870. Assim sendo, em 22 de dezembro de 1883 foi expedido o Decreto nº 9094 mandando executar o referido regulamento.

Contudo, antes mesmo de qualquer ato de caráter administrativo por parte do Estado Imperial, os Beneditinos associaram-se aos Carmelitas opondo-se, por vias judiciais, a qualquer ato do governo e mantendo a posse de suas propriedades por meio de mandados.¹²⁷

Além de dar os indícios de uma acirrada disputa judicial que se iniciava, o Relatório levantava também, de forma breve, as propriedades das corporações. Segundo tais informes a Província Carmelita Fluminense apresentava nesse ano apenas quatro frades encarregados da administração de oito conventos, extenso número de imóveis urbanos, terrenos, fazendas e apólices da dívida pública. Quanto aos escravos, mesmo tendo libertado uma grande quantidade no início da década de 1870, ainda possuía muitos que cerca de dez anos depois ainda estavam sujeitos a contratos de arrendamento junto às fazendas.

O Relatório de 1884 já demonstrava rapidamente o avanço da disputa judicial para a aplicação do regulamento da Lei de 1870.¹²⁸ Em função do Decreto de

¹²⁷ Relatório do Ministério do Império 1883. *Latin American Microform Project— University of Chicago*. Disponível em: <http://www.wcr.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>. Acesso entre março e abril de 2003.

¹²⁸ Relatório do Ministério do Império 1884. *Latin American Microform Project— University of Chicago*. Disponível em: <http://www.wcr.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>. Acesso entre março e abril de 2003.

1883 mencionado, o Estado mandara seqüestrar os prédios das Ordens que se recusaram a cumprir o referido regulamento. As corporações atingidas foram:

Ordens	Prédios	Rendimento Anual
São Bento	168	317:475\$000
Carmo	66	83:703\$000
Ajuda	34	67:532\$000
Santa Thereza	15	29:072\$000
Total	283	497:779\$000

Fonte: Relatório Ministerial de 1884.

Todavia, em função da movimentação judicial das quatro Ordens atingidas, foi definido por Aviso de 4 de julho de 1884 que lhes fossem entregues as quantias decorrentes dos rendimentos dos prédios seqüestrados e que até então haviam sido recolhidas pelo Tesouro Nacional. Assim os Beneditinos receberam de volta 32:926\$405 réis, a Província Carmelita Fluminense 7:263\$601 rs., as religiosas de Nossa Senhora da Ajuda 10:114\$469 rs. e finalmente as de Santa Thereza 3:398\$692 rs.

Independente da disputa judicial, que mereceria um estudo à parte, o estrago já estava feito. Para o Estado nem todas as Ordens deveriam receber o mesmo tratamento no que se referia a extinção. Ainda em 1864, em um parecer do Conselho de Estado acerca de uma consulta do Ministério do Império sobre a legalidade do Estado legislar sobre os bens Regulares delimitava a diferença entre as duas principais corporações:

*“(...) Entre nós as Ordens que possuem bens de raiz são duas somente: a de São Bento, e a do Carmo. Esta última tem incorrido em graves censuras não só quanto a direção de seus negócios temporais, como ainda quanto a disciplina monacal. Não está porém no mesmo caso a de São Bento: compreendê-la nas mesmas providências fora grave injustiça que se lhe faria, tanto mais quanto, na opinião geral, se lhe apelariam as razões do desfavor público a respeito da outra.”*¹²⁹

¹²⁹ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 536, Pct: 3, Doc: 38.

No ano de 1888 permanecia entre os muros dos conventos Carmelitas o regime dos Visitadores Apostólicos e o Relatório de Ministério do Império, como os anteriores, lamentava a falta de religiosos nas diversas dioceses espalhadas pelo país. Falta essa que relegava os súditos a uma forçada orfandade espiritual. Demonstrava, porém, uma disposição diferente no que dizia respeito ao restabelecimento do noviciado. Esclarecia que, de fato, não havia ato legislativo algum que proibisse o noviciado:

*“(...) A admissão de noviços em taes circunstâncias é não só um direito das Ordens estabelecidas no Império, como uma necessidade para a perpetuação desses institutos. A proibição equivaleria à extinção das Ordens, o que não está de acordo com a legislação vigente.”*¹³⁰

Acrescentava que não era da competência do poder executivo alterar a tradição desse direito tão antigo que era a profissão religiosa. O Estado poderia interferir em uma ou outra vocação que levantasse algum tipo de dúvida. No mais, ao invés do Aviso de 1855, deveria prevalecer a Consulta ao Conselho de Estado de 1857 que *“(...) declarou necessária a admissão de noviços em número razoável, sem dúvida porque considerou os relevantes serviços prestados à Igreja e ao Estado pelas Ordens Religiosas; (...)”*¹³¹

O contexto em 1888 era outro e o Ministério percebia claramente que a falta de Ordens Regulares ativas interferia na educação do povo, nas missões, nos trabalhos de auxílio aos pobres, entre outros. Nesse momento percebiam que embora diferentes, a escassez do Clero Regular interferia diretamente na inexistência do Clero Secular.

¹³⁰ Relatório do Império 1888. *Latin American Microform Project– University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

¹³¹ Relatório do Ministério do Império 1888. *Latin American Microform Project– University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

O pretexto inicial da legislação anti-Clero Regular era a busca de meios para melhorar a formação do Clero Secular. Contudo o tempo demonstrou, por meio dos Relatórios Ministeriais, que o discurso inicial transformou-se em uma prática de restrição pura e simples, além de mal sucedida. E a década de 1880 comprovou que, se os claustros estavam vazios, em função do Aviso de 1855, também as aulas públicas e as missões estavam a mingua tanto quanto os seminários que permaneciam miseráveis e tinham suas matrículas reduzidas.

A devassa sistemática empreendida pelo Estado Imperial ao longo da segunda metade do século XIX enfraqueceu a vivência secular de Ordens Regulares como a Carmelita Calçada. Os sinos não tocavam mais e a pompa das festas já não era a mesma.

Contudo, independente das demandas judiciais, das estratégias de denúncias, dos contratos particulares e da sobrevivência ao Regime de Visitadores que ainda persistia, um fato era inquestionável: a Província Carmelita Fluminense sobrevivera. É certo que mantinha apenas cinco frades, o que inviabilizava qualquer forma de convivência claustral. Apesar da perda dos Escravos da Santa, suas demais propriedades estavam, ainda que chamuscadas, mantidas.

Finalmente importa notar que tal disputa entre o Carmo e o Império resvala tanto na questão da Abolição quanto na Questão Religiosa. Na primeira, o problema dos limites do uso da propriedade e dos direitos de um Estado Liberal/Imperial de apropriação de bens tidos como particulares era peça fulcral. O mesmo debate havia sido travado no final dos anos 1860 e início dos anos de 1870 entre o Estado Imperial e as Ordens Regulares.

Por outro lado, esta perseguição legislativa Imperial revelou-se ambígua. No afã de resguardar o Clero Secular usando os recursos do Clero Regular, a Monarquia conseguiu fragilizar a tradicional união Estado-Igreja num contexto mais complexo conhecido como Questão Religiosa. Não foi o causador direto da crise, mas provavelmente contribuiu para o esfacelamento das cumplicidades entre as duas instituições destruindo a tradição e criando um novo padrão de comportamento entre tais sujeitos na República que se anunciava.

III - Honestas Estratégias: o Carmo reorganizando seu patrimônio em função de sua sobrevivência.

No decorrer desta tese procurou-se demonstrar de que forma a Província Carmelita Fluminense organizou-se na segunda metade do século XIX, confrontando o processo de redução de seus quadros com a política de restrição empreendida pelo Estado Imperial. Até aqui se observou a simultânea relação entre sua desestruturação religiosa/burocrática e a produção de Relatórios seguidos de Avisos e Leis Imperiais criando um impasse “existencial” e, conseqüentemente, administrativo para os frades Carmelitas.

Afinal, para além do respeitável patrimônio possuído, o Carmelo ocupava uma posição simbólica de grande importância na sociedade leiga. Para o Carmo do Rio de Janeiro colonial, por exemplo, em 1791 era tradicional a “*quinta-feira dos Passos, na qual o Vice-Rei costumava vir como faziam seus antecessores para carregar da Igreja o Senhor dos Passos e o depositar na Misericórdia,(...)*”.¹ Ainda no século XIX, muitas conversões e crises místicas ocorriam dentro de seus templos. O próprio Bispo de São Paulo, D. Antonio de Mello, foi tocado pelo espírito religioso, decidindo tornar-se padre em uma crise mística durante uma missa de natal numa Igreja do Carmo da vila de Itu em São

¹ É importante notar que, durante o século XVIII, apenas aquelas Ordens Regulares indicadas e beneficiadas por um Breve da Cúria Romana poderiam realizar cerimônias consideradas fundamentais e de grande responsabilidade para o calendário religioso, tais como as referentes à Semana Santa. No Brasil, nesse período, a única Ordem que possuía tal autorização era a Província Carmelita Fluminense, que, por si só, demonstra uma parcela de seu prestígio junto à sociedade de então. No Rio de Janeiro do século XVIII: “A procissão dos Passos ocorria nos dias da quaresma, e apesar de a imagem ser confiada aos frades do Carmo, a ela compareciam todas as irmandades e a população. O percurso saía do Carmo em direção à Matriz (na Sé e, posteriormente, na Igreja de São José).” Ver: FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1999, p.23; COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955 e A.P.C.B.H., Catálogo da Província Carmelitana de Santo Elias.

Paulo.² Em 1883, Carl Von Koseritz mencionava que o Convento do Carmo “foi um dia o convento mais rico do Brasil”.³

De acordo com a descrição dos memorialistas, na cidade de São Paulo, eram do convento dos Carmelitas, aliadas à sua Ordem Terceira, as missas mais suntuosas, as mais tocantes Semanas Santas e as cerimônias matrimoniais mais prestigiadas.⁴ Das procissões que compunham a Semana Santa, segundo Paulo Cursino de Moura, a do Enterro que saía do Carmo, em função “do seu aparato era mais concorrida do que a que saía da Sé Catedral”.⁵ Era composta pelos carregadores do esquife, das três Marias, e de:

*“uma guarda romana, completamente uniformizada.(...) As pessoas que faziam parte da legendária guarda romana, a fim de não serem no sábado de Aleluia maltratadas pelos moleques, que então entendiam que eram elas as causadoras da morte do Redentor do mundo, saíam, ocultamente, de um em um, por um portão da Rua da Boa Morte”.*⁶

Recebiam cerca de cinco mil reis pelo trabalho porque “ninguém queria, naquele tempo, sair de Judeu do Carmo.”⁷ Para a cidade de Santos, em 1859, por exemplo, Peçanha Pova descrevia a missa a que se assistia no Convento do Carmo: em um

²FONTOURA, Ezechias Galvão. *A vida de D. Antonio J. de Mello, Bispo de São Paulo*. São Paulo: Typografia Salesiana, 1898, p. 21-25; CAMARGO, Paulo Florêncio de. *A Igreja na História de São Paulo*. São Paulo, 1953, p.29.

³ Embora finalizasse suas impressões mencionando que naquele ano de 1883, o convento possuía apenas cinco frades. Ver: Koseritz, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943, p. 238.

⁴ Sobre a Ordem Terceira do Carmo de São Paulo em sua relação com o convento e as festas religiosas Peçanha Pova escreveu em 1863: “A ordem terceira rege-se por estatutos que são confirmados pelo governo e pela comunidade dos religiosos. Serve hoje de comissário, por falta de religioso carmelita, o ver. Cônego Antonio Augusto de Araújo Muniz. Esta ordem celebra annualmente com toda a pompa a festa da Senhora do Carmo; a mesma festa costuma celebrar o convento com todo o esplendor. Da ordem-terceira é que saem as procissões do Senhor dos Passos e do Enterro.” I.H.G.S.P., POVOA, J.J. Peçanha. *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1863.

⁵ Nas primeiras décadas do século XIX, Saint-Hilaire teve a seguinte impressão da Igreja do Carmo de São Paulo: “A igreja do convento dos carmelitas é muito bonita, com ornamentos de bom gosto e enriquecida por muitas douraduras. Além do altar-mor, têm três outros de cada lado, onde se acham representadas as fases mais importantes da Paixão. Essa igreja me pareceu bastante superior à catedral”. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Itatiaia: Belo Horizonte, 1976, p. 129.

⁶ MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora, Evocações da Metrópole*. São Paulo: Livraria Martins, 1943, p. 55.

⁷ MOURA, Paulo Cursino de. Op. Cit., p. 55.

domingo, sem maior importância para o calendário religioso, admirara-se da quantidade de famílias *de todas as classes* presentes ao cerimonial conventual. Enfatizava ainda a constante presença da música executada por alguns jovens estudantes de muito talento, finalizando que os *carmes sacros* lhe pareciam os *ecos doridos da harpa de Davi*.⁸ Dentro de uma sociedade onde olhos falavam mais do que mil palavras, a ostentação cerimonial do Carmo era muito ressaltada.⁹

Suas procissões atraíam não só os *grandes* de então, mas também o povo estava em peso nas ruas como se fossem festas nacionais.¹⁰ De acordo com Paulo Cursino de Moura:

*“as procissões carmelitas eram as mais concorridas no calendário religioso do século XIX paulista, com cunho oficial, com acompanhamento da nobreza, com andores e pálios carregados até pelo Presidente da Província. A esse propósito, estavam sempre na ordem do dia as ciumarias oficializadas, discutidas e apuradas em documentos públicos e pela imprensa, em que cônegos e chantres se misturavam com priores, ouvidores, corregedores nas mais pueris contendidas pelo fato de, na Procissão dos Passos, ou na do enterro, o barão de tal não ter sido convenientemente, cerimoniosamente, distinguido com uma cana do pálio da sagrada relíquia”.*¹¹

Tal posição entre a comunidade leiga foi construída ao longo dos séculos na mesma proporção em que seu patrimônio crescia. A origem dele estava no período colonial. Até meados do século XVIII, os frades adquiriram, por compra, muitas de suas

⁸A.M.C.S., POVOA, J. J. Peçanha. Notícia Retrospectiva de Santos. *Revista Comercial*, 01/09/1859. Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Vol. 117.

⁹Segundo Augusto Emílio Zaluar na cidade de Santos pertencia à Igreja do Carmo “... *uma riquíssima imagem do Senhor dos Passos (...)*” Zaluar, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860/1861)*. São Paulo: Martins Editora, 1953, p. 193.

¹⁰Sobre esse aspecto do envolvimento Carmelita com a população leiga, Leonardo Arroyo descreveu: “*É da tradição que no tempo se realizavam as melhores missas cantadas, as melhores procissões, as mais caprichadas comemorações da Semana Santa, com a presença de altas autoridades, gente boa da terra. (...) A igreja do Carmo, durante anos, constituiu-se no legítimo dodói da devoção paulistana. Dodói merecido, dada a simpatia material e espiritual do templo, branco e alegre sobre a colina que trazia seu nome.*” ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo. Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1854, p. 92.

¹¹MOURA, Paulo Cursino de. Op. Cit., p.48. BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo Antigo (1554/1910)*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1912.

propriedades.¹² Também graças à sua situação de prestígio social; até o início do século XIX, inúmeras doações foram deixadas em inventários à Província Carmelita Fluminense.¹³ Muitos dos testamentos consignavam a herança às conhecidas Missas Legadas. Tal legado possuía um significado religioso simbólico e político para a Ordem. Por se tratar de Missas encomendadas como penitência, intercessão por uma alma ou intenção a algum santo, refletiam a influência da Ordem junto à sociedade, tanto na administração dos serviços religiosos quanto na confiança e prestígio que posteriormente revertiam em novas doações patrimoniais importantes.¹⁴ Assim, em troca de um escravo, um terreno ou uma parcela de um sítio, os religiosos se comprometiam a celebrar Capelas de Missa.¹⁵ O resultado foi a percepção de que a necessidade de braços era cada vez maior, como atesta o memorialista Leonardo Arroyo para o Carmo da cidade de São Paulo:

“É interessante observar que o surto das bandeiras provocado mais por um fator econômico – mão-de-obra para a vila incipiente que ensaiava os seus primeiros passos de urbanização e para as primeiras manifestações de suas atividades agrícolas em escala comercial – do que por qualquer outro, inclusive o político, absorveu também em meados do século XVII, ou princípios, a atenção dos religiosos de São Paulo. Nem todas as ordens, porém, sentiram com tanta agudez como a dos carmelitas a necessidade de braços para o trabalho, poucos anos depois da edificação da sua igreja e convento no burgo piratingano. Isso se explica pela extensão das terras doadas por Braz Cubas. (...) Ainda no século XVIII os carmelitas participavam comumente de entradas pelo sertão.(...) Dos resultados da participação dos carmelitas nesses apresamentos nada se sabe. Mas deve ter dado os seus frutos capazes de

¹²Maria Thereza Brito Lacerda, em seu texto sobre a fazenda Capão Alto, afirma que os “carmelitas percorriam o sul do Brasil desde 1730, quando o caminho dos tropeiros começou a ser construído, numa dupla missão: ao mesmo tempo em que cumpriam seu papel de religiosos, cuidavam também dos negócios de compra e venda de gado, para atender às necessidades de consumo do convento da ordem de São Paulo. Costumavam reunir o gado em Laguna e depois levá-lo para São Paulo através dos Campos Gerais”. MAGNANI, José Guilherme Cantor (Org.). *Fazenda Capão Alto. Cadernos do patrimônio*, Série Estudos 1, Curitiba: Sece, 1985, p. 25.

¹³Para os Beneditinos não foi diferente. Piratininga Junior menciona que “No século XVII processaram-se as primeiras doações de terras, as quais constituíram-se nas fazendas e nos grandes engenhos beneditinos, ampliados, às vezes, por compras que fizeram. Espalharam-se, portanto, novos edifícios religiosos submetidos às abadias: priorados e presidências.” PIRATININGA, Luiz Gonzaga Junior. Op. Cit..

¹⁴ Ainda sobre a questão das doações no período colonial ver: MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Martins Editora. NARDY FILHO, Francisco. *A Cidade de Itu. Crônicas Históricas*. Itu: Ottoni Editora, 2000.

¹⁵Durante o século XIX, em função do já demonstrado descontrole interno dos frades, em diversas ocasiões, a Província Carmelita Fluminense pediu à Sé Romana a liberação ou a diminuição das cotas de satisfação dos Legados de Missas.

afastar da ruína, por falta de braços as suas fazendas, o seu convento e a sua igreja.”¹⁶

Uma outra fonte de patrimônio, até o início do século XIX, estava atrelada à entrada de noviços. Entretanto, em função da fiscalização constante do Estado e da diminuição progressiva dos frades, essas três origens patrimoniais ficaram comprometidas ao longo do século XIX, obrigando os frades a reelaborar relações informais de cumplicidade com a sociedade leiga do entorno dos conventos. Observar este aspecto e de que forma ele interferiu nas relações destes frades feitores com os escravos da Santa constitui o objetivo geral deste capítulo.

3.1 – Pouco Zelo e muitas Compadrescas.

Em 23 de outubro de 1869, uma peça de desagravo foi publicada com o título: Aviso ao Público – Prisão do Prior do Convento do Carmo de São Paulo cuja autoria era de Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos advogado de Frei Manoel da Ascensão Franco.¹⁷

O autor traçava um histórico explicando a injustiça cometida contra o frade e iniciada nos primeiros meses de 1866, quando nove escravos de propriedade do Convento do Carmo de São Paulo e arrendados pelo Desembargador Gavião Peixoto¹⁸ se apresentaram ao Prior. Instruído por um renomado advogado, o Prior Manoel enviou os

¹⁶ ARROYO, Leonardo. Op. Cit., p.86 e 88.

¹⁷ Importa notar que antes do Aviso o editor do *Correio Paulistano* emite sua opinião sobre a questão: “(...) Não temos com a matéria em si, não devemos entretanto deixar sem reparo o que aí se relata sobre o caráter CLANDESTINO e manifestamente ilegal do processo na parte que respeita a delegacia.” A.P.C.B.H., DOC: 6919 – Aviso ao Público – Prisão do Prior do Convento do Carmo de São Paulo, 23 de outubro de 1869, Typografia Americana e AESP, ORD:0401016, Correio Paulistano, 26 de Outubro, 1869, nº 4005, p. 01 e 02.

¹⁸ O Desembargador Gavião Peixoto representava uma sociedade mais ampla composta por Bernardo Avelino Gavião e João Ribeiro da Silva. Em 1860 formaram um grupo na Capital da Província de São Paulo cujo objetivo era: operações de descontos, recebimento de prêmios, hipotecas, abertura de contas corrente e transferência de dinheiro de São Paulo para o Rio de Janeiro e vice-versa. H.M.S., Revista Comercial, 1860, p. 4. O sr. Bernardo Avelino Gavião por sua vez, era em 1853 e 1854, Juiz Municipal de Santos e da Vila de São Vicente, período em que Frei Manuel d’Ascensão Franco assumiu o Convento de Santos. Em 1868 foi inaugurada a Companhia Paulista de Estrada de Ferro e o Dr. Bernardo Avelino Gavião Peixoto integrava a diretoria provisória. A.N., Corte de Apelação, Cx: 95, Galeria C, nº 1415 e A.M.C.S., Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Revista Comercial, Vol.112.

referidos escravos a uma das fazendas mais próximas da cidade, a Caguassu.¹⁹ Na época a Ordem demandava contra o arrendatário a fim de que o contrato fosse rescindido. Simultânea a essa situação, Prudêncio Brandão, também arrendatário de terras do Convento do Carmo, propôs a compra dos nove escravos que estavam em Caguassú, o que foi negado pelo Prior Manuel d'Ascensão Franco.

Em dezembro de 1866 o Prior Frei Manoel estando na Corte foi informado que o Desembargador Gavião efetivara a compra dos escravos, inclusive dos nove mencionados. Imediatamente escreveu ao Procurador do Convento João José Vieira Guimarães pedindo que os entregasse, pois os mesmos já eram propriedade do Desembargador.

O Procurador, por sua vez, mandou chamar os escravos na fazenda não sendo obedecido. Informado do fato, o novo senhor procurou a delegacia que enviou à fazenda uma escolta acompanhada de mais dois escravos do convento. Contudo os nove cativos - avisados pelos guias, antes da chegada da escolta - fugiram sem deixar qualquer pista.

Um processo crime foi instaurado pelo Desembargador contra o Prior Frei Manuel com o que nunca se incomodou, porque entendia em sua consciência que a justiça, verificada a sua inocência, interromperia a sua ação por falta de motivo.²⁰

Diferente do que o Prior imaginava, a situação se complicou, pois em julho de 1869 demitiu o Procurador do Convento João José Vieira Guimarães que segundo ouvira prometera se vingar unindo-se ao já mencionado Prudêncio Brandão *reviv[endo]* o processo crime.²¹

O Prior por sua vez, requereu ao Delegado de Polícia não apenas que lhe informasse tudo que a seu respeito havia no processo crime movido pelo Desembargador

¹⁹ Tratava-se do já mencionado Dr. Cândido Mendes de Almeida .

²⁰ A.P.C.B.H., DOC: 6919 – Aviso ao Público – Prisão do Prior do Convento do Carmo de São Paulo, 23 de outubro de 1869, Typografia Americana.

²¹ Segundo o documento analisado, o Prior havia negado várias propostas feitas por Prudêncio Brandão de arredamento de escravos e outros bens do convento.

Gavião, como também marcasse uma audiência a fim de que o frade pudesse dar sua versão dos fatos.

Tendo como fundamento o despacho do juiz de que seria chamado quando fosse possível, o Prior aguardou até que no dia 15 de outubro foi intimado.²² Ao chegar à delegacia o acusado ouviu a leitura de um processo feito a sua revelia apenas por meio de interrogatórios a Vieira Guimarães e Prudêncio Brandão. Após o que, recebeu ordem de prisão.

Ato contínuo, seu advogado solicitou ao Juiz que os interrogatórios fossem realizados novamente, agora com a ciência do réu. Fundamentava seu pedido salientando que Vieira Guimarães só havia deposto *de modo a prejudicar* o Prior. Para tanto recuperava as datas dos depoimentos em 20 e 24 de dezembro de 1866 antes de ser demitido e após, em 1869.

Segundo o Juiz responsável, nos depoimentos colhidos em segunda instância de Vieira Guimarães e Prudêncio Brandão, ficou evidente que o Prior desconhecia que os escravos já eram propriedade do Desembargador Gavião e, portanto ao procurar negociar tais escravos com Brandão possuía *boa fé*.

O resultado foi a sentença inocentando o Prior e para seu advogado “o Revdo. Prior do Convento do Carmo desta Cidade foi inocente e injustamente constrangido em sua liberdade, e que com vileza inaudita tentaram seus inimigos, expô-lo ao ódio e desprezo público”.²³

Este escândalo do Prior era significativo, pois envolvia o ex-Procurador do convento, e dois grandes arrendatários dos frades. O arrendamento de terras e cativos não era novidade no cotidiano das Ordens Regulares. Contudo, a partir da década de 1850,

²² Como poderá ser observado mais adiante neste texto, não era a primeira vez que este Frade se via enredado em complicações administrativas e com a justiça. Portanto essa presumível ingenuidade em aguardar o chamado para seu depoimento apenas demonstrava que mais uma vez o Prior esperava que o assunto caísse em esquecimento e sua impunidade se mantivesse.

²³ A.P.C.B.H., DOC 6919 – Aviso ao Público – Prisão do Prior do Convento do Carmo de São Paulo Frei Manuel d’Ascensão Franco..

arrendar significava simultaneamente contrariar o Estado Imperial assegurando a sobrevivência da Província Carmelita Fluminense.

No caso do Convento de São Paulo, em dezembro de 1866, o Prior Frei Manoel d'Ascensão Franco enviava um relatório ao Presidente da Província de São Paulo elencando os contratos de arrendamento sob sua supervisão. A fazenda Pontes com 64 escravos e a fazenda Itaim com 65 cativos - ambas localizadas no termo de São Paulo - haviam sido arrendadas por vinte anos ao Dr. Eduardo Leite Brandão e Prudêncio Augusto Brandão. A fazenda Sorocamirim com seus 65 escravos e localizada no termo de São Roque, fora arrendada ao Barão de Bela Vista por vinte anos. A fazenda Caguassú não havia sido arrendada e possuía apenas alguns cativos, *sendo em quase sua totalidade de mulheres*.²⁴

A rigor todos os arrendamentos elencados pelo Prior Frei Manuel d'Ascensão Franco e sob a jurisdição do Visitador Apostólico Frei José Damásio de São Vicente Ferreira eram ilegais, pois contrariavam Avisos, Leis e Decisões Imperiais.²⁵ Desde pelo menos 1854, a alta hierarquia Carmelita procurava sensibilizar o Estado Imperial no que tangia a apresentação da documentação necessária a qualquer transação de suas propriedades.²⁶ A resposta do Estado Imperial era a mesma. Informava que no que dizia

²⁴ AESP, Seção Técnica de Manuscritos, Nº de Ordem 5527, Lata 1, Assunto: Santa Casa, Diversas Localidades, Conventos, 1824-1891.

²⁵ O Aviso de 9 de dezembro de 1830 declarava nulos quaisquer contratos onerosos ou movimentações patrimoniais realizadas pelas Ordens Regulares sem a licença expressa do Governo. Em 28 de novembro de 1849, a Lei nº 655 recuperava essa determinação. A Decisão nº 221 do Império de 16 de agosto de 1864 determinava que os Tabeliães não deveriam lavrar escrituras de contratos onerosos que envolvessem Ordens Regulares, sem que as mesmas apresentassem a devida licença governamental para a realização da transação comercial. Finalmente, o Aviso nº 416 de 15 de setembro de 1865 que determinava que não poderiam ser realizadas execuções de bens de Ordens Regulares cujos contratos fossem realizados sem a devida licença do Estado. B.N., Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos 1850 à 1860 ; Coleção das Leis do Império; Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça de 1822 à 1881; A.P.C.B.H., Livro de Registros, Breves e Graças - Arquivo Particular da Província Carmelita Fluminense; A.N., Circular presente no Rolo 013.2.77.

²⁶ Um ofício do Provincial Frei José da Conceição Meireles de 12 de setembro de 1854 argumentava que a demora e a despesa dos trâmites burocráticos dificultava as vendas das propriedades cujo lucro deveria ser revertido em Apólices da Dívida Pública e aplicado na regularização dos Conventos e das Cadeiras de Ensino. A.N., Coleção eclesiástica, Cx: 920, Pct: 31, Doc. 21.

respeito à documentação apresentada, as Ordens Regulares estavam na mesma situação de qualquer proprietário que quisesse vender um bem.

As irregularidades pareciam acompanhar a administração de Frei Manoel. De fato, o caso dos nove cativos não constituía a primeira investigação em que esse religioso era réu. Seu histórico era longo porque também era extensa sua vida em cargos da alta hierarquia carmelitana.²⁷

Entre 1854 e 1860, Frei Manuel ocupou o cargo de Prior do Convento Carmelita da cidade de Santos.²⁸ Já em 1855, a *Revista Comercial* da cidade insinuava por meio de artigos que havia irregularidade na conduta do religioso. Em dezembro de 1855, com ironia, lembrava que em outras épocas, quando um Prior do Carmo se ausentava em visita às fazendas da Ordem, deixava um outro religioso encarregado dos negócios do convento. Com Frei Manuel era diferente, pois se fazia “*substituir por um oficial de marinha. – Viva o progresso!*”²⁹

Em fevereiro de 1856, voltava à carga, insinuando possíveis conluíus entre o Prior e o referido *oficial da marinha*, o Chefe de Divisão e Capitão do Porto de Santos João Batista de Sousa. Segundo o artigo, o Capitão se constituiu em *cobrador do Convento do Carmo*, apresentando inclusive as contas dos *repiques nas torres do Carmo*. Além de procurador, o Capitão teria se transformado em administrador da Ordem visto que os

²⁷ Frei Manoel da Ascensão Franco nasceu no Rio de Janeiro em 17 de novembro de 1825, tomou o hábito em 29 de maio de 1841 e professou em 16 de julho de 1842. Entre 1854 e 1860 foi Prior do Convento de Santos. Decorrente do falecimento de Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello assumiu como Prior do Convento de São Paulo em 1859. Em 28 de junho de 1860 foi nomeado Prior do Convento de Angra dos Reis. Voltou a ser conventual no Rio de Janeiro no Capítulo de 1864. Assumiu como Prior do Convento de São Paulo entre 1866 e 1875. Em 1881 voltou a ser Prior em Santos. Foi Prior do Convento do Rio de Janeiro entre 1895 e 1899 quando faleceu.

²⁸ Ausentou-se alguns meses para assumir o Convento de São Paulo, quando do assassinato do Prior Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello, até que um novo religioso chegasse. A.P.C.B.H., Tábuas dos Conventuais dos Livros 4º e 5º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitoriais da Província Carmelita Fluminense que cobrem o período de 1825 e 1865.

²⁹ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, V146, 1854/1855, p.04.

*remadores da capitania do Porto, trabalha[va]m nas Caieiras do Convento do Carmo.*³⁰ Finalizava o artigo acusando o Capitão de vender o produto das mesmas.³¹

A atuação de Frei Manuel d'Ascensão Franco era capaz de despertar ódio ou admiração, na mesma proporção. Em 21 de outubro de 1859, quando ainda ocupava o cargo de Prior do Convento de Santos, a *Revista Comercial* publicou um agradecimento coletivo de dez pessoas em função da acolhida recebida do referido frade no convento daquela cidade.³²

Alguns meses depois, em abril de 1860, na seção de Publicações a Pedido, um artigo assinado pelo *Galo da Torre* denunciava que o mesmo frade, ainda Prior do Convento de Santos partia para assistir ao Capítulo Provincial *nutrindo boas esperanças de voltar reeleito*.³³ O autor reivindicava que o Provincial não deixasse o referido frade voltar em função da descrença da população leiga gerada pelo assassinato de uma escrava. E finalizava:

*“O que aconteceu depois de tudo isso? Foi esse frade perder toda a força moral entre o povo desta cidade, a ponto, de muitos não quererem mais ir à missa em semelhante convento, e desde então ficou aqui conhecido por [Fr. Ma---]; saiba, pois, o Sr. Provincial, como a toda a hora se encontrava com esse frade, atravessando a rua e nas janelas do convento, era com o seu bom chapéu chileno na cabeça, e saboreando um legítimo charuto de Havana (que moralidade!!!).”*³⁴

³⁰ Caieiras: Fábrica de cal, forno onde se calcina o calcário para a fabricação de cal, forno de olaria construído com os próprios tijolos que se vão cozer. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

³¹ Infelizmente não foi possível detectar se, de fato, o oficial exercia a função de procurador e se havia negócios entre os dois ou se tratava-se apenas de um artigo vingativo visando complicar a situação do Prior. FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Revista Comercial, V112, 1856.

³² H.M., Revista Comercial, ano XI, nº 15, p. 03, 1859.

³³ H.M., Revista Comercial, ano XI, nº 65, p. 03, 1860.

³⁴ Infelizmente não foi possível localizar qualquer processo que envolvesse o assassinato da escrava Victória. H.M., Revista Comercial, ano XI, nº 65, p. 03, 1860.

Já em 21 de janeiro de 1858, o *Correio Paulistano* publicava uma correspondência do *Correio de Santos* mencionando o assassinato.³⁵ O artigo descrevia que o *espírito público* da população santista se encontrava escandalizado e revoltado em função do *assassinato lento e doloroso cometido em uma preta escrava do Carmo*.³⁶ Decorrente do *boato* que circulava pela cidade de que a escrava *havia sucumbido vítima de castigos corporais*, a polícia, após alguma investigação, exumou o cadáver.

*“(...) Felizmente para a causa da justiça foi facilmente reconhecido os vestígios do crime, que em verdade eram patentes: a pele das mãos estavam arregaçadas em consequência das excessivas palmatoadas, e as costas até os quadris retalhadas com açoites. (...)”*³⁷

Segundo o jornal, a opinião pública não tinha dúvidas quanto ao autor do assassinato e acusava o Prior do Convento de Santos Frei Manoel d’Ascensão Franco. A escrava estava alugada e uma *pessoa da casa em que estava* teria informado ao frade que havia descoberto *uma porção de vidro moído guardado em sua roupa*. Esta teria sido a causa dos *excessos* que decorreram no assassinato.³⁸

Segundo o jornal, a polícia pretendia instaurar um processo crime o que seria bem vindo à justiça uma vez que, era senso geral o perfil administrativo do frade:

³⁵ AESP, ORD: 0401005, *Correio Paulistano*, Microfilme, 5ª feira, 21 de janeiro de 1858, ano V, nº 613, p. 02.

³⁶ No Livro do Cemitério da Santa Casa de Santos para o ano de 1858 constavam dois escravos do Carmo. A primeira de nº 6 Victória falecida em 9 de janeiro de 1858, natural de Santos e de 32 anos de idade. O segundo de nº 193 Antonio falecido em 22 de setembro de 1858, natural de Santos e de 14 anos. Curiosamente para esses dois cativos, em específico, não havia menção da causa da morte. Santa Casa de Santos – Livro da Enfermaria e Livro do Cemitério.

³⁷ AESP, ORD: 0401005, Microfilme, *Correio Paulistano*, 5ª feira, 21 de janeiro de 1858, ano V, nº 613, p. 02.

³⁸ Não foi possível rastrear quem alugava a referida escrava.

*“(...) Há muito que se ouve falar da rigidez, para não dizer barbaridade, com que o atual prior do Carmo trata os escravos do Convento, além de não sustentá-los convenientemente, tanto que não poucas vezes os do lugar denominado Caieiras, apresentam-se em farrapos, pedindo aos vizinhos alimentos; castiga-os por qualquer falta. Não é pois de admirar que reais sejam as suspeitas de ser tão Caridoso e Manso Pastor o autor de semelhante atentado.”*³⁹

Alguns dias depois, novamente o Correio Paulistano dava notícias sobre o andamento do processo de assassinato, que para a população santista ficou conhecido por *Processo do Frade*.⁴⁰ Contudo, a esperança de justiça transformou-se em descrença ante a impunidade. Isso porque muitos conhecidos locais do Prior vieram em seu auxílio *quebrando suas lanças em prol da causa do frade*. Assim sendo, o processo havia sido surpreendentemente rápido durando, ao todo, vinte e um dias nos quais *esforçavam-se todos por defender o inocente réu*.⁴¹

O artigo denunciava que durante esse período operou uma *perniciosa influência do 5º poder do Estado* fazendo com que os depoimentos *mais claros e significativos* fossem *adoçados*. A pedido do Prior, novamente os médicos foram chamados realizando um novo *corpo de delito* e apresentando um laudo diferente que atribuía à *fatalidade* a morte da escrava. Isso porque a mesma sobrevivera cerca de quinze a dezoito horas após a surra e, portanto, a causa de sua morte poderia ser qualquer uma, inclusive *um banho frio, que segundo declara[ra]m os escravos do prior, tomou a preta depois de castigada*.

Acusava então a conivência do Subdelegado e do Juiz para encerrarem o processo. Estranhamente o Promotor interino pediu demissão e foi rapidamente substituído. O novo Promotor, *um solicitador do foro que logo prestou juramento e foi empossado*.⁴²

³⁹ AESP, ORD: 0401005, Microfilme, Correio Paulistano, 5ª feira, 21 de janeiro de 1858, ano V, nº 613, p. 02.

⁴⁰ AESP, ORD: 0401005, Correio Paulistano, Microfilme, 4ª feira, 10 de fevereiro de 1858, ano V, nº 620.

⁴¹ AESP, ORD: 0401005, Correio Paulistano, Microfilme, 4ª feira, 10 de fevereiro de 1858, ano V, nº 620.

⁴² AESP, ORD: 0401005, Correio Paulistano, Microfilme, 4ª feira, 10 de fevereiro de 1858, ano V, nº 620.

“Este como amante que é da paz e tranqüilidade de espírito, ficou logo Mudo e Quedo, vendo que o negócio era de comprometimento meteu-se nas Incospias, e assim, ontem e hoje, terminou este sumário sua curta existência, e foi sepultado com a memória do assassinato da preta Vitória.”

O autor do artigo assinado *Carta Particular*, denunciava uma teia de relações cotidianas que, ao sinal de problema, configurado no assassinato, se organizou influenciando autoridades e depoimentos. Por certo que tinha a intenção de não fazer esquecer o crime atacando com violência o desencadear dos acontecimentos em Santos. Contudo, não é difícil imaginar o número de amigos e cúmplices que Frei Manuel havia construído ao longo do tempo em que esteve à frente da administração do Convento do Carmo. Importa lembrar o grande percentual de imóveis urbanos e rurais sob sua batuta. Se colocar contra um frade em tal posição, poderia significar a não renovação de um contrato de arrendamento de terras ou aluguel de casas e escravos. O autor do artigo no *Correio Paulistano* percebia claramente este aspecto da questão finalizando seu libelo da seguinte forma:

“É mais um efeito da influência e equivalência dos conventos. Deslizou-se um de seus membros do cumprimento de seus deveres, abalou-se o colosso da Corte, temendo já o princípio de sua ruína; choveram empenhos, abriu-se o cofre das graças e serenou a tempestade ...”⁴³

É possível inferir que por mais que na esfera Imperial e Provincial houvesse uma guerra declarada contra as Ordens Regulares configurada na edição de ampla legislação restritiva; no cotidiano das cidades ainda vigoravam as cumplicidades oficiosas entre frades, políticos locais e demais proprietários leigos. Acordos tradicionais regidos pelos arrendamentos e aluguéis. Amizades ou ódios construídos por meio de troca de favores constantes ou não. Provavelmente o Ministério da Justiça, do Império e o Visitador

⁴³ AESP, ORD: 0401005, Correio Paulistano, Microfilme, 4ª feira, 10 de fevereiro de 1858, ano V, nº 620.

Apostólico jamais tenham compreendido a real dimensão das relações construídas no trânsito entre as celas dos conventos e as casas de família. Sobre este aspecto, de forma alguma conseguiram legislar e fiscalizar os pareceristas e consultores do Império.⁴⁴

Independente de seus objetivos particulares, em uma coisa pelo menos o autor do artigo do *Correio Paulistano* estava correto, a questão do assassinato dessa escrava já era de conhecimento do Estado Imperial que, nessa questão, optou por omitir-se. Em 18 de junho de 1860 um representante do Ministério da Justiça pretendendo alertar o novo Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno que assumia a Província Carmelita Fluminense descrevia Frei Manoel da seguinte forma:

*“Frei Manoel da Ascensão Franco foi Prior do Convento de Santos, e aí teve de responder a um processo crime por haver matado uma escrava do Convento com castigos. O Governo não quis indagar como esse processo se havia concluído, e teve para isso razões que V. Revma. apreciará. Parece que esse Religioso, quando se trata de reforma, deve ser privado de qualquer cargo de honra, jurisdição ou administração.”*⁴⁵

Dessa vez, como desejava o artigo da *Revista Comercial* e fruto de uma política interna de instalação de um Visitador Apostólico, Frei Manoel foi deslocado da cidade de Santos. Contudo, mais uma vez, em função do contexto, não houve investigação ou qualquer ameaça de punição. Na verdade, esse frei continuou ocupando altos cargos na hierarquia carmelitana, pois assumiu o Priorado do Convento de Angra dos Reis.

Logo que o novo Prior Frei Manoel de São Vicente Ferreira assumiu o Convento de Santos, elaborou um levantamento sobre as condições da casa conventual e suas propriedades. Possuía pequenos armazéns e cerca de 24 casas muito *velhas* e

⁴⁴ Importa lembrar que um dos integrantes da empresa do Desembargador Gavião Peixoto era Bernardo Avelino Gavião Peixoto que em 1853 e 1854 foi Juiz da cidade de Santos. Diante das afinidades e intrigas construídas cotidianamente, talvez não seja exagerado supor que possivelmente os nove escravos escondidos quando o Prior Manuel d'Ascensão Franco administrava São Paulo, tenha sido uma revanche a alguma inimizade herdada do período em que este frade estava em Santos.

⁴⁵ A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

bastantemente arruinadas, pedindo pronto reparo. Seu rendimento anual era de 2:580\$000 rs.⁴⁶

O convento também possuía na cidade de Santos, doze escravos alugados sendo que oito eram mulheres. Três dessas cativas trabalhavam gratuitamente servindo *a pessoas pobres* e que tem *prestado serviços `a Ordem*. A receita anual dos escravos alugados era de 712\$000 rs., cifra essa que pretendia elevar com a aprovação do Visitador.⁴⁷

Finalmente informava que o convento possuía uma dívida de seis anos de décima geral que Frei Manoel d'Ascensão Franco deixara de pagar e que somava 1:200\$000 rs. Pedia autorização para contrair um empréstimo a fim de que pagasse o credor que era o Estado.⁴⁸

Como resposta o Visitador reiterava que o Prior tinha autonomia administrativa para pedir o empréstimo e aumentar o aluguel dos escravos. Finalizava sua carta exortando o novo Prior a ter uma postura de *zelo, retidão e não compadrecas*. Quanto aos cativos pedia que os olhasse *com toda a caridade*, pois eram *além de próximos, a nós entregues para seu bem e salvação*.⁴⁹

Cerca de quinze dias depois, Frei Manoel de São Vicente Ferreira tranqüilizava o Visitador sobre sua postura sem se preocupar *com as gratuitas inimizades* que isso pudesse *acarretar*. E explicava que era *o choque de interesses a causa motora de todos os pleitos sociais*. Finalizava informando que:

“(...) Nesta cidade, não sei porque, deixavam o patrimônio do convento ser gozo de meia dúzia de expertos, aliás homens de fortuna, enquanto que os pobres não se

⁴⁶ A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.5.

⁴⁷ A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.5.

⁴⁸ A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.5.

⁴⁹ A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.5.

*tenham equidade alguma. Eu, porém, sigo o inverso, isto é, dou ao necessitado, e exijo que o rico pague.(...)”*⁵⁰

Em 11 de agosto de 1860, era a vez de Frei Manoel d’Ascensão Franco explicar ao Visitador Apostólico as razões para o não pagamento das décimas mencionadas por Frei Manoel de São Vicente Ferreira.⁵¹ Informava que o convento de Santos pagava anualmente duas décimas: uma arrecadada pela coletoria e que era provincial, e outra recolhida pela alfândega que era geral. Que efetivou o pagamento da décima provincial durante os seis anos que passou naquele convento e quanto à geral, pagara somente um ano, alegando que não havia sido cobrado. Quando saiu de Santos anunciara por três vezes na *Revista Comercial* que ele e o convento nada deviam e que caso alguém se julgasse credor, apresentasse a sua conta, o que não ocorreu.⁵²

Como já mencionado, em 1866, Frei Manoel ocupava um dos cargos mais poderosos da Província Carmelita Fluminense. Já foi possível observar que entre os maiores grupos de propriedades Carmelitas estava os relativos ao Convento da cidade de São Paulo. Em 1869 quando recebeu voz de prisão por conta dos nove cativos foragidos, talvez o Prior Frei Manoel não soubesse, mas desde 12 de setembro de 1868 era alvo de uma investigação solicitada pelo novo Visitador Apostólico Frei Fausto do Monte Carmelo.⁵³ Em carta ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Conselheiro Paulino José Soares de Sousa esclarecia que:

⁵⁰ A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.6.

⁵¹ A.P.C.B.H., Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 65 e A.P.C.B.H., Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 9.

⁵² De fato, em 30 de março de 1860 e posteriormente nos dias 3 e 10 de abril foi publicado o seguinte anúncio: *O Prior do Carmo de Santos Frei Manoel d’Ascensão Franco coloca um anúncio no jornal declarando nada dever na cidade referente ao período de sua administração.* Acrescentava que aquele que se julgasse credor, que se apresentasse até 11 de abril de 1860. HM, Revista Comercial, Ano XI, nº 60.

⁵³ Talvez a descoberta dessa investigação tenha sido uma das causas para a demissão de João José Vieira Guimarães em 1869 e que por pelo menos dez anos foi Procurador do Convento do Carmo de São Paulo. AESP, ORD. 3004 – Processo Crime do assassinato de Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello cometido pelos escravos Bernardino e Hermenegildo – 06 de agosto de 1859.

*“Diversas pessoas me tem asseverado que o Prior do Convento de São Paulo Fr. Manoel d’Ascensão Franco tem praticado abusos na administração dos bens da Ordem locupletando-se com o rendimento dos bens, tendo mesmo vendido escravos pertencentes à Ordem. E tendo o Convento de São Paulo o rendimento anual de seis a sete contos em prédios, além dos rendimentos dos escravos alugados, não tem aquele Prior pago as décimas das casas à Fazenda nacional e o imposto dos escravos à Província. (...)”*⁵⁴

Diante do exposto, pedia que fosse investigada a atuação do Prior à frente do convento. Solicitava ainda que, através do Chefe de Polícia daquela Província, se procurasse saber os seguintes dados: o número de casas possuídas pelos Carmelitas na cidade de São Paulo e seu rendimento; o número de escravos alugados pelo Prior e seu rendimento, o número de escravos e o estado da lavoura na fazenda Caguassú; o valor da dívida de Décimas de Casas e do imposto dos escravos; o número de estudantes hospedados no convento e se o Prior realmente teria vendido escravos da Ordem.⁵⁵

Provavelmente o caso envolvendo os nove escravos e o Desembargador Gavião Peixoto não tenha sido tão simples como atestava o Prior de São Paulo. Talvez os rumores dessa situação tenham chegado até o Convento do Rio de Janeiro fazendo com que o Visitador questionasse a quantidade de cativos justamente da fazenda Caguassú, onde, a rigor, Frei Manuel d’Ascensão Franco teria mandado que os cativos se escondessem.

Nota-se novamente a desconfiança interna à Província Carmelita Fluminense, onde o Visitador - cargo que mais interessava ao Estado do que aos religiosos - se via obrigado a recorrer às autoridades temporais a fim de ter um mapeamento mais fidedigno das ações administrativas de seu subordinado, o Prior de São Paulo.

⁵⁴ AESP, N° de Ordem 72-68, Seção Técnica de Manuscritos.

⁵⁵ AESP, N° de Ordem 72-68, Seção Técnica de Manuscritos.

A carta do Visitador foi então enviada ao Presidente da Província de São Paulo e posteriormente à Tesouraria da Fazenda com o adendo indicando que as informações e as autoridades ouvidas fossem realizadas *reservadamente*.⁵⁶

Finalmente em novembro de 1868 as primeiras informações foram levantadas pelo Coletor das Rendas Provinciais e enviadas ao Delegado de Polícia Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça. De acordo com o que foi apurado, o Convento do Carmo possuía na cidade de São Paulo: 27 e meio prédios que rendiam 6:066\$400 rs. Em arrendamento ao Dr. Joaquim Eduardo Leite Brandão e Prudêncio Augusto Brandão constavam 65 escravos da fazenda Itaim e mais 26 escravos da Fazenda Caguassú que deveriam substituir faltas do contrato. Não constava o valor do arrendamento. Sobre a fazenda Caguassú não havia informações além da relação entregue pelo Prior em 21 de janeiro de 1868 declarando 41 escravos “... *que não são empregados permanentemente no serviço do convento por serem arrendados conforme a exigência das circunstâncias...*” A Ordem nada devia de Décimas à Fazenda Provincial, em contrapartida quanto ao imposto dos escravos o valor da dívida era de 2:300\$000 rs. E finalmente que não constava que o Prior fizera “*venda alguma de escravos da Ordem*”.⁵⁷

Em dezembro de 1868, era a vez do Coletor das Rendas Gerais prestar informações ao Delegado. Acrescentava apenas que se achavam matriculados naquela “*Coletoria 4 escravos, sendo um pedreiro, um servente, um sem ofício, e uma cozinheira...*” E que o Prior não devia a taxa de escravos por já ter sido paga até 1868.⁵⁸

Em 01 de janeiro de 1869, o então Procurador do Convento João José Vieira Guimarães informava a respeito das contas sob sua responsabilidade. O convento possuía 28 prédios, sendo metade de uma casa pertencente ao Convento de Mogy das Cruzes, que rendiam anualmente 7:572\$000 rs. Quanto aos escravos, possuía dez alugados rendendo anualmente 1:483\$920 rs. e cinco estavam no serviço interno do convento. Não sabia informar o número de escravos da fazenda Caguassú “... *cuja lavoura de milho, feijão e*

⁵⁶ AESP, N° de Ordem 72-68, Seção Técnica de Manuscritos.

⁵⁷ AESP, N° de Ordem 2523, Polícia, Seção Técnica de Manuscritos.

⁵⁸ AESP, N° de Ordem 2523, Polícia, Seção Técnica de Manuscritos.

arroz dá apenas para sustento dos ditos escravos, mandando pouco para o convento que ainda por tal motivo compre tais gêneros...”.⁵⁹

Enfim esclarecia que até o ano de 1868, almoçavam e jantavam no convento quatro estudantes que moravam em uma casa alugada pelo convento. Que o Prior não vendera escravos e somente libertara o pardo Agostinho por 1:001\$000 réis.⁶⁰

Pela documentação consultada pode-se inferir que a investigação terminou em fevereiro de 1869 não acusando grandes complicações administrativas. Entretanto o Delegado responsável pela investigação solicitada pelo Provincial e pelo processo dos nove escravos era o mesmo. Diante disso, é possível afirmar que a existência de uma antiga desconfiança do Delegado tenha influenciado na voz de prisão dada ao Prior.

De qualquer forma, Frei Manoel d’Ascensão Franco sobreviveu à investigação e à prisão da mesma forma que havia superado o caso da escrava Vitória. Ao final de sua vida em 1899 possuía um dos mais altos cargos da hierarquia, faleceu como Prior do Convento do Carmo do Rio de Janeiro.

3.1 – Um Prior inimigo dos Pobres.

Conforme o discutido até aqui, a partir da década de 1850 houve uma “avalanche” de contratos de arrendamento e venda de terras e escravos efetuados com e, principalmente, sem licença governamental.⁶¹ Para se ter uma idéia, entre 1858 e 1871, a Ordem angariou cerca de 203:604\$684 rs. entre a venda de parcelas de terras, de escravos e

⁵⁹ AESP, N° de Ordem 2523, Polícia, Seção Técnica de Manuscritos.

⁶⁰ AESP, N° de Ordem 2523, Polícia, Seção Técnica de Manuscritos.

⁶¹ Em 1854, por exemplo, o Provincial Frei José da Conceição Meireles pedia ao Império autorização para a venda da Fazenda Jacuecanga pertencente ao Convento de Angra dos Reis a fim de pagar uma dívida de oito contos de réis. Menos de um ano depois, o mesmo Provincial requeria ao Estado, licença para arrendar em *foro perpétuo* a fazenda da Pedra que pertencia ao Convento do Rio de Janeiro. A fazenda Quissamã, em Campos só arrendada em 1866. A.N., Conselho de Estado, Cx: 518, Pct:3, Doc:2, Pct: 1, Doc: 3, A.P.C.B.H., Índice do Livro de Registro dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 67 e 68.

alforrias.⁶² Por outro lado, nesse mesmo período em que ganhava essa quantia, era acusada de dívidas cada vez maiores.

Para o ano de 1858, os escravos constituíam ainda o grande investimento Carmelita. Seus 1.476 cativos representavam 80,31% do patrimônio total e somavam 662:740\$000 rs. 46,27% deles localizavam-se na Província de São Paulo em suas fazendas e conventos, refletindo mais uma vez os dados já visualizados para os imóveis rurais e casas conventuais, confirmando o domínio dos bens da Ordem em São Paulo. Outros 34,76% desses escravos espalhavam-se pela Província do Rio de Janeiro.⁶³

Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, grande parte desses escravos ficava nas fazendas, o que leva a questionar novamente de que maneira os poucos frades davam conta do controle e fiscalização desses cativos. O interessante é que se tratava de duas regiões que se ocupavam do café, necessitando, portanto, de braços escravos, uma vez que, em 1850, havia sido extinto o tráfico. Segundo estudos de Slenes e Machado, entre 1850 e 1880 houve uma alta no:

*“preço do braço escravo [que] exigiu sobretudo na região do Oeste paulista, onde a cafeicultura expandia-se – o aumento dos investimentos senhoriais na formação dos planteis. É lícito supor que, em resposta a esta conjuntura, os senhores procurassem compensar o capital empatado, exigindo maior lucratividade do trabalho, através do aumento da produtividade escrava”.*⁶⁴

⁶² Havia também a venda de *objetos supérfluos de ouro, prata e pedras preciosas* da Ordem. A.P.C.B.H., DOC 2653 - ANEXO E - Relatório sobre as contas da Província Carmelita Fluminense - Maio de 1872 e A.P.C.B.H., Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 67.

⁶³ A.P.C.B.H., DOC 2653 - ANEXO E - Relatório sobre as contas da Província Carmelita Fluminense - Maio de 1872.

⁶⁴ Ver: MACHADO, Maria Helena P. T.. *Crime e Escravidão. Trabalho, Luta, Resistência nas Lavouras Paulistas, 1830/1888*. São Paulo: Brasiliense, pp. 112 e 113 e SLENES, R. W. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888”. In: COSTA, I. Del N. da (Org.), *Brasil: história econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986, p.103-155.

Se existia tal demanda por escravos, como procediam os Carmelitas uma vez que de acordo com os informes oficiais de 1858, nenhum desses cativos se achava arrendado. Isso sem mencionar cerca de 280 escravos localizados entre Espírito Santo e Pará, juntamente com fazendas e casas conventuais que estariam sob a responsabilidade de apenas dois frades.

Tal desproporção não passava despercebida e, progressivamente, ocupou a pauta da opinião pública nas cidades onde os conventos Carmelitas se faziam presentes. Em 1864, por exemplo, um artigo influenciado por uma rebelião ocorrida em uma de suas fazendas levantava o problema de cativos de senhores religiosos.

“(...) o que tem feito o governo acerca da escravatura dos conventos? Porventura sofre a lavoura algum desfalque, se os conventos forem de um momento para o outro privados dos milhares de braços que por ali conservão na mais completa ociosidade? Entendemos que não. A medida que tirar a escravatura aos conventos por qualquer meio que seja, tem só por este fato realizado um grande benefício não só em relação ao público, como mesmo em relação aos escravos. A ociosidade a que eles estão geralmente entregues é a fonte de moléstias, de vícios e até de crimes, e o emprego útil desses braços inteiramente abandonados, trará para o país uma riqueza que hoje não existe, e para esses miseráveis um viver mais ativo, uma moralidade, que eles não possuem debaixo da direção dos ministros do Evangelho. ‘Conventos de frades (dizia um deputado na Assembléia de nossa Província) ninhos de corujas – escravos de Convento – preguiça e aguardente’. O escravo do fazendeiro tem um senhor conhecido que olha para seu escravo, se não com as vistas de proteção e amor paternal que nos recomenda a religião do Crucificado, ao menos com o interesse em conservar a propriedade, o produto do seu trabalho, de suas vigílias, de suas economias de seus sacrifícios domésticos. O escravo do Convento não tem um senhor, mas tem tantos verdugos, quantos são os frades que se sucedem na governação dos mosteiros, e cada um deles, depois de longos anos de abandono, procura tirar com o menor sacrifício o maior proveito possível, dispendendo rigores o que não estão habituados, e que por mais de uma vez tem oferecido aos olhos do público quadros de cores bem negras. Se alguém nos contestar no que acabamos de dizer, leval-o-hemos pela mão ao interior dos Conventos, ao seio das fazendas dos Frades, e convencer-se-há de que somos por demais indulgentes e benévolos, em não trazermos á lume as cenas de devassidão que ali se representam, e que dão muitas vezes em resultados o aumento da cifra de nossa estatística criminal”.⁶⁵

⁶⁵ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº44, p. 1, 1864.

Importa notar: era de domínio público a responsabilidade de cada convento pelo encaminhamento e administração do núcleo de propriedades legadas sob sua guarda e que não se restringiam apenas ao local onde estava erigida a casa Carmelita. O convento era parte integrante do universo leigo onde estava instalado. Seus cativos circulavam pela cidade e suas festas precisavam da participação popular.⁶⁶ Até o controle do tempo podia passar pelos muros de um convento.

Segundo o Código de Posturas da cidade do Rio de Janeiro em 1870, as fronteiras temporais eram geradas pelo perigo presente nas ruas depois de determinados horários. Durante o dia, a rua era povoada de personagens socialmente aceitos. Contudo, à noite, era o tempo da casa, onde deveriam estar os chamados cidadãos. Como marcação dessa fronteira contribuía “os sinos da Igreja de São Francisco e do mosteiro de São Bento tocavam as ave-marias – às dez horas no verão e às nove no inverno – por meia hora, ‘para se recolherem os cidadãos’. Depois dessa hora, os que estivessem ‘parados na rua sem motivo manifesto, ou dentro da taverna, botequim, e casa de jogos’, ficavam sujeitos à prisão ou a multas”.⁶⁷

Em abril de 1858, por exemplo, um artigo sugeria que o Delegado de Santos pedisse ao Prior que desse o sinal das oito ou nove horas para se fecharem as tabernas e recolherem-se os escravos. O autor justificava que o sino da cadeia não era tão potente e nem estava em local tão privilegiado quanto o do Carmo.⁶⁸ Por não ouvir o sino da cadeia os donos das vendas *conser[va]vam as suas portas abertas, e os escravos continua[vam] a*

⁶⁶ Sobre a questão da escravidão urbana ver: ALGRANTI, Leila. *O Feitor Ausente: Estudo da Escravidão Urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. Existe ainda um artigo que retoma a produção bibliográfica sobre a especificidade dessa escravidão na cidade de São Paulo. Ver: MACHADO, Maria Helena P. T. “Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo”, In: PORTA, Paula (Org.) *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, prelo.

⁶⁷ Leitura do Código feita a partir do livro de GRAHAM, Sandra L. Op. Cit. p. 30.

⁶⁸ Segundo Augusto-Emílio Zaluar, para quem chegava em Santos, um dos primeiros edifícios avistados era “...a igreja do Carmo, onde está ereta a venerável Ordem Terceira, em capela separada, à esquerda do convento. (...)”. ZALUAR, Augusto Emílio. Op. Cit., p. 193.

*vagar pelas ruas, aqueles [eram] multados, e estes [iam] para a cadeia, porque não ouvirão o sinal. Finalizava explicando que com o novo sino os senhores não teriam a despesa de mandar tirar da cadeia seus cativos.*⁶⁹

Assim, os Conventos das Cidades de Santos ou São Paulo, por exemplo, deveriam cuidar dos galpões, terrenos, casas, chácaras, fazendas, gado e escravos, não apenas situados nessas cidades e arredores, como também em regiões mais distantes como Castro, no Paraná ou na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, o frade assumia enorme responsabilidade e poder. Ainda que as determinações do Provincialato procurassem limitar sua ação, na prática – em função da diminuição de membros – o que ocorria era uma autonomia maior. Como pôde ser observado até aqui, tais frades interferiam no estabelecimento dos contratos de arrendamento, no preço dos aluguéis e finalmente no cotidiano de arrendatários e escravos.

Para o Estado Imperial tal prática significava desorganização e mau gerenciamento dos bens. Aos frades, contudo, representava a possibilidade de manipulação de suas propriedades de forma oficiosa fugindo à vigilância Imperial. Embora arriscada, a estratégia de ocultamento de bens, de suas vendas e arrendamentos, poderia garantir uma estabilidade administrativa e o exercício efetivo da propriedade dos Carmelitas ao longo da década de 1860. Em geral, os imóveis urbanos, fossem casas, terrenos ou galpões, eram arrendados à comunidade leiga. Entretanto essa providência não garantia necessariamente o melhor aproveitamento desses bens. Como já mencionado muitos eram os casos de arrendatários que não pagavam seus aluguéis ou que estavam descontentes com a administração dada pelos Carmelitas aos imóveis.

Em algumas situações, o arrendamento virava motivo de litígios que duravam anos. Como, por exemplo, em 1861, o arrendatário Antonio da Silva Costa escrevia ao Governo Imperial pedindo licença para adquirir um prédio da Rua da Quitanda na cidade

⁶⁹ Posteriormente, em 14 de agosto de 1860, uma nota informava e acatava a idéia do Prior do Carmo de instalar um *relógio de repetição* que seria de grande utilidade para toda a população. FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano IX, nº65, 1858 e HM, Revista Comercial, Ano XI, nº 97, p. 03.

do Rio de Janeiro e pertencente ao Carmo. Esclarecia que inicialmente havia arrendado o imóvel em 1849 e, depois de um longo tempo de disputa judicial, as partes decidiram por um acordo. A renda seria revertida em vinte Apólices da Dívida.⁷⁰

Além dos imóveis urbanos, havia a escravaria pertencente aos conventos e que perambulava pelas ruas das diferentes cidades onde se estabeleciam claustros Carmelitas. Para esses que ficavam no serviço dos conventos, existia uma subdivisão de tarefas como no ano de 1827, no Convento de São Paulo. Ali, a estrutura cotidiana estava assim definida: um escravo de setenta anos estava encarregado das compras, cinco eram oficiais de carpinteiro, dois eram oficiais de pedreiro, duas crianças serviam como sacristãos, três cativos eram sineiros, duas eram faxineiras, uma era enfermeira, uma era cozinheira e uma era lavadeira.⁷¹

Nota-se que, em alguns casos, dada a falta de frades, os escravos assumiam tarefas naturais aos religiosos. É o que novamente observou-se em uma listagem fornecida em 1866, pelo Prior do Convento do Carmo de São Paulo Frei Manoel d'Ascensão Franco ao Presidente da Província. Entre os 38 escravos moradores do convento e administrados apenas pelo Prior, encontravam-se três solteiros com tarefas específicas. Havia Francisco, de vinte e três anos, responsável pelas compras do convento e servente. Já Balduino, de vinte anos, era o sineiro e o refeitoreiro, e finalmente João, de dezenove anos, era o sacristão.⁷²

⁷⁰A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 914, Pct: 1, Doc: 30, 28/01/1861.

⁷¹Muitos anos depois, em 1872, para o convento da Penha dos frades franciscanos, a divisão dos escravos nas tarefas intraclaustro era a seguinte: três pedreiros, um marceneiro, onze lavradores de campo, sete auxiliares femininas de cozinha, três engomadeiras, seis sem ofício determinado. “(...) *Como o convento lutasse com dificuldades econômicas, o guardião mandava sempre alguns escravos contratar serviços fora para poder custear o tratamento médico dos negros hospitalizados.*” ROEWER, Fr. Basílio Ofm. *Convento da Penha do Espírito Santo*. Petrópolis, 1965, p. 86 e AESP, ORD: 865, Pasta 2.

⁷²Ao que parece, ao longo do século XIX, esta não constituiu uma prática dos Carmelitas apenas. Frei Venâncio Willeke enfatiza o caráter mendicante Franciscano, mas observa que a presença escrava foi constante e necessária para os conventos. Os cativos auxiliavam nos peditórios, nos serviços da horta, no transporte de água e lenha, na conservação da casa e em muitos outros serviços domésticos. WILLEKE, Fr. Venâncio Ofm. “Senzalas de Conventos”, In: *Revista de História*, São Paulo, nº106, p. 355 e 357. AESP, ORD: 5527 Santa Casa, Diversas Localidades e Conventos, 1824/1891 e AESP, ORD: 2523 Polícia, 1868.

Além do arrendamento, havia a possibilidade dos membros da sociedade leiga requisitarem pequenos serviços aos escravos da Santa, como João Baptista do Sacramento, morador da cidade de São Paulo, que havia encomendado um banco de carpinteiro aos escravos do Carmo, em agosto de 1859.⁷³

Tanto o arrendamento quanto a prestação de pequenos serviços desses escravos urbanos aos leigos locais isentavam os frades de diversas despesas⁷⁴ e traziam rendimentos bem-vindos, como no caso do Convento da Ilha Grande de Angra dos Reis, que rendiam em 1853 cerca de 359\$400 rs.⁷⁵, ou então para o ano de 1869, quando o então Procurador do Carmo de São Paulo respondia ao Delegado de Polícia assegurando que o convento daquela cidade possuía dez escravos alugados que rendiam anualmente cerca de 1:483\$920 rs.⁷⁶

Se o arrendamento oficial ou oficioso do patrimônio urbano era uma rota de fuga dos frades em relação à repressão Imperial, por outro lado, as desvantagens se expressavam no cotidiano desses contratos. Isso porque possibilitavam uma visibilidade maior sobre os assuntos do claustro criando tensões inclusive quando se tratava do pagamento dos impostos.

Foi o que aconteceu em 23 de agosto de 1862, quando o Prior do Carmo de Santos foi acusado publicamente de sonegar os impostos dos 39 escravos arrendados a diversas pessoas da cidade e, portanto, sentenciado a pagar uma multa que caiu em

⁷³AESP, ORD. 3904 - Processo Crime de Assassinato de Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello, Prior do Convento do Carmo da Cidade de São Paulo, cometido pelos escravos Bernardino e Hermenegildo - 6/08/1859.

⁷⁴A questão do sustento dos escravos arrendados era muito clara para os Carmelitas. Uma vez arrendados ou emprestados, os cuidados com os cativos ficavam por conta do arrendatário. Em 1839 por exemplo, o Procurador da Câmara Municipal de São Paulo questionava sobre que atitude tomar com o Prior do Carmo que se recusava em pagar o sustento de dois escravos seus que estavam na cadeia. Procurado, o Prior Frei Joaquim Antonio de S. Roza informou que os dois escravos haviam sido cedidos ao Governo a fim de que fossem utilizados nas obras públicas e portanto os cuidados com os mesmos não cabiam ao Convento. Diante disso, a Câmara deliberou na sessão extraordinária de 14 de setembro de 1839, que o Procurador deixasse de cobrar o Prior. AESP, Atas da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo – 1939. Prefeitura do Município de São Paulo, Vol: XXXII, Departamento de Cultura, 1937, p. 83 e 118.

⁷⁵Relatório do Ministério da Justiça de 1854. *Latin American Microform Project - University of Chicago*. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003.

⁷⁶AESP, ORD: 2523 Polícia, 1868.

conhecimento público.⁷⁷ O Prior Frei Manoel de São Vicente Ferreira - que havia acusado Frei Manuel d'Ascensão Franco de sonegar impostos e legar dívidas ao novo triênio - manteve o mesmo padrão administrativo. A denúncia da Revista Comercial era real, pois em 4 de julho de 1863 este frei era novamente notificado de que o convento devia 400\$000 rs. de matrícula de 40 escravos referentes ao ano financeiro de 1862 a 1863.⁷⁸ E em 1866, outra vez o Convento de Santos era cobrado em 460\$000 rs. pela matrícula dos escravos conventuais relativa aos anos financeiros de 1862 à 1863, 1863 à 1864, 1864 à 1865 e 1865 à 1866. O Prior responsável pelo pagamento já não era mais Frei Manoel de São Vicente Ferreira e sim Frei Francisco Ruivo do Amor Divino que havia assumido.⁷⁹

A partir de 1850, com o fim do tráfico negreiro e os problemas de mão-de-obra decorrentes, qualquer movimentação administrativa Carmelita relacionada aos cativos arrendados acabava extrapolando os muros conventuais e ensejando longas discussões públicas acerca de questões como aumento dos aluguéis, venda dos escravos, interferência dos senhores no cotidiano do cativo arrendado, entre outras.⁸⁰ A extinção do tráfico alterou o cotidiano das cidades.⁸¹ Muitos moradores sentiram em suas economias domésticas o alcance da falta de novos escravos por meio do aumento de aluguéis entre outros aspectos.⁸² Foi o que ocorreu em Santos na década de 1860.

Como havia prometido em 1860, em sua carta ao Visitador, Frei Manoel de São Vicente Ferreira logo que assumiu o convento, procurou melhorar a administração do

⁷⁷ H.M., Revista Comercial, ano XIII, nº144, p. 1, 1862.

⁷⁸ O pagamento só foi efetivado em 12 de dezembro de 1863. AESP, Seção de Manuscritos, Santos, Lançamento de Impostos – 1857/1872, Livro 24 – 1863/1864, ORD: 3849, Cx.02., p.51.

⁷⁹ AESP, Seção de Manuscritos, Santos, Lançamento de Impostos – 1857/1872, Livro 26 – 1866/1867, ORD: 3849, Cx.02., p.76.

⁸⁰ Como por exemplo, o caso da escrava Victória acusada por alguém da casa onde estava arrendada de que possuía vidro moído em suas vestes, o que para o contexto do pós-final de tráfico, por si só denunciava sua intenção de assassinato. A denúncia acabou provocando sua morte.

⁸¹ Esta transformação já foi trabalhada por: MACHADO, Maria Helena P. T.. *Crime e Escravidão. Trabalho, Luta, Resistência na Lavouras Paulistas, 1830/1888*. São Paulo: Brasiliense, CHALHOUB, Sidney. Op. Cit.; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit. e RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de Africanos para o Brasil. (1800/1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, entre outros.

⁸² Sobre essa questão ver: WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850/1880)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998 e GRAHAN, Sandra L. Op. Cit..

patrimônio.⁸³ Estava atento ao arrendamento de cativos, que considerava pouco lucrativo porque deixado ao gozo de *meia dúzia de espertos*.⁸⁴ Talvez em função de tantos cuidados, alguns cativos tenham fugido. Mas o Prior era incansável em sua reforma administrativa. Procurava rastrear os que porventura escapavam e que, se não recapturados, significavam queda na arrecadação conventual.

Assim alguns meses após sua posse, em fevereiro de 1862, vinha a público rastrear uma peça da Santa que estava sob sua administração. Tratava-se do escravo Daniel, *bem falante, gestos de capoeira* e qualificado: era *oficial de pedreiro. Anda[va] fugido desde março* de 1861.⁸⁵ Quem o entregasse ao frade receberia cerca de 500\$000 rs. de gratificação.⁸⁶

Novamente em 15 de abril de 1861, iniciava um Auto de Justificação ao Juiz Municipal. Afirmava que o escravo Manoel fugiu em setembro de 1860 e ainda não havia sido localizado. Como comprovação de sua denúncia apresentava duas testemunhas. A primeira era Antonio Domingues Martins alegando que o escravo era carpinteiro e na época da fuga, trabalhava para a segunda testemunha, Antonio Ferreira Pinto Bandeira, como escravo arrendado em sua obra em Cubatão.⁸⁷ Cerca de um ano após seu depoimento, o senhor Antonio Domingos Martins foi nomeado Procurador do Convento do Carmo de Santos pelo Prior Frei Manoel de São Vicente Ferreira.⁸⁸

Um Prior em terra estranha precisava construir redes de interesse e afinidade. Talvez o auxílio de Antonio Domingos na tentativa de recaptura do escravo fujão tenha aproximado os dois. Por outro lado, o frade procurava demonstrar que a Ordem do Carmo

⁸³ Frei Manoel de São Vicente Ferreira foi batizado na freguesia de São Cristóvão do Porto em 1825. Tomou o hábito Carmelita em 27 de junho de 1849 professando em 28 de junho de 1850. Assumiu o cargo de Prior do Convento de Santos em 06 de julho de 1860. No Capítulo de abril de 1864 foi eleito Prior do Convento de Vitória mas trocou o posto com Frei Antonio das Neves Pereira e permaneceu no Convento de Santos.

⁸⁴ A.P.C.B.H., Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 6.

⁸⁵ Sobre a imprensa, os anúncios e o contexto em que foram produzidos ver: SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. Cia. das Letras: São Paulo, 1987.

⁸⁶ HM, Revista Comercial, Ano XIII, nº 62.

⁸⁷ FAMS, Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, vol. 13, 1860/1864.

⁸⁸ H.M., Revista Comercial, ano XIV, nº 110.

podia prestar serviços à sociedade leiga. Aliás, o auxílio do Clero Regular na formação de súditos fiéis estava na ordem do dia de grande parte dos pareceres, Relatórios Ministeriais e menções internas dos Visitadores Apostólicos, como já foi mencionado.

Diante disso, em 26 de julho de 1862, Frei Manoel de São Vicente Ferreira anunciava na Revista Comercial que o Carmo de Santos ambicionando secundar bons desejos, de que acha[va]-se animado o chefe de sua corporação, a bem da utilidade publica, oferecia a partir de agosto aulas grátis de Primeiras Letras, Latim e Francês. Os interessados deveriam matricular-se antecipadamente. Finalmente alertava que não seriam aceitos meninos que por insubordinado[s] ou maus costumes tenha[m] sido[s] despedido[s] de alguma escola.⁸⁹ Nessa mesma edição, os colaboradores da Revista Comercial parabenizavam os Carmelitas pela iniciativa, prestando-se (...) ao ensino gratuito da mocidade.⁹⁰

Contudo, a tranqüilidade entre o Carmo e parte da sociedade local durou pouco. Logo no dia 06 de outubro de 1862, o Prior vinha a público denunciar a *bruscuidade e grosseria* com que foi tratado em pleno meio-dia no largo da Matriz. Segundo ele, o sobrinho do senhor Joaquim Correia havia sido expulso das aulas públicas por ter faltado seis dias sem qualquer justificativa. Em consequência o religioso havia sido desacatado como recompensa *da sua abnegação e desinteresse* ao abrir a instrução para a sociedade leiga.⁹¹

Em seu socorro, como desagravo, ainda no dia 28 de outubro, na sessão de *Publicações a Pedido* havia a carta de José Joaquim da Silva Diniz. Explicava que, por mera curiosidade, havia visitado as *aulas primarias, secundárias e superior* que haviam sido criadas e conduzidas pelo Frei Manoel de São Vicente Ferreira. Ficara maravilhado ao ver o modo pelo qual os cerca de cinquenta alunos entendiam as lições passadas pelo Prior e seu auxiliar Frei Bento Claro. Os alunos aprendiam e não apenas repetiam o conteúdo como *papagaio[s]*. Elogiava a iniciativa afirmando que *cá na terra* os frades *ganhar[iam]*

⁸⁹ H.M., Revista Comercial, ano XIII, nº 132.

⁹⁰ H.M., Revista Comercial, ano XIII, nº 132.

⁹¹ H.M., Revista Comercial, ano XIV, nº 16.

*amizades e corações.*⁹² Este tipo de apoio declarado era uma valiosa moeda de troca nesse contexto de relações oficiosas em que estavam inseridos os frades do Carmo. Significava que cerca de dois anos após sua chegada em Santos, Frei Manoel já possuía ao seu lado algumas mentes e corações da sociedade leiga.

Tais cumplicidades, entretanto, não garantiam tranquilidade em sua administração. Como já mencionado em 18 de junho de 1860, uma autoridade governamental enviava uma carta confidencial alertando o novo Visitador Apostólico quanto a alguns religiosos. Frei Manoel de São Vicente Ferreira era descrito da seguinte forma:

*“(...) Esse Religioso é de caráter violento e rixoso. Em São Paulo feriu o Prior, Frei Antonio Ignácio, e ninguém sabe o que aconteceria se a Polícia não acudisse, entrando a força no Convento. Aqui na Corte já teve de responder por ferimento em um fâmulos do Convento. Não há muitos dias que, indo à Igreja da Lapa um dos empregados do meu gabinete ouvir missas pelo repouso da alma de seu pai, por que o celebrante era da parcialidade oposta, Frei Manoel, na igreja, em ato tão solene, procurava com trejeitos e palavras ridicularizar o seu contrário!”*⁹³

No triênio de 1857, este Frei residia no Convento do Rio de Janeiro e em 13 de dezembro de 1862, alguns ecos de sua vida na Corte começavam a ser ouvidos na cidade de Santos. Tratava-se de uma sentença publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro que mencionava um processo de injúria no qual o Prior de Santos era réu e a vítima era Luiz Arlindo da Trindade. Ao que parece, em primeira instância o frade foi condenado. Entretanto após sua apelação, o parecer do Conselheiro Nabuco foi favorável ao religioso.⁹⁴

Algum tempo depois, novamente o Prior se manifestava publicamente a fim de defender-se de acusações feitas no *Correio Mercantil* em janeiro de 1863. Frei Manoel de

⁹² H.M., Revista Comercial, ano XIV, nº 25.

⁹³ A.N., Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Cx:920, Pct:31, Doc:26.

⁹⁴ H.M., Revista Comercial, ano XIV, nº 44.

São Vicente Ferreira era acusado de *vender imagens sagradas em público leilão*.⁹⁵ Provavelmente a denúncia tenha causado um mal estar entre o convento e a sociedade leiga que demorou a ser esquecido, pois apenas em agosto desse mesmo ano é que o religioso procurou a *Revista Comercial de Santos* para defender-se.

Na seção de publicações a pedido, seu artigo chamava *A Vileza Revelada*. Ali procurava rebater as acusações. Dizia-se seguro e:

*“(…), em paz com a consciência, confesso, que moça alguma fizeram em meu espírito (e estou certo, que também no das pessoas sensatas) os epítetos, que me emprestavam o mentiroso ‘Veritas’; para o qual, honra, dignidade e brio são termos vãos, e a calúnia o mais higiênico ambiente.”*⁹⁶

Reagir contra tais acusações públicas significava manter a postura de religioso ofendido em sua conduta e moralidade. Isso era fundamental na gestão que Frei Manoel desenvolvia, pois simultâneo ao esforço na concessão de instrução pública, havia a busca de um rigor administrativo que, se era bem vindo à Corporação Carmelita, nem sempre foi bem recebido pela sociedade santista. Sob esse aspecto, o ano de 1864 não começou bem para a administração de Frei Manuel de São Vicente Ferreira. Desde dezembro de 1863, estava em litígio com José Antonio de Sousa Guimarães que havia alugado um prédio na rua Direita. Segundo o Prior, o Carmo precisava do imóvel utilizado como depósito de sal e, portanto dava trinta dias para a retirada do inquilino.⁹⁷

Apenas em 9 de fevereiro de 1864, José Antonio de Sousa Guimarães se manifestou dirigindo-se ao Juízo Municipal de Santos informando que mandara entregar as chaves e o aluguel do armazém ao Prior que se recusou a recebê-los. Portanto, formalizava um auto de depósito em juízo.⁹⁸ Para o Prior, contudo, como o mesmo não cumpriu o prazo,

⁹⁵ H.M., Revista Comercial, ano XIV, nº 110.

⁹⁶ H.M., Revista Comercial, ano XIV, nº 110.

⁹⁷ FAMS, Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Vol. 13, 1860/1864.

⁹⁸ FAMS, Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Vol. 13, 1860/1864.

teria de pagar 110\$000 rs. por mês de atraso. Portanto entrava com uma ação de despejo no Juízo Municipal de Santos.⁹⁹

Por tratar-se do Convento do Carmo, essa disputa que era costumeira entre as partes envolvidas em um arrendamento, extrapolou os limites do judiciário e ganhou espaço na imprensa. Mais uma vez, a *Revista Comercial* acusava o Prior de privilégios legais. Seu artigo de 24 de março, trazia o nome de: *Convento do Carmo Escândalo* e em seu parágrafo inicial o artigo 23 das Posturas Municipais que proibiam o estabelecimento de armazéns de sal sem a prévia autorização da Câmara Municipal. Denunciava o Prior de infringir o código quando fez *recolher ilegal e arbitrariamente no armazém nº 12 da rua Direita desta cidade, 32 alqueires de sal, cuja criminosa intensão está provada com documentos públicos!*¹⁰⁰

E em 9 de abril do mesmo ano, a mesma revista dava mais uma estocada na questão das amizades oficiosas do Prior. Afirmava que uma mísera quantia devida pelo mesmo à redação havia sido paga pelo Juiz de Paz de Santos. Ironicamente informava que a referida quantia foi encaminhada como *esmola para os pobres do hospital da Santa Casa de Misericórdia*.¹⁰¹

Nesse mesmo dia, o Prior escrevia ao Juiz de Paz Dr. João Baptista do Amaral pedindo um esclarecimento sobre o que havia lido na *Revista Comercial*. O Juiz respondia ao Prior que o redator havia procurado o Juízo Municipal a fim de notificar judicialmente o religioso sobre a dívida. Como a mesma era mínima havia julgado *mais conveniente em lugar de despachar a petição, pagar a quantia dando fim a questão*. Salientava que havia feito isso sem o conhecimento do Prior.¹⁰²

Tanta proximidade a ponto de pagar uma dívida, por menor que fosse, por certo não era desconhecida da sociedade leiga da cidade de Santos que parecia acompanhar o que ocorria no Carmo. Em 23 de abril de 1864, por exemplo, a *Revista Comercial* informava

⁹⁹ FAMS, Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Vol. 13, 1860/1864.

¹⁰⁰ HM, Revista Comercial, ano XV, nº 84, 24 de março de 1864, p. 03.

¹⁰¹ HM, Revista Comercial, ano XV, nº 90, 09 de Abril de 1864, p. 02.

¹⁰² A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Microfilmes, Rolo 013-5-77.

que havia ocorrido o Capítulo Provincial da Ordem e que para Santos foi designado o Padre Mestre Frei Antonio de N. S. das Neves.¹⁰³

Não foi possível definir como os santistas ficaram sabendo. Mas, o certo é que já em março, havia uma manifestação via imprensa sobre os resultados desse Capítulo. Em 17 de maio de 1864, a *Revista Comercial de Santos* reproduzia novamente o artigo publicado em março no *Jornal do Comércio* e assinado *Um Católico*. O artigo era endereçado ao Provincial Carmelita e mencionava que os *Santistas* haviam ficado tranquilos ao saber pelo *Mercantil* e pelo *Jornal do Comércio* que Frei Manoel de São Vicente Ferreira havia sido eleito Prior de Vitória. Foi quando chegou ao conhecimento público que em uma estratégia interna, Frei Manuel tentava voltar à Santos. O *Católico* alertava o Provincial para que prezasse *o decoro de sua Ordem* não deixando que ela fosse *menosprezada na cidade de Santos, na pessoa de um seu irmão, obst[ando] tal troca*.¹⁰⁴

Passava então a explicar porque Frei Manoel de São Vicente Ferreira era *aborrecido e malvisto* pela população santista.

“A pobreza vê nele o homem que a tem perseguido, pois foi ele o primeiro que elevou os jornais dos escravos e das casas a um preço fabuloso para Santos; e enquanto ela trabalhava dia e noite para pagar-lhe os elevados aluguéis, passeiava ele repimado em um gordo cavalo, de camisa com colarinho à francesa, gravatinha, pantalonas de casimira, botas envernizadas e tão perfumado que parecia uma loja ambulante de perfumarias. As outras classes da sociedade o desprezam porque reconhecem nele somente orgulho e atrevimento, e que de religioso só tem o habito, pois que mesmo a coroa e o circilio quase não o tinha. No entanto para mostrar quem ele é, ainda procura voltar para uma cidade, onde é geralmente aborrecido. Quais seus fins? Ignoramos, mas supomos que não será para regenerar-se. Ainda gotejam sangue das cicatrizes abertas por ele nas irmandades encravadas, no convento, e os fatos publicados do procedimento irregular desse religioso não são peças forjadas para somente o expor as censuras da sociedade; esses fatos são selados com o cunho da verdade, e por isso, sem se calcar aos pés os justos ressentimentos do povo santista, não pode voltar para Santos, como prior Fr. Manuel de São Vicente Ferreira. Esperamos, pois, que o Revmo religioso, a quem estão confiados os destinos

¹⁰³ H.M., *Revista Comercial*, ano XV, nº 96, 23 de Abril de 1864, p. 02.

¹⁰⁴ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, *Revista Comercial*, ano XV, nº 105, 1864.

*e regeneração da respeitável ordem religiosa carmelita, não desprezando os clamores dos habitantes de uma cidade, e prestando atenção e dando credito ao que de Fr. Manuel de S. Vicente Ferreira se tem escrito, não consentirá para bem da ordem em geral e do mesmo Fr. Manuel em particular, em uma tal troca.”*¹⁰⁵

A denúncia dos entreveros com as Irmandades mais pobres não era desconhecida internamente dos Carmelitas. Na década de 1820, o Convento de Angra dos Reis havia se atritado com os irmãos pardos da Irmandade da Boa Morte de tal forma que a disputa chegou aos ouvidos do Imperador.¹⁰⁶ No caso de Santos já em 25 de maio de 1860, na sessão de Publicações a Pedido um santista, que assinava *O admirado*, descrevia um funeral na Ordem 3ª do Carmo. Perguntava se havia no compromisso da mesma algum artigo que distinguisse irmãos ricos de pobres.¹⁰⁷ Informava então que ao presenciar a *encomendação de um irmão* notou que o cerimonial era extremamente simples para os padrões da Irmandade. Ao perguntar sobre a razão da diferenciação, a resposta ouvida foi que se tratava de um *irmão pobre*. Denunciava então uma ligação mais profunda entre as decisões do Convento da Ordem Primeira e as da Ordem Terceira.¹⁰⁸

¹⁰⁵ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Revista Comercial, ano XV, nº 105, 1864.

¹⁰⁶ MOLINA, Sandra R. “Na dança dos Altares: a Ordem do Carmo e a Irmandade da Boa Morte entre o poder e a sobrevivência no Rio de Janeiro dos primeiros tempos do Império (1814-1826)”. In: *Revista de História*, Usp, nº 147, 2002, p. 109-134.

¹⁰⁷ Sobre a questão da Irmandades ver: HAUCK, João Fagundes (Org) *História da Igreja no Brasil. Segunda Época. A Igreja no Brasil do séc. XIX*. Petrópolis: Edições Paulinas, 1985, CARVALHO, Mariza Soares de. *Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Inimigos de classe e irmãos de fé: escravos e senhores nas irmandades religiosas na Amazônia do século XIX*. 2001 (prelo); SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976; QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras: Outro Espaço de Luta e Resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo: Annablume, 2002. REIS, João José. “O Cotidiano da Morte no Brasil oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.95-142.

¹⁰⁸ LOPES, Francisco Antônio. *História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 8, 1942; MONTEIRO, Raul Leme. *Carmo. Patrimônio da História, Arte e Fé*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais/Ordem Terceira do Carmo de São Paulo, 1978,

*“Oh! Que desgraça! Já os srs. Mandões da Ordem 3ª fazem a seu bel prazer inovações no Compromisso. Se o finado fosse rico, não faltariam adulações; e não só se levantariam a Eça dos irmãos ricos como até a Ordem 3ª da Cruz alçada iria buscar o seu corpo para a Igreja; mas como era pobre nada disso se fez! Não admira porém tudo isso, porque nessa corporação existem irmãos que querem ter nove palmos de terra distintos no jazigo da Irmandade só para si, e para aqueles que como eles fazem o que querem na Ordem, porque são os que dão as cartas.”*¹⁰⁹

Quanto à questão do aumento dos aluguéis; essa também já era conhecida da elite Carmelitana. Como havia prometido ao Visitador, Frei Manuel procurou ajustar os arrendamentos. Como de praxe, um grupo de apoio entrou em combate a favor do Prior, mas desta vez seu envolvimento era explícito.

Nesse mesmo período, o Frei Manuel de São Vicente Ferreira, ainda no Rio de Janeiro, escrevia a um amigo em Santos. Iniciava sua carta ironizando o artigo do *Católico* mencionando que de acordo com ele, não voltaria ao convento. Dizia-se um *néscio em querer ir para um lugar onde não possuía um juiz amigo a ser verdadeiro o dizer do católico*.

Passava então a organizar sua defesa na imprensa, solicitando que o amigo e destinatário daquela carta João Fernandes da Silva escrevesse um libelo de defesa ao frade:

*“Posto que mal algum me faça um tal amontoado de banalidades, não deixaria ter lugar uma manifestação em sentido contrário, visto ter se feito de todos os habitantes desta, o infame católico. Encarrego-o desta missão, e a poder ser, peço-lhe mandar-me no vapor de 15 do corrente.”*¹¹⁰

Finalizava sua carta alertando para *duas palavras de muito segredo; pois por falha dele é que souberam que voltava*. Mencionava que o Capítulo de 1864 apresentava

¹⁰⁹ H.M., Revista Comercial, ano XI, nº 75, 25 de Maio de 1860, p. 03.

¹¹⁰ A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Microfilmes, Rolo 013-5-77.

problemas e não havia sido *aprovado* correndo o boato de que *José Bonifácio quer[ia] intervir nele*.

“Peço-lhe para conversar com o Dr. José Florindo¹¹¹, a quem me recomendo, a fim de obter do Theodoro [?] uma carta para o competente Ministro recomendar-me, farei dela o uso que me convenha. A viagem ficou transferida para o dia 21, a não se dar algum inconveniente.”¹¹²

Conforme havia indicado Frei Manoel, em 15 de maio uma carta dirigida ao Redator do *Jornal do Comércio* e assinada *Um Santista* desqualificava um artigo de 8 de março publicado pelo mesmo veículo.

O autor se dizia surpreso *com o amontoado de falsidade dirigido contra o Revmo. Frei Manoel de São Vicente Ferreira* e sua intenção de trocar de convento com Frei Antonio de N. Senhora das Neves. Afirmava que tais acusações decorriam do desconhecimento da administração de Frei Manoel que com *seu procedimento enérgico e irrepreensível* à frente do Convento de Santos não se curvava *a imposições nem caprichos* de quem quer que fosse.¹¹³

“É pois senhor Redator, aquele que fez prosperar o convento a frente de cuja administração se achava, aquele que tem sabido resistir aos caprichos de certas pessoas acostumadas a mandar sempre em domínio alheio e que é acusado de inimigo dos pobres e perseguidor de irmandades. Acusam-no de inimigo dos pobres porque alterou o preço dos escravos alugados pela maior parte a pessoas abastadas, e que não precisavam de tais obséquios. E se obséquios eram!!!”¹¹⁴

¹¹¹ Como poderá ser observado mais adiante, o Alferes Dr. José Florindo era arrendatário de pelo menos uma escrava do Convento de Santos. FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Revista Comercial, Vol. 99; MMS, Autuação de uma Petição, para o fim de ser depositada uma escrava pertencente ao Convento do Carmo de Santos em que Miguel José Florindo é Suplicante e Almanak do Município de Santos de 1865, <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1865/00001085.html>>. Acesso em 16 de fevereiro de 2004.

¹¹² A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Microfilmes, Rolo 013-5-77.

¹¹³ A., N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Microfilmes, Rolo 013-5-77.

¹¹⁴ A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Microfilmes, Rolo 013-5-77.

Nesse mesmo 15 de maio, Bento Pereira Soares, escrevia indignado à *Revista Comercial* sobre o artigo do *Jornal do Comércio*. Também endereçava seu desabafo ao Provincial. Chamava *O Católico* de verdadeiro *Judas* que através de suas *maquinações* procurava sujar a reputação de Frei Manoel de São Vicente Ferreira. Citava o que chamava de *celebríssima questão d'imagens* mencionando que decorrente dela haviam surgido *os poucos inimigos* adquiridos pelo Prior. E concluía declarando que não privava da *intimidade* do referido frade, contudo:

“(...) conhecendo porém seus atos, revolta-nos o desejo dessas paixões mesquinhas desses inimigos gratuitos, dessas víboras que, como o *Cathólico*, precisam, em remuneração de tão nefando procedimento, mais que o *Azorrague*.”¹¹⁵

Independente das disputas na imprensa, Frei Manuel voltou à Santos. Como administrador que era, novamente entrou em rota de colisão com a sociedade santista no geral e em específico com os cativos sob seu poder. Em dezembro de 1864, uma rebelião de escravos da Santa da fazenda Gaecá transformou esse Prior em vítima.¹¹⁶

Sobreviveu a ira dos levantados escravos, mas politicamente suas relações com a comunidade Santista estavam desgastadas. Como alternativa, talvez o Provincial e especificamente o Visitador Apostólico tenha optado pela sua simples remoção para um convento menos importante e desprovido de tanto patrimônio. Assim a *Revista Comercial* informava em 6 de março de 1866 que um novo Prior assumira o Convento de Santos, Frei Francisco Ruivo do Amor Divino.¹¹⁷ Quanto à Frei Manuel de São Vicente Ferreira, havia sido convenientemente transferido para o Convento de Itu.¹¹⁸

¹¹⁵ A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, microfilme Rolo: 013-5-77.

¹¹⁶ Essa rebelião será detalhadamente trabalhada no capítulo IV desta tese.

¹¹⁷ Interessante observar que em 1866, quando assumiu o Convento de Santos, Frei Francisco Ruivo do Amor Divino foi descrito pela documentação interna à Ordem como administrador e não Prior. Isso porque o Prior havia sido eleito no capítulo de 1864 e em 1866 seu mandato ainda estava em vigor. Tal situação comprova que a situação de Frei Manoel de São Vicente Ferreira era insustentável e portanto a Ordem optou por sua adequada transferência. Frei Francisco nasceu em Angra dos Reis em 20 de novembro de 1833. Tomou o

3.3 – Setenta e Oito vítimas Carmelitas.

Em abril de 1866, mais uma vez a cidade se agitava em função dos assuntos do claustro. Nesse período a Província Carmelita Fluminense estava sob a intervenção do Visitador Apostólico que estabelecia uma intermediação entre o Estado Imperial e os assuntos internos aos conventos da Ordem.

Assim, uma das medidas saneadoras de sua administração foi autorizar o arrendamento, após obtenção de licença do Governo Imperial, da fazenda Jurubatuba com seus 78 escravos aos doutores Joaquim Eduardo Leite Brandão e Prudêncio Augusto Brandão por um valor de cerca de 3:500\$000 rs. anuais.¹¹⁹

Cabe ressaltar que os dois irmãos possuíam não apenas vários outros arrendamentos, como também confrontos com a Província Carmelita Fluminense, o que parece não ter interferido nesse novo contrato. Novamente foi possível observar que o grau de envolvimento do frade com a sociedade leiga interferia nas opções administrativas tomadas. Nesse sentido, importa lembrar que Prudêncio Brandão era testemunha de acusação no processo movido pelo Desembargador Gavião Peixoto contra o Prior de São Paulo Frei Manoel d'Ascensão Franco e também iniciado nos primeiros meses de 1866. Ao que parece o senhor Prudêncio Brandão não possuía relações tão fortes com o Prior de São Paulo, pois não conseguiu comprar os nove cativos que iniciaram os problemas descritos no início deste capítulo. Por outro lado, sua proximidade com o novo Prior de Santos era maior, na medida em que arrendava não apenas a fazenda Jurubatuba, mas também 78

hábito em 28 de setembro de 1853 e professou em 19 de setembro de 1854. Em 1861 havia sido eleito Prior de Angra dos Reis e em 1864 ocupava o posto de Definidor da Ordem.

¹¹⁸ H.M., Revista Comercial, ano XVII, nº 76, 1866, p. 02.

¹¹⁹ A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, microfilme Rolo: 013-5-77.

escravos da Província Carmelita Fluminense em um acordo cuja previsão de aluguel das terras e escravos somava 3:500\$000 rs. por cerca de vinte anos.

Constituíam 78 escravos da Ordem e não especificamente da fazenda Jurubatuba. Os frades fechavam um “pacote” no contrato firmado. Os escravos necessários à complementação da quantidade acordada seriam transferidos de fazendas sem arrendamento ou dos conventos nas cidades.¹²⁰ Nesse sentido, o contrato de arrendamento de uma outra fazenda, a Sabaúna, pertencente ao Convento de São Paulo e celebrado em abril de 1867 com outro membro da família, José Bernardo Brandão, era extremamente claro no que tangia aos cativos.¹²¹ O arrendatário poderia castigá-los moderadamente de acordo com o que mandava a lei, era obrigado a alimentar, vestir, e tratar como próprios os escravos, e também os inválidos, que por ventura exist[issem] na fazenda. E finalmente a questão do número de cativos no plantel da fazenda:

“4ª Cláusula: O outorgado não poderá retirar os escravos da fazenda para os alugar em cidades ou vilas; mas poderá retirá-los para qualquer outra fazenda de sua propriedade ou domínio na Província de São Paulo, deixando na fazenda arrendada os escravos necessários para a conservação dos prédios quer de moradia quer fábricas e campos artificiais.(...)”

6ª Cláusula: Se por ventura na ocasião da entrega dos escravos faltarem alguns por haverem falecido, será o arrendamento anual diminuído na proporção do valor dos escravos, que faltarem, comparado com o valor total da avaliação da fazenda e dos escravos.

7ª Cláusula: Se por ventura a Ordem entender, que deve libertar alguns dos escravos arrendados será obrigada a substituir por outros, os escravos libertos.(...)”¹²²

¹²⁰ Essa era uma prática usual entre os Carmelitas. Em 1857 no Capítulo Provincial por exemplo, decidiu-se pela venda de três fazendas da Ordem: a da Pedra, a Ariró e a Gaecá. A instrução do Provincial era a de que os Piores escolhessem os escravos mais adequados e os transferissem dessas fazendas antes que fossem negociadas. Nessa mesma reunião determinou-se também que os Conventos de Santos, São Paulo e Mogy das Cruzes entregassem ao Convento de Itu um casal de escravos necessário ao mesmo. A.P.C.B.H., DOC 6866 – Livro 5º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense, p. 10.

¹²¹ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 916, Pct: 14, Doc. 114.

¹²² A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 916, Pct: 14, Doc. 114.

No caso de Jurubatuba; a complementação foi realizada com os escravos até então arrendados a diversas famílias santistas.¹²³ Em 5 de maio de 1866, um artigo enfurecido - e assinado Um que viu a Escritura, e Que Lastima o Melhoramento dos Conventos - denunciava que, dos 78 cativos, 48 estavam a serviço de várias famílias santistas há muitos anos e rendiam cerca de nove contos de réis anuais. Acrescentava que essa renda aumentaria com o arrendamento dos 30 escravos restantes.¹²⁴

Talvez o pseudônimo Que lastima o Melhoramento dos Conventos se referisse ao Visitador Apostólico Frei Damásio de São Vicente Ferreira, o responsável pela autorização do arrendamento. O autor se indignava ainda mais na medida em que informava que o contrato incorporava escravos que cerca de trinta dias antes haviam pedido suas liberdades. Finalizava chamando à responsabilidade o Ministro do Império e o Internúncio Apostólico.¹²⁵

Quatro dias depois, um novo artigo assinado sugestivamente com o nome de 78 Vítimas dos Carmelitas era publicado e dessa vez insinuava que muitos deles eram efetivamente livres, pois descendiam dos índios deixados sob a proteção e catequese do Carmelo há cerca de duzentos anos.¹²⁶

“Para S. M. o Imperador ler. Senhor. 78 infelizes brasileiros, oriundos de indígenas, e indevidamente escravizados pelos frades Carmelitas, acabam de ser arrendados por 20 anos por um contrato assinado a 19 do p. passado mês, entre estes e um especulador do Rio de Janeiro, e são agora arrancados das casas de muitos cidadãos onde estavam alugados, e viviam felizes e bem tratados, para serem levados

¹²³ Essa postura já havia sido assumida em abril desse mesmo ano. Em uma carta ao Prior de Santos, o Visitador informava que um possível comprador da fazenda Gaecá e do Sítio de Una chegaria à cidade. Pedia que o Prior apresentasse as propriedades e alertava que os 54 escravos que eram originários dessas terras estavam *na fazenda da Limeira pertencente ao sr. José Vergueiro*. A.N., Documentação da Província Carmelita, Rolo 013-577.

¹²⁴ HM, Revista Comercial, Ano XVII, nº101, p. 3, 1866.

¹²⁵ Interessante o apelo ao Internúncio e ao Ministro uma vez que era de público conhecimento que o Visitador Apostólico possuía total liberdade de administração visando à reestruturação administrativa da Província Carmelita Fluminense.

¹²⁶ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Revista Comercial, Vol. 114, 1866.

brutalmente para o interior do paiz, e sofrerem, no resto de seus dias, os tratos infernais, que os espera em alguma fazenda agricula.

V.M.I., como pai e protetor de todos os brasileiros, pode e deve obstar tal barbaridade, e nem se diga que, no seu ilustre reinado, se deu um fato deste, e que V.M.I., foi surdo ao reclamo destes 78 brasileiros desvalidos, que são de fato oriundos dos indígenas administrados, os quais, sendo entregues aos beatísimos frades Carmelitas há quase 200 anos a fim de receberem educação e doutrina, o resultado foi ficar toda a sua prole escravizada, e depois de terem muitas gerações humildemente se prestado ao serviço destes frades, são agora por fim estes, e outros muito sacrificados à mutua cobiça dos frades e do especulador, sendo a daqueles por demais ininteligente e deshumana.(...) “¹²⁷

Independente de os escravos serem livres ou não, a comunidade leiga santista que usufruía o trabalho desses cativos sofreu uma interferência direta em sua economia doméstica pela alteração de postura dos frades e, portanto, cobrava providências.¹²⁸ O artigo informava também que muitos eram os cidadãos que se propuseram pagar as quantias das avaliações judiciais dos referidos cativos. Mas nem assim, os beatos Carmelitas quer[iam] conceder-lhes a referida liberdade regeitando todas as ofertas.¹²⁹ A movimentação dos defensores das 78 vítimas não ficou apenas no artigo na imprensa. Ao que parece um grupo de cidadãos santistas assinou um requerimento ao Imperador pedindo a liberdade de tais cativos mediante o depósito de suas respectivas avaliações nos cofres da Fazenda.¹³⁰

Novamente em 11 de maio, na seção Publicações a Pedido, um artigo demonstrava que o arrendamento dos 78 cativos era também parte de uma disputa interna entre frades e Visitador. O autor sob o pseudônimo de Um Religioso Carmelita por todos os seus Confrades mencionava que toda a culpa do arrendamento deveria recair sobre o Visitador Frei José Damásio de São Vicente Ferreira um intruso que não e[ra] carmelita e talvez por isso quisesse muito apostolicamente esbanjar completamente os bens da Ordem

¹²⁷ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Revista Comercial, Vol. 114, 09/05/1866.

¹²⁸ Sobre a questão da utilização de mão-de-obra indígena na produção paulista e as razões de sua escravização, ver: MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

¹²⁹ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Revista Comercial, Vol. 114, 09/05/1866.

¹³⁰ HM, Revista Comercial, ano XVII, nº 126, 05/07/1866.

Carmelitana, a para tão “justo fim” obteve do governo Olindica faculdade!! Sobre os frades Carmelitas, esclarecia que se portavam bem e que constava que todos se indignaram justamente com semelhante procedimento do tal Visitador Apostólico.¹³¹

A situação era tão complicada que chegou à Câmara de Deputados da Província de São Paulo. Segundo o deputado C. Ottoni tivera conhecimento do fato através de sua publicação no Jornal do Comércio e no Correio Mercantil.¹³² O deputado na sessão de 14 de maio de 1866 requeria uma investigação sobre esse contrato qualificado de escândalo injustificável, que segundo constava, havia sido aprovado pelo Ministro do Império. Fundamentava seu pedido de investigação da seguinte forma:

“(...) Muitas são as questões envolvidas neste fato. Contrato de locação de escravos por 20 anos equivale à venda de escravos; não será provavelmente maior a vida média deles.

Ora, quando o ministério de 15 de janeiro já tinha mandado consultar o Conselho de Estado sobre o melhor destino que cumpre dar aos bens dos Conventos; quando é natural, e consta, que o ministério atual estuda que socorro podem achar as finanças públicas naqueles bens, que nome tem esse contrato de longo prazo, essa ‘venda da escravatura’ dos frades?”¹³³

Na verdade, o deputado Ottoni tocava em uma questão que, para o Estado Imperial, já estava solucionada desde a década de 1840. Ele poderia requisitar todas as explicações que desejasse sobre o referido contrato de arrendamento. Contudo, a autonomia de decisão no que se referia às Ordens Regulares e seu patrimônio era atributo do Império e não da Província.¹³⁴

¹³¹ Em função do contexto descrito até aqui, provavelmente o artigo tenha sido escrito por um frade Carmelita, talvez o próprio Prior de Santos ou um seu amigo. Contudo não foi possível comprovar essa hipótese pela documentação. HM, Revista Comercial, ano XVII, nº106.

¹³² Importante observar que nos dois jornais o caso foi noticiado na Seção de Publicações a Pedido que por sua natureza denotava o envolvimento público dos santistas nessa questão.

¹³³ H.M., Revista Comercial, ano XVII, nº 110.

¹³⁴ Em 10 de novembro de 1853 a decisão nº 245 que tratava da alienação dos bens do patrimônio do Convento do Carmo de Olinda, a certa altura definia o seguinte: “(...)os bens dos Conventos e Comunidades Religiosas que se extinguem não pertencem à Fazenda Provincial, nem as Assembléias Provinciais são

Fundamentava seu pedido alegando que além do contexto em que se celebrava o negócio existiam mais alguns aspectos que o tornavam inconcebível. O preço era ridiculamente ruinoso e as questões morais envolvidas, não poderiam ser mais duvidosas. Isso em função das diferentes versões sobre as condições dos 78 cativos:

“(...) Uns dizem que nem são escravos, mas homens livres, descendentes de índios, cujos serviços o convento utilizava. Outros que por muitos deles era oferecido o computo da avaliação para a alforria, sendo o Sr. Ministro do Império quem impossibilita essas liberdades. E até se diz que, sendo quase todos crias da fazenda de lá, os frades de Santos serão contrariados pela Ordem que vai, por isso que dedicam àquelas crias ‘ternuras paternas’. Risadas”¹³⁵

Enquanto santistas e escravos esperavam, no rastro do arrendamento e da publicidade decorrente, acontecia uma corrida contra o tempo. Algumas ações de liberdade foram impetradas pelos escravos que desejavam depositar em juízo o valor de suas alforrias. Em alguns casos, o limite do cativo e da liberdade era tênue, e as relações de afeto geradas pela convivência cotidiana apareciam.¹³⁶ Esse foi o caso de Miguel José Florindo, que há oito anos arrendava do convento a escrava Apolinária e que, aquela altura, achava-se na lista dos cativos que deveriam ser transferidos. O suplicante informava a grande amizade que possuía pela cativa visto a ter criado desde a idade de 4 anos.¹³⁷

competentes para legislar sobre tais bens. Pelo Ato Adicional à Constituição do Império só compete aquelas Assembléias legislar sobre as Corporações, e não dar destino aos seus bens, como foi declarado pela Resolução de 14 de Outubro de 1836; (...) Na verdade os bens das Corporações Religiosas extintas estão nos mesmos termos dos das pessoas que morrem sem descendência, e sobre que não houve disposição testamentária; (...)” BN, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 221-223.

¹³⁵ Nessa mesma sessão aprovou-se o requerimento solicitado pelo deputado Ottoni e que na edição de 19 de maio de 1866 da Revista Comercial, era publicado na íntegra: *“(...) Requeiro que se peça informações ao governo pela repartição do Império, acerca de quaisquer contratos para que tenha sido ultimamente autorizada qualquer das ordens monásticas, e especialmente locação de serviços de escravos da ordem dos Carmelitas existentes em Santos.”* H.M., Revista Comercial, ano XVII, nº 107 e 110.

¹³⁶ Sobre essa questão: MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio. Os significados da Liberdade do Sudeste Escravista. Brasil, séc.XIX*. Op. Cit.; Wissenbach, Maria Cristina C. Op. Cit..

¹³⁷ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Revista Comercial, Vol. 99, 08/05/1866.

Outros, como Bernardo C. Nebias justificava em uma carta ao Prior Francisco Ruivo do Amor Divino que o pagamento do aluguel do moleque Vergílio havia sido feito ao Sr. Brandão. Diante disso, nada devia ao convento e, portanto desobedecia ao Frei que ordenou que entregasse o moleque.¹³⁸

Tanto quanto Bernardo ou Miguel - que queriam a manutenção de uma situação de proximidade com os cativos arrendados - também Feliciano do Carmo¹³⁹ desejava que uma situação costumeira fosse mantida¹⁴⁰. Filho da ex-escrava do Convento de Santos chamada Ana pedia que sua mãe fosse libertada, pois injustamente estava incluída no rol dos escravos a serem arrendados. Esclarecia que sua mãe possuía idade avançada e há cerca de seis anos fora abandonada pelos frades que não proviam de comida, teto ou roupa e que por tal razão vivia em liberdade.¹⁴¹

Como confirmação dessas informações, uma das quatro testemunhas convocadas enfatizava que entend[ia] que o Convento abandonou em vista de seu estado valetudinário, pois que o convento é[era] muito exigente pelo serviço desses, digo de seus escravos. Uma outra testemunha demonstrava um quadro, no mínimo, complexo da percepção dos frades em relação aos seus cativos e embasava as alegações dos jornais de que muitos dos cativos arrendados eram descendentes de índios.

“Que sabe mais ele testemunha por ter ouvido a Frei Antonio Inácio do Coração de Jesus, e ao Padre Joaquim José de Carvalho, o primeiro, Prior que foi, longos anos do

¹³⁸ A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77 microfilme.

¹³⁹ Não foi possível rastrear de que forma Feliciano do Carmo alcançou sua liberdade sendo filho de Ana que permanecia, ainda que abandonada, escrava do Convento. Contudo é significativo o sobrenome “do Carmo” nesse caso.

¹⁴⁰ Sobre a lei costumeira ver: CUNHA, Manoela Carneiro da. “Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias dos escravos no Brasil do século XIX”. In. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986, pp. 123-144.

¹⁴¹ O abandono era uma questão jurídica espinhosa. Se ele configurasse uma quebra nas obrigações senhoriais básicas (sustento do escravo desobriga do trato com os enfermos e velhos) era possível falar em um abalo na relação senhorial. Contudo provavelmente Feliciano do Carmo sabia que obter alforria por abandono era difícil nos anos de 1870. Este tipo de alforria se tornou mais comum com o debate em torno da lei dos sexagenários em meados dos anos de 1880. Sobre o assunto, ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Op. Cit., pp.74-82. .

Convento do Carmo, e o segundo, administrador do mesmo na ausência daquele, que a referida Ana não pode ser considerada escrava, pois que em sua origem é livre, visto como sua mãe ou avós era Índia administrada do Convento e não escrava, pelo que seus descendentes devem ser julgados livres e indebitamente escravizados como muito bem pensava o Conselheiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, autoridade de grande peso que declarou em presença dele depoente de seu pai e outras pessoas ser o justificante descendente de ventre livre. Que sabe ainda mais por ter ouvido ao dito frei Antonio Inácio, que não abria mão completamente dela, isto é, da parda Ana, não obstante julga-la livre, para não levantar celeuma com os outros frades, mas que a conservava em pleno gozo de sua liberdade, não só por isso, como pelos grandes e muitos bons serviços que tinha ela prestado. Sabe mais, que nesse estado os subseqüentes Piores a tem deixado nunca pedindo seus serviços.¹⁴²

O frade mencionado, considerado um dos grandes administradores da Ordem, ocupou por vários mandatos consecutivos o Priorado dos Conventos de Santos e São Paulo quando, em 1859, foi assassinado por dois de seus escravos. Assim, a opinião emitida a respeito de Ana provavelmente se repetia em relação a outros cativos, tanto para a questão da liberdade costumeira quanto para o cativeiro ilegal de descendentes indígenas.¹⁴³

Isso pôde ser comprovado pelo testemunho dado por Frei Manuel de São Vicente Ferreira, antigo Prior do Convento de Santos. Sua análise sobre a questão da parda Ana revelava uma perspectiva econômica extremamente prática da administração das propriedades conventuais. Afirmava que ao assumir a casa conventual e suas propriedades já encontrara a parda Ana vivendo sobre si, sem que o Convento lhe fornecesse alimento e vistuário ou curativo, se por ventura esteve ela doente e sem que ainda o Convento a chamasse a qualquer serviço. Concluía que por ser velha e incapaz da realização de qualquer serviço, optou por mantê-la na mesma situação.

¹⁴²FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Juízo da Cidade de Santos, Maço 111, 16/05/1866.

¹⁴³A questão do amparo aos escravos velhos e doentes não parece ter sido um problema moral muito presente para as Ordens em geral. Tratando dos franciscanos, Frei Venâncio Willeke menciona: “Mas a escravatura bem cedo apontou suas desvantagens. Ao lado de elementos preguiçosos e insolentes, que se tornaram uma praga (...), havia em todos os conventos negros velhos e enfermos dos quais a comunidade tinha que cuidar. Desde a decadência das Ordens em fins do século XVIII, tais pesos se faziam sentir de modo particular.(...) Somente quando a província do Rio atravessava séria crise econômica, resolveu em 1859 alforriar seus negros sexagenários para diminuir o peso.” Ver: WILLEKE, Fr. Venâncio (OFM). Op. Cit., p. 373.

O depoimento do frade era bastante claro e demonstrava que na década de 1860, com o elevado preço alcançado pelos cativos em idade produtiva, era mais interessante focar sua fiscalização e exercitar seu poder senhorial sobre aqueles que poderiam ainda trazer algum lucro para a Ordem. A parda Ana com cerca de 90 anos já se tornara um estorvo, um peso que o religioso não desejava sustentar.¹⁴⁴

Enquanto corria a questão da parda Ana, a celeuma sobre os 78 cativos se mantinha e as providências cobradas pelos artigos da Revista Comercial não vinham. Para uma Ordem sob um processo de repressão legislativa, esse tipo de publicidade era a pior possível. Como forma de abafar logo a questão em 18 de maio do mesmo ano, uma carta do Visitador Frei Damásio de S. Vicente Ferreira ao Prior do Convento de Santos Frei Francisco Ruivo do Amor Divino pedia que entregasse rapidamente a fazenda Jurubatuba e os escravos arrendados ao Dr. Joaquim Eduardo Leite Brandão e Prudêncio Augusto Brandão. Enfatizava que os escravos deveriam ser escoltados.¹⁴⁵

De certo tal recomendação se fundamentava no fato de que os santistas se sentiam lesados transformando um contrato de arrendamento em uma causa que havia alcançado a imprensa e de que os escravos, em função do tráfico interprovincial, abandonariam todo o seu universo de relações para trabalhar em condições completamente diferentes das que estavam acostumados.¹⁴⁶

Diante desse contexto, a Revista Comercial transformou-se no palco onde se desenrolava a troca de insultos e apelos que dividia as duas partes da questão do arrendamento. Assim em 23 de maio, um outro artigo intitulado Uma Resposta e assinado significativamente por Spartaco, propunha demonstrar a farsa dos que se diziam defensores das 78 vítimas dos Carmelitas. Perguntava por que, se era tão significativa a causa dos

¹⁴⁴ Sobre essa questão dos custos da manutenção dos escravos ver: MOTTA, José F. & MARCONDES, Renato L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos* 30 (2): 267-299, abr./jun. 2000, SLENES, R. W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, I. Del N. da (Org.), *Brasil: história econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986, p.103-155.

¹⁴⁵ A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77.

¹⁴⁶ Sobre a tensão vivida nesse momento de transição ver: MACHADO, Maria Helena P. T. Op. Cit.; MATTOS, Hebe Maria. Op. Cit.; Wissenbach, Maria Cristina C. Op. Cit.; CHALHOUB, Sidney. Op. Cit..

escravos arrendados, os srs. amigos da humanidade não impetravam as competentes ações de liberdade?¹⁴⁷ Passava então a questionar o ponto mais sensível do contrato de arrendamento, ou seja, a possível origem indígena dos escravos negociados.

“Para que, Srs. amigos da humanidade, Srs. Propugnadores dos direitos do fraco, para que conservais alugados e tratados como escravos aqueles, que dizeis serem descendentes de indígenas, e tão livres como esses erradios filhos das florestas? Não mostrai com esse contraditório procedimento que só o sórdido interesse do lucro vos dirige a pena, lançando assim a perigosa semente da insurreição num terreno para recebê-la e fazê-la germinar?

*Quem assim procede, desconhece os ditames da boa fé, ataca pela base o direito de propriedade, tentando ferir os outros com um punhal, que reverterá contra o próprio peito.”*¹⁴⁸

Passava então a esclarecer que o que constituía fato até 23 de maio de 1866 era que a única ação de liberdade apresentada por Miguel Florindo já alcançara a liberdade da parda Ana a quem o Visitador mandou dar carta de alforria sem condições. Além dessa situação, alguns outros arrendatários de Santos fizeram um acordo com os Srs. Brandão deixando alguns escravos alugados por mais um ano às pessoas que alega[ssem] para isso razões plausíveis, e já alguma concessão fizeram nesse sentido.¹⁴⁹ Finalizava sua exposição com uma discreta ameaça. Esclarecia que o contrato havia sido feito com a autorização do Estado e nem os Carmelitas e nem os Brandões pretendiam descumpri-lo:

*“Os arrendatários terão bastante força para levar a efeito o contrato. Não estamos no coração das matas, e sim a um dia e meio de viagem da capital do Império, onde será fácil ir buscar os meios para fortificar a ação das autoridades locais, para cujo auxílio, em desespero de causa apelam hoje os negrófilos, como para o paládio de suas repreensíveis pretensões.”*¹⁵⁰

¹⁴⁷ H.M., Revista Comercial, ano XVII, nº 109, Suplemento folha única.

¹⁴⁸ H.M., Revista Comercial, ano XVII, nº 109, Suplemento folha única.

¹⁴⁹ H.M., Revista Comercial, ano XVII, nº 109, Suplemento folha única.

¹⁵⁰ H.M., Revista Comercial, ano XVII, nº 109, Suplemento folha única.

Por mais panfletário que fosse, o artigo do dia 23 de maio estava correto ao mencionar o acordo de alguns arrendatários santistas com os irmãos Brandão. Pouco tempo depois, em 29 de maio um abaixo assinado desses arrendatários esclarecia o acordo. Explicavam que, intimados a entregar os escravos negociados pelo Prior, obtiveram dos irmãos Brandão, o obséquio de deixar em nosso poder pelo prazo de um ano, e mediante o mesmo preço os escravos alugados acedendo ele com toda a habilidade e cavalherismo.

Acrescentavam *que* muitos dos escravos *alugados em Santos se recusaram a ficar preferindo a companhia do Sr. Brandão*, chegando alguns a fugir das casas dos locatários e a pedir insistentemente ao novo arrendatário que os levasse consigo. *Finalizavam informando que* nenhum dos escravos foi violentado pelo arrendatário a ficar, ou a seguir, visto que o mesmo arrendatário acedia ao desejo por eles manifestado, procedendo sempre em harmonia com a vontade dos mesmos, e com o legítimo interesse dos locatários.¹⁵¹

Assim, enquanto não se resolviam as questões do arrendamento alguns cativos que temiam por seu futuro se movimentavam de formas diversas. Maria, por exemplo, utilizou uma maneira muito dramática para subtrair-se do arrendamento. Ela era parda do Convento do Carmo que estava alugada à Santa Casa de Misericórdia de Santos onde executava a função de cozinheira.¹⁵² Segundo a seção Noticiário cujo título era A Paixão Também Mata, sabendo que ela e todos os seus parceiros tinham sido arrendados a um homem do Rio de Janeiro que já se achava na cidade para levá-los ficou tão impressionada, que privando-se voluntariamente de tomar alimentos, foi-se inanindo, e caiu doente com uma grave inflamação de estomago e fígado que a fez exalar o último suspiro no período de quinze dias. De acordo com a Revista Comercial, todos os esforços do médico, enfermeiro

¹⁵¹ H.M., Revista Comercial, ano XVII, nº 114, Suplemento, 1866.

¹⁵² Segundo o escrivão da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Maria possuía cinquenta anos de idade, era casada e natural da cidade. Executava as funções de cozinheira e servente no hospital. H.M., Revista Comercial, Ano XVII, nº 114, Suplemento, 1866.

e serventes que a trataram com todo o desvelo porque lhe tinham amizade, foi em vão.¹⁵³ Ou então de Rufino pertencente ao Convento do Carmo que havia fugido e foi aprisionado por ordem do subdelegado. Em 14 de dezembro finalmente sua alforria foi cedida pelo Visitador Apostólico por uma quantia de pelo menos um conto de réis.¹⁵⁴

Outro exemplo foi o de Victorino, também escravo do Convento que em 30 de maio de 1866 foi recolhido à cadeia a mando do Delegado de Polícia e solto a pedido do arrematante de seus serviços, Prudêncio Augusto Brandão. Após ser liberado, Victorino foi transferido por mar para o Rio de Janeiro.¹⁵⁵

Efetivado sob pressão ou não, o fato é que o acordo entre os irmãos Brandão e alguns santistas demonstrava que talvez a vida desses cativos da Santa sob arrendamento não fosse tão harmônica quanto faziam crer os artigos da Revista Comercial e os informes do Prior de Santos ao Visitador Apostólico.

Além disso, o artigo de 23 de maio denunciava uma clara preocupação com as denúncias de escravização ilegal dos cativos que poderiam se transformar em sementes que germinariam em um terreno perigoso e cujos frutos ninguém poderia prever, como pode ser observado ao longo deste capítulo.

Enquanto defendia-se na imprensa, de forma sutil, Prudêncio Augusto Brandão estabelecia sua posse sobre os cativos. Entre 9 e 30 de maio de 1866 pagou cerca de 170\$000 rs. pela matrícula dos seguintes escravos:¹⁵⁶

¹⁵³ O arrendatário Prudêncio Brandão em artigo de 5 de junho afirmaria que a morte dessa cativa não ocorreu por *desgosto, ao saber que tinha sido arrendada a estranhos, e que ia ser constrangida a abandonar o lar, em que nascera e vivera desde a infância*. A causa da morte havia sido *moléstias crônicas e incuráveis*. H.M., Revista Comercial, ano XVII, nº 109, p. 01, 1866 e HM, Revista Comercial, Ano XVII, nº 114, Suplemento, 1866.

¹⁵⁴ A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Microfilme, Rolo: 013-5-77.

¹⁵⁵ H.M., Revista Comercial, Ano XVII, nº 106, nº 113 e nº 115, 1866, AESP, Seção de Manuscritos, Santos – Lançamento de Imposto – Livro 25 – 1865-1866, ORD: 3849, Cx: 02, Escravos Saídos por Mar, p.67 verso.

¹⁵⁶ AESP – Seção de Manuscritos – Santos, Lançamento de Imposto 1857-1872; AESP, ORD: 3849, Cx: 02, Livro 25 – 1865-1866, p. 90.

Matricula	Nome	Idade	Cor	Estado	Ofício
23	Manuel Mulato/Pequeno	11	Preto	Solteiro	Roceiro
34	Sará	11	Preta	Solteira	Roceira
9	Engracia	17	Parda	Solteira	Roceira
3	Bendicta	28	Preta	Viuva	Roceira
22	Maria	26	Preta	Solteira	Roceira
4	Custodia	22	Preta	Solteira	Roceira
25	Marciana	20	Preta	Solteira	Roceira
18	Josefina	13	Parda	Solteira	Roceira
15	Joaquim	11	Pardo	Solteiro	Roceiro
31	Pedro	22	Preto	Solteiro	Roceiro
2	Balduína	21	Parda	Solteira	Roceira
19	José	19	Pardo	Solteiro	Roceiro

Fonte: AESP – Seção de Manuscritos – Santos, Lançamento de Imposto 1857-1872.

Certamente os escravos acima listados pertenciam ao lote dos 78, que estavam em disputa, pois para esse período não existem indicativos de outros contratos de arrendamento da Ordem na cidade de Santos. Contudo, alguns itens chamam atenção e talvez expliquem por que os santistas teimavam em lutar para não perder seus cativos da Santa. O primeiro é que em um universo de doze escravos, oito eram mulheres que estavam em idade de reprodução ou se aproximando desse período. Os homens também eram jovens o que para a utilização nas fazendas configurava excelente perspectiva. A grande maioria era solteira o que possivelmente traria menor índice de tensão em sua possível remoção para outras regiões do país. O que, no entanto, chama a atenção é o fato de que todos eles possuíam por capacitação, o trabalho na roça e, no entanto, estavam, segundo o que mencionavam os artigos descritos até aqui, alugados a diversas famílias residentes em Santos.

O Dr. Joaquim Eduardo Leite Brandão, por sua vez, progressivamente começou a migrar alguns desses escravos. Entre 9 e 30 de maio desse mesmo ano pagou cerca de 660\$000 rs. de impostos para transferir 33 desses escravos por mar para o Rio de Janeiro.

Onze deles configuravam aqueles pelo quais havia pago a matrícula nesse mesmo período e listados no quadro anterior.¹⁵⁷

O artigo de 29 de maio não foi suficiente e em 5 de junho detectou-se uma outra publicação assinada por Prudêncio Augusto Brandão a fim de esclarecer Ao Público e restabelecer a verdade, que de propósito se procurou adulterar, para opor embaraços à execução do contrato de arrendamento.¹⁵⁸ Explicava que inicialmente pensara em deixar que o bom senso público percebesse as manobras que pretendiam impedir a saída dos 31 e não 78 escravos da cidade de Santos. Dizia-se surpreso com os manifestos sinais de antipatia e hostilidade recebidos por onde passava na cidade de Santos.

Explicava que para comprovar a idéia de que as 78 victimas dos carmelitas eram originalmente livres, promoveu-se em nome da preta Leopoldina, a uma justificação. Três testemunhas afirmavam que ouviram dizer de uma escrava Victória falecida há muitos anos nesta cidade que a dita Leopoldina era de ventre livre!!!¹⁵⁹ Prudêncio afirmava não saber até onde iria essa justificação, mas, não considerava que tais provas fossem suficientes para qualquer juiz.

Independente de qualquer decisão oficial, um santista de nome Alexandre Jeremias havia pedido, por intermédio de Miguel Florindo que Prudêncio intercedesse junto ao Visitador a fim de que fosse concedida a liberdade à referida Leopoldina, e a um de seus filhos menor.

“Fiz ver aos sr. Florindo que me parecia mais filantrópico libertar a escrava e ambos os filhos, a fim de não separar o mais velho de sua mãe; respondeu-me este sr. que o sr. Jeremias só queria libertar um dos filhos. Em virtude desta declaração, mandei pedir, e já está em poder deste último cavalheiro, a respectiva carta de liberdade.”¹⁶⁰

¹⁵⁷ AESP, Seção de Manuscritos, Santos - Lançamento de Impostos – 1857-1872; AESP, ORD: 3849, Cx: 02, Livro 26 p. 82. Imposto Sobre Escravos Saídos por Mar.

¹⁵⁸ HM, Revista Comercial, Ano XVII, nº 114, Suplemento, 1866.

¹⁵⁹ HM, Revista Comercial, Ano XVII, nº 114, Suplemento, 1866.

¹⁶⁰ HM, Revista Comercial, Ano XVII, nº 114, Suplemento, 1866.

Ao demonstrar a atitude de Florindo e Jeremias, o autor desnudava os interesses financeiros e políticos inseridos nos discursos dos partidários contrários ao arrendamento. Acrescentava ainda que, a pedido de outros locatários, mais três cativos haviam sido libertados e o próprio Prudêncio havia conseguido mais quatro cartas de alforria. E explicava que apenas quatro pedidos de liberdade foram efetivados pelos locatários.¹⁶¹

Negava também a afirmação de que os frades Carmelitas mantinham cativos escravos, que já haviam alcançado sua liberdade e, nesse sentido, simultaneamente defendiam a Província Carmelitana atacando seu desafeto mais próximo:

“Se o ex-prior do Carmo desta cidade frei Manoel de São Vicente Ferreira não entregou em tempo ao pardo Benedicto a carta de liberdade, que há cinco anos lhe fora concedida pela administração central, e continuou a tratá-lo e alugá-lo como escravo, poderá cair a responsabilidade deste abuso sobre a mesma ordem? Será a corporação religiosa solidária com os abusos e erros de seus delegados e membros quando os praticam por sua conta, contrariando as prescrições e vistas de seus próprios superiores? Por certo que não.”¹⁶²

Nesse trecho, Prudêncio evidenciava o quanto as relações entre um Prior e proprietários leigos poderiam afetar o patrimônio e a imagem Carmelita. Ao atacar Frei Manoel, escancarava o grau de desrespeito hierárquico a que havia chegado a Província e que nem mesmo a presença de um Visitador poderia solucionar tal o alcance da autonomia dos frades em seus conventos.

¹⁶¹ Infelizmente não foi possível descobrir quais eram as condições físicas dos escravos libertos. Na documentação Carmelita não foi encontrada qualquer listagem desses escravos no período para o Convento de Santos. Contudo não deixa de ser interessante imaginar por que um arrendatário de escravos parecia tão receptivo a interceder pelas cartas de liberdade de tais cativos em um momento em que o preço da mão-de-obra era tão significativo.

¹⁶² HM, Revista Comercial, Ano XVII, nº 114, Suplemento, 1866.

Essa mesma autonomia permite mais uma vez delinear que, entre frades e cativos o cotidiano construía-se sobre acordos costumeiros nem sempre comunicados à direção central da Província Religiosa ou reconhecidos legalmente. A reação decorrente dessa situação nos momentos de quebra desses acordos criava uma tensão entre frades/escravos. Estava nas mãos do cativo, na medida em que este se rebelava, se suicidava ou fugia. Também estava com o frade feitor quando este mantinha sob seu domínio escravos como Benedicto, que embora liberto, não alcançara sua carta de alforria chancelada pelo Cartório e, portanto, pelo poder Imperial.

Um mês após o artigo de Prudêncio Brandão, a Revista Comercial noticiava o que parecia ser a primeira manifestação oficial sobre a questão. Em 5 de julho de 1866, publicava o ofício do Vice-Presidente da Província de São Paulo ao senhor Alexandre Jeremias da Silva informando que o Ministério do Império em Aviso expedido em 30 de maio respondia ao requerimento dos cidadãos santistas ao Imperador determinando que no prazo de um mês as quantias respectivas aos 78 cativos fossem depositadas nos cofres da Fazenda da Província de São Paulo a fim de que lhes fosse concedida a liberdade.¹⁶³

Depois do pronunciamento Imperial pró liberdade houve um tempo de silêncio. Em 8 de janeiro de 1867 a situação em Santos ainda não havia sido solucionada e o ministro do Império era informado pelo Vice-Presidente da Província de São Paulo de que as referidas quantias pelos 78 escravos Carmelitas ainda não haviam sido depositadas e, portanto, o Ministério poderia resolver a respeito como julga[sse] conveniente.¹⁶⁴

Finalmente em 27 de janeiro de 1868 foi assinado o contrato que havia sido definido em abril de 1866 entre o Visitador representando o Carmo e Prudêncio e Eduardo Brandão. Ele explica um pouco do que aconteceu entre 1867 e 1868.

Dos setenta e oito escravos arrendados seis foram escolhidos pelo Prior de Santos para ficarem no serviço do Convento. Alguns tiveram uma sorte melhor. Dez foram libertos, e entre eles estava Leopoldina de 28 anos e seu filho Basílio de quatro anos. A

¹⁶³ HM, Revista Comercial, Ano XVII, nº 126.

¹⁶⁴ AESP, Império 1865-1864 Livro, Cx: 65, CO7763, 1867, nº2.

escrava Ana de 65 anos avaliada e compreendida no arrendamento foi reconhecida liberta por carta conferida anteriormente. Possivelmente poderia andar pelas ruas de Santos após o toque do sino do convento sem que fosse incomodada. A escrava Maria, essa faleceu de tristeza ou doenças crônicas antes da entrega dos escravos arrendados.¹⁶⁵

Neste caso descrito é importante observar as reações das partes envolvidas. Brandão por uma questão de imagem ante a sociedade local, procurava constantemente apartar-se da pecha de atravessador no mercado interprovincial de escravos. Os escravos viam-se em uma situação crítica de mudanças em suas relações senhoriais e em seus direitos tradicionais ou costumeiros. E um novo cenário se abria: o Estado Imperial, passava por uma situação de profunda instabilidade externa configurada na Guerra do Paraguai. ¹⁶⁶ Talvez esse contexto explique o silêncio do Império. Finalmente as necessidades do conflito poderiam afetar diretamente os escravos Carmelitas e possivelmente o Visitador Apostólico soubesse disso e, portanto pressionava o Prior a fim de que os escravos fossem enfim encaminhados aos arrendatários.

No ano de 1866, em plena Guerra do Paraguai, talvez a melhor maneira de demonstrar “boa vontade” para com o Império, era a cessão de escravos para as fileiras do exército brasileiro. O Visitador Apostólico exercia dois movimentos: o administrativo que mantinha a marcha dos diversos arrendamentos de terras e escravos e politicamente demonstrava ao Império que a Província Carmelita Fluminense, na medida do possível, estava a serviço da Nação em Guerra.

Em um ofício de 21 de novembro respondia à solicitação do Ministro da Fazenda informando que teria grande prazer em ceder escravos para a guerra como já havia feito com doze deles do Convento do Pará em 1865. Porém, em 1866, grande parte de suas fazendas estavam arrendadas e diante disso os cativos não poderiam ser removidos. Por

¹⁶⁵ A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Microfilme, Rolo 013-2-77.

¹⁶⁶ Segundo Wilma Peres Costa nesse período houve uma mudança no movimento da Guerra do Paraguai e as forças aliadas passaram de uma fase defensiva para um movimento ofensivo que gerou baixas entre os soldados aliados, em específico os brasileiros e simultaneamente aumentou as pressões internas. “No Império, a passagem para a ofensiva estratégica também gerou intensas pressões sobre o sistema social e político da monarquia. (...)” COSTA, Wilma Peres. Op. Cit., p. 194.

outro lado, nas fazendas sem arrendamento, julgava que o Estado não poderia convocar os cativos, pois eram compostas em sua maioria de mulheres, velhos e crianças. Oferecia, porém, os das fazendas Piranêma, na Província do Espírito Santo, fazenda Pernambuco e Engenhoca, na Província do Pará. Ali afirmava, de certo poderiam tirar muitos escravos aptos para o serviço do Estado e não dispensava o pagamento de uma indenização afirmando que a razão para isso eram as muitas dívidas que oneravam os Carmelitas. Mesmo assim se colocava à disposição do Estado para o que o mesmo decidisse.¹⁶⁷

Para se ter uma noção do quanto a oferta do Visitador era estratégica é necessário recuperar uma carta interna à Ordem e datada de 23 de setembro de 1860. Naquele ano, o Prior do Pará Frei Joaquim José da Silva Costa prestava contas ao Visitador Apostólico das condições em que se achava o patrimônio do Convento. Sobre a fazenda Pernambuco informava que possuía cem escravos que somados aos da fazenda Engenhoca e Cabresto somavam 203 cativos. Como a fazenda Engenhoca, também a produção da Pernambuco, mal dava para manter os escravos. Finalizava dando sua percepção dos escravos da Santa daquelas propriedades:

*“(...) que os escravos em geral (...) não têm cega obediência, como os do sul do Império, e trabalham porque querem, pelos recursos e frutos silvestres das matas, pelos quilombos, e nações fronteiras, e neutras, que os recebem como livres; que não há meios de os corrigir; que a Força Pública é inacessível de os capturar; que o remédio é ir vivendo fraternalmente com eles, e que por isso melhor conviria libertá-los.”*¹⁶⁸

Pela discussão desenvolvida até aqui, é possível inferir que de 1860 para 1866 a situação no que tangia à administração desses escravos só teria piorado em função do contexto do tráfico interprovincial associado à decadência interna da Província Carmelita

¹⁶⁷ AESP, Secretaria da Guerra, CO5248, Cx: 24, 21 de novembro de 1866.

¹⁶⁸ A.P.C.B.H., Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.12 e 13.

Fluminense. Diante disso, é fácil imaginar o quanto a oferta do Visitador Apostólico ao Estado Imperial tinha de política!

Em 28 de novembro de 1866 o Ministro dos Negócios do Império, escrevia ao Presidente da Província de São Paulo em carta confidencial informando que sendo indispensável providenciar-se, com a possível brevidade acerca dos meios de reforçar o exército em operações no Paraguay o Governo Imperial havia mandado alistar os escravos pertencentes às comunidades religiosas estabelecidas no Império, que fossem julgados em estado de pegarem em armas, concedendo-lhes previamente a liberdade.¹⁶⁹ O presidente deveria designar uma equipe de médicos presidida pelo chefe de polícia ou pelos delegados a fim de escolher os escravos adequados. Por fim recomendava:

*“Convirá que a Comissão empregue todos os meios suasórios para carrear a adesão dos escravos que tenham de seguir para a guerra; não deixando porém de fazer-se acompanhar de uma força suficiente para manter a ordem se isso for preciso e nunca usando dela senão no caso de absoluta necessidade.”*¹⁷⁰

Em 10 de dezembro de 1866 o Visitador Apostólico voltava a oferecer os escravos da região do Pará e elencava todos os arrendamentos das fazendas nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro aos quais os escravos estavam atrelados. Mais uma vez frisava a importância do pagamento de indenização para os Carmelitas.¹⁷¹:

“(...) se os arrendatários concordarem, não duvida a Ordem libertá-los mediante indenização que o Governo entender, sendo o arrendamento anual da fazenda e

¹⁶⁹ AESP, CO 5248 - Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Império em 28 de novembro de 1866, Confidencial.

¹⁷⁰ AESP, CO 5248 - Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Império em 28 de novembro de 1866, Confidencial.

¹⁷¹ AESP, 10 de dezembro de 1866, Cx: 24, CO 5248.

*escravos diminuído na proporção dos escravos libertos, mas sem qualquer outro ônus para a Ordem.”*¹⁷²

De acordo com as ordens recebidas, o Presidente da Província mandou que visitassem as fazendas Carmelitas e especificamente na de Pontes, arrendada pelo Dr. Joaquim Eduardo Leite Brandão, foram alistados *16 escravos do sexo masculino entre 14 e 40 anos de idade, sendo aproveitáveis para o exército 14*. Desses, cinco foram encaminhados para a capital e os outros constituíam uma preocupação por serem *casados e com filhos*.¹⁷³ Quanto ao arrendatário Brandão, estava de acordo e desejava inclusive libertar as *mulheres dos escravos que marcha[ssem]* para a guerra. Contudo *receiava alguma violência neste serviço*.¹⁷⁴

Ao que parece os escravos foram cedidos. Não foi possível definir se suas respectivas esposas foram libertadas. Contudo independente do destino dos alistados em Pontes importa notar que o receio de que muitos dos escravos da cidade de Santos fossem para regiões distantes e contextos diferentes se confirmaram. Tanto o arrendamento de Pontes e possivelmente o de Itaim teve a complementação do plantel realizada com os escravos arrendados da cidade de Santos com a Fazenda Jurubatuba.

¹⁷² AESP, 10 de dezembro de 1866, Cx: 24, CO 5248.

¹⁷³ AESP, Gabinete do Ministro, Ministério dos Negócios da Guerra, Confidencial, Cx: 24, CO 5248.

¹⁷⁴ AESP, Gabinete do Ministro, Ministério dos Negócios da Guerra, Confidencial, Cx: 24, CO 5248.

IV - Frades Feitores e os Escravos da Santa

4.1 – Conventos de Frades (ninhos de corujas) X Escravos de Convento (preguiça e aguardente).

Na sexta-feira, do dia cinco de agosto do ano de 1859, ventava muito e chuviscava. No interior do convento do Carmo ficaram apenas as cozinheiras, o preto Elias que estava doente, o pajem Hermenegildo e seu senhor; o Prior Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello, único religioso morador daquele claustro.¹ Os outros escravos, desde as quatorze horas estavam na *obra da rua das Flores* chefiados pelo liberto Mestre Julião do Espírito Santo. Havia ainda Joaquim Carpinteiro que trabalhava por jornal, Francisco Antonio que era aprendiz de barbeiro e o preto Manoel Velho que morava fora do convento, no sítio Santa Ana que pertencia à Ordem na região de Caguassú. Às dezesseis horas, como de hábito, o pajem levou o café até a cela de seu senhor retornando por volta das *ave-marias* a fim de pegar água para o chá, quando encontrou o frade *espichado no chão*.²

Deparando-se com o Prior, Hermenegildo correu para avisar Mestre Julião que, como sempre, deixava o serviço por volta das dezessete horas e trinta minutos e voltava em companhia de Antonio, Fortunato, Cypriano, Benedicto, Bernardino e Laurentino para dentro dos portões do convento, que eram fechados após as dezoito horas. Encontrou-se

¹ Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus foi batizado em 23 de setembro de 1781. Em 1 de julho de 1804 tomou o hábito no Convento da Cidade do Rio de Janeiro professando em 1805. Logo em 1812 já aparecia como Sócio do Capítulo e Prior do Convento do Carmo de Mogy das Cruzes. A partir de então, em todas as reuniões capitulares e correspondências internas, este frade ocupou o posto de Prior circulando entre os três principais conventos: Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. Nestes dois últimos migrou em sua administração em 1815, 1832, 1838, 1846, 1849, 1850 até 1859. Especificamente no de São Paulo ocupou o cargo por quatro mandatos consecutivos entre os anos de 1849 e 1859. A.P.C.B.H., DOC: 6864 Livro Terceiro dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Denitoriais e A.P.C.B.H., NICHOLSON, Alberto. Lista das Entradas, Tomada de Hábito e Profissões.

² AESP – Processo Crime – ORD. 3904 – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus e A. P.C.B.H., Circular anunciando a morte de Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello. Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p. 40.

com eles *no corredor ao pé da sacristia*. Ato contínuo, Mestre Julião verificou o que havia acontecido com o Prior. Constatando sua morte enviou escravos para chamarem o Padre Thomas de Molina e o Procurador do Convento João José Vieira Guimarães que por sua vez, mandou que o Prior do Convento mais próximo, o de Santos, fosse avisado.³ Para tanto, Mestre Julião ordenou que Fortunato fosse até o sítio Santa Ana pegar um bom cavalo e avisar Manoel Velho para que viesse à cidade.

Se até agora todas as informações foram uniformes, as que se seguem são divergentes. De acordo com o pajem Hermenegildo, o escravo e pedreiro Laurentino havia recebido dinheiro do Mestre Julião e, após as vinte e uma horas saiu para comprar duas garrafas de vinho. Contudo, o mesmo Fortunato alegava não poder confirmar tal informação, pois até sua partida para Santos *estivera mesmo em casa, isto é, no convento, em seu quarto ao pé da cozinha e no qual mora com sua mulher* e só voltara ao Convento de São Paulo apenas por volta das três horas da manhã de sábado. Portanto ouviu dizer, mas não presenciou seus companheiros de cativeiro bebendo vinho no *corredor paralelo à sala onde guardavam* o corpo do Prior.⁴

Um artigo de 1863 descrevia como era o Convento de São Paulo nesse período:

“O átrio, (...), é flanqueado de grossas paredes tendo em frente onze janelas rasgadas, com varandas, no andar que se ergue sobre o pavimento inferior que serve de quartel do corpo de Permanentes. Ao lado tem duas igrejas contíguas que pegam com o convento. Uma é dos frades, e a outra é da ordem-terceira do Carmo. (...) Ambas estas igrejas, no seu exterior, são de muita simplicidade, dando-lhes contudo muito realce o alto coruchêo ou torre dos sinos que extrema uma da outra.(..)

Em seguimento à igreja da ordem está um vasto edifício que antigamente servia de hospital da ordem e que hoje é hospital militar.

O convento divide-se em velho e novo. O antigo edifício ressentia-se da pressa que tiveram os primeiros religiosos de o edificar. As paredes não tem pilastras, e o claustro é de rude textura, e de acanhada proporções. As madeiras quase que não são desbastadas, nem tem ordem de colocação tanto no assoalho como no ripamento. A enfermaria dos escravos, as

³ É possível que Pe. Thomas de Molina mantivesse alguma relação de proximidade com o Prior em função da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo. No ano de 1861, na sessão de correspondências da Revista Comercial este padre é indicado como um dos responsáveis pelo *bom gosto* dos adornos da *festividade do Espírito Santo, que foi feita na Ordem Terceira do Carmo*. H.M., Revista Comercial, ano XII, nº 75, p. 03, 1861.

⁴ AESP – Processo Crime – ORD. 3904 – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus

celas onde dormem, o refeitório, são singulares pela uniformidade da pintura, e por certas figuras que desenham imagens de alguns santos, e quadros que representam as physionomias de alguns beneméritos e martyres da religião.(...)

Um jardim de acanhada área fica ao lado do recinto junto a um corredor que se prolonga até o claustro, e outro que forma um ângulo oposto, o qual se estende até ao grande quintal que vai unir-se a um pomar já em abandono. As flores do jardim sem perfumarem o ambiente, e as árvores frutíferas carcomidas, sem renovarem as folhas são o emblema da sentença lavrada contra os carmelitas (...)"⁵

Até aqui, as informações compiladas traduzem uma imagem solitária e decadente, mas, de certa forma bastante organizada do que era o Convento do Carmo na cidade de São Paulo, no ano de 1859. Os escravos trabalhavam durante o período da manhã nas tarefas diárias e internas ao claustro e à tarde ficavam fora em obras de manutenção de propriedades da Ordem ou a jornal para a comunidade leiga paulistana.

Seu senhor, o Prior, tivera um ataque e enquanto as providências foram efetivadas com a chegada do padre Thomas e do Procurador, a escuridão da noite passou a acompanhar o tempo chuvoso daquele final de sexta-feira. Logo a luminosidade já não era adequada e o máximo possível foi vestir o frade, *guardar o corpo* e esperar que na manhã seguinte os peritos viessem explicar a razão de sua morte.

O dia 6 de agosto trouxe a claridade, além do Delegado e dos peritos que constatarem que o Prior não morrera de um ataque decorrente de seus cerca de oitenta anos de idade. A causa de sua morte: assassinato por asfixia.⁶ E o que parecia ser um fato relativamente natural transformou-se em um novo escândalo, que ultrapassava os portões

⁵ Segundo D'Alincourt, à frente deste convento havia uma praça. O convento colonial foi desapropriado pelo Estado e demolido no início do século XX. Um novo edifício foi construído em outro ponto da cidade de São Paulo. I.H.G.S.P., POVOA, J.J. Peçanha. Op. Cit. e D'ALINCOURT. Luiz. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

⁶ "A 'Imprensa Paulista' refere relativamente a morte do reverendo Prior do Carmo, o seguinte: 'A princípio atribuiu-se à causa natural a sua morte (a um ataque de apoplexia fulminante). Procedendo porém a polícia o corpo de delito, encontrou vários motivos para acreditar que fora ela resultado de uma estrangulação. O lugar da descaptação monacal tinha vestígios de sangue e sinal de compressão externa. No pescoço havia um vinco de cor vidacea e escoriações que mostravam terem sido feitas com as unhas. Foram encontradas ensangüentadas roupas pertencentes à um dos escravos do convento. Todos estes indícios levaram o delegado de polícia a encerrar em custódia os escravos que residiam no convento.'" H. M., Revista Comercial, ano X, p. 96, p.02, 1959.

do Convento do Carmo de São Paulo. Uma vez constatada a morte violenta, todos os cativos envolvidos foram aprisionados e interrogados.⁷

O pajem Hermenegildo de cerca de dezoito anos ainda tentou explicar que o sangue na roupa e o ferimento em sua mão decorriam de sua tarefa de dobrar o sino executada na manhã daquela sexta-feira. Contudo, não agüentou a pressão confessando o crime e simultaneamente desvendando um contexto mais complexo e menos fraterno na convivência do religioso com seu patrimônio semovente. Em depoimento explicou que o escravo Bernardino, por ser mais velho, o havia instigado e combinado o ataque com cerca de oito dias de antecedência. Que os dois surpreenderam o religioso em sua cela. A vítima havia resistido, pois era *bem musculado para sua idade*. Quando questionado se o Prior pedira clemência, respondeu que *ele não pediu porque não deram tempo, e nem mesmo pediria pois era homem de opinião*.⁸ Esta perspectiva, revelada pelo pajem, explica muito sobre a administração do religioso. Frei Maurício Lans, em um trecho que integra a documentação interna da Província Carmelita Fluminense, observou a seguinte descrição:

*“Entre os seus confrades, que sabiam honrar-lhe o caráter ímpoluto, gozava de grande e merecida estima e ocupou os mais honrosos encargos e ofícios. Provincial Titular por interferência do próprio Imperador, D. Pedro II que o tinha nomeado Pregador da Capela Imperial. Mas a sua maior glória e o que fez de Frei Inácio do Coração de Jesus Mello o excelente frade, cuja memória merece ser cultivada por todos os seus irmãos de hábito, era o seu tino administrativo, o seu talento organizador como administrador dos bens da Província. Foi ele quem zelou pelos interesses de sua Ordem, defendendo com todo o vigor da sua inconfundível personalidade os bens sagrados da Virgem do Carmo no Brasil, demarcando terras, registrando Patrimônios dos diversos Conventos, enfim mostrando-se um excelente Procurador, assim zelando pelos interesses – espirituais como materiais – dos seus confrades da Província.”*⁹

⁷ “(...)Na tarde do dia 5 do corrente foi encontrado morto em sua cela o Ver.Prior do Convento do Carmo Fr. Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello. Houve denúncia à polícia e verificou-se que como consta, pelo auto do corpo de delito, que o prior fora assassinado por estrangulamento. Os escravos do convento como suspeitos, foram recolhidos a cadeia.” HM, Revista Comercial, ano X, p. 95, p.01, 1859.

⁸ AESP, Auto de Perguntas feitas ao preto Hermenegildo, escravo do Convento do Carmo. Processo Crime – ORD. 3904 – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus.

⁹ Este “vigor” pode ser notado em um Libelo de 27 de junho de 1826, onde Frei Ignácio disputava a posse das terras da já mencionada fazenda Ariró e que fora deixada como herança por um religioso carmelita para a Ordem. Durante o processo Frei Ignácio foi acusado de ter alterado o testamento do religioso morto. AP.C.B.H., Catálogo da Província Carmelitana de Santo Elias e A. N., Corte de Apelação, maço 39, nº 928, Gal. C.

Outros autores mencionam que o frade tinha por costume estudar descomposturas para passar em qualquer pessoa, que não lhe fosse muito simpática e que ia tratar com ele algum negócio. Era:

“(...) irascível, de mau gênio e de maus modos, sem que pudesse controlar seu impulso sangüíneo, tinha expansões de cólera, de impaciência e de impulsividade, determinando atrito mesmo com pessoas a quem devia consideração no exercício do seu mister de diretor de uma das mais importantes instituições religiosas do tempo. Ótimo coração, bondade imensa, virtudes peregrinas, devotamento, espírito de abnegação e de disciplina, tudo isso ia por água abaixo e explodia em insopitável impulsão quando tocado pela mínima circunstância desagradável ou pela oportunidade imediata.(...) Não que lhe faltasse caridade aos pobres desprotegidos da raça e da sorte. Ao contrário, pautado pelos princípios cristãos, consolou os aflitos e enxugou lágrimas da desventura alheia. Mas no momento dado, o caldo entornado pelo mais leve deslize e, ai! do cativo que lhe caísse nas mãos”.¹⁰

Observa-se então um interessante contraste: um grande patrimônio, um frade e muitos escravos. Todavia, como já mencionado, a restrição de número membros propiciava que os religiosos pudessem contar externamente com o auxílio do Procurador da Ordem em determinada região que envolvesse as propriedades rurais ou urbanas. Além disso, a sobrevivência de um ou outro convento estava atrelada ao exercício de uma política informal forjada por anos de convivência entre os religiosos e determinados setores da sociedade leiga. Tal percepção política revelava-se nas trocas de favores e gentilezas presentes nos arrendamentos de bens rurais, urbanos e em especial os escravos.

E internamente? Como um Prior mantinha essa estrutura funcionando? Provavelmente por meio de acordos cotidianos que criavam laços de cumplicidade entre escravos e um senhor tão específico quanto a Província Carmelita Fluminense. No caso de Frei Ignácio essa hipótese torna-se evidente. Este frade foi formado pela estrutura Carmelita que sobreviveu à Reforma de fins do século XVIII. Provavelmente, por ocupar os principais cargos dentro da Ordem tornando-se um eficiente administrador, possuía uma

¹⁰ Paulo Cursino de Moura completa tal descrição: “Daí, o espalhar-se a fama do padre, má odiosa, irritante. Supõe-se que o brinquedo infantil, chamado “Prior do Carmo”, em voga naquela época e no qual a meninada procura uma corda para enforcar o frade, foi devido à repercussão dos modos desabridos desse prior nas classes escolares.” MOURA, Paulo Cursino de. Op. Cit., p.56; A.P.C.B.H., Catálogo da Província Carmelitana de Santo Elias e I.H.G.S.P., POVOA, J.J. Peçanha. Op. Cit. ARROYO, Leonardo. Op. Cit..

percepção clara do contexto no qual se achava e que era a Província de São Paulo cuja produção de café vivia franca expansão¹¹ na mesma proporção em que carecia de mão-de-obra para sua perpetuação.¹² Nesse contexto se inseriam os escravos administrados por Frei Inácio e especificamente os presos após o crime.

Escravos Presos (1859)

Escravo	Idade	Filiação	Local de Nascimento	Estado Civil	Ofício
Bernardino	40	Leonarda pai ignorado	Cidade de São Paulo	Casado	Pedreiro
Cypriano	25	Escolástica e Manuel	Fazenda Caguassú	Solteiro	Carpinteiro
Benedicto	18	Marciana e Antonio	Fazenda Caguassú	Solteiro	Sem Ofício
Laurentino	30	Clara e Elias	Fazenda Caguassú	Solteiro	Carpinteiro
Antonio	25	Clemência pai ignorado	Fazenda Itaim	Solteiro	Pedreiro
Fortunato	35	Hilária e Antonio	Fazenda Santa Izabel	Casado	Pedreiro
Joaquim	40	Maria de Jesus e Sebastião	Fazenda Caguassú	Casado	Carpinteiro
Francisco	15	Não Consta	Fazenda Itaim	Solteiro	Aprendiz
Elias	47	Não Consta	Fazenda Itaim	Viuvo	Pedreiro
Manoel	70	Não Consta	Fazenda Itaim	Solteiro	Sem Ofício
Hermenegildo	18	Maria pai ignorado	Fazenda Sorocamirim	Solteiro	Pajem

Fonte: Processo Crime 1859.

Como se observa, o universo dos onze escravos suspeitos do assassinato e presentes no quadro acima, permite algumas constatações. Grande parte ocupava a faixa etária produtiva, principalmente para escravos urbanos. Dez deles nasceram em fazendas

¹¹ Sobre a adaptabilidade e expansão cafeeira em São Paulo ver: DEAN, Warren. “A Organização das Fazendas”, In: *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura. (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp.39 a 60.

¹² Sobre a cultura cafeeira e a necessidade de braços há uma vasta bibliografia que passa por autores clássicos e mais contemporâneos. Entre eles: TAUNAY, Affonso E.. *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945; BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968; FAUSTO, Boris. “Expansão do Café e Política Cafeeira”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. I, São Paulo: Difel, 975. STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961; MARCONDES, Renato Leite Maarcondes. *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira. Vale do Paraíba. Século XIX*. São Paulo: Editora Stiliano, 1998.

pertencentes ao patrimônio relativo à casa de São Paulo e foram posteriormente transferidos para o convento. Oito definiram o nome da mãe e cinco citaram além da mãe, o pai.¹³ Grande parte se dizia solteiro e nove deles possuía alguma especialização ou estavam aprendendo, o que os valorizava ainda mais em função do panorama já descrito.

Assim, como administrador perspicaz, o Prior procurava se adaptar de forma que houvesse uma relativa melhora nas condições de vida de peças tão valiosas. No convento os escravos eram acomodados em celas. Os solteiros moravam em duplas ou trios enquanto os casados viviam em celas separadas. Mas talvez morar entre os solteiros não significasse a inexistência de alguma relação mais duradoura como no caso de Bernardino que se dizia casado e informava que, uma vez preso, não havia falado com mais ninguém exceto *sua mulher que tendo ido a cadeia ficou presa*.¹⁴ Tal distribuição permitia que os escravos desenvolvessem uma certa autonomia. O pajem Hermenegildo que morava com Antonio e Benedito, por exemplo, possuía a chave de sua cela.¹⁵ Por outro lado, na ocupada pelo acusado Bernardino, que morava com o escravo Cypriano, foram encontradas uma *pistola carregada, e uma faca de ponta, sem bainha*.¹⁶ O novo Prior entregou aos peritos *uma faca de ponta com bainha de couro e um sovelão comprido com bainha de folha de flandres* que haviam sido recolhidas pelo falecido Prior do escravo Laurentino.¹⁷

Além disso, por mais que os portões do convento fechassem às dezoito horas, aos poucos os interrogatórios deixam entrever que havia exceções. O pardo Joaquim, por exemplo, trabalhava a jornal na rua da Quitanda com *outros operários que não pertenc[ia]m ao convento*. Em seu caso, chegou depois das dezenove horas, já sabendo da

¹³ Apenas para três escravos não foi possível determinar a filiação o que é compreensível visto a natureza da documentação utilizada para a montagem desse quadro.

¹⁴ Infelizmente o processo não permite desvendar se a mesma era livre, escrava do convento ou de outro senhor, pois exceto as cozinheiras e Elias, todos os outros escravos foram encarcerados. Poderia sua mulher ser uma das cozinheiras e por não constituírem uma união legítima aos olhos do Prior, residiriam em celas separadas? Ou ainda, ser liberta e portanto não conviver entre os muros do convento? Sobre essas considerações ver: SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”, In: ALENCASTRO, Luis Felipe (Org). *Historia da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, Vol. 2, pp. 233-290. AESP, ORD. 3904, Processo Crime - A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 72.

¹⁵ AESP, ORD. 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 8.

¹⁶ AESP, ORD. 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 42.

¹⁷ AESP, ORD. 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 55.

morte do Prior, pois passara antes no *armazém de Joaquim de tal* que ficava no *pavimento térreo do sobrado de dous andares no pateo do Carmo pertencente ao mesmo convento*.¹⁸

Ou então, o escravo Manoel Velho que, por morar no sítio de Santa Ana, entrou no convento por volta das vinte horas. Ou ainda, Laurentino que após as vinte e uma horas saiu para comprar vinho na *casa de Comércio de Pedro de tal*.¹⁹

O fato de que grande parte dos interrogados nasceu em fazendas próximas e pertencentes à Ordem somado ao reduzido número de frades, permite imaginar que havia um movimento entre os escravos que residiam no convento e tais propriedades rurais a fim de levar recados, buscar informações e mercadorias a mando do Prior. Hermenegildo por exemplo, no dia do assassinato deveria ir à Sorocamirim, onde nasceu, a cerca de *dez léguas de distância* levar um recado a *Paulo feitor da fazenda para que não fosse mais para Curitiba*. Sua mãe, Maria Mina, ainda residia naquela propriedade e portanto o pacote com um corte de baeta nova e alguns lenços apreendidos, eram uma parte para presentear sua mãe e o restante *para dar a quem quisesse*. Completava que naquele mesmo dia, esperavam a chegada dos escravos Rodrigo e Germano que foram para Sorocamirim, mas que até então não haviam retornado.²⁰

Enquanto essa relativa autonomia se revelava em meio às devassas realizadas no convento, no dia 15 de agosto o carcereiro informava ao delegado que o preso Bernardino durante a noite “*apresentou-se louco na prisão*” mencionando repetidamente que já haviam matado todos os seus *companheiros* e que *agora haviam de o matar*. Uma vez examinado, os peritos concluíram que o escravo não possuía qualquer *moléstia de alienação mental*. Inquirido sobre sua suposta *loucura*, Bernardino alegou que se sentia *atormetado* e que durante a noite *do chadrez [sic]* em que estava, via *pelo buraco da chave* que *José Branco* estava *fazendo velhacaria com Hermenegildo depois de morto por*

¹⁸ AESP, ORD 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 14.

¹⁹ AESP, ORD 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 78.

²⁰ AESP, ORD 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 33.

de trás. Que Hermenegildo já havia morrido e ele seria o próximo. Por ter medo, desejava ficar junto a seus companheiros.²¹

Quando questionado sobre seu paradeiro no dia da morte do Prior, respondeu que trabalhou na obra da rua das Flores de onde saiu apenas para voltar ao convento. Que estava sozinho enquanto os outros escravos faziam *as suas compras*.²² Provavelmente compravam artigos necessários para a elaboração de alguma refeição individual como, por exemplo, Bernardino que informava *ter comido o seu feijão no seu quarto*. Ou como Joaquim que passou na venda de Joaquim de Tal para comprar cigarros. Quando colocado em acareação com Hermenegildo, Bernardino negou veementemente sua cumplicidade no crime e, virando-se para o pajem, disse que o mesmo *ia pagar a Justiça do céu*. Afirmou que era verdade que ele havia sido o *enfermeiro dos bexiguentos do convento* e que por essa razão perdeu os *sábados e domingos* sem que o frade o ressarcisse do que deixou de ganhar. Mas que não ficou *zangado* e que *quando viu o Prior estendido no chão*, teve *pena*. Que não havia gargalhado e brindado que *estavam livres do homem mau*, pois desejava que Deus desse ao religioso o *Reino do Céu, porque com efeito foi nosso pai*.²³

Os interrogatórios permitem perceber que a convivência entre tais escravos era de tal forma estreita que sabiam a quem pertencia essa ou aquela roupa ou arma. Todos conheciam tanto as funções de cada um, quanto o estado de saúde. Bernardino, por exemplo, era descrito como um trabalhador fraco por estar sempre *doentio*. Além disso, todos foram unânimes em declarar que não havia inimizades entre eles. Entretanto, esta amizade não significava tranqüilidade constante. Bernardino em sua negativa veemente da cumplicidade no crime, afirmava ao Delegado que as acusações de Hermenegildo eram *coisas arrumadas* sem entretanto defini-las.²⁴

²¹ AESP, ORD 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 67.

²² O escravo Fortunato confirmou este costume em seu depoimento. Afirmou que todos saíam da obra *por volta das dezessete horas e trinta minutos, mas nem todos chegavam juntos pois sempre um ou outro vai fazer a sua compra*. AESP, ORD 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 25.

²³ AESP, ORD 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 69 a 71.

²⁴ AESP, ORD. 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus, fl. 156.

Em agosto de 1856, por exemplo, o escravo Serafim foi julgado e condenado a cinquenta açoites por ter espancado com *hum relho a huma preta* Ignês também escrava e moradora do Convento do Carmo.²⁵ Os dados dos dois escravos envolvidos permitem perceber que, ainda em 1856, a mesma prática observada para os escravos em 1859 já existia. Ignês nasceu na propriedade Carmelita de Sorocaba e se dizia filha de Joaquim e Manuela. Ocupava-se do serviço doméstico. O escravo Serafim por sua vez havia nascido na propriedade Itaim, mas não soube informar os nomes dos pais. Possuía cerca de vinte e seis anos. Quando preso, trabalhava no *largo da Sé* com uma *carroça da Câmara*.²⁶ Naquele dia 31 de julho, Ignês carregava um *barril d'água na cabeça* quando se encontrou com Serafim na rua Direita e foi por ele espancada. Segundo o mesmo desde que chegou para morar no convento há nove meses *a escrava Ignês (...) andava falando d'elle réo e encontrando-se no largo da Sé continuou a chingá-lo [sic], deo-lhe por isso com um relho*.²⁷

Entre esses escravos que moravam no convento e perambulavam pelas ruas de São Paulo, constituindo-se assim parte do que comumente se denomina escravos urbanos.²⁸ Mestre Julião do Espírito Santo, era um desses escravos e, segundo os depoimentos, foi o

²⁵ AESP – Processo Crime – Nº de Referência: 376, Autuação em 1856.

²⁶ Sobre esse assunto ver: MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e Carroceiros. Homens Livres no Rio de senhores e escravos*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1988.

²⁷ Durante todo o processo, não há qualquer interferência do Prior Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello ou do Procurador João José Vieira Guimarães. Apenas após a pena cumprida é que o religioso se manifestou pedindo que o réu fosse solto como mandava a lei. AESP, Processo Crime – Nº de Referência: 376, Autuação em 1856, Fl.35.

²⁸ Sobre a questão da escravidão urbana, Joseli Mendonça escreve que a: “labuta por conta própria não era uma experiência desconhecida dos escravos. A escravidão urbana comportou formas de exploração do trabalho escravo para as quais era imprescindível certa autonomia do trabalhador. Era, por exemplo, o caso dos escravos de ganho, que não trabalhavam diretamente para os senhores. Realizando determinadas funções remuneradas, tinham a obrigação de entregar, ao fim do dia ou da semana, uma quantia previamente fixada pelo senhor. Tais escravos desempenhavam tarefas comuns às necessidades do meio urbano. Eram carregadores de pessoas, de mercadorias, das ‘águas sujas’ que precisavam ser transportadas quando não havia um sistema de esgoto que retirasse das casas os excrementos humanos. Dedicavam-se, principalmente as mulheres, ao comércio de gêneros alimentícios, vendendo frutas, quitutes, guloseimas de variadas espécies. Algumas vezes, exerciam ofícios bastante valorizados: eram costureiras, pedreiros, marceneiros, padeiros, barbeiros. Para que os senhores pudessem angariar sua “recompensa” pecuniária, era necessário que tais escravos dispusessem de uma margem considerável de autonomia para trabalhar. Não era incomum que muitos deles morassem fora da casa senhorial. Assim, esses trabalhadores circulavam pelas cidades, misturando-se “perigosamente” aos trabalhadores livres, muitas vezes realizando os mesmos trabalhos, morando nas mesmas casas em que habitavam libertos. Do desempenho que tinham na realização de suas tarefas dependiam não só os senhores, mas também os habitantes das cidades, para cujo funcionamento as funções exercidas pelos escravos podiam assumir um caráter essencial”. MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição. Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. Col. História do Povo Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p.39.

único que aparentava efetiva tristeza pelo assassinato do Prior. Havia sido escravo do Convento de Santos e sua liberdade foi concedida pelo falecido frei. Tratava-se de uma espécie de feitor urbano uma vez que fiscalizava as obras do convento. Segundo ele, mandara comprar o vinho não para saudar e sim porque fazia muito frio e seria um conforto para os escravos que guardariam o corpo durante toda a noite.²⁹

Terminadas as investigações, os escravos Hermenegildo e Bernardino foram pronunciados enquanto os outros eram libertados:

*“No dia 6 do corrente entrou em julgamento no júri da capital o processo dos assassinos do Prior do Convento do Carmo, Fr. Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello. Os acusados são os escravos Hermenegildo e Bernardino, o primeiro reo confesso, o segundo indiciado no assassinato por meio de asfixia, cometido em 5 do mês passado.”*³⁰

Segundo a documentação interna a Ordem, a causa do assassinato era devida,

*“ao excessivo rigor para com os escravos, sendo estes infelizes, na madrugada do dia 7 de setembro do mesmo ano, defendidos pelo estudante de direito José Vieira Couto de Magalhães, conseguindo arrancar do carrasco aqueles desgraçados, que foram pelo Tribunal do Júri condenados às galés perpétuas.”*³¹

A princípio esses escravos deveriam ter sido enquadrados na Lei de 10 de junho de 1835 que previa pena de morte ao cativo que assassinasse seu senhor. Contudo acabaram enquadrados no artigo 193 do Código Criminal do Império que determinava que crimes graves fossem punidos com as galés perpétuas.³² Talvez a severidade do Prior tenha servido de atenuante ao crime cometido permitindo que o júri os arrancasse das mãos do carrasco.³³ Sobre Hermenegildo nada mais foi detectado, Bernardino, contudo, não resistiu muito à sentença imposta. Em três de julho de 1861 faleceu na enfermaria da Casa de

²⁹ AESP, ORD. 3904, Processo Crime – A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus.

³⁰ HM, Revista Comercial, ano X, p. 96, p.02, 1959.

³¹ O julgamento teve início às dez horas da manhã do dia 6 de setembro e terminou por volta das três horas da manhã do dia 7 de setembro. A.P.C.B.H., Catálogo da Província Carmelitana de Santo Elias.

³² Ver: MACHADO, Maria Helena P. Toledo. “A História Social e a Criminalidade Escrava”, In: *Crime e Escravidão. Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas. (1830/1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³³ Infelizmente o Processo Crime em questão não permitiu que se observasse a sentença pronunciada.

Correção de São Paulo *onde se achava doente* sem nunca ter recebido seus sábados e domingos devidos.³⁴

4.2 – Os escravos da Santa nas fazendas.

Se a administração dos escravos urbanos gerava tais conflitos, o que ocorria nas fazendas? Como lidar com tamanha extensão de terras, em lugares tão distantes, e composta de extensa escravaria?

O contato com as fontes; os Relatórios Ministeriais somados aos Capítulos Definitórios permitem vislumbrar um pouco da economia dessas fazendas. Em geral, possuíam boas matas, que por vezes foram utilizadas em negociação pelos frades. Em 3 de janeiro de 1825, por exemplo, o Major Lopo da Cunha de Eça e Costa, Governador da Ilha de São Sebastião, escrevia uma breve explicação sobre sua conduta de invasão da Fazenda Gaecá, de propriedade do Convento de Santos.

Segundo sua versão, foi autorizado pelo Prior anterior, Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello, a retirar todas as madeiras necessárias ao serviço da Nação. Afirmava que dentro da fazenda havia muitas madeiras derrubadas desde 1816, quando contrariando o Tratado de Viena, os frades venderam-nas aos ingleses, sem autorização do Estado Português.³⁵

Os engenhos de açúcar estavam presentes. Pode-se observar esse aspecto para a fazenda Gaecá em Santos e para a fazenda de Angra dos Reis, por exemplo.³⁶ Além do

³⁴ AESP, Justiça – Polícia – Livro de Entrada e Saída de Presos da Cadeia da Capital – EO1590.

³⁵ Essa questão do comércio da madeira foi ressaltada para a fazenda Parema, em Vitória. Esse aspecto também pode ser recuperado em uma das recomendações capitulares que pedia cuidado na exploração das matas das fazendas da Ordem. Em 1825, o Definitório Capitular estabelecia que a madeira, das fazendas de Iriri e Piedade, de forma alguma fosse negociada ou trocada, como já ocorrera, por cal, pois abastecia o Convento. AESP/AHSS, CX: 03, Ano: 1721/1829, Índice: 0001/1288, A.P.C.B.H., Livro 4º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias.

³⁶ Não integram aqui, as propriedades do convento da Bahia, Maranhão, Goiás, Paraíba e Pará que, tradicionalmente, não são considerados pertencentes à Província Carmelita Fluminense. Um exemplo é a resposta do Visitador ao Prior do Pará em 18 de dezembro de 1860. Trata-se do interventor da Província Carmelita Fluminense legislando sobre os escravos pertencentes ao convento de Belém. Institucionalmente, não se ajusta, uma vez que não pertence à Província, mas, na prática do século XIX, é o que ocorre.

açúcar, pode-se encontrar em tais propriedades: café, mandioca, milho, feijão e outros gêneros. Possuíam gado, mas algumas se especializavam nessa atividade como a Capão Alto, que, em 1864, contava com cerca de 6.000 cabeças de gado *vacum* e cavalos ou ainda a fazenda da Pedra, com 200 cabeças de gado e 200 cavalos.³⁷ Em alguns casos, a propriedade, dado o contexto local, produzia outros artigos, como a cerâmica, na fazenda Gaecá.

Em linhas gerais, os produtos originários das fazendas eram utilizados para a manutenção dos conventos, e o restante, vendido nos mercados locais.³⁸ Mas, nem sempre essa venda garantia um bom rendimento. Já em 1833, o Provincial Frei José de Santa Eufrásia Peres alertava para uma das causas da pouca renda gerada pelas fazendas: o alto valor cobrado pelos seus produtos durante a comercialização local.³⁹

Quanto aos escravos que tocavam essas fazendas, nas poucas descrições encontradas, observa-se que não existe uma maior especialização. Apenas um ou outro escravo foi definido como tropeiro ou cozinheira. Tem-se a impressão, pela análise dos diversos relatórios e documentação interna, de que os escravos especializados, em geral, ficavam na cidades a serviço dos conventos.⁴⁰ Geralmente eram costureiras, pedreiros, carpinteiros, serventes ou barbeiros, como pode ser observado no processo analisado anteriormente. Além de servir aos conventos, muitos desses escravos permaneciam em função de arrendamentos ou jornais, como o escravo foragido Manoel, que pertencia ao Convento de Santos e tinha a carpintaria por profissão. Na época de sua fuga, 1860, trabalhava arrendado em uma obra de Antonio Ferreira Pinto Bandeira em Cubatão.⁴¹

³⁷ A.N., Conselho de Estado, Cx: 535, Doc:55 e A.N., Coleção Eclesiástica, Caixa: 932, Pct:94, Doc: 108.

³⁸ No caso de algumas fazendas como a da Pedra, no século XVIII, na freguesia de Guaratiba, que fazia limite com a fazenda Santa Cruz dos Jesuítas houve a construção de um porto que exportava produtos para a cidade do Rio de Janeiro: “Na Freguesia de Guaratiba são dignas de nota as plantações de cana de açúcar, amendoim, milho, arroz, feijão, trigo, café, cebola e abóbora e a criação de animais domésticos, produção enviada ao Rio de Janeiro pelos ancoradouros da Pedra de Guaratiba (na Fazenda da Pedra dos carmelitas), da Praia Funda (pertencente à Igreja Matriz da Freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba), do Capão (do Capitão Francisco Paes Ferreira) e do Culmain (dos beneditinos).” FRIDMAN, Fania. Op. Cit., p.101. Também no relatório de 1854, por exemplo, consta que as fazendas pertencentes ao Convento de Ilha Grande produziam mantimentos vendidos por 724\$855 rs.

³⁹ A.P.C.B.H., DOC – 2552 – Plano para a Administração das Fazendas – 10/04/1833.

⁴⁰ Essa especialização pode ser encontrada na tabela referente aos escravos do Convento do Carmo presos em 1859 em função do assassinato do Prior.

⁴¹ FAMS, Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Vol. 13, 1860/1864.

Possuir escravos no século XIX não era tarefa fácil aos frades, em específico os Carmelitas, e sempre que possível, a imprensa publicava artigos que desnudavam tais dificuldades ao público. Em 1859, na seção conhecida como Publicações a Pedido da *Revista Comercial de Santos*, um artigo enfatizava a improdutividade do patrimônio Regular se comparado à miséria da população.

“Quando se lembrará o governo e a câmara de acabar com os conventos, e lançar na massa da riqueza pública esses enormes valores improdutivos, que formam a fortuna de homens de uma inutilidade clássica?

Cada convento possui uma centena de escravos, ou antes de bêbados e vadios, prédios que rendem avultadas somas, e tudo isso é consumido, sem que o publico possa dizer hoje, como nos tempos passados: ‘Abençoado dinheiro gasto no serviço de todos, e a bem da humanidade!’ Aquele espírito de caridade evangélica, aquela humanidade edificante, que, em vez de abater, erguia até as alturas do solo pontifício, essas infelizmente desapareceram dos conventos, e os crescos mendicantes dormem o sono da ociosidade no meio de uma sociedade pobre, e que tanta necessidade tem de braços! A pobreza que estendia outrora a mão mirrada pela fome e pela doença à porta dos conventos, fugiu espavorida e foi nos estabelecimentos profanos implorar piedade.”⁴²

O arrendamento e a venda eram possibilidades de fuga a tais denúncias e aos desconcertantes confrontos entre os cativos e os frades, que fatalmente os colocariam ainda mais sob os holofotes da fiscalização Imperial. Assim, a partir da década de 1860, passam a ser progressivamente presentes recomendações como a do Visitador ao Prior do Pará em dezembro de 1860. Afirmava que, quando um escravo fosse preguiçoso, agressivo e tivesse *maus intentos*, o mais indicado seria vendê-lo, transformando seu preço em Apólices da Dívida Pública do que ter o *trabalho de corrigir a quem não se quer corrigir; e isto sem pau, nem pedra*.⁴³

O esforço empregado na correção desses cativos tornava-se penoso devido ao diminuto número de membros no claustro. Assim, em todo o período pesquisado, foi difícil definir um padrão de administração Carmelita no que se refere aos escravos. Provavelmente

⁴²HM, *Revista Comercial*, ano X, nº93, p. 03, 1859.

⁴³A.P.C.B.H., *Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno*, p. 16.

havia enfermarias e médicos responsáveis.⁴⁴ Contudo, na documentação interna à Ordem ou nos relatórios e correspondências com as autoridades oficiais, não foram detectadas descrições, bilhetes, anotações ou verbas destinadas a farmácias ou qualquer outro indício que leve a inferir cuidados especiais com os cativos.

Em 1835, Rugendas observou que os escravos do clero ou dos conventos recebiam um melhor tratamento. Contudo a descrição idílica que desenvolveu, em nenhum momento pode ser confirmada para os escravos do Carmo através da documentação analisada neste trabalho.

“É nas fazendas do clero ou dos conventos que os escravos são mais bem tratados. Outras ocupações regulares constituem aí uma suavização para o trabalho, aliás moderado, que lhes é imposto, e as mais das vezes sua alimentação é abundante. Ensinam-se os filhos dos escravos a cantar na igreja e dão-se-lhes algumas noções de catecismo. O trabalho cessa às sete horas da noite; em seguida, os escravos se reúnem para cantar um cântico e rezar o terço. Além dos domingos e festas, concede-se-lhes ainda o sábado, para trabalhar para si, de modo que a maioria logo reúne economias para comprar sua liberdade. Neste caso, ou quando morre o escravo, é-lhe permitido legar sua roça a quem bem entenda, embora sobre ela não tenha nenhum direito de propriedade. Até a idade de doze anos as crianças não são obrigadas a trabalhar; apenas limpam os feijões e outros cereais destinados à alimentação dos escravos, ou cuidam dos animais, e executam pequeninos trabalhos domésticos. Mais tarde, as moças fiam e os rapazes são encaminhados para os campos. Quando um menino mostra disposições especiais para determinado ofício, é-lhe este ensinado, a fim de que o pratique, um dia, na própria fazenda. Isso não só facilita ao escravo a aquisição da liberdade, dando-lhe os meios de adquiri-la, mas ainda lhe garante o futuro.

*As mulheres casam-se com catorze anos, os homens com dezessete a dezoito; em geral incentivam-se esses casamentos. As jovens mulheres participam dos trabalhos do campo e aos recém-casados se dá um pedaço de terra para construir sua cabana e plantar, por conta própria, em certos dias. Quando os escravos chegam da África, tem-se o cuidado de não fazê-los trabalhar logo, tanto em proveito do senhor como do próprio escravo, pois, em regra, de seis a oito meses são necessários para que os negros se acostumem com as ocupações mais comuns. Os trabalhos domésticos e os ofícios são confiados aos crioulos negros nascidos no Brasil. Os escravos também são mais bem tratados nas pequenas fazendas do que nas grandes, porque os trabalhos em comum, a mesma alimentação, os mesmos divertimentos fazem desaparecer quase toda a diferença entre escravos e senhores.”*⁴⁵

⁴⁴ SANTOS, Maria Rachel Froes dos. Op. Cit..

⁴⁵ RUGENDAS, Johann. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d, p.240 e 241.

Em geral a historiografia menciona o tratamento dado aos escravos dos Jesuítas - em específico aos que foram mantidos pelo Império na Fazenda Santa Cruz após a expulsão da Ordem - e dos Beneditinos.⁴⁶ Estes, por sua vez, possuíam senão outra percepção, pelo menos um registro maior a esse respeito. Segundo Fania Fridman de acordo com os Ordenamentos Beneditinos, desde o século XVIII tais religiosos administravam seus escravos de forma que, os mesmos, tivessem direito a pequenos lotes de terra que eram cultivados aos sábados, possuindo livres os domingos e dias santos. Eram incentivados ao casamento constituindo “senzalas familiares”, recebiam educação formal e espiritual e os “feitores, em geral brancos e assalariados, eram escolhidos pelos negros.”⁴⁷ Sobre esta perspectiva da escravidão religiosa, importa considerar dois pontos: o primeiro é relativo ao período enfocado que para esta historiografia recai ou no Brasil Colonial ou nas primeiras décadas do século XIX, não constituindo o auge da Legislação repressiva ao Clero Regular. E o segundo reside no fato de que havia uma grande distância entre o que os Ordenamentos estabeleciam e o cotidiano da lida com os escravos.

Diferente dos Beneditinos ou Jesuítas, por exemplo, para os Carmelitas não se detectou no período entre 1850 e 1889, uma preocupação com a qualidade de vida física do cativo ou com a espiritual através da catequese.⁴⁸ Os frades estudados não mencionam, mesmo indiretamente, nada que permita inferir um cotidiano com reuniões entre eles e seus escravos para a reza diária, ou o incentivo ao casamento, por exemplo.⁴⁹

⁴⁶ Sobre os Jesuítas ver: ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: O Cotidiano da Administração dos Bens Divinos*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004, LEITE, Serafim. *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro/Lisboa: Instituto Nacional do Livro/Livraria Portugália, 1943. MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. Op. Cit.

⁴⁷ A autora acrescenta que: “Em 1800, o Mosteiro do Rio de Janeiro possuía 1.176 escravos e, a partir de 1830, as alforrias pagas ou condicionadas (prestação de serviços) tornaram-se freqüentes, o que culminou com a libertação de todos os 918 escravos em 1871.” Ver: FRIDMAN, Fania. Op. Cit, p.133.

⁴⁸ Em 1839, Taunay apresenta em seu texto a idéia da disciplina e religiosidade presentes nas fazendas que foram regidas pelos jesuítas. Para ele: “A religião reabilita a sua condição, e consagra suas relações com os senhores, que não aparecem mais a seus olhos como proprietários, ou como tiranos, mas sim como pais, como retratos do mesmo Deus, aos quais devem amar e servir com o sacrifício de todos os seus trabalhos e suores, para merecerem a benção do Céu e uma eternidade de bem-aventurança.” TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 73. SCHWARTZ, Lilia Moritz. Op. Cit., especificamente a análise da Fazenda Santa Cruz que pertenceu aos Jesuítas passando posteriormente ao Estado Imperial. ASSUMPCÃO, Paulo de. Op. Cit.. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

⁴⁹ Sobre tais aspectos ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, que trata da administração jesuítica nos engenhos baianos do

Espera-se encontrar da parte dos frades uma preocupação que o século XXI considera cristã. Entretanto, muitas vezes, a realidade cotidiana da administração dos conventos, propriedades urbanas, rurais e escravos era outra. Importa observar que os Carmelitas não eram necessariamente bons, por serem frades, ou maus por serem feitores. Sua condição de proprietários os inseria em um contexto onde era possível encontrar situações como a da escrava Victória, que apanhou até a morte do Prior Frei Manoel d'Ascensão Franco, responsável pelo patrimônio de Santos. E que por outro lado, também produzia recomendações como a de setembro de 1860, na qual o Visitador indicava que os escravos deveriam ser olhados e tratados como filhos do mesmo Pai, batizados no Espírito Santo e remidos no sangue de Cristo.⁵⁰

Diante disso, pode-se imaginar que, para além dos conflitos que por vezes tornavam-se profundamente violentos, em linhas gerais, os escravos, em função do ínfimo número de membros nos quadros Carmelitas, em especial nas fazendas, organizavam uma estrutura mais autônoma de sobrevivência. Diferente de muitos cativos seculares, os escravos da Santa, sendo em sua maioria crioulos, não haviam passado pelo trauma do tráfico transcontinental e tampouco pela ameaça dos inventários e divisões de herança, por ocasião da morte de seu senhor. Assim, poderiam contar com longos períodos de construção de cumplicidades por gerações em um mesmo espaço.

Entretanto o contexto de repressão à Ordem, associado à carência de braços na lavoura, em função do fim do tráfico negreiro, trouxe para esses escravos uma insegurança raramente sentida, até então. Tratava-se da possibilidade de arrendamento por longos períodos em regiões distantes e que já foi mencionada para os escravos urbanos.

Nesses momentos, o que era um espaço de relativa tranquilidade transformava-se em praça de guerra. Foi o que ocorreu em 1864, quando alguns fatos comoveram a vila de São Sebastião na então Província de São Paulo. A movimentação foi tão grande que ecos chegaram aos jornais e revistas da cidade de Santos e São Paulo. Tratava-se de mais uma publicidade indesejada pelos frades da Província Carmelita Fluminense, porque o que era

século XVIII, e PIRATININGA, Luiz Gonzaga Junior, 1991, que descreve a relação dos beneditinos com seus escravos para o século XIX em fazendas da Província de São Paulo.

⁵⁰AP.C.B.H., Breves Circulares e Correspondências do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.6.

assunto de batinas extrapolou os muros do convento. Dessa vez, o palco da confusão, foi a fazenda Gaecá.

Havida por sesmaria, pertencia ao patrimônio relativo ao Convento de Santos.⁵¹ Ficava a cerca de oito quilômetros da vila de São Sebastião e era considerada uma das melhores propriedades da região em função de sua excelente localização, abundância de água e fertilidade do solo.⁵² No ano de 1858, Gaecá valia 6:000\$000 rs e possuía 135 escravos avaliados em 54:000\$000 rs.⁵³ Possuía casa e capela - em honra de Nossa Senhora da Luz - várias senzalas e armazéns. Um engenho com dois alambiques produzia a aguardente e dois fornos davam conta da produção de telhas. Havia também uma fábrica para produção de farinha com roda d'água.⁵⁴ Possuía ainda gado e matas com madeira de lei.⁵⁵

Na manhã do dia 3 de dezembro de 1864, chegaram à fazenda o Prior Frei Manoel de São Vicente Ferreira e Antonio Augusto Teixeira, acompanhados de mais três camaradas. De acordo com a documentação, Teixeira, também conhecido pela alcunha de Andorinha, era Administrador da Fazenda Gaecá.

⁵¹Ver: RESSURREIÇÃO, Rosângela Dias da. *São Sebastião: transformações de um povo caiçara*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 29. LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na Transição: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁵²MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos Acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. Edição para o Quarto Centenário de São Paulo. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1954, p. 248.

⁵³Ao que parece, esta fazenda apresentou um crescimento no número de seus escravos. Observando o Livro de Matrícula Geral dos Escravos para São Sebastião, constou-se que, em 23 de abril de 1844, havia cerca de 115 escravos de diferentes idades. Dentre eles, 70 eram mulheres e 45 eram homens. Em sua grande maioria, estavam listados para o trabalho da roça. AMSS, Livro de Matrícula Geral dos Escravos de São Sebastião, 1844, p. 59 e A.P.C.B.H., DOC 2653 – Anexo E – Relatório sobre as contas da Província Carmelita Fluminense – Maio de 1872.

⁵⁴Segundo Antonio Paulino de Almeida, Gaecá explorava a agricultura e a cerâmica, exportando muitos milheiros anuais de produtos, como telhas, tijolos, painéis, boiões, talhas, frigideiras, potes e louças de barro, entre outros. ALMEIDA, Antonio Paulino de. *Memória Histórica sobre São Sebastião*. São Paulo, 1959, p. 83.

⁵⁵Em 3 de janeiro de 1825, o Major Lopo da Cunha de Eça e Costa, Governador da Ilha de São Sebastião, ao justificar sua invasão na fazenda Gaecá, mencionava não só não entrara na fazenda sem autorização como também não utilizara gratuitamente os serviços dos escravos Carmelitas. Finalizava informando que: "... Sempre foi pago o trabalho dos escravos da fazenda Gaecá como se pode ver das folhas remetidas pelo Governador a Junta da Fazenda Nacional desta Província (...)". AESP/AHSS, CX: 03, Ano: 1721/1829, Índice: 0001/1288.

Por volta das onze horas, os escravos, desconfiados de que Teixeira viera para comprá-los e vendê-los *para serra acima*, armaram-se de foices e espingardas e se dirigiram à casa grande.⁵⁶ Após Teixeira ser atingido por um tiro no olho, os ocupantes da casa conseguiram fechar portas e janelas. Ato contínuo, os escravos puseram-se a procurar os machados para o arrombamento. Abandonados pelos camaradas logo nos primeiros tiros, restou ao Prior e ao Administrador a alternativa da fuga pelos fundos da casa. Quando alcançaram o morro de Gaycá, Frei Manoel valeu-se de uma *quebrada de montanha*, escondendo-se no mato.

A mesma sorte não teve Teixeira que, exaurido pelo primeiro ferimento, foi alcançado por quatro escravos que, após darem-lhe um outro tiro no ouvido, rolaram-no aos pontapés até que caísse montanha abaixo. Uma hora depois, a notícia chegou até o Delegado de Polícia de São Sebastião, que, reunindo dezesseis pessoas, partiu para a fazenda. A esse grupo inicial juntaram-se mais indivíduos pelo caminho, perfazendo a força de controle cerca de sessenta voluntários que chegaram à fazenda e reprimiram os cativos.⁵⁷

Quanto ao frade, foi encontrado escondido em um *capãozinho*, sem ferimentos, armado de punhal e revólver e muito assustado. Segundo um dos artigos publicados, de acordo com o dito popular, o diabo que sempre salvava o que era seu mais uma vez trabalhara bem, deixando o Prior vivo.⁵⁸

Logo que recebeu a notícia, já no dia 11, o Governo da Província montou um destacamento enviado no primeiro vapor que saiu de Santos em direção à Vila de São Sebastião.⁵⁹ Os escravos, exceto alguns que fugiram, não ofereceram resistência a sua prisão. Conduzidos à cadeia, os mulatos e crioulos confirmaram sua autoria na

⁵⁶ AESP, Correio Paulistano ano XI, nº 2565, 10/12/1864, microfilme nº 0401010.

⁵⁷ AESP, Correio Paulistano ano XI, nº 2565, 10/12/1864, microfilme nº 0401010.

⁵⁸ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº42, p. 1, 1864.

⁵⁹ Alguns anos depois em 1866, em ofício ao Vice-Presidente da Província de São Paulo Joaquim Floriano de Toledo, o Delegado em exercício na Vila de São Sebastião usaria a rebelião em Gaecá como exemplo da falta de organização armada do Estado naquela região: “*Na sublevação dos escravos do Gaecá, fazenda de Carmelitas neste Distrito, no dia 03 de dezembro de 1864, teve o Dr. Delegado de Polícia de lutar com séria deficiências para armar aos cidadãos que se apresentaram para ajuda-lo nesta perigosa empresa, sendo então necessário [?] o Delegado andasse pelas casas de [?] a comprar pólvora, chumbo, juntar espingardas particulares, lanças [?] a força, que tinha de subjugar a insurreição!!*” AESP, Correio Paulistano ano XI, nº 2560, 11/12/1864, p.2 e AESP, AHSS, CX: 09, Ano: 1865/1875, Índice: 001/1028, nº 986.

rebelião.⁶⁰ Ali ficaram, esperando que a justiça seguisse o curso dos senhores, enquanto a imprensa aproveitava mais um escândalo Carmelita:

*“(...) Oxalá que essa ocorrência desperte a atenção do Governo Imperial e que com energia intervenha para que a mão que levanta a hóstia, não aplique mais o azorrague, para que o Padre não comerceie mais em carne humana e o sacerdote cristão que só deve proferir palavras de paz e caridade, não cubra mais de injurias os que são seus irmãos perante o altar de Deos; enfim para que cesse a escravatura das ordens religiosas, escarnecendo da religião de Jesus Christo.”*⁶¹

O incidente de Gaecá ocorrido em dezembro finalizava um ano extremamente movimentado para a administração Carmelita. Em maio de 1864, o Chefe de Polícia Manoel da Silva Mafra enviara um relatório ao Presidente da Província do Paraná, José Joaquim do Carmo, informando que, na cidade de Castro, onde estava situada a Fazenda Capão Alto, de propriedade Carmelita, havia ocorrido um enfrentamento entre os escravos da Ordem e seus pretensos arrendatários.⁶²

Para a vila de Castro, foram enviados pelo Chefe de Polícia, cerca de dezoito praças de cavalaria, mais a força da Guarda Nacional, que ficou à disposição do delegado. Juntamente com os praças, acompanhava uma carta da mesma autoridade, especificando que o Delegado esperasse sua chegada à cidade e que, enquanto isso, usasse a força disponível no sentido de manutenção da ordem e tranquilidade pública. Assegurava a importância da manutenção da calma e prudência, alertando que somente utilizasse a violência se receasse *atentados da parte dos escravos*.

Quando finalmente chegou a Castro, o Chefe de Polícia se inteirou da situação. Apurara que os escravos da Ordem se recusavam a acompanhar o preposto de seus arrendatários para a Província de São Paulo. A empresa de Bernardo Gavião, Ribeiro &

⁶⁰Nesse mesmo artigo, o autor finalizava alertando que a situação de Gaecá era fruto da contradição que era uma Ordem Religiosa ser proprietária. Assim, o mesmo frade que rezava a missa, brandia o chicote contra seus cativos, *irmãos no altar de Deus*. FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº42, p.01, 1864.

⁶¹ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº 42, p.01, 1864

⁶²APPR, Segurança Códice 537 (E-17) 1864. Este documento foi gentilmente cedido por Eduardo Spiller Penna no início da década de 1990 em Campinas.

Gavião, se dizia responsável pelos escravos, mas, segundo o Chefe de Polícia, nenhum documento lhe foi apresentado que comprovasse a afirmação. Alertava ainda que a escritura de arrendamento havia sido lida por muitas pessoas de Castro e que constava ter sido realizada diante dos tabeliães da Corte, mas que o Dr. Camillo Gavião teria levado consigo de volta a São Paulo. O preposto não pôde assegurar que o contrato tivesse sido elaborado com a licença prévia do Governo Imperial, e o Chefe de Polícia completava esclarecendo que muitos acreditavam que tal autorização não existia, pois as *clausulas do arrendamento eram onerosissimas aos carmelitas*. E comprovava especificando algumas delas às quais teve conhecimento.

O arrendamento da fazenda do Capão Alto, com 241 escravos de menos de 45 anos, foi realizado pela quantia de oito contos de réis anuais pelo espaço de vinte anos. Os Carmelitas receberiam a importância referente a três anos adiantados. A entrega da fazenda e dos escravos deveria ser efetivada por um dos religiosos no prazo de dois meses. A penalidade para o atraso seria de três contos de réis por mês. Os Carmelitas pagariam ainda a multa de 1% ao mês do valor de cada escravo que fugisse ou morresse mediante entrega de certidão de óbito e fuga.

Esses escravos só deveriam ser utilizados na Província do Paraná e na de São Paulo. Além disso, os arrendatários poderiam rescindir o contrato sem pena alguma. Entretanto, caso a Ordem resolvesse voltar atrás, o convento deveria pagar a multa de cinquenta contos de réis mais as quantias já recebidas com juros de 1% ao mês. Ainda no prazo de um ano, o convento de São Paulo, ao qual pertencia a dita fazenda e escravos, deveria retirar toda a criação e os cativos que não estivessem envolvidos no contrato de arrendamento.

Caso o prazo não fosse cumprido, os arrendatários ficariam com a criação. Teriam ainda a preferência na compra da fazenda e dos escravos, ficando a cargo dos Carmelitas incumbirem-se de conseguir a necessária licença do Governo Imperial. O preço da compra deveria ser pago mediante avaliações já existentes ou através de novas avaliações, desde

que assim o desejassem os arrendatários.⁶³ Após a exposição das cláusulas, o Chefe de Polícia concluía:

*“Que há o contrato de arrendamento é fora de dúvida, que porém foi legalmente feito nenhuma prova tive pois como tal não poderia eu ter o fato de ser remetida pelos carmelitas uma procuração para Castro, e que vi afim de ser aí entregues a fazenda e os escravos, e nem também o terem os senhores Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião prestado fiança do imposto de saída dos escravos para fora da província.”*⁶⁴

A fazenda Capão Alto situava-se próxima ao município de Castro. Possuía localização privilegiada, pois ficava na passagem dos tropeiros que subiam com o gado do Rio Grande do Sul para a feira de Sorocaba.⁶⁵ Adquirida em 1730, ali os Carmelitas criavam gado de corte que alimentava os membros da Ordem em São Paulo.⁶⁶ Ao que parece, era administrada pelo escravo Inocêncio e, à época do arrendamento, possuía cerca de 6.000 cabeças de gado.

Segundo Maria Thereza Brito de Lacerda, em um estudo sobre a questão do Patrimônio Cultural na região, essa fazenda ficou mais de setenta anos sob a administração direta e livre dos escravos:

“(...) Disciplinados pelo trabalho e pela religião – herança deixada pelos frades – os negros de Capão Alto entregaram a chefia do quilombo a Nossa Senhora do Carmo – a ‘Sinhara’- a quem tinham grande devoção. (...) O comando real da fazenda era entregue, semanalmente, a um dos escravos, eleito por toda a comunidade. A ele cabia a responsabilidade de interpretar as orientações da ‘Sinhara’. Devia, também, suprir as

⁶³ APPR, Segurança Códice 537 (E-17) 1864.

⁶⁴ APPR, Segurança Códice 537 (E-17) 1864.

⁶⁵ MOREIRA, Julio Estrella. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá; até a emancipação da Província do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975.

⁶⁶ De acordo com o texto de Lima e Melo a fazenda Capão Alto no município de Castro se adequava à categoria das fazendas absenteeístas que eram “unidades que não contavam com a presença de seus donos, mas que também não possuíam capatazes livres, assalariados, ficando a administração por conta os próprios escravos. Os senhores às vezes residiam em habitações urbanas. Às vezes, viviam em outras localidades, em certos casos distantes. No caso provavelmente mais freqüente, possuíam varias unidades escravistas, o que por sua vez se ligava a um caráter muito expansivo da fronteira agrária nas partes meridionais/província de São Paulo.” LIMA, Carlos A. M. e MELO, Kátia A. V. “A Distante Voz do Dono: a família escrava em fazendas de absenteeístas de Curitiba (1797) e Castro (1835)”. In: *Afro-Asia*, nº 31, FFCH-UFBA, 2004, p. 128.

necessidades de todos, vendendo na Vila de Castro o que fosse preciso para garantir o sustento da fazenda e de seus escravos. Ao comandante eleito também cabia administrar os bens, que pertenciam à 'Sinhara' e que eram intocáveis. Também era sua responsabilidade ministrar e punir rigorosamente todas as irregularidades, depois de uma consulta a Nossa Senhora."⁶⁷

A documentação interna à Ordem do Carmo juntamente aos Relatórios do Ministério da Justiça, não permitiu inferir sobre o cotidiano descrito anteriormente. Entretanto o alto grau de autonomia mencionado era pertinente, pois os frades estavam distantes e muitas vezes ocupados em rechaçar os constantes ataques do Estado ou da sociedade civil sobre seu patrimônio.

Lima e Melo, por exemplo, descrevem em seu texto que no ano de 1854 houve naquela região a tentativa de arrematação desta fazenda como se fosse *bem vago*. Ao que parece, na recém-criada Província do Paraná, o comandante do Corpo de Cavalaria de Curitiba (Guarda Nacional) Manuel de Oliveira Franco, pediu que seu irmão, o Coletor Luiz José de Oliveira Franco solicitasse ao seu pai, o Juiz Municipal interino o leilão da fazenda Capão Alto, avaliada em cerca de 30:000\$000 rs.⁶⁸ Feito o leilão, através de um *testa de ferro*, o comandante Manuel arrematou a fazenda com seus escravos por 5:000\$000rs. divididos em várias vezes. Entretanto não conseguiu apoderar-se do referido bem em função da atuação do então Prior de São Paulo Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello que, por meio de seu procurador e diversos requerimentos, conseguiu fazer valer sua posição de proprietário. Além disso, a recente instalação da Província, segundo seu Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos *trouxe garantias aos Direitos de todos, e os frades do Carmo, cujos bens não estão, por serem frades, a mercê de ladrões, trata[ra]m de anular a fraudulenta arrematação*.⁶⁹

Cerca de dez anos depois, o que se tem em 1864 é uma situação de transição para 241 escravos que já viviam certa dose de autonomia por cerca de quatro gerações e que

⁶⁷LACERDA, Maria Thereza Brito de. "Paulistas e Paranaenses no Caminho das Tropas", In: MAGNANI, José Guilherme Cantor (Org.), *Fazenda Capão Alto. Cadernos do patrimônio*, Série Estudos 1, Curitiba: Sece, 1985, pp. 26 e 27.

⁶⁸LIMA, Carlos A. M. e MELO, Kátia A. V. Op. Cit, p. 130..

⁶⁹LIMA, Carlos A. M. e MELO, Kátia A. V. Idem, p. 130 e 131.

representavam, naquele momento, um enorme patrimônio.⁷⁰ A documentação sugere ainda que os Carmelitas, em função das cláusulas abusivas do contrato com a firma de Gavião, teriam preferido perder alguma soma, a ficar com seu patrimônio paralisado pela Legislação Imperial. O que reafirmaria a idéia de que esta fazenda, na visão dos Carmelitas, estivesse praticamente perdida. Observa-se aqui, algumas das possíveis alternativas encontradas por eles. Por volta de 1864, apenas dois frades residiam no convento de São Paulo e se responsabilizavam pelo patrimônio dele.⁷¹ Assim, como já foi mencionado anteriormente, além da existência de um procurador leigo para resolver os assuntos da Ordem em cada cidade onde se localizasse a propriedade, os frades precisavam desenvolver certos acordos com seus escravos a fim de que preservassem esses bens em lugares tão distantes. Provavelmente os cativos do Carmo, tanto de Capão Alto quanto de Gaecá, possuísem uma autonomia maior sobre seu cotidiano e que poderia envolver, desde o tipo de comida que recebiam, até os possíveis negócios com os vilarejos próximos e com a sociedade leiga.

Importa recuperar nesse ponto a questão da mobilidade explicitada pelos escravos do Convento de São Paulo, quando do assassinato do Frei Ignácio do Coração de Jesus Mello. Havia uma movimentação entre as propriedades próximas e a casa claustral de São Paulo. Isso permitia que os escravos mantivessem um contato estreito com os companheiros de escravidão que ficaram nos sítios e fazendas próximas. Contudo, como os escravos arrendados de Capão Alto manteriam suas relações de afeto em uma província distante, visto que não era segredo que Gavião os transportaria para São Paulo?

O contrato era arriscado para os frades, mas talvez fosse uma das poucas possibilidades de acúmulo de renda em um curto espaço de tempo. Por outro lado, era vantajoso negociar com uma instituição em tal constrangimento legislativo. Como os

⁷⁰ Sobre a questão da posse de escravos nessa região, ver: PENNA, Eduardo Spiller. “Devoção e escravidão nas fazendas da Ordem Carmelita – Paraná (séculos XVIII e XIX)”. In: *VIII Encontro Regional de História – 150 anos de Paraná: História e Historiografia*. Curitiba: Anpuh-PR, 2002. LIMA, Carlos A. M. “Sobre a posse de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas”. In: *V Congresso de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – Anais*. Belo Horizonte: ABPHE, 2003.

⁷¹ Os frades em questão eram o Prior Fr. Vicente Ferreira Alves do Rosário e Frei José de Santa Bárbara. A.P.C.B.H., Livro Quinto dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense referente ao ano de 1864.

irmãos Brandão, já mencionados, a empresa de Gavião parecia ter compreendido muito bem esse contexto. O Chefe de Polícia duvidava seriamente do contrato envolvido para tal transação, mas restringia-se à questão da manutenção da tranquilidade pública, passando então a descrever a reação dos escravos ao arrendamento. Segundo ele, teria vindo de São Paulo a Castro o senhor Camillo Gavião, acompanhado do senhor Guilherme Wtaker, a fim de providenciarem a transferência dos ditos escravos.

*“Chegando à fazenda o Dr. Camillo Gavião pensando sem dúvida a dificuldade de mover o grande número de escravos que habituados a quase liberdade com repugnância deixariam o lugar em que nasceram e por tantos anos têm vivido, sobretudo tendo a certeza de que vão por-se ao serviço de quem deles procuraria tirar pelo trabalho maior proveito do que os Frades Carmelitas, procurou adoçar-lhes os ânimos, mimoseando-os com roupas e outros donativos.”*⁷²

O Dr. Camillo Gavião chegou até escolher entre os escravos um que o acompanharia na viagem de volta como pajem. Entretanto, no dia da partida, tal cativo rebelou-se, dizendo que não seguiria adiante sem a companhia de seus companheiros. Mais uma vez, Dr. Camillo procurou não entrar em choque com os escravos e consentiu que o pajem viajasse posteriormente com os outros cativos arrendados. Esse teria sido o primeiro de muitos outros atos de rebeldia desses escravos do Carmo.

*“Depois da partida do Dr. Camillo Gavião, o seu preposto, a conselho do Delegado de Polícia de Castro fez um ensaio de saída com os escravos, estes porém sob mil pretextos fúteis diziam não poder logo seguir, e de alguma sorte pareciam opor-se à acompanhar àquele preposto dizendo-lhe que só eram escravos de Nossa Senhora do Carmo.”*⁷³

Tais escravos pareciam ter compreendido a especificidade de sua escravidão, pois eram fruto de doações a uma instituição religiosa que se colocava como intermediária entre a divindade, Nossa Senhora do Carmo, e os homens leigos e pecadores. Um outro exemplo dessa percepção reside no já citado depoimento do escravo Bernardino que protestava sua

⁷²APPR, Segurança Códice 537 (E-17) 1864.

⁷³APPR, Segurança Códice 537 (E-17) 1864.

inocência, dizendo que nunca poderia ter assassinado aquele que fora verdadeiramente um pai para os escravos.⁷⁴ Com muita engenhosidade, incorporaram a idéia de que os frades eram apenas uma espécie de feitores e de que qualquer decisão afetando seu cotidiano deveria partir diretamente de sua senhora, que, no caso, era uma Santa.⁷⁵ Nesse caso, não se tratava apenas de retórica. Significava também que, se não conseguissem utilizar adequadamente o discurso de escravos dos Santos, perderiam toda a teia de relações e cumplicidades tradicionalmente construídas ao longo dos anos nas imediações da fazenda Capão Alto.⁷⁶

Em razão da recusa dos escravos, o Delegado de Castro foi até a fazenda e, interrogando alguns cativos, soube que estavam *resolvidos a não seguir adiante enquanto não fosse ordenado por Nossa Senhora, de quem só eram escravos*. O Delegado procurou conversar com os rebeldes e advertir sobre a gravidade dessa atitude. Em resposta, o líder chamado Firmino disse *que eles tinham a cabeça em seu lugar e sabiam o que faziam*.

Se era fato a declaração de Firmino, alguém que *tinha a cabeça em seu lugar* provavelmente era a ligação entre o que ocorria em São Paulo e no Convento, com a fazenda Capão Alto. Esta afirmação se torna mais plausível, pois em nenhum momento o Delegado de Polícia, em 1854, afirmou que a fazenda fosse um quilombo e que esses escravos não possuíam dono.

⁷⁴AESP – ORD. 3904 - Processo Crime. A Justiça como Autora e os escravos do Convento do Carmo Bernardino e Hermenegildo como réus.

⁷⁵Rugendas afirmava que: “*É sabido que os escravos pertencentes a conventos ou corporações eclesiásticas são, ao mesmo tempo, os mais laboriosos, os de melhor moral, os mais bem nutridos e tratados. O que os eleva ainda mais a seus próprios olhos é a persuasão, em que se encontram de não estarem a serviço dos monges ou religiosos; dizem-se servidores diretos dos santos, sob cuja proteção se colocam as igrejas e os conventos; pertencem, assim, a São Benedito, a São Domingos, etc., o que contribui bastante para fazê-los pensar que estão acima de seus companheiros de infortúnio.*” RUGENDAS, Johann, Moritz. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, p. 232. Alguns outros autores também enfatizam que os cativos das Ordens Regulares se consideravam servos dos Santos e não escravos dos frades. Ver: PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945; WILLEKE, Venâncio, Op. Cit..

⁷⁶Entre os trabalhos que recortam momentos específicos de transição e instabilidade no universo dos escravos, importa citar: MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e Escravidão. Trabalho, Luta, Resistência na Lavoureira Paulistas, 1830/1888*. São Paulo: Brasiliense; Mary C. Karasch em *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808/1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, trabalha também com momentos de ansiedade e de instabilidade para o cativo e que está presente no tráfico atlântico e no mercado do Valongo.

Independente do grau de conhecimento mais geral tido por tais escravos, certamente observavam que sua situação era especial na medida em que o arrendatário os mimoseava e até organizava um ensaio para a transferência do plantel para São Paulo. Esses escravos estavam inseridos em pelo menos duas questões de âmbito nacional: o problema da carência de mão-de-obra pós 1850 e a Legislação repressiva às Ordens Religiosas que extinguiu seus administradores.⁷⁷ Segundo o Chefe de Polícia, os cativos estavam *persuadidos de que por parte do governo havia alguma coisa em seu favor*⁷⁸

*“Essa persuasão nasceu erradamente de terem [os escravos] conhecimento que a Tesouraria Provincial decidira que os irmãos Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião não podiam deixar de pagar o imposto de saída dos escravos, ou prestar fiança.”*⁷⁹

Quanto à alegação de que *sabiam o que faziam*, provavelmente soubessem mesmo, ou pelo menos desconfiavam que os contratos realizados por uma Ordem Religiosa necessitavam de uma autorização Imperial e que, naquele contexto da década de 60, salvo casos especiais, era geralmente negada pelo Estado. Mas, também, talvez soubessem que, para que sua transferência fosse efetivada de uma Província para outra, seriam necessários maiores gastos em impostos.⁸⁰

Transferidos ou não, o fato é que, nesse período, não só os frades Carmelitas Calçados da Província Fluminense viviam uma realidade de restrições e readequação administrativa e disciplinar, mas também seus escravos descalços do convento da Cidade de Santos, de São Paulo, da fazenda Capão Alto, Gaecá, e provavelmente tantos outros,

⁷⁷ Eisenberg menciona que entre as décadas de 1850 e 1880 houve o crescimento do tráfico interprovincial e com ele o contrabando em função da taxa de saída que se pagava por cada escravo. Até 1852 esta taxa era de cerca de 100 mil réis e pós 1859 passou a ser de 200 mil réis. Ver: EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.175. FLORENTINO, M. G. *Em Costas Negras: uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia das Letras, 1997; MACHADO, Maria Helena P. T.. Op. Cit.; RODRIGUES, Jaime. Op. Cit.

⁷⁸ APPR, Segurança Códice 537 (E-17) 1864.

⁷⁹ APPR, Segurança Códice 537 (E-17) 1864.

⁸⁰ Em 13 de julho de 1864 – Ofício do Delegado de Polícia Ernesto Francisco de Lima Santos à Presidência informando que os senhores Bernardo Gavião Ribeiro & Gavião já haviam sido notificados da necessidade de receberem os escravos arrendados dos Carmelitas e que se encontravam na cadeia. AEPR, CCGP – Ofícios, V.13, Ap. 188, fls. 64 e 65.

começavam a vivenciar a morte de uma tradição de uma relativa autonomia que remontava ao início do século XIX.

Tal hipótese ganha projeção quando se considera um documento de 1835. Nesse ano, o Juiz Municipal da Vila de São Sebastião escrevia ao Presidente da Província de São Paulo com a seguinte dúvida: precisava providenciar um levantamento do patrimônio dos Conventos, Capelas e Confrarias, mas alegava não saber como proceder em relação à fazenda Gaecá que, segundo ele, era administrada pelos escravos. Não sabia se deveria contatar o Prior de Santos ou averiguar junto ao Juiz da Vila as informações necessárias ao inventário.⁸¹

Já em 1833, o então Provincial Frei José de Santa Eufrásia Peres mencionava que era de conhecimento geral que os escravos das fazendas Carmelitas estavam acostumados a trabalhar quando queriam e como queriam por falta de uma administração mais próxima e regular.⁸² Ora, em 1835, o número de frades e sua vigilância sobre o patrimônio era maior do que em 1864. Se, nesse período, Gaecá, uma das mais importantes fazendas da região, era controlada pelos escravos, provavelmente significava que havia uma prática costumeira de relativa autonomia que os escravos procuravam preservar.

Cabe perguntar que possíveis acordos foram desenvolvidos pelo Prior Frei Manoel de São Vicente Ferreira para garantir a estabilidade de sua administração entre os cativos de Gaecá em 1864. Nessa linha de raciocínio, talvez se compreenda por que, esse mesmo homem da religião e Prior de Convento chegou ao ponto de, mesmo armado, esconder-se em meio ao mato para fugir de seus perseguidores cativos.

O envolvimento nesses arrendamentos ia além das quantias acertadas entre senhores brancos. A tradição dos acordos com os escravos integrava esse processo e talvez por isso o episódio de Gaecá chame atenção. Na violência da morte sofrida por Andorinha, os tiros não foram suficientes. Se o diabo salvara o frade Manoel, tem-se a impressão de que os negros, por sua vez, em cada pontapé aplicado, exorcizavam sua ira pelos escravos Hermenegildo e Bernardino condenados às galés perpétuas, pela escrava Vitória, morta a

⁸¹ AESP, AHSS, CX: 06, Ano: 1835/1837, Índice: 001/0552.

⁸² A.P.C.B.H., DOC 2552 – Plano para Administração das Fazendas – 10/04/1833.

pancadas pelo Prior anterior, pelos escravos de Capão Alto, vendidos em maio, e pelo temor da venda e possibilidade de afastamento de seus laços de cumplicidade criados ao longo de tantos anos de relativa autonomia.

4.3 – O Cativo da Santa.

A documentação tem demonstrado que, tanto na cidade quanto no campo, o confronto ocorria apenas nos momentos onde havia a quebra dos acordos tradicionais de convivência entre frades e escravos. Como já observado, esse aspecto das cumplicidades construídas por longos períodos pode ser rastreado entre os escravos moradores do Convento de São Paulo para o ano de 1859. Em sua maioria, eram filhos de casais de escravos das fazendas do Convento de São Paulo. Notou-se que havia um convívio entre os que ficavam nas fazendas e os que foram transferidos para o convento. Situação reforçada pela relativa proximidade entre as propriedades.⁸³

Pesquisando os livros de casamentos existentes no Arquivo da Igreja Matriz da Cidade de Castro, onde está localizada Capão Alto, entre os anos de 1796 e 1856, é possível inferir essa mesma convivência.⁸⁴ Dos vinte e três casamentos observados, em vinte e um dos casos, os noivos eram filhos de casais de escravos que já pertenciam à fazenda. Interessa também que os casamentos foram celebrados na Igreja Matriz sob a supervisão do vigário secular José Loureiro de Almeida, e não um frade Carmelita como se poderia imaginar para uma propriedade de uma Ordem Religiosa. Essas cerimônias conduzidas por um padre secular, reforça a idéia de que Capão Alto fosse uma fazenda absenteísta.⁸⁵

⁸³ AESP, ORD. 3904 - Processo Crime do Assassinato de Frei Antonio Ignácio do Coração de Jasus Mello, Prior do Convento do Carmo da Cidade de São Paulo, cometido pelos escravos Bernardino e Hermenegildo - 6/08/1859.

⁸⁴ AMCC-PR, Livros de Casamentos nº 1, 3, 4 e 6.

⁸⁵ Sobre a questão da família escrava, ver entre outros: SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MOTTA, José Flavio. *Corpos Escravos, Vontades Livres*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999; FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; CORRÊA, M. “Repensando a família patriarcal

Também a análise dos Livros de Óbito do mesmo Arquivo para o período entre 1800 e 1854 confirma essa tendência. Grande parte dos escravos falecidos eram filhos de casais de cativos que viviam na fazenda Capão Alto, ou descritos como casados com escravos da mesma propriedade.⁸⁶ Para 1866, o Convento de São Paulo possuía trinta e oito escravos.⁸⁷ Desses, vinte e dois eram mulheres entre sete e sessenta anos e dezesseis eram homens entre quatro e cinquenta e nove anos. Dos trinta e oito cativos presentes, doze eram casados.⁸⁸

A mesma percepção de que havia famílias constituídas pode ser observada no processo de venda da fazenda Pernambuco pertencente ao Convento do Pará em 1868.⁸⁹ Nesse ano o Presidente da Província enviava uma relação dos cento e cinquenta e nove escravos crioulos que ocupavam a faixa etária entre recém-nascidos e sessenta e dois anos, arrematados no leilão da fazenda e dos quais cento e trinta e quatro formavam trinta e nove famílias.⁹⁰ Entre os cento e trinta e quatro escravos, cinquenta eram homens entre recém-nascidos e 60 anos. As mulheres somavam oitenta e quatro ocupando a faixa etária entre recém-nascidas e 62 anos. Do total dos escravos, vinte e cinco eram citados como *avulsos*.⁹¹ Nos casos em que o pai era mencionado, após o casal, seguiam os nomes dos filhos. Das trinta e nove famílias, apenas sete possuíam a descrição do pai como sendo *casado* com a mãe. Entre essas sete famílias a menor idade do homem casado era de

brasileira.” In: ALMEIDA, M. S. K. *et al* (Orgs.) *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994; COSTA, I. del N. da & GUTIÉRREZ, H. “Nota sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná. *História: Questões & Debates* 5. São Paulo, nº9, p. 313-312, dez. 1984. FRAGOSO, J. L. R. & FLORENTINO, M. G. “Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, nº17 (2), p.151-173, ago. 1987.

⁸⁶ AMCC – PR, Livros de Óbitos. ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

⁸⁷ Provavelmente entre a soma desses escravos não contava João que estava fugido e apenas em dezembro de 1866 foi recapturado. AESP, Nº de Ordem 1572, Livro – Penitenciária 1865/1868. Entrada e Saída de Presos. Delegacia de São Paulo.

⁸⁸ AESP, ORD: 5527 Santa Casa, Diversas Localidades e Conventos, 1824/1891.

⁸⁹ A movimentação burocrática das propriedades específicas ao Convento do Pará, por si já permitiriam a redação de outro trabalho. Em 1868, o convento e outros imóveis urbanos já estavam arrendados ao Bispo Diocesano sendo que as fazendas foram progressivamente vendidas ou arrendadas. No presente texto, optou-se por focar os casos envolvendo as propriedades dos conventos mais importantes da Província Carmelita Fluminense e que ainda possuíam frades em seu claustro.

⁹⁰ No documento enviado ao Ministério, o Presidente da Província do Pará informava que o valor alcançado pelos escravos estava aquém do que valiam e deixava ao governo a decisão de efetivar ou não a venda dos semoventes leiloados. A.N., Conselho de Estado, Caixa 548, Pct. 3, Doc. 41.

⁹¹ A.N., Conselho de Estado, Cx. 548, Pct. 3, Doc. 41.

cinquenta e a maior de sessenta e dois anos. As esposas estavam na faixa dos quarenta e sete aos sessenta e dois anos.

Nas outras famílias em que o nome do pai estava ausente, as mães era nomeadas em primeiro lugar e logo após seus filhos. Entre as vinte e nove mães, apenas duas tinham entre cinquenta e sete e sessenta e dois anos. Sete, estavam na faixa dos vinte e cinco aos vinte e oito anos. Vinte, entre os trinta e dois e quarenta e seis anos.⁹² Dos vinte e cinco escravos chamados *avulsos*, treze eram mulheres entre uma recém-nascida e cinquenta e seis anos. Os homens somavam doze entre três e cinquenta e oito anos. É possível apenas inferir, dada a natureza da fonte, que talvez os frades apenas computassem como uniões, as realizadas oficialmente. Importa notar também que todos os escravos nomeados como casados possuíam mais de quarenta e cinco anos.⁹³ Diante disso, talvez, a inexistência de pelo menos um frade no gerenciamento do Convento de Belém tenha influenciado na prática de casamentos oficiais e as uniões se mantiveram, ainda que consensuais. Entretanto como já citado, não se pode afirmar que havia, entre os Carmelitas, uma política institucional de incentivo ao casamento dos cativos. Caso tenha existido, tal política certamente sofreu abalos em decorrência da falta de frades para empreendê-la, como no Pará.

Como os de Capão Alto, Gaecá e Pernambuco, os escravos presentes em todas as propriedades conventuais não pertenciam a uma mesma faixa etária. Tanto os relatórios quanto as correspondências oficiais confirmam tratar-se de cativos de *todas as idades*.

Uma outra característica digna de nota é o fato de que nenhum dos escravos descritos em todo o período pesquisado recebia a denominação de cativo de nação. Todos são nomeados como crioulos ou mulatos.⁹⁴ Talvez tais aspectos permitam inferir um crescimento vegetativo entre a escravaria da Santa. Nos 91 óbitos observados em cinquenta e quatro anos para Capão Alto, cerca de 51 escravos, ou seja, por volta de 56% estavam na

⁹² A.N., Conselho de Estado, Cx. 548, Pct. 3, Doc. 41.

⁹³ A.N., Conselho de Estado, Cx. 548, Pct. 3, Doc. 41.

⁹⁴ Para os Beneditinos, no século XVIII, Schwartz explica parte desse universo da seguinte maneira: “Os gastos relativos aos escravos nas propriedades dos Beneditinos são particularmente interessantes porque parecem indicar uma diferenciação nas práticas atinentes à escravaria. Especialmente em fins de século XVIII, os Beneditinos adotaram uma postura em favor de melhores condições, que se refletiu na grande parcela das despesas referentes à alimentação, na relativamente baixa proporção de gastos com salários, devido ao uso de cativos artesãos e técnicos, e na reduzida taxa de aquisições de escravos, em virtude das boas condições de vida e do crescimento natural da escravaria.” SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p.192.

faixa etária de zero a dez anos. Por outro lado, a expectativa de vida nessas terras era alta: 18,6%, ou dezessete cativos, possuíam entre cinquenta e cem anos quando faleceram.

Ao longo do século XIX, o risco de rompimento desse contexto de estabilidade dos escravos, e que pode ser inferido pelas informações demográficas até aqui descritas, aumentou. As determinações do Definitório de 1857, por exemplo, estabeleceram que os Priores escolhessem as fazendas mais lucrativas e nelas colocassem os escravos que mais rendiam no trabalho. Esses, além de transferidos, perderiam a companhia de seus conhecidos, pois as fazendas e cativos menos satisfatórios seriam vendidos. Finalizava a decisão, organizando quais seriam as propriedades a serem negociadas para os próximos anos. Começariam pela fazenda da Pedra, pertencente ao Convento da Corte, depois passariam à fazenda Ariró, sob a guarda do Convento de Ilha Grande, e finalmente negociariam a fazenda Gaecá, pertencente ao patrimônio do Convento de Santos.⁹⁵

Até 1827, em umas poucas ocasiões, se detectou nos Relatórios Definitórios determinações como a do Capítulo, e, portanto, da elite administrativa da Província Carmelita Fluminense, para que o produto das alforrias e vendas dos *escravos maus* fosse aplicado na compra de novos cativos, dada a falta de braços para as fazendas do Carmo.⁹⁶

Entretanto, assim como a perspectiva de propriedade sobre os imóveis rurais, também a política de compra de novos escravos foi alterada ao longo do século XIX, na medida em que as pressões contra o Clero proprietário aumentaram. Por vezes, a questão da falta de braços nas fazendas voltava à baila, como em 1854. O Prior do Hospício de Itu pedia ajuda ao Capítulo. Afirmava que as terras sob sua administração rumavam para a total decadência, em função da falta de braços que as trabalhassem. Assim, como usualmente ocorria, o Definitório mandou que o Convento de São Paulo socorresse o de Itu com quatro casais de escravos de boa saúde e disposição. E os de Santos e Mogy das Cruzes com um casal cada.⁹⁷ Como pode ser observado pelo exemplo exposto, a partir da

⁹⁵A.P.C.B.H., Livro 5º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias.

⁹⁶Essa determinação é repetida em 1833. A.P.C.B.H., Livro 4º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense.

⁹⁷A.P.C.B.H., Livro 4º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense, p. 139.

década de 1850, o usual passou a ser o remanejamento da mão-de-obra. Não foi encontrado qualquer tipo de indicação de aquisição de novos escravos.⁹⁸

Assim como a compra, o arrendamento de cativos também sofreu alterações em função da diminuição de frades. Notou-se que, se, por um lado, o arrendamento de escravos facilitava a administração para os frades, como já mencionado, por outro, em muitos momentos, os contratos não foram cumpridos, principalmente quando o arrendamento envolvia terras e cativos a partir de 1860. Talvez tais problemas já fossem recorrentes nas primeiras décadas do século XIX, daí a presença de determinações como a de 1831, reafirmada em 1836, alegando que, em função dos prejuízos decorrentes do aluguel de escravos aos seculares, o Provincial mandava que qualquer novo arrendamento fosse feito apenas com autorização do Definitório.⁹⁹

Por outro lado, o grau de autonomia estabelecido em algumas fazendas, aliado a uma situação progressiva de arrendamento de parte dessas terras à sociedade leiga, possibilitou uma proximidade maior entre livres e cativos, como na fazenda Caguassu. Em fevereiro de 1826, o Alferes Comandante escrevia da Freguesia de Penha de França ao Presidente da Província. Informava que mandara prender Manoel Joaquim. O pedido de ajuda foi elaborado pelo feitor ao Prior, que, por sua vez, o transmitiu ao Alferes. Ao que parece, o pardo livre Manoel Joaquim era casado com uma escrava da fazenda Caguassu. Ali demonstrara péssima conduta, roubando as criações da vizinhança e *desonestara* uma outra escrava da fazenda. Não bastasse isso, andava *perseguido a outra sua própria cunhada para o mesmo execrando fim*.¹⁰⁰

Como já foi visto, no início do XIX, essa troca de favores, entre os frades e as autoridades seculares, não apresentava maiores conseqüências. Entretanto, ao longo do tempo, a perspectiva que a sociedade civil possuía dos frades, seus escravos e o universo gerenciado por tal relação foram alterados. Muitos são os artigos na imprensa que denunciavam o fausto no qual viviam os frades com *suas centenas de escravos, antes*

⁹⁸A.P.C.B.H., Breves Circulares e Correspondências do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 14 e Relatórios Ministeriais de 1854, 1855, 1856, por exemplo.

⁹⁹Determinação obviamente desrespeitada pelos Priores dos diversos conventos da Ordem. Idem, 1831.

¹⁰⁰AESP, ORD: 865, Ofícios Diversos.

bêbados e vadios.¹⁰¹ A comunidade leiga passava a censurar os frades por não fornecerem bons exemplos e controlar seus escravos. Progressivamente a culpa pelas transgressões não recaía mais sobre os cativos e sim sobre os senhores que não sabiam exercer seu direito de propriedade.¹⁰²

Mas, antes mesmo da sociedade civil perceber o patrimônio subutilizado de Ordens como a Carmelita, já em 1833, o Provincial Frei José de S. Eufrásia Peres denunciava a decadência que progressivamente se instalava nas fazendas. Afirmava que as mesmas não mereciam a consideração dos vizinhos. Também os foreiros e arrendatários desrespeitavam a propriedade dessas terras, recusando-se ao cumprimento do contrato. E, finalmente, os escravos viviam sob uma *espécie de liberdade*.¹⁰³ Uma das causas apontadas era o fato de que muitas terras estavam nas mãos de administradores seculares ou, em outros casos, nas mãos de escravos feitores.¹⁰⁴

Começava sua argumentação afirmando que a especificidade da Ordem de trocar um Prior a cada três anos era no mínimo perniciosa para o rendimento das fazendas. Isso porque era de *conhecimento que os escravos da Religião, acostumados a trabalhar, quando quer[iam] e como quer[iam]*. Dificilmente se sujeitavam a um serviço mais duro ou ativo, fugindo sempre que possível. Depois de um tempo, encontravam um padrinho que intercedesse a fim de conseguir a mudança de uma para outra fazenda do agrado do escravo até que viesse a nova eleição capitular e outro Prior assumisse.

Assim, como era de praxe que o novo religioso encarregado *em geral* perdoasse *os fugidos*, tudo voltava ao normal, estabelecendo-se novamente uma situação confortável ao escravo. Situação essa que enfraquecia a autoridade de qualquer administrador, pois os obrigava ou a renunciar ao emprego ou a *contemporizar com os escravos*. Afastava-se de sua obrigação inicial, que era zelar pelos interesses do Carmelo, procurando então vantagens pessoais.

¹⁰¹HM, Revista Comercial, ano X, nº93, p. 03, 05/08/1859.

¹⁰²Paulo R. Staudt Moreira trabalha essa questão para os cativos de Porto Alegre no livro: *Os Cativos e os Homens de Bem. Experiências negras no Espaço Urbano. Porto Alegre – 1858/1888*. Porto Alegre: Edições Est, 2003.

¹⁰³A.P.C.B.H., DOC 2552 – Plano para a Administração das Fazendas.

¹⁰⁴A.P.C.B.H., DOC 2552 – Plano para a Administração das Fazendas.

Quando a fazenda não estava entregue a essa natureza de administrador, estava nas mãos de um outro tipo que, segundo o frade, era o *Escravo Feitor*. Geralmente rodeado de parentes e amigos, muitas vezes, esse escravo não merecia *consideração da parte de seus senhores, ameaçados com castigos na presença daqueles mesmos a quem eles dev[iam] castigar*.¹⁰⁵

Nota-se a presença desse personagem, muitos anos depois, na fazenda Gaecá.¹⁰⁶ Por que o administrador assassinado chegaria para escolher e vender escravos *serra acima*? Possivelmente porque um mesmo administrador cuidava de várias fazendas da Ordem e porque os frades eram em número progressivamente restrito. Assim, os escravos feitores faziam sentido nesse contexto. Esse aspecto foi também observado no início do século XIX, quando o crioulo Salvador foi indicado como escravo e feitor da fazenda Itaim,¹⁰⁷ ou ainda em 1859, no processo de assassinato do Prior de São Paulo, que tinha no ex-escravo do convento, mestre Julião, uma espécie de feitor de seus cativos em São Paulo.¹⁰⁸ Nesse mesmo processo, o Procurador do Convento do Carmo de São Paulo, João José Vieira Guimarães assinalava a existência de um escravo feitor também para Capão Alto. Como testemunha jurada, afirmava que não ordenara que o escravo Hermenegildo fosse na sexta-feira à noite, quando ocorreu o assassinato, para a fazenda Sorocamirim dar o recado a Paulo feitor e que este não fosse a Curitiba.¹⁰⁹

Rugendas em sua viagem ao Brasil durante 1835, já havia percebido a importância da boa escolha dos feitores, em específico se fossem escravos. Afirmava que

¹⁰⁵ A.P.C.B.H., DOC 2552 – Plano para a Administração das Fazendas .

¹⁰⁶ Ou ainda o escravo Francisco, solteiro de cinquenta anos, capataz da Fazenda Capão Alto e que, em 1846, morreu afogado no Rio Iapó. A.M.C.C. – PR., Livro de Óbitos nº 3, Folha 14, 27 de dezembro de 1846.

¹⁰⁷ AESP, ORD: 37-A, População 1836/1847. Maço de População para a Freguesia de Penha.

¹⁰⁸ Como já mencionado, Julião Antonio do Espírito Santo fora escravo, filho de Antonio e Faliciaria. Nascido em São Sebastião, provavelmente na Fazenda Gaecá, vivera no Convento de Santos e, em 1859, era livre, com cerca de trinta anos de idade. Era carpinteiro e cuidava da fiscalização dos cativos do convento na cidade de São Paulo, nas diversas obras nas quais trabalhavam. Também foi mestre Julião o responsável por organizar todos os escravos e esperar a chegada dos brancos quando descobriram o corpo do Prior. AESP, ORD. 3904 - Processo Crime - Assassinato de Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello cometido pelos escravos Bernardino e Hermenegildo, 6 de agosto de 1859.

¹⁰⁹ AESP, ORD. 3904 - Processo Crime - Assassinato de Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello cometido pelos escravos Bernardino e Hermenegildo, 6 de agosto de 1859.

“um dos primeiros e mais importantes deveres do senhor é o de escolher com grande cuidado o seu feitor. Em geral, pode-se confiar nos feitores que são também escravos muito mais do que no outros, pois dependem, eles próprios, inteiramente, do senhor; mas é precisamente sobre estes que a fiscalização mais cuidadosa do dono deve recair, a fim de que não se mostrem demasiado severos para com seus companheiros de infortúnio. Empregam-se também brasileiros, ou mulatos livres, como feitores, e, em geral, é sob a direção destes que os escravos vivem melhor; pois os feitores europeus são os mais duros.”¹¹⁰

Já em 1833, o Provincial Frei José de S. Eufrásia Peres alertava que, uma vez tratados como iguais pelos outros cativos, tais feitores estavam sempre no risco de envolvimento com intrigas locais, geradoras de situações de humilhação ou então afronta, tumultuando o cotidiano da fazenda.

“(...) obrigados por considerações particulares a tratar com distinção e melindre alguns parceiros cuja inimizade pode ter para eles mau resultado, possuídos da triste lembrança de uma escravidão vitalícia, os Feitores Escravos são entes quase nulos na administração das fazendas e pode dizer-se, que eles não são mais do que anunciadores do serviço, que no outro dia se há de fazer, serviço ordenado sem método e do qual não resulta utilidade.”¹¹¹

Dessa forma, os escravos das fazendas estavam sob sua própria responsabilidade, sendo que sua autonomia de fato:

“(...) lhes permite fazer o que querem, entregarem-se a muitos vícios, não respeitarem como devem os feitores, sofrerem mil necessidades, não acharem prontos recursos nas suas enfermidades, prolongarem por falta de tratamento o tempo da convalescença, transtornarem muitas vezes o regime do curativo, vendo-se necessitados a procurar o sustento, a mostrarem-se pouco empenhados em trabalhar para um senhorio, que não mata sua fome, nem cobre sua nudez.”¹¹²

As preocupações detectadas anteriormente e relativas ao cotidiano dos escravos da Santa sob a responsabilidade dos frades e nas mãos de diferentes perspectivas administrativas não foram solucionadas. Pelo contrário, agravaram-se ao longo do século

¹¹⁰ RUGENDAS, Johann Moritz. OP. Cit, p. 239 e 240.

¹¹¹ RUGENDAS, Johann Moritz. OP. Cit, p. 239 e 240.

¹¹² RUGENDAS, Johann Moritz. OP. Cit, p. 239 e 240.

XIX e permitiram que, nas décadas de 1850 e 1860, fossem encontradas indicações de que nada havia mudado nas fazendas.

O que fica é que, acuados pelo Império, os frades de cada um dos conventos da Província Carmelita Fluminense só podiam contar externamente com suas amizades leigas, forjadas ao longo de anos de troca de favores e gentilezas, e internamente com acordos específicos construídos com seus cativos. Por outro lado, só é possível ao historiador acessar tais acordos no momento em que, por uma ou outra razão, fracassaram, extrapolando o consuetudinário e chegando aos olhos da lei Imperial.

Tais acordos poderiam ser individuais, coletivos e interferir ou não no cotidiano da sociedade leiga. Como exemplo dos individuais, é possível citar o caso do Prior de São Paulo, Frei Antonio Inácio do Coração de Jesus Mello, que não acreditou nos riscos de infringir a palavra dada aos seus escravos. Por não ressarcir Bernardino em seus sábados e domingos perdidos cuidando dos bexiguentos, pagou com sua vida.

Outros acordos poderiam ser coletivos, como os de Capão Alto, que duraram mais de sete décadas, ou ainda como os da fazenda Sorocamirim, que, já na década de 1820, transformava-se em um incômodo para as autoridades.¹¹³ Essa fazenda também pertencia ao Convento do Carmo de São Paulo e estava localizada na Freguesia de São Roque. Em 19 de agosto de 1824, o sargento comandante Manoel Francisco Roza escrevia ao administrador daquela localidade, informando que não pudera cumprir as ordens que recebera, ou seja, capturar os escravos Carmelitas Paulo e Bernardo, fugitivos dos *trabalhos da fortificação da terra*.¹¹⁴ Acrescentava que os fujões estavam *bastantemente ocultos e socorridos pelos mais escravos da Fazenda*.

¹¹³ Pelo Relatório Ministerial de 1872, a fazenda Sorocamirim possuía em 1858, cem escravos avaliados em 40:000\$000 rs.

¹¹⁴ Nesse período, era comum que os escravos dos frades fossem requisitados para a recuperação de estradas ou obras públicas. De acordo com o contexto vivido, os Piores poderiam ceder ou não ao pedido do Estado. No dia 14 de março de 1826, o Prior Frei José da Purificação Soares se negava a emprestar os escravos pedidos pelo Capitão-mor Eleutério da Silva Prado, a fim de que consertassem o caminho de Santos. Entretanto, em 15 de setembro do mesmo ano, o Capitão Francisco Mariano Galvão informava ao Presidente da Província de São Paulo que o trabalho nas Estivas da Estrada de Santos era realizado pelos *apenados* em conjunto com os *escravos do Carmo*. AESP, ORD.865 – Ofícios Diversos Capital e São Roque.

Muitos anos depois, em 1836, ao que parece, a fazenda Sorocamirim ainda mantinha a prática de proteção aos seus iguais. Em 24 de março, o administrador de São Roque era informado pelo Inspetor de Quarteirão que:

*“(...) naquela Fazenda se achão acoitados alguns indivíduos forros e captivos que tendo feito alguns roubos pelas vizinhanças e já vão alongando até o povoado; e até os escravos da mesma Fazenda respondem que ali não consentirão chegar próximo alguém que vá destinado a fazer prisão; enquanto que naquela Fazenda se estão refugiando indivíduos que se pretendia recrutar porque estavam em muito boas sircunstancias; pello aspecto que apresenta aquela Fazenda logo se constitui num formidável Quilombo e bastantemente fructuoso de [?] pella apreensão [?] que não se poderão atacar. (...)”*¹¹⁵

Não satisfeito com as informações prestadas pelo Inspetor, pesquisou a vizinhança da fazenda do Carmo concluindo que as informações colhidas completavam os dados apresentados pelo Inspetor. Além disso, acrescentava uma questão de limite de poder em seu relatório informando que:

*“(...) os negros daquela Fazenda chegam a ameaçar com armas os que pretendessem lá chegar com violência, dizendo que tem ordem do Reverendo Prior para não fazerem caminho nem obedecerem a authoridade de fora daquela Fazenda. Noto portanto, que na dita Fazenda se achão sento e tantos escravos somente pertencentes a ella, fora os que se vão reunindo de outras partes, entre forros e captivos, e por isso o Inspetor declara que efectuado o Quilombo, será preciso grande força.”*¹¹⁶

Pela movimentação das fontes, observa-se que a denúncia da autoridade de São Roque surtiu efeito. Em 21 de janeiro de 1837, o Prior do Carmo de São Paulo respondia a um Ofício do Presidente de Província. O Prior Frei Joaquim Antonio Pinto fornecia uma outra percepção da situação dos escravos: alegava que o Inspetor de quarteirão, a mando do governo, entrara na fazenda pretendendo conduzir os escravos e o feitor para *fazer um caminho*, sem antes acordar tal atitude com o legítimo senhor daqueles cativos. Quanto à questão de que os escravos estivessem abandonados; enfatizava que ele e os

¹¹⁵AESP, Ofícios Diversos, São Roque. Esses documentos foram gentilmente cedidos pela antropóloga Débora Stucchi.

¹¹⁶AESP, Ofícios Diversos, São Roque..

administradores anteriores tinham *o especial cuidado de conter os escravos na mais restrita obediência*.¹¹⁷

Em 4 de fevereiro de 1837, a autoridade municipal de São Roque rebatia a argumentação do Prior. Informava que os religiosos não mantinham controle sobre seus cativos, o que decorria em *crimes*. Acrescentava que:

*“(...) se taes Escravos vos tem a sugeição como inculca o Prior, não deverião andar pella vizinhança mendigando serviço para comerem e com liberdade de transitarem por onde querem de dia e de noite, embora o Prior pretenda ocultar estes procedimentos as vistas de V. Excia., quando é sabido que, Fazendas existem com administradores brancos, e não podem conseguir a regularidade que o referido Prior explana em seus Escravos, que tem por Feitor outro negro, (...)”*¹¹⁸

Enfatizava ainda que o Prior ignorava o que se passava em sua fazenda, acomodado em seu convento, não se dando conta das *maldades praticadas por seus escravos* que incentivavam a fuga de outros cativos da região escondendo-os nas terras Carmelitas. Finalizava informando que, se os senhores presentes e cientes de tudo o que ocorria com seus cativos enfrentavam dificuldades em submetê-los, como explicar que o Prior do Carmo, distante cerca de treze léguas de sua fazenda e com um feitor negro, conseguisse tamanha tranquilidade na condução de seus *sento [sic] e tantos Escravos*?

Independente das trocas de acusação, permanecia o fato de que as obras do *Caminho* não prosseguiram, e ninguém das autoridades da região tinha coragem de convocar o feitor e seus escravos para tal trabalho.

Guardadas as devidas proporções, sem deixar de lado as possíveis disputas de poder entre as autoridades de São Roque e os Carmelitas, ou entre estes e o Presidente de Província, a descrição do Inspetor evidencia uma extrema segurança dos cativos no exercício de sua autonomia, sobretudo porque, para além de proteger os fugitivos, eles ainda demarcavam uma fronteira entre as leis dos brancos e o universo criado nas terras da Santa em Sorocamirim, ameaçando qualquer um que se atrevesse a desrespeitá-lo.

¹¹⁷ AESP, Ofícios Diversos, São Roque.

¹¹⁸ Ofícios Diversos, São Roque, AESP.

Talvez, em função da experiência dos escravos da Santa em fazendas como Sorocamirim, é que, mesmo depois de presos, os cativos de Gaecá não tenham se conformado. Alguns meses após o levante, em 28 de junho de 1865, o Juiz Municipal substituto de São Sebastião respondia ao ofício enviado pelo Prior de Santos, Frei Manoel de São Vicente Ferreira. O religioso pedia que informasse por que mantinha encarcerados dezoito escravos da fazenda Gaecá. Perguntava também sobre o comportamento dos cativos na cadeia, se era prudente que o convento os mantivesse como escravos e que dano tal grupo poderia causar ao município.¹¹⁹

O Juiz, por sua vez, mencionava a conduta irregular assumida pelos prisioneiros. Essa opinião já fora emitida pelo Presidente da Câmara Municipal em 16 de junho de 1865. João Fernandes de Oliveira afirmava que os escravos Carmelitas presos eram *maus*. Acreditava que, à época do assassinato do administrador Andorinha, os rebelados teriam matado *qualquer outra pessoa livre que ali se achava* e que apenas *a providência* fizera com que o frade Prior escapasse.

A natureza desses escravos estava comprovada pelo seu comportamento na prisão. O Presidente da Câmara relatava que tentaram fugir e alguns alcançaram sucesso, mas foram novamente aprisionados. Entretanto, completava:

*“(...) não é menos certo, que a insubordinação d’estes escravos têm de certa época para cá chegado ao maior auge, a ponto de permanecerem a maior parte do tempo fugidos o maior número deles, levando para os quilombos até crianças recém-nascidas, é que por todas estas circunstâncias não convém por forma alguma sua existência neste Município, a fim de evitar à que seja mais perturbada a tranqüilidade pública.”*¹²⁰

Ao que parece - pelo texto transcrito acima - os cativos da Santa ainda não haviam se submetido à mudança dos tempos e continuavam, na medida do possível, exercendo a autonomia conquistada em Gaecá ao longo de muitos anos. Talvez soubessem que esse

¹¹⁹ A.N., Microfilme Rolo 013-3-77, Documentação da Província Carmelita Fluminense.

¹²⁰ A.N., Microfilme Rolo 013-3-77, Documentação da Província Carmelita Fluminense.

modo de vida não duraria muito e por isso fugiam da cadeia para levar *para os quilombos as crianças recém-nascidas*.¹²¹

A certeza que permanece, na documentação pesquisada, é que controlar tais escravos tornava-se uma árdua tarefa, em específico, quando os acordos tradicionais com seus feitores frades eram quebrados; tornando-os uma ameaça à comunidade leiga.

Isso pode ser observado no caso de Capão Alto também. A pesquisa realizada na cidade de Castro e no Arquivo do Estado do Paraná, para o recorte cronológico desta pesquisa, não detectou nenhum processo crime ou mesmo cível envolvendo os escravos e a própria fazenda. Conforme a denúncia de um frade Carmelita, indignado com o Ministério do Império,

*“(...) O arrendatário já retirou 216 escravos para a cidade de São Paulo, para emprega-los na estrada de ferro! Que doloroso espetáculo ver essa escravatura, nascida e criada nesse lugar, banhada em lagrimas ao retirar-se dessa Província no meio de baionetas, sendo essa escravatura tão morigerada, como toda Província attesta! (...)”*¹²²

Apesar de propriedades privadas, sempre que necessário, a sociedade laica manifestava-se sobre os escravos da Santa, fosse via imprensa ou atos mais diretos de interferência no cotidiano de tal cativo. Um exemplo pode ser observado tanto na busca de socorro quanto na luta pela liberdade. O escravo da Santa não estava restrito ao universo conventual: ele circulava, comprava e convivia entre o mundo dos frades, as estradas e as ruas das cidades. Fosse por meio dos contratos de arrendamento, fosse realizando compras pessoais ou para o cotidiano conventual, ou ainda prestando pequenos serviços contratados pelos moradores locais.

¹²¹ Sobre a movimentação de escravos entre o quilombo e as vilas ver: GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro. Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹²² Cabe ressaltar que a indignação do frade não é neutra uma vez que o responsável pelo contrato foi o Visitador Apostólico, considerado pelos frades uma abominação para a autonomia Carmelita. Carta do Vigário Capitular Monsenhor Félix Maria de Freitas e Albuquerque ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império, 6 de junho de 1864. A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 932, Pct. 94, Doc: 108 e A.N., Conselho de Estado, Cx. 535, Doc. 55.

Já em 1839, uma determinação Capitular mandava que os Piores não permitissem que os escravos da Santa freqüentassem as casas da comunidade secular,¹²³ o que parece não ter sido obedecido: em 1859, por exemplo, o escravo do Convento de São Paulo, Francisco Antonio, de quinze anos, era aprendiz de barbeiro e morava na casa de Paulino José Mariano.¹²⁴ Em novembro de 1860, o Prior de São Paulo, em correspondência confidencial ao Visitador, informava sobre alguns escravos que tencionavam ser alforriados e que levantavam o dinheiro junto a *pessoas de representação na cidade*.¹²⁵

Algumas regras para a aquisição da liberdade foram estabelecidas em 1842, mas é questionável que tenham funcionado na década de 1860. Contudo a tentativa de uma sistematização como forma de controle das propriedades mais distantes e dos frades por elas responsáveis é importante. O Capítulo de 1842 definia uma espécie de tabela de preços para os Piores se guiarem na determinação do valor geral das alforrias. Os escravos e escravas de até oito anos de idade deveriam pagar 200\$000 rs; entre oito e quatorze anos, 300\$000 rs; para as mulheres acima de quatorze anos, o valor subia para 400\$000 rs; e os homens passavam a valer 500\$000 rs. Em linhas gerais, os escravos conhecidos como oficiais custavam 600\$000 rs. e valeriam mais de acordo com suas habilidades, qualidades e cor.¹²⁶

A fuga também era uma alternativa presente. Principalmente quando o escravo compreendia a movimentação burocrática da Ordem. Por exemplo, como já mencionado, até 1850, o Prior de um convento e dos patrimônios a ele ligado administrava por três anos, quando então era trocado; via eleição capitular. Muitos escravos se aproveitavam dessa especificidade para fugir e voltar apenas quando um novo religioso assumisse.¹²⁷

¹²³ A.P.C.B.H., Livro 4º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense.

¹²⁴ AESP, Autos de perguntas feitas a Testemunha Informante, Processo Crime.

¹²⁵ A.P.C.B.H., Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 14.

¹²⁶ A.P.C.B.H., Livro 4º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense, p. 99.

¹²⁷ Talvez esse fosse o caso de Manoel, que fugiu do convento de Santos em setembro de 1860, ou João, escravo do Carmo, capturado e recolhido à Cadeia de São Paulo em 23 de dezembro de 1866. FAMS, Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Vol. 13, 1860/1864 e AESP, N° de Ordem 1572. Eduardo Silva qualifica esse tipo de fuga como fugas reivindicatórias. SILVA, Eduardo. "Fugas,

Em geral, os fujões não se distanciavam muito de seus antigos laços. Perambulavam entre o mundo da cidade, da fazenda e dos quilombos até que pudessem voltar ou fossem descobertos. Em julho de 1865, o escravo Rodrigues, de propriedade do fazendeiro de Taubaté, Joaquim Gomes Nogueira, foi recapturado e respondia a algumas perguntas do Delegado da vila de São Sebastião.¹²⁸ Era natural dessa vila e estivera fugido por cerca de quatro anos. Nesse período, ficara escondido trabalhando na casa de Dona Linda, irmã do Vigário Padre José Antonio Pinto.

Ali cuidava da limpeza dos pés de café e plantava mandioca. Como Dona Linda fornecia almoço, jantar, ceia e roupa, recebia um cruzado por mês. A “patroa” sabia que era fugido, tanto quanto os outros escravos que trabalhavam em sua propriedade, e havia recomendado que não deixasse que ninguém o visse. Nesse universo paralelo dentro da mesma vila de São Sebastião, convivera por *cousa de dois anos, dias antes do barulho que teve lugar nessa fazenda de Gaecá* com três outros escravos fugidos da mesma propriedade Carmelita: Jordão, sua mãe, Bárbara, e sua cunhada.

Infelizmente as dificuldades burocráticas da pesquisa histórica no Brasil não permitiram que pudesse encontrar o processo da rebelião de Gaecá. Mas é possível inferir que, após tanto tempo de convivência intensa, escondidos dos olhos do administrador, Jordão não suportou a idéia de perder, através do arrendamento, a proximidade com seus irmãos de cativeiro. Acuado, transformou-se em perseguidor de Andorinha, sendo pronunciado como um de seus assassinos.

Dos escravos envolvidos na rebelião de Gaecá e entre os dezoito aprisionados, cinco foram levados a julgamento. Antonio foi condenado à morte, Francisco e Daniel às galés perpétuas e, finalmente, Bertolino e Jordão foram absolvidos.¹²⁹ O Juiz de Direito não se

revoltas e quilombos: os limites da negociação”. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

¹²⁸ A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Microfilme Rolo 013-3-77.

¹²⁹ Em 21 de fevereiro de 1865 a revista Comercial dava a seguinte nota sobre o caso: “*Jury de S. Sebastião – Comunicam-nos que na sessão do jury que na semana passada teve lugar naquela vila, forão julgados os cinco escravos da fazenda Carmelita, acusados de terem assassinado no dia 3 de dezembro do ano passado, o português Antonio Augusto Teixeira, vulgo Andorinha, e tentado contra a vida do frei Manoel de São Vicente Ferreira. Foi condenado a pena última o creoulo Antonio, dois dos outros a galés perpétuas e os mais absolvidos.*” FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº71, p.01, 1865.

conformou com a sentença proferida aos dois últimos, levando o caso à Corte de Apelação, mas não foi possível atestar se um novo julgamento efetivamente aconteceu.¹³⁰

Interessa menos saber se houve final feliz e Jordão pôde voltar para perto de sua família. Mais importante é observar pelas recusas e rotas de fuga criadas, que os escravos souberam aproveitar-se de um contexto muito específico para seus senhores para criar alternativas de “liberdade” dentro do cativeiro.

4.4 – Um novo contexto conduz a novas estratégias.

A década de 1860 e 1870 forjou um novo panorama tanto para os frades quanto para seus escravos. Ao longo do Capítulo II desta pesquisa explicitou-se de que forma a Província Carmelita Fluminense passou a ser progressivamente fiscalizada pelo Império atingindo o ápice com a instauração do regime de Visitadores Apostólicos.

Por outro lado, o universo da disputa entre defensores do trabalho escravo e do trabalho livre se modificara sensivelmente após a Lei de Extinção do Tráfico, a Lei de Terras, ambas de 1850¹³¹ e a Lei do Ventre Livre de 1871.¹³² Joseli Mendonça em seu texto sobre o panorama que originou e as conseqüências da Lei dos Sexagenários de 1885 explica que nas últimas décadas do século XIX, reconhecer que a escravidão estava com seus dias contados não significava que fosse uma situação solucionada. Acrescenta que uma “coisa era defender as vantagens da ‘sociedade livre’”. Outra, bem diferente, era transformar uma

Em 1870 havia ainda a discussão do Júri de São Sebastião sobre quem pagaria as despesas da força para a execução. AESP/AHSS, Cx: 09, Ano 1865/1875, Índice: 001/1028, nº 663.

¹³⁰ A.N., Corte de Apelação, nº 5030, Cx. 5724, 2 de maio de 1865.

¹³¹ MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998, COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976. CAVALCANTE, José Luiz. “A Lei de Terras de 1850 e a Reafirmação do Poder Básico do Estado sobre a Terra” In: *Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*. Edição nº 2, junho de 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br> Acesso em novembro de 2005.

¹³² PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial, jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.

sociedade que convivera durante mais de três séculos com a escravidão em uma sociedade livre”.¹³³

Inseridos nesse contexto é que em 1869, seis escravos do Convento do Carmo da cidade de Mogy das Cruzes disputavam com o Visitador Apostólico Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo, o direito de manter a liberdade que lhes fora concedida pelo antigo Prior por meio de cartas de alforria.¹³⁴

O Procurador do Visitador, Dr. Izidoro Boucault pretendia provar alguns pontos. Antes, porém, afirmava que a convicção nos pontos apresentados decorria de uma consulta prévia do Visitador ao Procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional. O primeiro relacionava-se à participação do Visitador Apostólico que considerava legítima, pois sua autoridade, como delegado do Governo Imperial, se sobrepunha a do antigo Prior do Convento de Mogy Frei Antonio da Virgem Maria Muniz Barreto.¹³⁵ O segundo, que os escravos Hygina, Severino, Eufrosina, seu filho Cypriano, Ignes e seu filho menor de um ano sempre foram e continuavam sendo escravos da Ordem e, conseqüentemente do Visitador Apostólico. Terceiro, que os réus não possuíam direito algum à liberdade na qual foram mantidos, porque o ex-Prior não tinha poderes para lhes outorgar as referidas alforrias uma vez que, foram conferidas posteriormente ao Aviso de 6 de dezembro de 1865 que definia que em função da Província Carmelita Fluminense estar sob um regime de Visitação Apostólica, cessavam todos os poderes das autoridades locais do Carmo e tornavam-se portanto, nulos e sem efeito todos os atos que não fossem praticados pelo mesmo Visitador e pelas autoridades por ele constituídas. Além disso, as cartas de alforria

¹³³ MENDONÇA, Joseli M. N.. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 1999, p..51.

¹³⁴ AESP, 1º Cartório de Mogy das Cruzes, CO 7944, Autos de Libelo, Seção de Manuscritos.

¹³⁵ Frei Antonio da Virgem Maria Muniz Barreto nasceu na Vila de São Sebastião em 9 de março de 1833, tomou o hábito em 27 de fevereiro de 1854 e professou em 28 de fevereiro de 1855, alguns meses antes do Aviso Imperial impedindo a entrada de noviços. Foi eleito Prior do Convento de Mogy em 1864 e ali ficou até 7 de fevereiro de 1919. Em curtos períodos foi em 1873, Presidente e Administrador do Convento de São Paulo e entre 1901 e 1905 foi Administrador do Convento de Santos. A.P.C.B.H., Documentação organizada por frei Alberto Nicholson na década de 1940.

concedidas em janeiro de 1868 só foram registradas no mês de fevereiro quando o *outorgante* Frei Muniz já não era mais o Prior do Convento de Mogy.¹³⁶

Internamente o Aviso de 1865 era fruto de uma situação mais ampla detectada pelo Visitador Apostólico de 1860 sobre o abuso dos Piores na dissipação dos bens dos conventos entre outros aspectos, no que tangia às cartas de alforria. Em 6 de setembro de 1860 uma resposta era enviada pelo Visitador ao Prior do Carmo de Vitória mencionando que o antigo responsável pelo convento libertara alguns escravos de forma irresponsável e perguntava o que deveria fazer em um caso desses. O Visitador pedia desculpas pelo atraso, pois havia consultado o Ministro da Justiça chegando à seguinte conclusão:

*“Principiarei por este tópico. Com quanto muito se indignasse o sr. Ministro com um tal proceder do prior passado o Pe. Neves, foi contudo de opinião que se entregassem as cartas aos libertados, por ser muito séria, e grave a causa da liberdade e não ser honesto entrarmos em nulidades em taes negócios prometendo-me, com mais vagar, mandar-me um Aviso de repressão, a fim de cortar abusos taes. Isto já o Rmo.Pe.Me. Secretário lhe participou, por minha ordem, devolvendo-lhe as quatro cartas. (...)”*¹³⁷

Diante disso, é possível afirmar que a disputa ocorrida em Mogy em 1868, envolvia de um lado um grupo de escravos urbanos que conhecia o universo no qual estava inserido, um Prior desobediente que não acreditava que a tradição passava a ser substituída pela intervenção de um Visitador Apostólico e mais um contrato de arrendamento envolvendo a família Brandão e a fazenda Sabaúna.

Sabaúna pertencia ao patrimônio do Convento de Mogy das Cruzes e em três de agosto de 1866, o Visitador Frei José Damásio de São Vicente Ferreira havia escrito ao então Prior Frei Antonio Muniz de Santa Maria explicando que as dívidas da Província Carmelita Fluminense chegavam a duzentos contos de réis e que a fazenda Sabaúna não

¹³⁶ Entretanto na documentação interna à Ordem, em 16 de fevereiro de 1867, o Vigário-Prior Frei Antonio da Virgem Maria Muniz Barreto, responsável pelo convento de Mogy das Cruzes concede uma carta de alforria à escrava Higinia de cerca de 35 anos e à escrava Ignês de cerca de 25 anos em atenção aos bons serviços prestados a Ordem Carmelitana. Ver:Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-3-77.

¹³⁷ A.PCBH, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 6

apresentava qualquer rendimento que justificasse a manutenção de sua administração nas mãos dos Carmelitas. Diante do exposto, pedia que o Prior mandasse avaliar a terra e os escravos, arrendando-os a *quem melhor preço oferecesse*.¹³⁸

Em março de 1867, o Prior preferiu enviar ao Provincial Frei José Tavares Bastos e não ao Visitador, as informações pedidas sobre a fazenda Sabaúna. Ao que parece estava atrelada ao edifício do convento. Possuía *uma légua e meia de testada, e três léguas de fundo*. Suas terras eram de ótima qualidade produzindo milho, feijão, café, cana e alguma mata virgem. Quanto aos escravos:

*“(...) Passou atualmente o Convento 48 escravos a saber 29 do sexo feminino, e 19 do masculino nem todos foram avaliados, porque alguns estavam ausentes por fuga, e outros fora do município com lucro do Convento; assim só foram avaliados 34, e destes, dois foram estimados, estando ausentes na casa religiosa sita nesta Cidade, sem que tivessem podido os avaliadores comunicar um juízo consciencioso acerca de seu preciso valor que deverão receber, porque na verdade são as melhores peças da casa”*¹³⁹

Finalizava informando que a avaliação havia sido feita por um advogado de Mogy a mando direto do Visitador Apostólico e sem a interferência do Prior. Portanto a considerava *menos regular*, pois chegou a 51:962\$000 rs., um valor muito abaixo do que na realidade a fazenda, bem feitorias e escravos valiam.¹⁴⁰

A documentação demonstra que, a melhor oferta ocorreu em 1867 e foi de José Bernardo Brandão cujo filho José Bernardo Brandão Junior desde 1866 já havia arrendado a fazenda Gaecá.¹⁴¹

¹³⁸ AESP, 1º Cartório de Mogy das Cruzes, CO 7944, Autos de Libelo, Seção de Manuscritos, fl 29.

¹³⁹ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct. 30, Doc. 17.

¹⁴⁰ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 920, Pct. 30, Doc. 17.

¹⁴¹ De acordo com o Relatório Ministerial de 1872, o mesmo José Bernardo Brandão Jr já havia arrendado a fazenda Gaecá que pertencia ao Convento de Santos em 1866 por um contrato de vinte anos. A avaliação da terra era 6:880\$000 rs. e seus treze escravos 2:620\$000 rs. Contudo no Relatório mencionado no campo nomeado Arrendamento consta apenas 800\$000 rs. Já a fazenda Sabaúna pertencente ao Convento de Mogy foi arrendada por José Bernardo Brandão em 1867 também por vinte anos. O valor da terra era de 30:362\$000 rs. e seus 43 escravos valiam 22:500\$000 rs. No campo nomeado Arrendamento consta 3:500\$000 rs anuais.

A confiança do Visitador na família Brandão era tanta que logo em 25 de janeiro de 1868, Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo passava uma procuração a José Bernardo Brandão cujo teor era o seguinte:

*“(...) especialmente para receber do Reverendo Prior do Convento do Carmo de Mogy das Cruzes, o referido Convento e todos os bens a elle pertencentes inclusive escravos, tudo conforme a relação que nesta data lhe entrega segundo o que lhe foi determinado em suas cartas de ordens, concede todos os seus poderes(...)”*¹⁴²

Com esta procuração em mãos, José Bernardo Brandão, subestabeleceu seu filho José Bernardo Brandão Jr. como seu representante. Este, por sua vez, repassou os citados poderes a Dr. Izidoro Boucault que residia em Jacarehy, a fim de que pudesse representá-lo em Mogy das Cruzes.

Enquanto esse processo burocrático ocorria, em 15 de janeiro de 1868, o então Prior alforriou: o escravo Severino de cerca de quinze anos, a escrava Eufrosina de cerca de trinta e cinco anos, seu filho Raimundo de seis meses de idade, Hygina de cerca de trinta e cinco anos, Ignês de cerca de vinte e dois anos e seu filho de colo. A justificativa para todas as cartas foi *em atenção aos bons serviços prestados*.¹⁴³

Entretanto em 27 de janeiro de 1868, o Visitador enviou outra correspondência ao Prior. Informava que em função da análise das contas do Convento de Mogi e da dívida que era maior do que o frade havia informado anteriormente, julgava *desnecessária a estada d’um Religioso nesse Convento revestido do caráter de Prior*. Diante disso, mandava que Frei Muniz entregasse os *bens, convento, escravos, alfaías* ao arrendatário José Bernardo Brandão, após o que deveria se recolher como *conventuário ao convento de São Paulo*.

O reconhecimento das cartas de liberdade só ocorreu em 10 de fevereiro de 1868 e portanto após a procuração passada pelo Visitador Apostólico.¹⁴⁴ Diante disso, o

¹⁴² AESP, 1º Cartório de Mogy das Cruzes, CO 7944, Autos de Libelo, Seção de Manuscritos, fl 10.

¹⁴³ AESP, 1º Cartório de Mogy das Cruzes, CO 7944, Autos de Libelo, Seção de Manuscritos, fl 12 a 18.

¹⁴⁴ Um excelente trabalho sobre a questão das cartas de alforria em São Paulo é o de: BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: Liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

Procurador requereu que o Delegado apreendesse os réus que por sua vez pediram a nomeação de um Curador estabelecido em 23 de junho de 1868 na pessoa de Dr. Salvador José Correa Coelho que era também Deputado Provincial.

Simultâneo a esse movimento em Mogy, em setembro, José Bernardo reclamava ao Estado que efetivamente o Prior não considerava nem a autoridade do Visitador Apostólico e tampouco a do arrendatário requerendo, portanto, providências. Afirmava que arrendara a Fazenda Sabaúna com seus respectivos escravos. O negócio foi realizado devidamente autorizado pelo Governo Imperial e com o Rmo. Visitador Apostólico Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo que informou ao Prior Antonio que o mesmo deveria entregar as propriedades. Este por sua vez, se recusava a obedecer a ordem não fornecendo inclusive a relação dos arrendatários e foreiros. Acrescentava ainda que

o mesmo Prior, longe de cumprir as ordens emanadas do seu superior, [recebia] foros de alguns posseiros das mencionadas terras e a todos ali se inculca[va] como proprietário, declarando-lhes que nada t[inha] eles que ver com o Suplicante ou seu legítimo procurador que se acha[va] de posse da fazenda por serem criminosos estelionatários pretendendo ter direito a tais terras.¹⁴⁵

Para o Curador, o Prior concedeu a liberdade enquanto estava no poder e que, portanto, os réus tinham o direito de manter sua liberdade. Além disso, tais ex-escravos não pertenciam ao lote arrendado em conjunto à fazenda Sabaúna. Constituíam um grupo de escravos que havia sido escolhido, como de praxe nos arrendamentos da Ordem, para permanecerem no serviço interno do convento. Informava que os réus não estavam inseridos na Lei de 1830 que proibia contratos onerosos da parte do Clero Regular sem autorização Imperial, pois a alforria dos réus foi uma concessão, uma doação gratuita. Acrescentava ainda que outros Piores fizeram o mesmo e especificamente o do Pará havia alforriado quatorze escravos para o *serviço da armada* adicionando uma cópia da carta de agradecimento do Estado Imperial.¹⁴⁶ Complementava que o mesmo Frei Muniz, durante o governo do antigo Visitador, havia libertado outros escravos e ninguém *jamaís se lhe*

¹⁴⁵ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx. 928, Pct. 74, Doc. 118.

¹⁴⁶ Ver: Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro 6º de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p.62.

*contestou o acto; o que e[ra] público e notório.*¹⁴⁷ Finalmente perguntava se seria possível que *uma vez adquirido o direito à nacionalidade* os réus caíssem novamente em *escravidão*?

A informação do Curador sobre os escravos cedidos ao Império era real. Contudo parece que a atitude do Prior gerou um certo mal estar entre a elite administrativa Carmelitana que provavelmente preferiu deixar tudo como estava acatando a decisão do Prior. Em outubro de 1865, a *Revista Comercial de Santos* recuperava um artigo publicado no *Diário do Rio* informando que o Provincial Carmelita :

*“(...) desaprovou o ato do prior do convento do Pará e já requisitou do Sr. Ministro do Império a entrega dos 14 escravos que pelo mesmo prior tinham sido mandados a fim de servirem como praças na guerra contra o Paraguay. Convém que o público saiba que esta ordem possui bens de valor de vinte mil contos, e que com quanto esteja onerada , com uma dívida de dois mil, a liberdade de quatorze irmãos de Jesus Christo não comprometia o futuro financeiro. Mas enfim tudo é para a maior glória de Deos!”*¹⁴⁸

De fato, o curador se baseava na prática conhecida pelos coevos de que um Prior possuía autoridade irrestrita sobre o patrimônio referente ao convento que administrava e presente até a década de 1850.¹⁴⁹ Contudo a década de 1860 trouxe consigo uma mudança nos padrões internos de administração da Província Carmelita Fluminense.

Em 18 de novembro de 1860, por exemplo, o Prior de São Paulo informava ao Visitador Apostólico que já tinha em mãos 200\$000 rs para a *liberdade da escrava Berarda, cabra, de três anos de idade, filha de Leopoldina*. Contudo esperava somar uma quantia maior para só então enviar ao Visitador. Para tanto havia em seu convento três escravos que desejosos de sua liberdade *se empenha[vam] com pessoas de representação* na cidade de São Paulo.¹⁵⁰ Passava então a se queixar das injustiças que sofria e perpetradas

¹⁴⁷ AESP/1º Cartório de Mogy das Cruzes, CO 7944, Autos de Libelo, Seção de Manuscritos, fl 26 e 27.

¹⁴⁸ FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, 1865.

¹⁴⁹ Em 1853, por exemplo o próprio Provincial do Rio de Janeiro confirmava uma carta de liberdade passada pelo Prior ao escravo Feliciano do convento de Santos pela quantia de 500\$000rs.FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, v. 24, fl.106, 15/09/1853.

¹⁵⁰ Tais escravos eram: “(...) Venerando, pardo, de 20 anos de idade, sem ofício, oferece ao convento 800\$000 rs.; Henrique, preto, casado, de 60 anos de idade, e que tem servido bem à Religião, oferece por si e

pelos irmãos de hábito. Informava que no dia 7 de setembro o Frade Meirelles em comemoração havia alforriado alguns escravos *entrando em o número dos agraciados dois serventes dele, de Fr. Luiz de Santa Bárbara, outro de Fr. Vicente, e outro, que estava servindo ao Núncio Marini.*¹⁵¹ Finalizava que diante do exposto, ele também desejava alforriar um pajem seu que possuía cerca de dezoito anos com o qual convivia desde os dez anos e que além de não ter ofício era *bastante doentio*.

A estratégia do Prior de São Paulo era clara. Primeiro informava que era um administrador correto na medida em que noticiava a quantia dos escravos libertos ou próximos a essa condição. Passava então a esclarecer que nem todos os frades tinham essa clareza administrativa na medida em que alforriavam sem pedir autorização ao Visitador em um claro desrespeito da hierarquia. Expunha então seu desejo de liberdade para seu pajem e nesse sentido o desvalorizava na medida em que definia que o mesmo não tinha qualquer especialização e, além disso, era doente. Sua cartada final informava que não desejava que ele fosse forro gratuitamente, mas que os outros frades assim o faziam, o que considerava injusto à sua pessoa.

Quase um mês depois, o Visitador escrevia contemporizando a situação, enfatizando, entretanto que, muitos eram os abusos e que não haveria mal algum em alforriar o dito pajem desde que o mesmo oferecesse uma quantia mínima. Quanto aos outros escravos mencionados informava que era:

*“... de parecer que se lhes dê a liberdade que pedem. Tenho porém a notar que essas cartas de liberdade devem ser assinadas por o Visitador Apostólico, e seladas com o selo da província, e não com o selo do convento. Mande V.P.M.R. os requerimentos informados, e bem assim as quantias que logo irão as cartas. Escuso lembrar por esta carta os abusos que têm havido à este respeito, e que V.P.M.R. os não ignora; e eu não desejo autorizar um precedente, que sem ele se tem abusado, quanto mais com ele.”*¹⁵²

por sua mulher, Mafalda, parda de 60 anos de idade, e que deu à luz 13 filhos, 400\$000 rs (...).” A.P.C.B.H., Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 8 e 9.

¹⁵¹ A.P.C.B.H., Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 14.

¹⁵² A.P.C.B.H., Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 14.

A resposta dada ao Prior de São Paulo se repetia ao Prior do Pará no mesmo ano de 1860. O Visitador alertava que, sobre a liberdade de escravos, os conventos andavam cometendo muitos abusos. Ou seja, alguns Priores concediam a liberdade sem a devida autorização do Visitador Apostólico e sem prestação de contas e apenas com o tempo é que a administração Provincial se informava quanto a este aspecto.¹⁵³

Diante do exposto é possível observar que ao longo da década de 1860 houve um progressivo aumento da fiscalização do Visitador sobre os Conventos e um decorrente enfraquecimento do poder local dos Priores. Assim o Procurador afirmava que os escravos estavam livres, pois o Frade Muniz excedera os limites de sua administração.

Chamadas as testemunhas, o médico que atendeu aos libertos e que também era parente de Frei Muniz, o dono da *casa de fazendas secas*, o *boticário* e o coletor de impostos entre outros, um novo contexto se desenrolava. Os escravos estavam livres, mas ainda moravam junto ao religioso no convento. Aliás, em função da decadência do número de religiosos, apenas essas sete pessoas moravam na casa conventual nesse período. A escrava Hygina estava alugada a Antonio João Coelho, mas as condições do contrato eram confusas, pois a mesma dizia ter se alugado por livre vontade, quem recolhia seu pagamento contudo, era o Frei Muniz.¹⁵⁴

O Curador esclarecia que, a convivência dos ex-escravos com o Frei Muniz, chamado de *patrono* era livre. E por uma questão de caridade pertinente à sua condição de religioso continuava a protegê-los, tratando-os em suas *enfermidades*, dando-lhes *habitação, vestido e enfim alimento*. Que o *patrono* não recebia o pagamento do trabalho da ex-escrava, apenas se colocava enquanto intermediário entre o arrendatário e a ex-escrava. Frisava que os ex-escravos *aproveitavam o suor de seu rosto*. Finalizava enfatizando que

¹⁵³ Essa informação do Visitador pode ser comprovada na análise de algumas correspondências para os anos seguintes. Em 21 de abril de 1862, por exemplo, o Provincial dos Carmelitas no Rio de Janeiro passava uma carta de liberdade a Cristiano, filho da escrava Benedita do Convento do Carmo de Santos pela quantia de 100\$000 rs.A.P.C.B.H., Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 16 e FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, v. 24, fl03. Ver também carta de liberdade passada no ano de 1864, por outro Provincial Frei Bernardino de Santa Cecília Ribeiro ao escravo Valeriano do Convento de Santos que conseguiu 200\$000 rs. através de uma pessoa que *lh'a deu de esmola*. FAMS, Coleção Costa e Silva Sobrinho, V. 24, fl.57.

¹⁵⁴ Em 14 de maio de 1869, o ex-Prior escrevia a Antonio João, pedindo que abatesse da conta do armazém, os aluguéis que devia da escrava Hygina. AESP, 1º Cartório de Mogy das Cruzes, CO 7944, Autos de Libelo, Seção de Manuscritos, fl. 45.

havia um *vinculo recíproco de amizade e gratidão* que prendia o *benfeitor e o liberto entre si, explicando a sua vida em comum no mesmo lar e sob um só teto*. Em troca os réus executavam as tarefas domésticas do convento.¹⁵⁵

A cada testemunha que depunha, mais definida ficava a situação em que ex-escravos convertidos em agregados, conviviam com seu ex-senhor debaixo do mesmo teto. O interessante é que testemunhas, curador, escravos, todos se conheciam e sabiam da situação *pelo ver, de saber de sciencia certa e por ouvir dizer*. O Coletor de impostos, por exemplo, informava que não havia arrecadado as somas relativas aos réus, pois *a Collectoria tinha certeza de que lhes forão concedidas cartas de liberdade*. Sabiam que apenas dois dos seis escravos trabalhavam e o pouco que ganhavam não era suficiente e que *o patrono*, mesmo tendo prejuízo com os réus, não os mandava embora, porque *lhes tinha afeição e amizade*. Mais uma vez o universo de relações criado por Piores e seus escravos no contato com a comunidade leiga local se revelava demonstrando o quanto as regras definidas pelos Ministros e Visitadores na longínqua Corte eram aplicadas quando e da forma que convinha.

O desenrolar do libelo demonstra que tal universo era desconhecido do Procurador do Visitador, que por sua vez, morava em Jacarehy e que procurava por todos os meios ganhar tempo a fim de conseguir apresentar testemunhas que fortalecessem seu representado. Quando enfim uma delas aparecia para depor, esclarecia que sempre *ouviu falar* que os réus eram escravos do Convento, *mas que physicamente não sa[b]ia* informar se foram alforriados. E que no período em que Hygina esteve alugada em sua casa lhe informara que Frei Muniz a tornara *forra*.

Em meio aos depoimentos, José Bernardo Brandão Jr. faleceu e o Curador dos réus aproveitou a situação para ganhar tempo acusando que a Procuração sustentada pelo advogado do Visitador não era adequada. Após alguns meses, um novo Procurador, Andrônico José d'Oliveira residente em Mogy, foi subestabelecido pelo autor.

Andrônico, após um período de vistas ao processo desenvolveu seu arrazoado sobre a disputa tendo como fundamento, além das questões já apontadas, o direito de propriedade.

¹⁵⁵ AESP, 1º Cartório de Mogy das Cruzes, CO 7944, Autos de Libelo, Seção de Manuscritos, fl. 51.

Afirmava que este tipo de causa abria precedentes para a *propaganda abolicionista* e nesse sentido, acreditava que o juiz saberia separar as motivações. Explicava que a questão não era a instituição escravidão e sim a manutenção da propriedade. Alegava que *não e[ra] com violências ao direito de propriedade, com usurpações flagrantes dos direitos individuais que se abolir[ia] esse cancro racial e sim pelos meios competentes e legais que esse fim seria atingido*. Considerava a natureza dos autos em foco, *huma calamidade pública, e uma conspiração contra o direito estabelecido*. Finalizava com a especificidade da Ordem Religiosa esclarecendo *que os priores nada t[inham] de seu; e nos conventos como o de Mogy havia uma regra: Aqui tudo é nosso nada é meo*. E se a ação existia era porque os réus tinham a seu favor *o espírito ou tendência abolicionista da época*.

Buscando ganhar tempo o Curador dos réus denuncia o Procurador Andrônico por não ter poderes suficientes para a referida representação. O Juiz acatou e em julho de 1870 um novo Procurador Manoel d'Almeida Mello Freire foi designado pelo Visitador. Ao final deste mês a sentença foi pronunciada em favor do Visitador Apostólico. Em agosto os suplicantes ainda tentaram embargar a sentença. Novos documentos foram apresentados, contudo houve impugnação ao embargo e o Juiz responsável fundamentava sua decisão no fato de que uma sentença a favor dos réus significava um perigoso precedente a alforria dos escravos. Concordava que *a escravidão* era um *mal* entre os brasileiros e que sua manutenção tornava-se *um perigo social* que os poderes públicos deveriam fazer desaparecer. Mas que no caso em questão, houve uma flagrante violação de propriedade. E que nem o fato de que as alforrias foram doação se justificava visto que o Prior já não era mais responsável pelas propriedades e, além disso, as doações equivaliam a uma alienação *por que por meio delas se desfalc[avam] os patrimônios dos Conventos*. O Curador ainda tentou apelar em abril de 1871 para o Superior Tribunal da Relação do Distrito contra a sentença, mas foi em vão. Em 20 de setembro de 1871 o processo foi encerrado e aos réus determinado que voltassem ao domínio dos frades feitores da Santa.

O processo até aqui descrito uniu grande parte dos pontos discutidos ao longo desta tese. O Prior Frei Muniz que possuía uma grande experiência na burocracia interna da Província Carmelita Fluminense sabia que os ventos da mudança haviam chegado ao convento sob sua administração. Ainda tentou uma manobra interna ao desqualificar, em

documento ao Provincial, a avaliação dos bens efetivada pelo representante do Visitador. Contudo a Corte estava distante e as estratégias de poder eram outras.

Percebendo que teria seu poder local esvaziado e não desejando abandonar uma região em que eram nítidas as suas relações de cumplicidade, tratou de alforriar os escravos transformando-os em agregados que viviam sob o mesmo teto. Como poderia abandonar o convento e tornar-se um subordinado na cidade de São Paulo, se ainda mantinha o claustro com seis dependentes seus? Nesse sentido, utilizava-se do discurso da fraternidade e da caridade tão cobrados aos frades de então.

Essa mesma estratégia foi utilizada anos depois pelos Beneditinos quando resolveram alforriar todos os seus escravos. Em 5 de outubro de 1871, pediam autorização ao Império para ceder terras a seus ex-escravos a fim de que eles produzissem e não ficassem abandonados e sem trabalho, *cousa que aliás prejudicaria aos próprios emancipados e ao país*.¹⁵⁶

Em troca, se por um lado os ex-escravos urbanos continuavam dependentes de seu ex-senhor, por outra se mantinham próximos a suas relações afetivas na sociedade de Mogy evitando o risco de serem remanejados para fazendas em outras regiões.

O interessante é que uma vez ameaçados, os libertos utilizaram toda uma rede de relações que também pertencia ao ex-Prior para defender sua liberdade. Acuados, o ex-senhor e seus ex-escravos estavam unidos em uma mesma ação ainda que por objetivos diferentes. Entretanto mesmo acionando a comunidade leiga de Mogy não conseguiram esquivar-se do combate do contexto nacional de discussões em que estava inserida a escravidão brasileira. A tradição morria em função da manipulação do direito liberal de propriedade feita pelo interventor do Estado Imperial na Ordem. Em um panorama em que o Visitador Apostólico centralizava o poder no Convento da Corte, o Prior Frei Muniz sentia que sua autoridade havia se esvaziado.

Conquanto a documentação interna informe que Frei Muniz permaneceu em Mogy até o início do século XX, não foi possível detectar o que aconteceu com os ex-escravos.

¹⁵⁶ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 550, Pct. 2, Doc. 29.

Entretanto é possível imaginar que em função da característica demora no cumprimento dos prazos da Justiça dos brancos, tais escravos tenham permanecido em liberdade, pois em 7 de dezembro de 1871, sob o poder de outro Visitador Apostólico Monsenhor Félix Maria de Freitas Albuquerque, os frades Carmelitas decidiram libertar todos os seus escravos que não estivessem sob contrato de arrendamento.¹⁵⁷

Em janeiro de 1875, o Prior do Convento do Carmo de Mogy das Cruzes Frei Antonio da Virgem Maria Muniz Barreto pedia ao Convento da Corte que alguns escravos envolvidos em contratos de arrendamento fossem declarados livres em função da decisão da Ordem de dezembro de 1871. Entre os contratos citados, o Prior mencionava o arrendamento da fazenda Sabaúna a José Bernardo Brandão. Argumentava que tais contratos estavam *caducos*, pois o arrendatário usufruía da terra e dos escravos sem pagar aluguel.¹⁵⁸ Finalizava que os escravos deveriam ser:

*“(...) livres em virtude da resolução da Ordem, desde que não subsistiam os contratos, podem continuar a prestar serviços em vantagem do arrendatário, ao contrário, este deve aos escravos libertados os salários desde o dia em que deixou de pagar o preço do arrendamento, e não obstante manteve-os na condição servil.”*¹⁵⁹

Em agosto de 1875, em reunião Conventual, o Visitador Apostólico declarou achar melhor adiar a ação executiva contra Bernardo Brandão, uma vez que constava que o mesmo havia sonogado seus bens para escapar de tal ação. Infelizmente não foi possível

¹⁵⁷ Essa decisão foi influenciada pela postura Beneditina e fica nítida quando observada uma carta do Visitador Frei Fausto do Monte Carmelo ao Prior do Convento de Santos Frei Francisco Ruivo do Amor Divino em 9 de outubro de 1871. “A Ordem Beneditina acaba de libertar os seus escravos, não podemos [?], porque nossas circunstâncias são muito diversas, e além disso, temos as fazendas arrendadas com licença do Governo Imperial, mas aconselham-me que se faça alguma coisa a tal respeito, por iss rogo a V.Revma. que me mande uma lista de alguns escravos que julgue no caso de serem libertos, mencionando nome, idade, cor, filiação, etc, etc, e que não estejam sujeitos a algum arrendamento, bem como me enviará uma lista dos escravos que durante a Visita tem sido libertados, pertencentes a esse convento, ou ao menos daqueles que se lembrar. Estas listas deverão ser remetidas com urgência.” A.N., Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77 e A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 916, Pct. 14, Doc. 114, A.P.C.B.H., DOC 7007 e A.P.C.B.H., Índice do 2º Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e cartas, p. 73.

¹⁵⁸ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 916, Pct. 14, Doc. 114.

¹⁵⁹ A.N., Coleção Eclesiástica, Cx: 916, Pct. 14, Doc. 114 e A.N., Conselho de Estado Seção do Império, Cx. 553, Pct: 4, Doc. 58.

detectar se em algum momento a Província Carmelita Fluminense entrou com alguma ação contra Brandão ou qualquer outro de seus arrendatários da década de 1860.

Os contratos onerosos tão ambicionados na década de 1860 haviam se transformado em um obstáculo burocrático na garantia de sua propriedade. Para os frades sobreviventes, desqualificar tais contratos considerando seus escravos livres era uma questão vital na medida em que podia garantir a volta da propriedade das terras e novos acordos com os escravos da Santa transformados em libertos possibilitando a manutenção de mão-de-obra.

O universo dos senhores brancos mudava acentuadamente em fins do oitocentos. Assassinados, algozes, foragidos, arrendados ou vendidos, o fato é que, nesse período, não só os frades-feitores Carmelitas Calçados da Província Fluminense viviam uma realidade de restrições e readequação administrativa e disciplinar, mas também seus escravos descalços experienciavam a morte de uma tradição. Perdiam o mundo de limites e controles até então pouco rigorosos por estarem distantes de seus proprietários. Para esses escravos da Santa; um novo "costume" se iniciava, com outros senhores/patrões, em outro lugar e outras relações de cumplicidade e conflito.

Considerações Finais

Esta pesquisa teve por propósito conseguir uma aproximação maior com uma parcela relevante de súditos do Império e suas propriedades, em específico os escravos. Nesse sentido procurou questionar algumas imagens associadas ao Clero Regular em sua relação com seus frades, o Estado, a comunidade leiga e seus escravos.

Em geral a historiografia procura recuperar qual teria sido a percepção dos senhores quanto à derrocada final da escravidão no Brasil. Nesse sentido, entender os Carmelitas e seus escravos interessa, pois desde 1850 tais proprietários conviviam com as tentativas de invasão direta sobre seus bens e, em específico, os escravos e como resposta, produziam rotas de fuga a essa postura Imperial.

Foi possível observar então, que tanto o Estado quanto os frades forjavam estratégias de ataque e defesa cotidianas. O Estado produzia relatórios, índices e números visando aprovar regras para extinção dos Regulares. Estes, por sua vez, buscavam alternativas de sobrevivência que configuravam: na manipulação de normas e cargos internos à Província Carmelita Fluminense, nas redes de cumplicidade estabelecidas entre os religiosos e a sociedade leiga e, finalmente, na maneira pela qual administravam seus escravos.

Especificamente os escravos, tornaram-se ao longo do oitocentos, propriedades privilegiadas nesse processo de disputa. Diante disso, foi possível observar que um dado característico da escravidão da Santa e que residia em acordos estáveis e na construção de gerações de cumplicidades em um mesmo espaço foi rompido. Tais escravos passaram a viver a mesma tensão daqueles de propriedade leiga. Os contratos de arrendamento por longos anos e o tráfico interprovincial acrescentaram uma ameaça até então inexistente a esse tipo de cativo.

Notou-se então dois movimentos. De um lado, os frades procuraram organizar-se tanto com os escravos, quanto com a comunidade leiga visando otimizar sua administração por meio de uma política informal de troca de favores. Por outro lado, também os cativos perceberam que o mundo entre os muros do convento ruía e, para sobreviver, reagiam de forma diferenciada a cada ruptura da tradição.

Esse processo colocou em muitos momentos escravos e senhores do mesmo lado procurando impedir o fim do mundo que conheciam. Isso pode ser constatado no caso da sociedade leiga santista que, em peso, procurava manter sua mão-de-obra doméstica arrendada evitando que os cativos fossem alugados para fazendas. Por outro lado, os escravos lutavam para impedir o distanciamento de suas relações de afetividade, causado pelo Tráfico Interprovincial.

Se por um lado, o avanço da vigilância Imperial sobre o Carmo expôs os cativos a uma nova realidade, por outro esvaziou a autoridade e autonomia de seus senhores. Nesse sentido, é exemplar a situação do convento de Mogy das Cruzes em que o Prior e seus escravos foram transformados em réus. Naquele momento, a sobrevivência da autonomia para o Prior significava a liberdade de seus escravos e sua transformação em agregados.

O processo vivido pelos Carmelitas e seus escravos, também construiu situações fantásticas como a do Prior Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello assassinado por não honrar os acordos costumeiros e, velado exclusivamente pelos homens e mulheres que desrespeitou. Ou então, dos escravos de Capão Alto que se recusaram a sair da fazenda até que a Senhora do Carmo ordenasse, em uma significativa apropriação do discurso senhorial.

Ao acompanhar estes escravos da Santa e seus frades feitores observou-se que suas relações se assemelhavam a um caleidoscópio, onde os interesses se compunham formando novos quadros de acordo com as diferentes normas impostas pela realidade construída ao longo do XIX.

Fontes Primárias

- 1825/03/Janeiro – Justificativa do Major Lopo da Cunha de Eça e Costa Governador da Ilha de São Sebastião em relação ao Convento do Carmo de Santos. [Arquivo do Estado/Arquivo Histórico de São Sebastião, CX: 03, Ano: 1721/1829, Índice: 0001/1288].
- 1826/27/Junho – Libelo onde Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus disputa terras com um casal. [Arquivo Nacional/Corte de Apelação, Maço 39, nº928, gal. C].
- 1828/10/Fevereiro – Ofício do Prior do Convento do Carmo da Bahia Frei Francisco da Encarnação Freire ao Secretário dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 892, Pct: 1, Doc: 20].
- 1828/11/Fevereiro – Ofício do Provincial do Convento do Carmo da Bahia Frei Manoel do Monte Carmelo Requião ao Secretário de Estado Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 892, Pct: 1, Doc: 21].
- 1828/21/Maio – Ofício do Provincial dos Carmelitas Calçados da Província do Rio de Janeiro. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Col:225, Fl:12].
- 1828/21/ Maio – Provincial dos Carmelitas Calçados da Província do Rio de Janeiro. Breve de dispensa de alguns pontos das Constituições de sua ordem. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Col:225, Fl:12].
- 1831/9/Dezembro – Lei – [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, pct. 32, Doc. 54].
- 1835/30/Junho – Ofício do Juiz Municipal da Vila de São Sebastião ao Presidente da Província de São Paulo. [Arquivo Histórico de São Sebastião, CX: 06, Ano: 1835/1837, Índice: 001/0552].
- 1838/5/Dezembro – Petição do Prior do Convento do Carmo da Bahia ao Governo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 892, pct. 1, Doc. 34].
- 1844/06/Abril – (Data Provável) – Carta de Frei Tomás de Aquino Ribeiro do Convento do Carmo da Bahia ao Imperador. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 508, Pct: 2, Doc: 63].
- 1844/14/Maio – Requerimento de Frei Antônio do Coração de Maria Religioso da Província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 914, Pct: 3, Doc: 65].
- 1844/20/Junho – O Procurador da Coroa pede que o Presidente da Província da Bahia seja ouvido sobre a administração dos bens carmelitas. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 508, Pct: 2, Doc: 63].
- 1844/20/Julho – Ofício do Procurador do Império sobre o parecer do Presidente da Província da Bahia sobre os carmelitas. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 508, Pct: 2, Doc: 63].
- 1844/31/Maio – Parecer de Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos sobre os carmelitas. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 508, Pct: 2, Doc: 63].

- 1844/ 24/Outubro - Requerimento do Frei Tomás de Aquino Ribeiro religioso do Convento do Carmo da Província da Bahia ao Presidente da Província da Bahia. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 508, Pct: 2, Doc: 63].
- 1845/12/Fevereiro – Ofício de Frei Antônio do Coração de Maria Almeida religioso franciscano da Corte ao império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 914, Pct. 3, Doc. 66].
- 1845/19/Dezembro – Traslado de uma escritura de aforamento perpétuo que o Prior do Convento do Carmo de Santos Frei Antonio Inácio do Coração de Jesus Mello fez a Gabriel da Silva Oliveira e Joaquim Caetano de Brito. [Cidade de Santos/Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Setembro de 1945].
- 1845/12/Novembro – Resposta do Conselho de Estado ao pedido do Dom Abade do Mosteiro de São Bento da Corte para aforar as fazendas e granjas dos diversos mosteiros da corporação. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 508, Pct. 3, Doc. 95].
- 1846/8/Março - Frei Antônio das Virgens Maria Muniz informa que por conta da rebelião que se tramava no Convento da Bahia, houve a abertura de uma devassa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 509, Pct. 3, Doc. 48].
- 1846/29/Abril – Informações de Manoel Bispo Conde Capelão Mor ao Conselheiro Oficial Maior João Carneiro de Campos elogiando o Frei Antonio do Coração de Maria Almeida. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 914, Pct. 3, Doc. 66].
- 1846/9/Maio – Autos da Devassa em razão da ameaça de rebelião no Convento da Bahia. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 509, Pct. 3, Doc. 48].
- 1846/02/Junho – Requerimento de Luiz de França Machado ao Governo Imperial pedindo autorização para entrar no Noviciado do Convento do Carmo da Bahia. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 934, Pct: 101, Doc: 6].
- 1846/12/Setembro – Parecer de D. Romualdo, Arcebispo da Bahia ao Sr. José Joaquim Fernandes Torres, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça sobre a tentativa de rebelião ocorrida no Convento do Carmo da Bahia. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 509, Pct. 3, Doc. 48].
- 1846/16/Outubro – Ofício do Vigário Provincial do Convento da Bahia Frei Francisco de Sales ao Ministro dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 934, Pct. 101, Doc. 6].
- 1846/11/Novembro - Frei Francisco de Sales informa que estando em visita ao Convento da Cachoeira, na Bahia, encontrou uma situação de “rebelião” que pretendia fazer o Prior Reverendo Padre Frei Custódio de São José Bonfim. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 509, Pct. 3, Doc. 48].
- 1846/14/Novembro – Ofício à Seção dos Negócios da Justiça do Conselho de Estado em que o Provincial dos Carmelitas Calçados da Província da Bahia participa ter mandado proceder contra o Frei Custódio de São José Bonfim. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 509, Pct. 3, Doc. 48].
- 1846/12/Dezembro – Ofício de Frei Antônio do Coração de Maria Almeida religioso franciscano ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 914, Pct. 3, Doc. 66].
- 1846/23/Dezembro – Ofício do Carmelita Frei Carlos Manoel da Conceição ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 919, Pct. 24, Doc. 2].
- 1847/20/Fevereiro – Resposta do Império ao pedido de Frei Antonio do Coração de Maria Almeida religioso franciscano. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 914, Pct. 3, Doc. 66].
- 1847/27/Fevereiro - Requerimento de Luiz Vitorino da Costa ao Governo Imperial pedindo autorização para entrar no Noviciado do Convento do Carmo da Bahia. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 934, Pct: 104, Doc: 5].

- 1848/11/Janeiro – Escritura de Aforamento Perpétuo feita entre o Prior do Carmo da Cidade de Santos Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello e o Barão de Antonina. [Cidade de Santos, 1º Cartório, Livro 1847/1848].
- 1849/9/Fevereiro - Requerimento do Prior e Mesa da Venerável Ordem 3ª de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Corte ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 512, Pct: 3, Doc: 2].
- 1849/18/Abril – Ofício do Provincial Frei José da Conceição Meireles ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 21].
- 1849/18/Junho – Ofício do Carmelita Calçado Frei José do Coração de Maria Castro do Convento do Recife ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 929, Pct: 77, Doc: 38].
- 1849/14/Julho – Parecer do Provincial Frei João de Santa Isabel Pavão sobre o pedido de Frei José do Coração de Maria Castro do Convento do Recife ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 929, Pct: 77, Doc: 38].
- 1850 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1850 - Apólices, Aviso do Ministério da Fazenda número 20. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos 1850 a 1860, p.29].
- 1850 - Assembléias Provinciais, Aviso do Ministério do Império número 146. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p.55].
- 1850 - Párocos – Vigários - Aviso do Ministério da Fazenda número 36. Ordem do Ministério da Fazenda número 132. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 490].
- 1850/16/Março - Circular número 26. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p.24].
- 1850/24/Março – Correspondência enviada à Revista Comercial de Santos. [Cidade de Santos/Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Revista Comercial nº29, Vol. 115, Setembro de 1945].
- 1850/03/Abril – Requerimento do Prior do Convento do Carmo da Bahia Frei João Lucas do Monte Carmelo ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 30, Doc. 6].
- 1850/06/Junho – Recurso de Nicolau Vergueiro Junior contra a sentença em que foi condenado. [Pesquisa na Cidade de Santos/Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, 1853/1856, Santos, Abril de 1945].
- 1850/15/Agosto – Resposta do Conselheiro Procurador do Estado Imperial ao pedido do Provincial Frei José da Conceição Meireles para a admissão de 30 Noviços [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 31, Doc. 21].
- 1850/15/Novembro - Portaria do Ministério da Justiça pedindo que o Provincial Carmelita informe sobre o Ofício do Juiz Municipal de Angra dos Reis. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Quarto de Registros, Ordens Reais, Breves e Graças, p.52 e 53].
- 1850/25/Novembro - Resposta do Provincial à Portaria do Ministério da Justiça datada de 15 de Novembro. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Quarto de Registros, Ordens Reais, Breves e Graças, p.53].
- 1850/17/Dezembro - Ofício do Provincial ao Ministro da Justiça enviando uma carta resposta do Prior de Angra acrescida de uma Certidão da Câmara Municipal de Angra dos Reis. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Quarto de Registros, Ordens Reais, Breves e Graças, p.53].

- 1851 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1851- Atestados - Lei número 628, artigo 14. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p.58].
- 1851 - Bispos e Arcebispos - Lei número 609. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p.78].
- 1851/26/Fevereiro - Bens das Ordens Religiosas – Aviso. [Biblioteca Nacional, Índice dos Avisos, Alvarás e Portaria do Ministério da Justiça de 1822 a 1881, p.30].
- 1851/24/Abril - Frei José Joaquim do Amparo Religioso Carmelita Calçado na Província da Bahia escreve ao Provincial da Ordem Frei Santa Rosa de Viterbo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 930, Pct. 84, Doc. 98].
- 1851/30/Abril – Ofício de Frei José Joaquim do Amparo Religioso Carmelita Calçado da Província da Bahia ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 930, Pct. 84, Doc. 98].
- 1851/30/Abril – Ofício da Presidência da Província da Bahia enviado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso a respeito de um frade carmelita. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 930, Pct. 84, Doc. 98].
- 1851/08/Outubro – Ofício de Frei Francisco de Santa Rosa Viterbo do Convento do Carmo da Bahia ao Ministério dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 924, Pct. 52, Doc. 66].
- 1851/18/Dezembro – Ofício do governo da Província assinado por José Thomas Nabuco ao Prior do Convento de Santos Frei Luiz de Santa Bárbara Pereira. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1852 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1852 - Bens de Capela Vaga - Ordem do Ministério da Fazenda número 218. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p.78].
- 1852/?/? – Traslado de um Auto Cível de Ação Sumária de Nunciação de Obra Nova. [Cidade de Santos/Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Setembro de 1945].
- 1852/11/Maio – Resposta imperial a um ofício do Provincial Carmelita. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Col: 272, Fl:27V, Registro de Beneplácitos e Breves, 1851/1856, Vol. I].
- 1852/09/Setembro – Beneplácito Imperial ao pedido do Bispo do Pará para unir o Convento de Santo Antonio do Pará ao Convento de São Francisco da Bahia. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice 272, Folha 38].
- 1853 – Mensagens do Presidente da Província do Rio de Janeiro. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1853 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].

- 1853/22/Fevereiro - Despacho do Ministro da Justiça indeferindo um pedido do Prior de Santos [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Quarto de Registros, Ordens Reais, Breves e Graças, p.52].
- 1853/25/Fevereiro – Dr. Bernardo Avelino Gavião Peixoto Juiz Municipal de Santos e da vila de São Vicente réu em um processo de responsabilidade por uso indevido de autoridade. [Arquivo Nacional/Corte de Apelação, Caixa: 95, Galeria:C, nº1415].
- 1853 - Bens de Ordens Religiosas (Corporações de Mão-Morta). Ordem do Ministério da Fazenda - número 81. Aviso do Ministério da Fazenda - número 245. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860].
- 1853/30/Julho – Concessão de passaporte a Antonio da Costa Monteiro. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 914, Pct. 3, Documento 68].
- 1853/06/Agosto – Ofício de Frei Honorato da Conceição Meireles pertencente ao Convento do Carmo da Bahia ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 925, Pct. 58, Documento 39].
- 1853/19/Agosto – Frei Antonio do Coração de Maria Monteiro quando ainda era Antonio da Costa Monteiro pedindo sua admissão na Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 914, Pct. 3, Documento 68].
- 1853/19/Agosto – Ofício do Provincial Frei João de Nossa Senhora do Carmo ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça sobre a pretensão de Antonio da Costa Monteiro. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 914, Pct. 3, Documento 68].
- 1853/22/Agosto – Artigo da Revista Comercial sobre a Ordem Terceira do Carmo. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano IV, nº51, 1853].
- 1853/15/Setembro – Carta de Liberdade passada no convento do Rio de Janeiro pelo Provincial Frei José da Conceição Meireles ao escravo Feliciano do Convento de Santos. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, V.24, fl.106].
- 1853/27/Outubro – Antônio da Costa Monteiro obteve do Império a licença e acresce ao seu pedido ao Provincial a certidão de batismo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 914, Pct. 3, Documento 68].
- 1853/10/Novembro - Decisão - número 245. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 221-223].
- 1853/15/Novembro – Ofício de Frei José da Conceição Meireles, Provincial dos Carmelitas da Província do Rio de Janeiro sobre Antonio José da Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 7, Documento 40].
- 1853/17/Novembro - Ordens Regulares - Aviso - número 248. [Biblioteca Nacional, Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça desde 1822, p. 307].
- 1853/27/Novembro - Ofício do Bispo do Rio de Janeiro pedindo informações requeridas pelo Ministro da Justiça por Aviso de 22 de Dezembro sobre as propriedades conventuais. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p. 39].
- 1853 - Competência - Atribuição - Ordem do Ministério da Fazenda - número 81. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 121].
- 1853 - Assembléias Provinciais - Aviso do Ministério da Fazenda - número 245. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 55].
- 1853/17/Dezembro – Requerimento de Antônio José da Costa ao Império para que possa professar na Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 7, Doc. 40].

- 1853/23/Dezembro – Ofício de Frei João de Nossa Senhora do Carmo, Provincial do Convento da Corte ao Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo sobre Antônio José da Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 7, Doc. 40].
- 1853/30/Dezembro – Antonio Muniz Barreto escreve ao Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça pedindo que seja aceito na Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 10, Doc. 129].
- 1853/31/Dezembro – O Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça manda que o Provincial da Corte informe sobre o requerimento de Antonio Muniz Barreto. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 10, Doc. 129].
- 1853/31/Dezembro – Resposta do Provincial Frei João de Nossa Senhora do Carmo ao Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 10, Doc. 129].
- 1853/31/Dezembro – Carta de Frei Joaquim José da Silva Costa, Prior do Convento do Carmo do Pará ao Redator de um Jornal de Belém. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1854 – Mensagens do Presidente da Província do Rio de Janeiro. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1854 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1854 - Bispos e Arcebispos - Circular do Ministério da Fazenda - número 41. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 78].
- 1854 - Capelas: Aviso do Ministério da Justiça - número 67. Aviso do Ministério da Fazenda - número 85. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 90].
- 1854/11/Janeiro – Resposta do Comissário Provincial do Convento do Carmo da Corte Frei João de Nossa Senhora do Carmo ao ofício do Ministro dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 913, Pct: 2, Doc: 66].
- 1854/4/Janeiro - Portaria do Ministro da Justiça mandando substituir e recolher no Convento da Corte, o atual Prior do Convento do Carmo do Pará P.P.Fr. Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p. 38].
- 1854/11/Janeiro - Resposta do Comissário Provincial P. M.Fr. João de N. S. do Carmo informando ter mandado cópia do Ofício do Ministro da Justiça a Fr. Joaquim ordenando o seu recolhimento à Corte. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p. 38].
- 1854/25/Janeiro - Atestado passado pelo Bacharel João Lourenço Pais de Souza em favor de Frei Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/01/Fevereiro – Atestado passado por João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, Cavaleiro das Ordens de Cristo em favor de Frei Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/01/Fevereiro – Atestado passado por Afonso Artur de Almeida Albuquerque, Juiz de Direito da 1ª Vara de Crimes da Capital do Pará, em favor de Frei Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].

- 1854/04/Fevereiro - Atestado passado pelo Bacharel Ambrósio Leitão da Cunha em favor de Frei Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/06/Fevereiro - Atestado passado pelo vereador Antonio José de Miranda em favor de Frei Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/06/Fevereiro - Atestado passado pelo Tenente Coronel José Antonio da Fonseca Galvão em favor de Frei Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/08/Fevereiro - Atestado passado pelo Comandante da Guarda Nacional Marcos Antonio Brício em favor de Frei Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/08/Fevereiro - Atestado passado pelo Tenente Coronel Pedro Borges de Faria em favor de Frei Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/09/Fevereiro – Carta de Antonio José de Miranda ao Prior Frei Joaquim José da Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/14/Fevereiro - Inventário e Ofício resposta do Comissário Provincial P. M. Fr. João de N. S. do Carmo. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p. 39].
- 1854/6/Março - Edificação - Aviso - número 67. [Biblioteca Nacional, Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça desde 1822 a 1881, p. 102].
- 1854/04/Abril – Ofício do Carmelita Frei Manoel de São Vicente Ferreira ao Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct.115, Doc. 84.].
- 1854/7/Abril - Informação do Provincial Carmelita ao Governo sobre o requerimento de Fr. Manoel de S. Vicente Ferreira. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 59].
- 1854/17/Abril – Parecer do Provincial Frei José da Conceição Meireles ao pedido de Fr. Manoel de S. Vicente Ferreira e enviado pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct.115, Doc. 84.].
- 1854/22/Abril - Ofício do Carmelita Frei Manoel de São Vicente Ferreira ao Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct.115, Doc. 84 e Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 59].
- 1854/1/Maio – Provincial dos Carmelitas da Corte pede e consegue Beneplácito ao Breve de dispensa para a celebração do Capítulo de 7 de maio de 1854. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice:272, Fl:57V. Registro de Beneplácitos e Breves, 1851/1856, Vol.I].
- 1854/7/Maio - Ata feita em Capítulo Provincial. [Arquivo Particular da Ordem, Livro Quarto dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias desta Província Carmelita Fluminense, p. 139 e Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013.2.77].
- 1854/07/Maio – Ofício de Frei João de Nossa Senhora do Carmo, Presidente do Capítulo ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 913, Pct.2, Doc. 69.].
- 1854/9/Maio – Antonio Guimarães Barroso por seu procurador Eduardo J. Xavier pede ao Império para ingressar na Ordem do Carmo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.6, Doc. 5.].
- 1854/11/Maio – Ofício do Provincial Frei José da Conceição Meirelles ao Ministro dos Negócios da Justiça e Eclesiásticos José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.6, Doc. 5].

- 1854/15/Maio – Ofício de Frei Joaquim José da Silva Costa ao Governo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/26/Maio – Novo requerimento de Antônio José da Costa afirmando ter se apresentado e examinado pelo Prelado carmelita. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.7, Doc. 40.]
- 1854/27/Maio – O Provincial da Ordem Carmelita Frei José da Conceição Meireles informa que tudo o que o requerente Antonio José da Costa diz é verdade. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.7, Doc. 40].
- 1854/29/Maio – Ofício de Antonio Guimarães Barroso ao Governo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.6, Doc. 5].
- 1854/01/Junho – Requerimento de Padre Frei Honorato da Conceição Menezes ao Provincial Frei Antonio de São Caetano da Província Carmelita da Bahia. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 892, Pct.3, Doc. 120].
- 1854/12/Junho - Requerimento de Padre Frei Honorato da Conceição Menezes ao Império para pedir licença a Internunciatura a fim de que consiga o Breve de Perpétua Secularização. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 892, Pct.3, Doc. 120].
- 1854/12/Junho - Frei Joaquim José da Silveira Costa, Prior do Convento do Carmo da Capital da Província do Pará escreve a Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct.86, Doc. 26].
- 1854/20/Junho – Ofício de Zorobabel Alves da Fonseca ao Ministro dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 939, Pct.132, Doc. 117].
- 1854/27/Junho – Parecer do Provincial Carmelita sobre o ofício de Zorobabel Alves da Fonseca ao Ministro dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 939, Pct.132, Doc. 117].
- 1854/4/Julho - Portaria do Ministro do Império aceitando o oferecimento do Provincial (Ofício de 19 de Junho), dos serviços de até 4 religiosos para a Catequese dos Índios na Província do Paraná. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 59].
- 1854/7/Julho - Ofício do Provincial ao Ministro da Justiça agradecendo. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 59].
- 1854/7/Julho – O Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo manda que se execute o ofício do Delegado Apostólico e que o Bispo do Maranhão execute as providências decididas em 2 de junho de 1854. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice 272, Registro de Beneplácitos e Breves, 1851/1856, Vol.I].
- 1854/27/Julho - Ofício do Provincial nomeando os 4 religiosos que deveriam se apresentar ao Ministro do Império: P. M. Fr. João de Nossa Senhora do Carmo, P. P. Fr. Joaquim José da Silva Costa, Fr. Antonio das Neves (Pereira), Fr. João (da Natividade) Nobre. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 59].
- 1854/29/Julho – Ofício do Provincial ao Ministério dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 86, Doc. 26].
- 1854/29/Julho – Carta de Frei João de Nossa Senhora do Carmo ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 90, Doc. 19].
- 1854/09/Agosto – O Provincial Carmelita Frei José da Conceição Meireles responde a um ofício do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 913, Pct. 2, Doc. 70].

- 1854/9/Agosto - Ofício do Provincial a Fr. Manoel de S. Vicente Ferreira. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 59].
- 1854/ 16/Agosto – Resposta do Provincial do Carmo Frei José da Conceição Meireles ao ofício do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 913, Pct. 2, Doc. 71].
- 1854/12/Setembro – Ofício do Provincial do Carmo Frei José da Conceição Meireles ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 31, Doc. 21]
- 1854/26/Setembro – Beneplácito ao Breve de perpétua secularização do Frei João da Purificação, Monge Beneditino. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice:272, Fl:73V., Registro de Beneplácitos e Breves, 1851/1856, Vol.I].
- 1854/10/Outubro – Requerimento de Alexandre Marques para que possa professar na Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 10, Doc. 136].
- 1854/12/Outubro – João José Alves requer ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo para que possa ser admitido como religioso da Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 930, Pct. 84, Doc. 100].
- 1854/12/Outubro – Ofício do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo ao Provincial do Convento do Carmo da Corte. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 930, Pct. 84, Doc. 100].
- 1854/13/Outubro – O Provincial Frei José da Conceição Meireles responde ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 10, Doc. 136].
- 1854/16/Outubro – Resposta ao requerimento de Alexandre Marques para que seja aceito na Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 10, Doc. 136].
- 1854/18/Outubro – Resposta do Provincial Frei José da Conceição Meireles ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 930, Pct. 84, Doc. 100].
- 1854/19/Outubro – Ofício do Diácono Domingos José da Costa Cunha Barcelar ao Império pedindo licença para entrar no noviciado da Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 37, Doc. 45].
- 1854/20/Outubro - O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo **indefere** o pedido de João José Alves. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 930, Pct. 84, Doc. 100].
- 1854/23/Novembro – Ofício do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo ao Provincial dos Carmelitas da Corte. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 37, Doc. 45].
- 1854/25/Outubro – Novo requerimento de Alexandre Marques por seu procurador Silvestre Gonçalves Barroso. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 10, Doc. 136].
- 1854/26/Outubro – O Provincial Carmelita Frei José da Conceição Meireles responde ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 37, Doc. 45].
- 1854/27/Outubro – O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo **indefere** o pedido de Domingos José da Costa Cunha Bacelar. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 37, Doc. 45].

- 1854/30/Outubro - Requerimento de Manoel Joaquim de Boaventura ao Império. Queria professar na Província Carmelita Fluminense desta Corte. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 936, Pct. 110, Doc. 48].
- 1854/30/Outubro – Revista Comercial de Santos informava a chegada do Juiz de Direito Substituto Dr. Bernardo Avelino Gavião Peixoto. [Cidade de Santos/Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Revista Comercial, Vol. 112, Setembro de 1945].
- 1854/02/Novembro - O Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo **indeferiu** o pedido de Alexandre Marques para entrar para a Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 10, Doc. 136].
- 1854/16/Novembro – O Provincial Frei José da Conceição Meireles escreve ao Império pedindo autorização para efetuar a venda da Fazenda Jacuecanga. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 518, Pct. 3, Doc. 2].
- 1854/11/Dezembro – Novamente o Provincial Carmelita Frei José da Conceição Meireles escreve ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 37, Doc. 45].
- 1854/11/Dezembro - – O Provincial Carmelita Frei José da Conceição Meireles responde ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 936, Pct. 110, Doc. 48].
- 1854/18/Dezembro – Ofício de Frei Joaquim de Santa Maria Cunha ao Estado Imperial e a Nunciatura Apostólica. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 933, Pct. 96, Doc. 37].
- 1855 – Mensagens do Presidente da Província do Rio de Janeiro. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1855 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1855/17/Fevereiro - Decreto número 1557. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 93 a 111].
- 1855/27/Março – Ofício ao Império sobre a venda da Fazenda Jacuecanga. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 518, Pct. 3, Doc. 2].
- 1855/12/Abril - Frei Manoel Maria da Anunciação, Religioso do Convento do Carmo do Pará, pede Beneplácito ao Breve para residir fora do Convento. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice 272, Registro de Beneplácitos e Breves].
- 1855/20/Abril – Portaria do Presidente da Província de São Paulo e resposta do Prior de Santos Frei Manoel d'Ascensão Franco. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1855/14/Maio – Parecer do Conselho de Estado ao requerimento do Frei José da Conceição Meireles. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 518, Pct. 3, Doc. 2].
- 1855/19/Maio - Portaria do Ministério da Justiça cassando as Licenças para a admissão de noviços. [Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 59].

- 1855/23/Maio – Ofício de Antônio Guimarães Barroso, Vicente Rodrigues da Costa Soares, Antônio Domingues Valiengo, Antônio José da Costa, José Antônio de Moura, Joaquim Coutinho da Fonseca, José Bernardo Marques, José Ribeiro Gonçalves, José Bonifácio de Brito e Zorobabel Alves da Fonseca ao Ministro dos Negócios da Justiça. Informavam que haviam completado um ano de Noviciado e que estavam impedidos de Professar em função do Aviso de 1855. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct.31, Doc.23].
- 1855/?/? - Fábricas - Fabriqueiros (de Igrejas): Aviso do Ministério da Justiça - número 115. Ordem do Ministério da Fazenda - número 288. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 à 1860, p. 289].
- 1855/1/Junho – Ofício de Antonio Guimarães Barroso em que tenta defender seu direito ao noviciado em face do Aviso de 1855. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.6, Doc. 5].
- 1855/4/Junho - Portaria do Ministro da Justiça concedendo 3 anos de licença a Fr. Manoel da Natividade Azevedo. [Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 59].
- 1855/5/Junho - Portaria do Ministro da Justiça em resposta à consulta do Provincial Carmelita. [Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 59].
- 1855/6/Junho – Novo requerimento detalhado de Antonio Guimarães Barroso para tornar-se noviço do Carmo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.6, Doc. 5].
- 1855/8/Junho – Requerimento de Antonio Guimarães Barroso para tornar-se noviço do Carmo. Indeferido. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.6, Doc.5].
- 1855/02/Agosto – Requerimento do Frades Carmelitas ao Governo Imperial. Arrendamento de terras. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 518, Pct.1, Doc.3].
- 1855/13/Agosto – Requerimento do carmelita Frei Manoel de São Vicente Ferreira a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct.115, Doc.84].
- 1855/13/Agosto– Informações complementares do Frei Manoel de São Vicente Ferreira ao Ministro dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct.115, Doc.84].
- 1855/04/Setembro – Carta do Provincial Frei José da Conceição Meireles ao Ministro dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct.115, Doc.84].
- 1855/11/Setembro - Requerimento do carmelita Frei Manoel de São Vicente Ferreira a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct.115, Doc.84].
- 1855/12/Novembro – Artigo Revista Comercial. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, V146, 1854/1855, p.01].
- 1855/24/Novembro – Movimentação de ofícios entre o Visitador da Ordem Seráfica Frei José de Marano ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Pct:88, Doc:8, Cx:931].
- 1855/15/Dezembro – Representação do Frei Antonio do Coração de Maria Almeida ao ministro. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Pct:13, Doc:6, Cx:LII].
- 1855/24/Dezembro – Artigo da Revista Comercial sobre o Carmo. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, V146, 1854/1855, p.04].
- 1856 – Mensagens do Presidente da Província do Rio de Janeiro. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].

- 1856 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1856/12/Janeiro – Requerimento de Padre Alexandre Marques para que aceite na função de Capelão Cantor da Capela Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.10, Doc.136].
- 1856/16/Janeiro – Ofício do Provincial Frei João de Nossa Senhora do Carmo ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça José Tomás Nabuco de Araújo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 913, Pct.2, Doc.66].
- 1856/25/Fevereiro – Revista Comercial – Artigo sobre o Carmo. [Cidade de Santos/Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Revista Comercial, Vol. 112, Setembro de 1945].
- 1856/10/Março – Resposta ao requerimento de Padre Alexandre Marques para que aceite na função de Capelão Cantor da Capela Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct.10, Doc.136].
- 1856/01/Abril – Registros Paroquiais de Santos e Conceição de Itanhaem. [Pesquisa na Cidade de Santos/Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, 1853/1856, Santos, Abril de 1945].
- 1856/24/Abril – Pedido de Frei Cândido de Santa Isabel Cunha do Convento de Recife à Nunciatura Apostólica. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 919, Pct.26, Doc.25].
- 1856/18/Maio – Declaração das terras que possui o Convento do Carmo apresentada em 14 e novamente em 24 de maio pelo Prior Frei Manoel d'Ascensão Franco. [Cidade de Santos/Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Setembro de 1945].
- 1856/19/Junho - Breve do ex-Provincial Titular em favor de Fr. Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello ao completar 50 anos na Ordem. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Quinto de Registros, Breves e Patentes, p. 57].
- 1857 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1857 – Mensagens do Presidente da Província do Rio de Janeiro. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrj.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1857/02/Janeiro – Ofício de Frei João de Nossa Senhora do Carmo ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 931, Pct. 90, Doc. 19].
- 1857/11/Fevereiro - Carta do Ministro dos Negócios da Justiça José Thomás Nabuco d'Araújo ao Provincial dos Carmelitas. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 7044 e Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 31, Doc. 29].
- 1857/23/Fevereiro – Ofício da Secretaria dos Negócios do Estado da Justiça J.M. Silva ao Provincial dos Franciscanos do Rio de Janeiro Frei Antonio do Coração de Maria Almeida. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 35, Doc. 11].
- 1857/23/Fevereiro - Provincial dos Franciscanos do Rio de Janeiro Frei Antonio do Coração de Maria Almeida escreve à Secretaria dos Negócios do Estado da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 35, Doc. 11].
- 1857/?/? - Lei 939, artigo 21. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral - Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 26].
- 1857/24/Março – O Provincial dos Franciscanos do Rio de Janeiro Frei Antonio do Coração de Maria Almeida escreve ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 35, Doc. 11].

- 1857/01/Abril - Ofício da Secretaria dos Negócios do Estado da Justiça J.M. Silva. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 35, Doc. 11].
- 1857/5/Abril – Os Provinciais dos: Capuchinhos, Beneditinos, das Carmelitas, dos Carmelitas e dos Franciscanos enviaram a pedido do Ministro da Justiça. [Arquivo Nacional/Série Justiça Gabinete do Ministro, Offícios dos Conventos com a Justiça].
- 1857/31/Abril - Breve dispensando os Sócios dos Priores para o Capítulo Provincial de 1857. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Quinto de Registros, Breves e Patentes, p. 57].
- 1857/2/Maio - Ata feita em Capítulo Provincial. Empréstimo de escravos entre os conventos. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 6866 - Livro Quinto dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitoriais da Província Carmelitana Fluminense, p. 10].
- 1857/ 14/Maio – Ofício do Comissário Geral da Terra Santa no Império do Brasil Frei José Damasceno de São Vicente Ferreira ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 929, Pct. 78, Doc. 85].
- 1857/23/Maio – Requerimento do Provincial Carmelita Frei Luiz de Santa Bárbara Pereira e do Prior Frei Vicente Álvares do Rosário ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 31, Doc. 24].
- 1857/02/Junho – Atestado do Doutor Luiz Travassos da Costa sobre a saúde de Frei Manoel de São Vicente Ferreira. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct. 115, Doc. 84].
- 1857/03/Junho – Atestado do Doutor Antonio Fortunato sobre a saúde de Frei Manoel de São Vicente Ferreira. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct. 115, Doc. 84].
- 1857/04/Junho – Ofício do Ministério dos Negócios da Justiça ao Chefe de Polícia da Corte. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct. 115, Doc. 84].
- 1857/24/Junho - Ofício do Provincial Frei Luiz de Santa Bárbara Pereira ao Ministro da Justiça. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 60 e Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct. 115, Doc. 84].
- 1857/ 03/Julho – Ofício do Comissário Geral da Terra Santa no Império do Brasil Frei José Damasceno de São Vicente Ferreira ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 929, Pct. 78, Doc. 85].
- 1857/14/Julho – Sessão da Câmara Municipal de Santos. Ofício da mesa da Ordem Terceira do Carmo. [Cidade de Santos/Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Setembro de 1945].
- 1857/ 03/Dezembro – Dois ofícios do Comissário Geral da Terra Santa no Império do Brasil Frei José Damasceno de São Vicente Ferreira ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 929, Pct. 78, Doc. 85].
- 1858 – Mensagens do Presidente da Província do Rio de Janeiro. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.wcrl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1858/22/Fevereiro - Portaria do Ministro da Justiça comunicando a nomeação de Fr. Luiz de S. Rosa Britto para Capelão do Corpo Policial da Corte. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 60].
- 1858/22/Abril – Revista Comercial – Artigo sobre o Carmo. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano IX, nº65, 1858].

- 1858/04/Maio – Ofício do Provincial do Carmo Frei Jorge de Santana Locio e do Prior de Pernambuco Frei Antonio do Monte Carmelo ao Palácio do Governo de Pernambuco. Permuta de bens. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 32, Doc. 41].
- 1858/13/Novembro - Portaria do Ministro da Justiça. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 60].
- 1858 - Fábricas - Fabriqueiros (de Igrejas): Aviso do Ministro da Justiça - número 318. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral - Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 289].
- 1859 – Mensagens do Presidente da Província do Rio de Janeiro. [Latin American Microform Project - University of Chicago. Disponível em: <<http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm>>. Acesso entre março e abril de 2003].
- 1859 - Aviso da Fazenda – Nº271, do Império – Nº272 e Circular do Ministério da Fazenda – Nº307. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral - Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 27].
- 1859 - Corporações de Mão-Morta - Aviso do Ministério do Império – Nº272 e Circular do Ministério da Fazenda – Nº307. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral - Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 149].
- 1859 - Párocos - Vigários: Aviso do Ministério da Justiça – nº213, Aviso do Ministério da Fazenda – nº235, Aviso do Ministério da Justiça – nº324. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral - Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 491].
- 1859/21/Março – O Diretor Geral da 3ª Seção de Negócios e Benefícios Eclesiásticos emite seu parecer acerca de um requerimento de Frei Manoel de São Vicente Ferreira. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 937, Pct. 115, Doc. 84].
- 1859/21/Março - Ofício do Provincial ao Secretário da Província. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 60].
- 1859/1/Abril - Rescrito da Nunciatura dispensando a Visita Canônica de 1859. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 60].
- 1859/19/Maio – Ofício do Carmelita Frei José do Coração de Maria Castro ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 929, pct: 77, Doc: 38].
- 1859/24/Maio – Informação de José Martiniano de Alencar sobre o estabelecimento da Irmandade de Nossa Senhora do Desterro na capela pertencente à Ordem do Carmo do Rio de Janeiro. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx:909, Pct:5-47].
- 1859/01/Junho – Carta do Provincial Carmelita ao Consultor dos Negócios Eclesiásticos. [Arquivo nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, pct: 31, Doc: 24].
- 1859/27/Junho – Carta do Provincial Prior Frei Caetano de Santa Rita ao Bispo Diocesano do Maranhão D. Manoel Joaquim da Silva. [Arquivo nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 938, pct: 72, Doc: 62].
- 1859/13/Julho – Provincial do Convento do Carmo da Bahia. Breve de aprovação da eleição do Capítulo de sua Ordem. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice:510, Fl:20V e Arquivo Particular da Ordem, Registro de Decretos de Licenças para impetrar Breves e Beneplácitos, 1859/1872].
- 1859/05/Agosto – PUBLICAÇÕES A PEDIDO – Os Conventos. Sobre seus bens. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano X, nº93, p. 03, 1859].
- 1859/6/Agosto - Processo Crime - Assassinato de Frei Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello cometido pelos escravos Bernardino e Hermenegildo. [Arquivo do Estado de São Paulo, ORD. 3904, Processo Crime].

- 1859/09/Agosto – Ofício do Provincial Frei Luiz de Santa Bárbara Pereira ao Ministro da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct: 31, Doc: 24].
- 1859/11/Agosto - Circular anunciando a morte de Fr. Antonio Ignácio do Coração de Jesus Mello. [Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p. 40].
- 1859/12/Agosto – Artigo sobre o assassinato de Frei Antonio Ignácio. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano X, nº95, p.01, 1959].
- 1859/16/Agosto – Revista Comercial – Artigo sobre o assassinato do frade. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano X, nº96, p.02, 1959].
- 1859/24/Agosto - Párcos - Aviso nº213. [Biblioteca Nacional, Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça desde 1822 a 1881, p. 310].
- 1859/01/Setembro – Artigo de J.J. Peçanha Pova intitulado Notícia Retrospectiva de Santos. [Cidade de Santos/Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Revista Comercial, Vol. 117, Setembro de 1945].
- 1859/6/Setembro - Patente de Vigário Prior de São Paulo em favor de P. M. Fr. Antonio de S. Gertrudes. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Terceiro de Registros, Cartas e Patentes, p. 40].
- 1859/09/Setembro – Ofício do Frei Francisco de São Jerônimo Emiliano, Carmelita da Bahia ao Estado Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 924, Pct: 52, Doc: 66].
- 1859/13/Setembro – Revista Comercial – Julgamento dos escravos que envolvidos na morte de Frei Ignácio. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano X, nº96, p.02, 1959].
- 1859/3/Outubro - Portaria do Ministro da Justiça sobre os bens da Ordens. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro Sexto de Registros, Reais Ordens, Breves e Patentes, p. 60].
- 1859/21/Outubro – Cerca de 10 pessoas escrevem um agradecimento coletivo ao Prior de Santos Frei Manoel d'Ascensão Franco e Frei Bento Claro de Sant'Anna pelo acolhimento no convento, quando de sua estadia na cidade. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XI, nº15, p. 03, 1859].
- 1859/09/Novembro – Parecer do Dr. José Ignácio Silveira da Mota ao Consultor dos Negócios Eclesiásticos. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct: 31, Doc: 24].
- 1859/27/Novembro – Parecer de Josino da Silva sobre o requerimento do Provincial carmelita de Breve de Secularização Perpétua para o Frade Manoel de São Vicente Ferreira. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct: 31, Doc: 24].
- 1859 - Assembléias Provinciais: Aviso do Ministério do Império – nº170. Aviso do Ministério do Império – nº170. Aviso do Ministério da Justiça – nº175. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral - Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 55].
- 1859/06/Dezembro – Artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XI, nº28, p. 03, 1859].
- 1859/23/Dezembro - Párcos - Aviso nº415. [Biblioteca Nacional, Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça desde 1822 a 1881, p. 310].
- 1859/23/Dezembro – Ofício do carmelita Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Ministério dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 934, Pct: 104, Doc: 15].
- 1860 - Décima Adicional das Corporações de Mão-Morta - Ordem do Ministério da Fazenda – nº511. [Biblioteca Nacional, Legislação Geral - Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860, p. 173].
- 1860/13/Janeiro – Resposta ao ofício do carmelita Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Ministério dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 934, Pct: 104, Doc: 15].

- 1860/14/Janeiro – Escritura de Compra e Venda de um terreno que pertencia ao Convento de Santos. [Cidade de Santos/Juizo da Cidade de Santos, Primeiro Cartório de Santos].
- 1860/14/Fevereiro - Joaquim Antônio Machado pede aprovação de um novo contrato que fez com o Convento de Nossa Senhora do Carmo do Maranhão das terras do Limoeiro. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 938, Pct: 72, Doc: 62].
- 1860/22/Março – Ofício do carmelita Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Consultor dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 934, Pct: 104, Doc: 15].
- 1860/30/Março – ANNUNCIOS – O Prior do Carmo de Santos Frei Manoel d'Ascensão Franco coloca um anúncio no jornal. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XI, nº 60, p. 03].
- 1860/04/Abril – Ofício de Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Ministério dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 934, Pct: 104, Doc: 15].
- 1860/20/Abril – Publicações a Pedido – Sobre os escravos do Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XI, nº 65, p. 03].
- 1860/28/Abril – Ofício do Provincial Carmelita Frei Luiz de Santa Bárbara Pereira em que dava sua versão dos fatos ocorridos no Capítulo de 1860. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct: 31, Doc: 29].
- 1860/08/Maio – Artigo da Revista Comercial. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XI, nº 70, p. 03].
- 1860/23/Maio – Requerimento de Frei João de Nossa Senhora do Carmo, Presidente do Capítulo Provincial dos Carmelitas da Corte à Nunciatura Apostólica. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct: 31, Doc: 26].
- 1860/25/Maio – Artigo na Revista Comercial alertando sobre a Ordem Terceira do Carmo de Santos. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XI, nº 75, 1860].
- 1860/27/Maio – Correspondência entre um representante do Ministério com o Núncio Apostólico. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct: 31, Doc: 26].
- 1860/29/Maio – Carta do Presidente do capítulo de 28 de Abril de 1860, Frei João de Nossa Senhora do Carmo ao Ministro dos negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct: 31, Doc: 26].
- 1860/31/Maio – Parecer de A. J. Vitorino de Barros representante do Estado com base nas informações do Provincial Carmelita e do Presidente do Capítulo de 1860. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct: 31, Doc: 26].
- 1860/05/Junho - Correspondência entre o Núncio Apostólico e um representante do Ministério. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct: 31, Doc: 26].
- 1860/12/Junho - Breve do Núncio nomeando Visitador Apostólico da Província Carmelita Fluminense o Rvmo. Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno. [Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p.64].
- 1860/18/Junho –Carta do Núncio ao recém escolhido Apostólico da Província Carmelita Fluminense o Rvmo. Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct: 31, Doc: 26].

- 1860/18/Junho - Beneplácito do Imperador a nomeação do Visitador da Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Particular da Ordem, Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.10].
- 1860/30/Junho - Circular do Visitador Apostólico da Província Carmelita Fluminense o Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno a todos os Vigários Priores recomendando. [Arquivo Particular da Ordem, Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno e Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013.2.77].
- 1860/5/Julho - Resposta do Visitador ao pedido de informações do Ministro da Justiça. [Arquivo Particular da Ordem, Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno e Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 64].
- 1860/6/Julho - Carta do Vigário Prior de Santos Fr. Manoel de São Vicente Ferreira ao Visitador Apostólico. [Arquivo Particular da Ordem, Breves, Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 5].
- 1860/9/Julho – Resposta do Visitador ao Prior de Santos Frei Manoel de S. Vicente Ferreira. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.5].
- 1860/17/Julho – Carta do Vigário Prior de Vitória Fr. João da Natividade Nobre ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.5].
- 1860/21/Julho – Ofício de Frei Francisco Ruivo do Amor Divino ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 924, Pct. 52, Doc. 68].
- 1860/25/Julho – Carta do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno ao Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 924, Pct. 52, Doc. 68].
- 1860/30/Julho – Ofício do Vigário Prior de Santos Fr. Manoel de São Vicente Ferreira ao Visitador Apostólico. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.6].
- 1860/9/Agosto – Portaria do Ministro da Justiça ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 64].
- 1860/10/Agosto – Carta do Vigário Prior de Mogi Fr. Antonio da Virgem Maria Muniz ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.7].
- 1860/11/Agosto – Carta do Vigário-Prior de Angra dos Reis ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 65].
- 1860/11/Agosto – Carta do Vigário-Prior de Angra Fr. Manoel d’Ascensão Franco ao Visitador Apostólico. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 9].
- 1860/12/Agosto – Carta do P.M.Fr. Bernardino de Santa Cecília Ribeiro ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 9].
- 1860/14/Agosto – Artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XI, nº 97, p.03].

- 1860/14/Agosto – Carta do Secretário da Visita Fr. Manoel de S. Tereza Trovão ao Vigário-Prior de Vitória Fr. João da Natividade Nobre. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro 3º de Registros, Cartas e Patentes, p. 41].
- 1860/22/Agosto – Carta do Secretário Fr. Manoel de S. Tereza Trovão ao Vigário-Prior de Vitória Fr. João da Natividade Nobre. Cartas de liberdade. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro 3º de Registros, Cartas e Patentes, p. 41].
- 1860/3/Setembro – Resposta do Visitador ao Vigário-Prior de Mogi Fr. Antonio da Virgem Maria Muniz. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 9].
- 1860/6/Setembro – Resposta do Visitador Apostólico ao Prior de Vitória Fr. João da Natividade Nobre. Sobre cartas de liberdade. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 6].
- 1860/9/Setembro – Carta do Vigário Prior de São Paulo Fr. Antonio de S. Gertrudes ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 10].
- 1860/15/Setembro – Certidão de Jurisdição do Visitador para o efeito de venda ou permuta de bens da Ordem. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro 3º de Registros, Cartas e Patentes, p.41].
- 1860/sem data – Ofício de Arnaud Francisco Vidau, inquilino do Carmo, ao Império. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro 3º de Registros, Cartas e Patentes, p.42].
- 1860/23/Setembro – Carta do Vigário Prior do Pará Fr. Joaquim José da Silva Costa ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno].
- 1860/09/Outubro – Anúncio informando que Bernardo Avelino Gavião, João Ribeiro da Silva e Camillo Gavião Peixoto formaram sociedade na Capital (São Paulo) através da firma Gavião, Ribeiro & Gavião. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XII, nº 10, p. 4, 1860].
- 1860/11/Outubro – Ofício da Comissão da Confraria de Nossa Senhora do Desterro da Capela da Praia da Pedra (freguesia de Guaratiba) ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 919, Pct. 29, Doc. 85].
- 1860/17/Outubro – Ofício do Visitador ao Núncio pedindo sua demissão como Visitador. [Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p. 65].
- 1860/29/Outubro – Resposta do Vigário Prior de Mogi Frei Antonio da Virgem Maria Muniz ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 12].
- 1860/02/Novembro – Resposta do Prior de Santos a um artigo que o acusava injustamente de mentiroso. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XII, nº 17, p.2].
- 1860/18/Novembro – Carta do Vigário Prior de São Paulo Fr. Antonio de S. Gertrudes ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 14].
- 1860/5/Dezembro – Resposta do Visitador ao Vigário Prior de São Paulo sobre a carta de liberdade e sobre a hospedagem de estudantes no convento. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p. 15].

- 1860/18/Dezembro – Resposta do Visitador Apostólico ao Vigário Prior do Convento do Pará. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.16].
- 1861/04/Janeiro – O Abade Geral Beneditino Frei Tomás Calmon pede que o Estado permita que a Ordem aceite aspirantes ao noviciado. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 920, Pct: 33, Doc: 66].
- 1861/11/Janeiro – Ofício de Frei Francisco da Purificação Religioso Franciscano ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 924, Pct: 51, Doc: 25].
- 1861/03/Fevereiro – Ofício de frades carmelitas ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 920, Pct: 30, Doc: 14].
- 1861/28/Janeiro – Ofício de Antonio da Silva Costa ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 914, Pct: 1, Doc: 30].
- 1861/22/Fevereiro – Ofício do Internúncio ao Visitador mandando proceder ao Capítulo Provincial. [Arquivo Particular da Ordem, Breves Circulares e Correspondência do Visitador Apostólico Monsenhor Narciso da Silva Nepomuceno, p.18].
- 1861/26/Fevereiro – Circular do Visitador convocando o Capítulo para o dia 21 de abril. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p.66].
- 1861/20/Março – O Provincial do Convento de Santo Antonio da Corte Frei Antonio do Coração de Maria Almeida escreve ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 914, Pct. 3, Doc. 66].
- 1861/15/Abril – Auto Cível de Justificação. Justificante: Prior do Convento do Carmo de Santos Frei Manoel de São Vicente Ferrer. [Pesquisa na Cidade de Santos/ Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Vol. 13, 1860/1864, Santos, Abril de 1945].
- 1861/16/Abril – Ministro Provincial do Convento Franciscano da Bahia Frei Nicolau do Bonfim escreve ao Diretor Geral da Secretaria do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 924, Pct. 51, Doc. 25].
- 1861/17/Abril – Frei Antônio do Coração Maria Monteiro do Convento do Carmo da Corte escreve à Nunciatura. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 914, Pct. 3, Doc. 67].
- 1861/18/Abril – Parecer sobre o pedido de secularização de Frei Antônio do Coração Maria Monteiro do Convento do Carmo da Corte. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 914, Pct. 3, Doc. 67].
- 1861/27/Abril – Breve secularizando Fr. Antonio do Coração de Maria Monteiro religioso carmelita, preso na Casa de Correção da Corte. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro 5º de Registros, Breves e Patentes, p.57 e Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice 510, Registro de Decretos de Licenças para Impetrar Breves e Beneplácitos, 1859/1872].
- 1861/data provável – Ata feita em Capítulo Provincial. [Arquivo Particular da Ordem, Livro 5º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense, p. 26].
- 1861/3/Maio – Breve de Perpétua Secularização de Frei Antonio do Coração de Maria Monteiro da Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice:509, Fl:5, Registro de Bulas, Breves e beneplácitos, 1858/1889, Vol.I].
- 1861/20/Maio – Ofício do Provincial dos Franciscanos, Frei Antonio do Coração de Maria Almeida ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 914, Pct. 3, Doc. 66].
- 1861/23/Maio – Correspondência da Revista Comercial sobre a Ordem Terceira do Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XII, nº 75, p. 03, 1861].

- 1861/28/Maio – O Bispo Capelão Mor responde ao Vigário Antonio Guimarães Barroso. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 915, Pct. 6, Doc. 5].
- 1861/28/Junho – Franciscanos/São Paulo – Frei Antonio do Coração de Maria Almeida Provincial dos Religiosos Franciscanos escreve ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx:914, Pct:3].
- 1861/01/Julho – O Império concede o pedido de Frei Antonio do Coração de Maria Almeida. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx:914, Pct:3].
- 1861/08/Agosto – Ofício de Salustiano Efigênio Carneiro da Cunha ao Ministério dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 939, Pct: 125, Doc. 18].
- 1861/10/Setembro - Frei José Joaquim do Amparo Provincial da Ordem Carmelita da Bahia. Breve e Beneplácito para que possa conceder carta de liberdade a três escravos. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice 510, Registro de Decretos de Licenças para Impetrar Breve e Beneplácitos, 1859/1872].
- 1861/21/Setembro – Ofício do carmelita Frei Cândido de Santa Isabel Cunha ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 919, Pct: 26, Doc: 25].
- 1861/25/Outubro – O Provincial Frei José Joaquim do Amparo responde a uma ordem expedida pelo Ministro do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 890, Pct: 1, Doc: 52].
- 1862/08/Fevereiro – Revista Comercial – Artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIV, nº110, p. 03, 1863].
- 1862/28/Fevereiro – Ofício de Frei Antônio do Lado de Cristo e Frei João Nepomuceno Valadares ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 921, Pct: 35, Doc: 12].
- 1862/15/Março – Ofício de Frei Vitorino de Santa Felicidade ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 921, Pct: 35, Doc: 12].
- 1862/22/Março - José Ignácio Silveira da Mota faz uma análise das ocorrências relatadas pelo Visitador Geral. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 921, Pct: 35, Doc: 12].
- 1862/22/Março – Consulta ao Conselho de Estado sobre alguns artigos aditivos do Compromisso da Administração da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 531, Pct: 2, Doc: 28].
- 1862/16/Abril – Decreto nº1.154. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p.1 e 2].
- 1862/18/Abril – Parecer de José Ignácio Silveira da Mota, consultor do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 921, Pct: 35, Doc: 12].
- 1862/21/Abril – Carta de Liberdade passada pelo Frei Bernardino de Santa Cecília Provincial dos Carmelitas da Província do Rio de Janeiro. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, V.24, fl.3].
- 1862 – Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 2645].
- 1862/24/Maio – Ofício do Padre Antonio Guimarães Barroso ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 915, Pct: 6, Doc. 5].
- 1862/26/Julho – Revista Comercial – Artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIII, nº132, p. 03, 1862].
- 1862/30/Julho – Império, Aviso nº 349. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p.270 e 271].

- 1862/22/Agosto – Breve de Perpétua Secularização de Frei Francisco da Purificação. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice:509, Fl:5V., Registro de Bulas, Breves e Beneplácitos, 1858/1889, Vol.I].
- 1862/23/Agosto – Revista Comercial sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIII, nº144, p. 01, 1862].
- 1862/26/Agosto – Revista Comercial sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIII, nº145, p. 02, 1862].
- 1862/07/Outubro – Artigo do Prior de Santos Fr. Manoel de São Vicente Ferer sobre as aulas gratuitas aos jovens de Santos. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIV, nº16, p. 03, 1862].
- 1862/11/Outubro – Parecer do Provincial Frei Norberto da Purificação Paiva ao pedido de secularização do Frei Herculano do Coração de Jesus Brito. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 925, Pct. 58, Doc. 52].
- 1862/28/Outubro – Artigo de José Joaquim da Silva Diniz saudando os frades carmelitas pelas aulas ministradas gratuitamente para a mocidade de Santos. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIV, nº25, p. 03, 1862].
- 1862/15/Novembro – Anuncio de que o Prior de Santos estaria algum tempo fora da cidade deixando o cargo nas mãos de Bento Claro de Sant'Anna. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIV, nº32, p. 04, 1862].
- 1862/13/Dezembro – Menciona a sentença publicada no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro de 11 de dezembro de 1862. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIV, nº44, p. 03, 1862].
- 1862/16/Dezembro – Ofício do Padre Luiz de França Machado ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 934, Pct. 101, Doc. 6].
- 1863/2/Março – Império, Aviso nº 115. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 135].
- 1863/09/Abril – Ofício de D. Antonio Bispo do Pará ao Marquês de Olinda, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx:900, Pct:3. Doc:95].
- 1863/13/Abril – Ofício de Frei Honorato da Conceição Mendes ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx:925, Pct:58. Doc:39].
- 1863/22/Abril – Decreto nº3.073. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p.103].
- 1863 – Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.2646].
- 1863/16/Maio – Fazenda, Aviso nº 207. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p.225 e 226].
- 1863/18/Agosto – A Vileza Revelada – Frei Manoel de São Vicente Ferrer defende-se de um artigo publicado. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIV, nº110, p. 03, 1863].
- 1863/26/Agosto – Fazenda, Aviso nº390. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p.383].

- 1863/28/Setembro – Ofício de Frei Manoel de São Joaquim Teixeira Provincial do Carmo da Bahia ao Ministro dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx:890, Pct:1. Doc:80].
- 1863/14/Outubro – Ofício do Arcebispo da Bahia D. Manoel Maria do Espírito Santo ao Marquês de Olinda. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx:890, Pct:1. Doc:82].
- 1863/23/Dezembro – Ofício do Carmelita Frei Herculano do Coração de Jesus Brito ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx:925, Pct:58. Doc:52].
- 1863/29/Dezembro – Nota de falecimento do Prior do Convento do Carmo da Capital. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, ano XIV, nº110, p. 03, 1863].
- 1864/09/Fevereiro – Juízo Municipal da Cidade de Santos. Auto de Depósito em que são suplicantes: Sousa Guimarães de Lima e suplicado: o Prior do Convento do Carmo de Santos Frei Manoel de S. Vicente Ferrer. [Pesquisa na Cidade de Santos/ Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Vol. 13, 1860/1864, Santos, Abril de 1945].
- 1864/10/Fevereiro - Juízo Municipal da Cidade de Santos. Auto de despejo de prédio. Suplicante: o Prior do Convento do Carmo de Santos Frei Manoel de S. Vicente Ferrer. Suplicado: José Antonio de Sousa Guimarães. [Pesquisa na Cidade de Santos/ Coleção Dr. Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Vol. 13, 1860/1864, Santos, Abril de 1945].
- 1864/24/Fevereiro – Ofício do Ministro dos Negócios do Império José Bonifácio de Andrada e Silva ao Conselho de Estado. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 536, Pct:3, Doc:38].
- 1864 – Carta de Liberdade concedida por Frei Bernardino de Santa Cecília Ribeiro Provincial dos Carmelitas da Província do Rio de Janeiro. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, V.24, fl.57].
- 1864/24/Março – Revista Comercial denuncia o Prior do Carmo de Santos Frei Manoel de São Vicente Ferrer. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XV, nº84, 1864].
- 1864/09/Abril – Revista Comercial – Artigo sobre o Prior do Carmo. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XV, nº90, 1864].
- 1864/9/Abril – Carta do Prior do Convento de Santos Frei Manoel de São Vicente Ferrer (ou Ferreira) ao Dr. João Baptista Amaral, Juiz de Paz de Santos. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1864/9/Abril - Carta do Dr. João Baptista Amaral, Juiz de Paz de Santos em resposta ao Prior do Convento de Santos Frei Manoel de São Vicente Ferrer. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1864/13/Abril – Ofício do Prior do Convento do Carmo da Bahia Frei João do Coração de Jesus ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 929, Pct: 77, Doc: 44].
- 1864/22/Abril – Ofício do Provincial Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 934, Pct: 104, Doc: 15].

- 1864/23/Abril – Revista Comercial. Informava os frades eleitos no Capítulo do Convento do Carmo no Rio de Janeiro. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XV, nº96, 1864].
- 1864 – Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.2647].
- 1864/2/Maio – Ofício do Chefe de Polícia Manoel da Silva Mafra ao Presidente da Província. [Arquivo Estadual do Paraná, Códice 537 (E17), Segurança, fls. 65 e 68].
- 1864/15/Maio – Carta de Bento Pereira Soares ao Provincial Carmelita defendendo o Prior de Santos Frei Manoel de São Vicente Ferrer. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1864/17/Maio – Artigo Revista Comercial de Santos sobre o Carmo. [Cidade de Santos/Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Revista Comercial, ano XV, nº 105, 1864].
- 1864/?/Maio – Carta do Prior de Santos Frei Manoel de São Vicente Ferrer a João Fernandes da Silva. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1864/6/Junho – Carta do Vigário Capitular Monsenhor Félix Maria de Freitas e Albuquerque ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Cx: 535, Doc:55 e Caixa: 932, Pct:94, Doc: 108].
- 1864/11/Junho – Ofício do Procurador da Coroa ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Cx: 535, Doc:55, integra um processo de 89 fls.].
- 1864/Junho/? – Informações do Provincial do Carmo do Rio de Janeiro ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Cx: 535, Doc:55].
- 1864/13/Julho - Ofício do Delegado de Polícia Ernesto Francisco de Lima Santos à Presidência da Província. [Arquivo Estadual do Paraná, CCGP - Ofícios, V. 13, Ap. 188, fls.64 e 65].
- 1864/13/Agosto – Requerimento do Barão do Livramento ao Presidente da Província de Pernambuco. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 539, Pct:3, Doc:36].
- 1864/16/Agosto – Império, Decisão nº221. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 208].
- 1864/20/Agosto – Decreto nº1225. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.7011].
- 1864/05/Setembro – Ofício do Prior do Convento do Carmo da Província da Bahia ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 929, Pct: 77, Doc: 44].
- 1864/20/Setembro - Requerimento de Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião pedindo isenção do imposto de 50\$000 réis a que está sujeito cada um dos escravos, pertencentes aos Carmelitas e que foram arrendados e retirados para a província de São Paulo. [Arquivo Estadual do Paraná, CCGP - Ofícios, V. 15, Ap. 190, fls 243/245].
- 1864/29/Setembro – Consulta ao Conselho de Estado acerca da validade dos contratos celebrados pela administração das Ordens Religiosas.
- 1864/03/Outubro – Carta de Liberdade passada pelo Provincial Frei Luis de Santa Rosa Brito. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, V.24, fl.2 v.].

- 1864/20/Outubro – Procuração passada pelo Provincial Fr. Luiz de Santa Rosa Brito ao Prior do Convento do Rio de Janeiro. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 6866 – Livro 5º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense, p.35].
- 1864/21/Outubro – O Subdiácono Antonio da Costa Monteiro egresso da Ordem do Carmo pede licença da Internunciatura Apostólica para ser reintegrado à sua Ordem. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 914, Pct:3, Doc:68].
- 1864/12/Novembro – Resposta do Conselho de Estado representado por Bernardo de Souza Franco. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 536, Pct:3, Doc:38].
- 1864/20/Novembro – Ofício de Ignácio Francisco Silveira da Mota ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 925, Pct:59, Doc:113].
- 1864/21/Novembro – Ministério dos Negócios do Império – 6ª Seção – Ofício ao Provincial da Ordem Carmelita da Corte. [Arquivo do Estado de São Paulo, Correio Paulistano ano XI, nº 2562, 6/12/1864, microfilme nº 0401010].
- 1864/8/Dezembro – Revista Comercial – resposta pública da redação a uma acusação do Prior de Carmo Frei Manoel Ferrer. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº77, 1864].
- 1864/09/Dezembro – Revista Comercial – Artigo sobre o Carmo. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº41, p.01, 1864].
- 1864/10/Dezembro – Correio Paulistano – Artigo sobre o Carmo. [Arquivo do Estado de São Paulo, Correio Paulistano ano XI, nº 2565, 10/12/1864, microfilme nº 0401010].
- 1864/11/Dezembro - Correio Paulistano – Artigo sobre o Carmo. [Arquivo do Estado de São Paulo, Correio Paulistano ano XI, nº 2560, 11/12/1864, p.2].
- 1864/13/Dezembro – Revista Comercial – Artigo sobre o Carmo. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº42, p.01, 1864].
- 1864/15/Dezembro – Revista Comercial – Edital convocando possíveis herdeiros de Antonio Augusto Teixeira. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº43, p.01, 1864].
- 1864/17/Dezembro – Frei Antonio da Costa Monteiro Subdiácono pede ser readmitido no Convento de Nossa Senhora do Carmo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx:914, Pct:3, Doc:68].
- 1864/17/Dezembro – Revista Comercial. Artigo sobre o Carmo. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº44, p.01, 1864].
- 1864/17/Dezembro – Revista Comercial. Artigo sobre o Carmo. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº44, p.03, 1864].

- 1864/21/Dezembro – Do Convento do Carmo do Rio de Janeiro, o Provincial Frei Luiz de Santa Rosa Bento escreve ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 914, Pct:3, Doc:68].
- 1864/23/Dezembro – Império, Circular nº432. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 421].
- 1864/26/Dezembro – Ofício do Provincial Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Cx: 920, Pct:31, Doc:34].
- 1865/3/Janeiro – Império, Aviso nº5. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 8].
- 1865/21/Janeiro – Império, Aviso nº35. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 34].
- 1865/21/Janeiro – Carta Confidencial do Governo Imperial ao Internúncio Apostólico. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 931, Pct: 86, Doc: 13].
- 1865/24/Janeiro – Império, Aviso nº36. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 35].
- 1865/28/Janeiro – Ofício do Provincial do Carmo Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Ministério da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 32].
- 1865/31/Janeiro – Correio Paulistano – Artigo/denúncia escrito por Alexandre Marques contra o Prior do Convento de São Paulo Frei Vicente. [Arquivo do Estado de São Paulo/Correio Paulistano, Ano XII, nº2607, p. 03, 1865].
- 1865/01/Fevereiro – Resposta do Prior do Convento do Carmo de São Paulo Frei Vicente Ferreira Alves do Rosário as denúncias publicadas por Alexandre Marques. [Arquivo do Estado de São Paulo/Correio Paulistano, Ano XII, nº2607, p. 03, 1865].
- 1865/03/Fevereiro – Ofício de Frei Bento da Trindade Cortez, Procurador Geral da Ordem Beneditina à Nunciatura Apostólica. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 921, Pct: 35, Doc: 13].
- 1865/07/Fevereiro (DATA PROVAVEL) – Requerimento do Provincial Carmelita Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 32].
- 1865/07/Fevereiro – Parecer do Consultor do Ministério José Silveira da Mota ao Requerimento do Provincial de 7 de fevereiro de 1865 (dada provável). [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 32].
- 1865/09/Fevereiro – Artigo sobre o Carmo. [Arquivo do Estado de São Paulo/Correio Paulistano, Ano XII, nº2607, p. 03, 1865].
- 1865/21/Fevereiro – Revista Comercial. Artigo sobre o Carmo. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº71, p.01, 1865].
- 1865/25/Fevereiro – Império, Aviso nº98. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 105/106].
- 1865/15/Março – Ofício de Joaquim José Rodrigues Torres Presidente do Tesouro Nacional ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda do Espírito Santo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Pct:31, Doc:32, Cx:920].
- 1865/28/Abril – Império, Circular de 28 de abril. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 189].

- 1865/2/Maio – Traslado do Processo Crime em que os escravos Bertolino e Jordão junto com três outros escravos carmelitas assassinaram Antonio Augusto Teixeira. [Arquivo Nacional/Corte de Apelação, nº5030, Cx:5724].
- 1865/05/Maio – Carta do Provincial Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Pct:31, Doc:32, Cx:920].
- 1865/6/Junho – Fazenda, Aviso nº249. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 239].
- 1865/17/Junho – Ofício do Prior Provincial dos Carmelitas Calçados da Província da Bahia Frei João Lucas do Monte Carmelo ao Estado. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Pct:87, Doc:28, Cx:931].
- 1865/20/Junho – Resposta do Conselho de Estado ao requerimento do Barão do Livramento. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 539, Pct: 3, Doc: 36].
- 1865/28/Junho – Correspondência entre o Prior do Convento de Santos Fr. Manoel de S. Vicente Ferrer e o Juiz Municipal, o Presidente da Comarca Municipal e o Delegado de Polícia. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo: 013.3.77].
- 1865/22/Julho – Auto de perguntas feitas ao escravo Rodrigues. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo: 013.3.77].
- 1865/24/Julho – Procuração passada pelo Provincial Frei Luiz de Santa Rosa Brito e pelos Definidores ao Prior do Rio de Janeiro, Fr. Joaquim de Santo Elias Silva. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 6866 – Livro 5º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitoriais da Província Carmelita Fluminense, p.36].
- 1865/02/Agosto – Ofício do Provincial do Carmo no Rio de Janeiro Frei Luiz de Souza Brito ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 35].
- 1865/26/Agosto – Revista Comercial de Santos – Artigo sobre os beneditinos. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, ano XVI, nº149, p.03, 1865].
- 1865/01/Setembro – Carta de José Joaquim Rodrigues ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 931, Pct: 86, Doc: 13].
- 1865/12/Setembro – Ofício do Provincial do Carmo do Rio de Janeiro Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Ministro dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 931, Pct: 86, Doc: 13].
- 1865/15/Setembro – Império, Aviso nº416. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p. 407 e Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 32].
- 1865/15/Setembro – Império, nº418. [Biblioteca Nacional, Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos, p.407/408].
- 1865/16/Setembro – Parecer de M.F. Correia da 6ª Seção do Ministério dos Negócios do Império sobre a questão do edifício da Rua do Hospício nº111. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 931, Pct: 86, Doc: 13].
- 1865/18/Setembro – Ofício de M.F. Correia da 6ª Seção do Ministério dos Negócios do Império sobre a questão do edifício da Rua do Hospício nº111. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 931, Pct: 86, Doc: 13].
- 1865/28/Setembro – Ofício de José Baltazar e Alves Lamago Sodré e João de Cerqueira Lima ao Ministério da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 32]

- 1865/02/Outubro - Parecer de José Ignácio Silveira da Mota ao Ministro dos Negócios do Império Marquês de Olinda de sobre a questão do edifício da Rua do Hospício nº111. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 931, Pct: 86, Doc: 13].
- 1865/3/Outubro – Procuração passada pelo Provincial Frei Luiz de Santa Rosa Brito e pelos Definidores, ao Prior do convento do Rio de Janeiro Frei Joaquim de S. Elias Silva. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 6866 – Livro 5º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense, p.37].
- SEM DATA/Estava na mesma página da Procuração de 3 de outubro de 1865 – Ata Definitória sobre o patrimônio Rural. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 6866 – Livro 5º dos Relatórios dos Capítulos Provinciais e Congregações Definitórias da Província Carmelita Fluminense, p.37].
- 1865/12/Outubro – Revista Comercial de Santos recuperando um artigo que foi publicado no Diário do Rio. [Cidade de Santos/FAMS-AP/Coleção Costa e Silva Sobrinho, Revista Comercial, 1865].
- 1865/13/Outubro – Ofício do Provincial Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 16].
- 1865/14/Outubro – Ofício do Provincial Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Ministério dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 32].
- 1865/18/Outubro – Ofício do Prior Provincial dos Religiosos Carmelitas da Corte Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 31, Doc: 36].
- 1865/13/Novembro – Breve Apostólico nomeando Visitador Apostólico o P.M.Fr. José Damásio de S. Vicente Ferreira. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p.66].
- 1865/14/Novembro – Ofício do Comissário Geral da terra Santa neste Império Frei Damasceno (ou Damásio) de São Vicente Ferreira. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 929, Pct: 78, Doc: 85].
- 1865/16/Novembro – Ata da Sessão de Abertura da Visita Apostólica. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, circulares, Patentes e Cartas, p.66].
- 1865/17/Novembro – Portaria do Ministro do Império. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro 6º de Registros, Reais Ordens, Breves e patentes, p.62].
- 1865/29/Novembro – Portaria do Ministro da Justiça. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro 6º de Registros, Reais Ordens, Breves e patentes, p.62].
- 1865/13/Dezembro – Ofício do Frei Luiz de Santa Rosa Brito ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 934, Pct: 104, Doc: 15].
- 1865/22/Dezembro - Portaria do Ministro do Império. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro 6º de Registros, Reais Ordens, Breves e patentes, p.62].
- 1866/11/Janeiro – Requerimento de Agostinho José de Figueiredo ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct: 7, Doc: 46].
- 1866/15/Janeiro – Escritura de Arrendamento. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p.67].
- 1866/22/Janeiro – Arrendamento. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, circulares, Patentes e Cartas, p.68].
- 1866 – Portaria do Governo Imperial. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, circulares, Patentes e Cartas, p.67].

- 1866/06/Março – Informe de que um novo Prior fora nomeado para o Convento de Santos. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº76, p. 02, 1866].
- 1866/8/Março – Ofício do Visitador ao Ministro do Império. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, circulares, Patentes e Cartas, p.67].
- 1866/26/Março – Cópia da Carta enviada pelo Visitador Apostólico Frei José Damásio de São Vicente Ferreira ao então Prior do Convento do Pará Frei Joaquim José da Silva Costa. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 901, Pct. 3, Doc. 136].
- 1866/?/? – Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 2648].
- 1866/5/Abril – Carta do Visitador Frei José Damásio de São Vicente Ferrer ao Frei Francisco Ruivo do Amor Divino Prior do Convento de Santos. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1866/7/Abril – Carta assinada por Frei José de Santa Bárbara ao Império pedindo que cessem os abusos aos bens da Província Carmelita Fluminense. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 932, Pct. 121, Doc. 94].
- 1866/13/Abril – Licença do Governo Imperial concedida ao Visitador Apostólico Frei José Damásio de São Vicente Ferreira. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1866/18/Abril – Carta do Vigário Prior Frei Joaquim José da Silva Costa ao Marquês de Olinda Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 901, Pct. 3, Doc. 136].
- 1866/05/Maio – Artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº101, p. 03, 1866].
- 1866/08/Maio – Autuação de uma Petição. [Cidade de Santos/Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos, Juízo Municipal, Maço 111, Vol. 99, Setembro de 1945].
- 1866/08/Maio – Artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº102, suplemento, 1866].
- 1866/9/Maio – Revista Comercial. Artigo sobre o Carmo. [Cidade de Santos/Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Revista Comercial, Vol. 114, Setembro de 1945].
- 1866/10/Maio – Resposta dos Frades Carmelitas ao artigo assinado por o Santista de 09 de maio de 1866. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº103, 1866].
- 1866/12/Maio – Novo artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº104, p.03, 1866].
- 1866/12/Maio – Ofício da Câmara Municipal de São Sebastião ao Vice-Presidente da Província Joaquim Floriano de Toledo. [Arquivo do Estado/Arquivo Histórico de São Sebastião, CX: 09, Ano: 1865/1875, Índice: 001/1028].
- 1866/16/Maio – Juízo Municipal da Cidade de Santos. Autuação de uma petição. [Cidade de Santos/Coleção Costa e Silva Sobrinho: Materiais para a História de Santos/Juízo da Cidade de Santos, Maço 111, Setembro de 1945].
- 1866/17/Maio – Novo artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº106, p.03, 1866].

- 1866/18/Maio – Carta do Visitador Frei Damásio de S. Vicente Ferreira ao Prior do convento de Santos Frei Francisco Ruivo do Amor Divino. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1866/19/Maio – Ofício do Visitador apresentando ao Governo o Relatório sobre o Estado da Província. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, circulares, Patentes e Cartas, p.68].
- 1866/24/Maio – Artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº109, p.01, 1866].
- 1866/24/Maio – Suplemento com artigo sobre o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº109, suplemento, 1866].
- 1866/29/Maio – Artigo de Prudêncio Augusto Brandão. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº111, 1866].
- 1866/29/Maio – Carta de Bernardo C. Nebias ao Frei Francisco Ruivo do Amor Divino Prior do Convento de Santos. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1866/29/Maio – Abaixo assinado envolvendo o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº114, suplemento, 1866].
- 1866/29/Maio – Notícia envolvendo o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº114, suplemento, 1866].
- 1866/05/Junho – Publicação a Pedido – Envolve o Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº114, suplemento, 1866].
- 1866/05/Julho – Sobre o arrendamento do Carmo. [Santos/Hemeroteca Municipal, Revista Comercial, Ano XVII, nº126, p.01, 1866].
- 1866/28/Julho – Atas da Câmara. [Santos/FAMS – AP, Atas da Câmara 1864/1869].
- 1866/7/Agosto – Doação de uma apólice da Dívida Pública. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Corte de Apelação, Maço:155, Nº: 682 A].
- 1866/25/Agosto – Ofício de Joaquina Emília Ferreira da Costa ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 929, Pct. 79, Doc. 100].
- 1866/28/Agosto – Requerimento da Venerável Ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo ereta no Convento dos Carmelitas da Cidade do Recife ao Conselho de Estado. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 542, Pct. 3, Doc. 43].
- 1866/03/Setembro – Ofício do Comissário Geral da Terra Santa no Brasil e Visitador Apostólico da Província Carmelita Fluminense Frei José Damasceno (ou Damásio) de São Vicente Ferreira ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 929, Pct. 78, Doc. 85].

- 1866/03/Setembro – Ofício do Prior Frei Antonio da Virgem Maria Muniz Barreto ao Vice-Presidente da Província de São Paulo Coronel Joaquim Floriano de Toledo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 929, Pct. 79, Doc. 100].
- 1866/13/Setembro – Ofício do Delegado de Polícia em Exercício da Vila de São Sebastião ao Vice-Presidente da Província de São Paulo Joaquim Floriano de Toledo. [Arquivo do Estado/Arquivo Histórico de São Sebastião, CX: 09, Ano: 1865/1875, Índice: 001/1028, nº 986].
- 1866/03/Setembro – Disputa liderada pelo Frei Jorge de Sant'Anna Góis do Carmo do Recife a Igreja de Nossa Senhora do Livramento. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 932, Doc. 68, Pct. 93].
- 1866/26/Setembro – Resposta do Visitador à Portaria do Governo. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p.68].
- 1866/18/Outubro – Requerimento de João Batista Viana Drummond e Cia negociantes da praça da Corte contra o Prior do Convento do Carmo da Corte Frei Joaquim de Santo Elias Silva. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 928, Pct. 74, Doc. 153].
- 1866/19/Outubro – M.F.Correia da 6ª Seção do Ministério informa que nada se pode fazer até ouvir o Visitador. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 928, Pct. 74, Doc. 153].
- 1866/31/Outubro – Breve da Nunciatura Apostólica. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Circulares, Patentes e Cartas, p.68].
- 1866/22/Novembro – Circular do Visitador Apostólico Fr. José Damásio de S. Vicente Ferreira. [Cópia de um exemplar da Circular presente no Arquivo do Carmo de Angra dos Reis].
- 1866/29/Novembro – Livro de Notas nº 4 – 1º Ofício – 1866 a 1868 – Compra e venda. [Santos/FAMS – Coleção Costa e Silva, Vol. 23, 1866].
- 1866/14/Dezembro – Carta do Visitador Frei Damásio de São Vicente Ferreira ao Prior de Santos Frei Francisco Ruivo do Amor Divino. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1866/20/Dezembro – Relatório elaborado pelo Prior do Convento do Carmo de São Paulo Fr. Manoel d'Ascensão Franco e enviado ao Presidente da Província de São Paulo o Dr. José Tavares Bastos. [Arquivo do Estado de São Paulo, Nº de Ordem 5527, Lata 1, Assunto Santa Casa, Diversas Localidades, Conventos, 1824-1891, Seção Técnica de Manuscritos].
- 1860/23/Dezembro – Livro – Penitenciária 1865/1868. [Arquivo do Estado de São Paulo, Nº de Ordem 1572].
- 1867/06/Fevereiro – Ofício de Frei José de Santa Bárbara Bitencourt do Convento do Carmo de Mogi das Cruzes. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 932, Pct. 121, Doc. 94].
- 1867/16/Fevereiro – Concessão de alforria. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-3-77].
- 1867/19/Março – Carta do Prior do Convento de Mogi das Cruzes ao Provincial Frei José Tavares Bastos. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 30, Doc. 17].
- 1867/2/Abril – Frei José de Santa Bárbara escreve ao Imperador. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 932, Pct. 121, Doc. 94].

- 1867/10/Abril - Manoel José de Melo Freire Barata escreve ao Presidente da Província do Pará. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 936, Pct. 110, Doc. 79].
- 1867/12/Abril - Dados da escritura de arrendamento. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 916, Pct. 14, Doc. 114].
- 1867/15/Abril - Barão de Arary escreve ao Imperador. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 936, Pct. 110, Doc. 79].
- 1867/6/Maio – Carta do Visitador Interino Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 932, Pct. 121, Doc. 94].
- 1867/22/Maio – Processo Cível. [Arquivo Nacional/Corte de Apelação, Caixa 458, Gal.: C].
- 1867/25/Maio – Contrato de sublocação. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 916, Pct. 14, Doc. 114].
- 1867/20/Agosto - Frei João do Amor Divino Mascarenhas, Prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Olinda escreve ao Imperador. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 928, Pct. 72, Doc. 33].
- 1867/05/Setembro – José Bernardo Brandão requer providências contra o procedimento do Prior do Convento do Carmo de Mogi das Cruzes Frei Antonio da Virgem Maria Muniz Barreto. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 928, Pct. 74, Doc. 118].
- 1867/06/Setembro - M. F. Correia da 6ª Seção do Ministério declara que ao Governo compete conceder licença ao superior da Ordem, quando este a requer e exigir a documentação para tal. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 928, Pct. 74, Doc. 118].
- 1867/14/Setembro - José Bernardo Brandão escreve ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 928, Pct. 74, Doc. 118].
- 1867/14/Outubro – Licença concedida pelo Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1867/19/Outubro – Carta de Frei Antonio da Virgem Maria Muniz Barreto Prior do Convento do Carmo de Mogi das Cruzes. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 30, Doc. 17].
- 1867/30/Outubro – Carta de Frei Alfredo de Santa Cândida Bastos, secretário do Visitador da Província a Frei Francisco Ruivo do Amor Divino. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1868/27/Janeiro – Contrato de arrendamento. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013.2.77].
- 1868/?/Maio – Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 2649].
- 1868/27/Maio – Relação da prata vinda do Convento do Carmo do Pará para o do Rio de Janeiro. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 32, Doc. 50].
- 1868/18/Agosto – Réu: Dr. Manoel da Silva Mafra, Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Corte de Apelação, Maço: 44, N° 1529].

- 1868/05/Setembro – Frei Antonio do Coração de Maria Almeida responde Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 35, Doc. 11].
- 1868/12/Setembro – Carta do Visitador Apostólico Interino da Província Carmelita Fluminense Fr. Fausto do Monte Carmelo ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império. [Arquivo do Estado de São Paulo, N° de Ordem 72-68, Seção Técnica de Manuscritos].
- 1868/25/Setembro – A carta do Visitador Apostólico Interino é enviada ao Presidente da Província de São Paulo. [Arquivo do Estado de São Paulo, N° de Ordem 72-68, Seção Técnica de Manuscritos].
- 1868/3/Outubro - A carta do Visitador Apostólico Interino é enviada à Tesouraria da Fazenda com uma observação pedindo informações. [Arquivo do Estado de São Paulo, N° de Ordem 72-68, Seção Técnica de Manuscritos].
- 1868/13/Outubro – Memorando do Presidente da Província de São Paulo Barão de Itaúna ao Chefe de Polícia. [Arquivo do Estado de São Paulo, N° de Ordem 2523, Polícia, Seção Técnica de Manuscritos].
- 1868/27/Outubro – Deferimento do Conselho de Estado ao requerimento da Confraria do Livramento da cidade do Recife. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 543, Pct. 3, Doc. 46].
- 1868/17/Novembro – Ofício do Provincial do Convento do Carmo do Recife Frei Érico de Santana Rique ao Presidente da Província de Pernambuco. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 32, Doc. 51].
- 1868/18/Novembro – Despacho da Presidência da Província do Pará à 4ª Seção do Ministério dos Negócios do Império sobre a venda dos escravos e da fazenda Pernambuco. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 548, Pct. 3, Doc. 41].
- 1868/?/Novembro – Informações prestadas pelo Coletor das Rendas Provinciais ao Delegado de Polícia Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça sobre o Convento do Carmo. [Arquivo do Estado de São Paulo, N° de Ordem 2523, Polícia, Seção Técnica de Manuscritos].
- 1868/15/Dezembro – Informações prestadas pelo Coletor das Rendas Gerais ao Delegado de Polícia Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça sobre o Convento do Carmo. [Arquivo do Estado de São Paulo, N° de Ordem 2523, Polícia, Seção Técnica de Manuscritos].
- 1869/?/? – Ofício da Presidência da Província do Pará. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 548, Pct. 3, Doc. 41].
- 1869/1/Janeiro – Informações prestadas pelo Procurador do Convento do Carmo da Capital de São Paulo João José Vieira Guimarães ao Dr. Delegado de Polícia Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça. [Arquivo do Estado de São Paulo, N° de Ordem 2523, Polícia, Seção Técnica de Manuscritos].
- 1869/19/Janeiro – Ofício do Inspetor da Tesouraria do Pará ao Presidente da Província. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 548, Pct. 3, Doc. 41].

- 1869/1/Fevereiro – O Delegado Furtado de Mendonça envia ao Chefe de Polícia o resultado das investigações. [Arquivo do Estado de São Paulo, Nº de Ordem 2523, Polícia, Seção Técnica de Manuscritos].
- 1869/18/Fevereiro – Ofício da Presidência da Província do Pará ao Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 548, Pct. 3, Doc. 41].
- 1869/16/Abril – Consulta ao Conselho de Estado sobre o direito de fiscalização que tem o Governo Imperial na gerência das administrações das Corporações de Mão-Morta, especialmente as Ordens Regulares. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 546, Pct. 3, Doc. 32].
- 1869/17/Abril – Doação de Antônio Pereira de Souza Barros a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Corte de Apelação, Maço:447, Nº:6117].
- 1869/?/Maio – Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 2650].
- 1869/4/Maio – Carta do Visitador Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo ao Prior do Convento do Carmo de Santos. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1869/10/Junho – Aditivo nº 15 do Orçamento do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 7011].
- 1869/17/Junho – Processo envolvendo José da Costa e Souza. [Arquivo Nacional/Corte de Apelação, Maço 179, nº596].
- 1869/30/Setembro – Novo requerimento de Alexandre Marques para alcançar o cargo de Capelão Cantor da Imperial Capela. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct: 10, Doc. 136].
- 1869/29/30/ Setembro - Monsenhor Félix Maria de Freitas Alves, Inspetor Interino da Capela Imperial responde ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct: 10, Doc. 136].
- 1869/15/Outubro –Ofício do Presidente da Província do Pará ao Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 548, Pct: 3, Doc. 41].
- 1869/23/Outubro – Aviso Público – Prisão do Prior do Convento do Carmo de São Paulo Frei Manoel d'Ascensão Franco. [Arquivo Particular da Ordem, DOC. 6919].
- 1869/15/Novembro – Consulta ao Conselho de Estado acerca da Arrematação de terras. [Arquivo Nacional/Consulta ao Conselho de Estado, Caixa 548, Pct: 3, Doc. 41].
- 1870/12/Janeiro – Ofício do Prior do Convento do Carmo de Santos ao Governo de São Paulo. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013.2.77].
- 1870/05/Fevereiro – Ata da 2ª Seção da Câmara Municipal de São Sebastião. [Arquivo do Estado/Arquivo Histórico de São Sebastião, CX: 09, Ano: 1865/1875, Índice: 001/1028, nº 663].

- 1870/14/Fevereiro – Ofício do Ministério dos negócios do Império ao Presidente da Província do Pará. [Arquivo Nacional/Consulta ao Conselho de Estado, Caixa 548, Pct: 3, Doc. 41].
- 1870/25/Abril - Barão de Araruama pede licença para mandar celebrar a Santa Missa, fazer batizados, casamentos e confissões no Oratório de suas fazendas. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Seção Histórica, Doc: 84, Cx: 916, Pct: 13].
- 1870/?/Maio – Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.2651].
- 1870/2/Agosto – Ofício do Prior do Convento da Corte Frei Fausto do Monte Carmelo à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. [Arquivo Geral da Cidade, Códice nº41-3-11 (Ant.688) Conventos e Mosteiros (1842/1904)].
- 1870/27/Outubro – Decisão do Governo sobre a Profissão nas Ordens Religiosas. [Arquivo Particular da Ordem, Anexo DOC.2652].
- 1870/27/Outubro – Decisão do Governo sobre a Profissão nas Ordens Religiosas. [Arquivo Particular da Ordem, Anexo DOC. 2652].
- 1870/16/Novembro – Ofício do Arcebispo Conde de São Salvador ao Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 888, Pct. 1, Doc. 150].
- 1870/10/Dezembro – Venda de escravos. [Arquivo Particular da Ordem, Maços e Recibos do Arquivo da Lapa de 1870].
- 1871/07/Fevereiro - Abade do Mosteiro de São Bento da Corte Frei José da Ressurreição Franco escreve ao Império. [Arquivo nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa:550, Pct: 2, Doc. 29].
- 1871/10/Fevereiro – Sobre o requerimento do Abade de São Bento da Corte. Palácio do Rio de Janeiro. [Cândido Mendes de Almeida, Direito Civil e Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno em suas relações com o Direito Canônico, Tomo Primeiro, Terceira Parte, Garnier, Rio de Janeiro, 1866, p.1144].
- 1871/?/Maio – Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.2652].
- 1871/?/? – Empregos – Empregados; Ordem do Ministério da Fazenda nº254. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p.238].
- 1871/5/Outubro – Carta do Abade Beneditino Frei José da Ressurreição Franco ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa:550, Pct: 2, Doc. 29].
- 1871/06/Outubro – Corte. Ordem Beneditina. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa:550, Pct: 2, Doc. 29].
- 1871/9/Outubro – Carta do Visitador Frei Fausto do Monte Carmelo ao Prior do convento de Santos Frei Francisco Ruivo do Amor Divino. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].

- 1871/25/Outubro – Carta do Visitador Pe. Me. Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo ao Vigário Prior do Convento de Santos Pe. Me. Frei Francisco Ruivo do Amor Divino. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1871/3/Novembro – Breve da Nunciatura Apostólica nomeando Visitador Apostólico o Monsenhor Félix Maria de Freitas e Albuquerque. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p.70].
- 1871/23/Novembro – Breves e Beneplácitos. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice: 510, Fl 82V., Registro de Decretos de Licenças para impetrar Breves e Beneplácitos, 1859/1872].
- 1871/23/Novembro – Relação dos Escravos. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 548, Pct. 3, Doc. 41].
- 1871/8/Dezembro – Reunião de comemoração da Imaculada Conceição da Virgem Santíssima Senhora. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.7007 e Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 916, Pct. 14, Doc. 114].
- 1871/8/Dezembro – Ofício ao Ministro do Império. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 73].
- 1871/8/Dezembro – Ofício do Internúncio Apostólico. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 73].
- 1871/?/? – Ofício do Internúncio Apostólico ao Visitador. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 73].
- 1871/15/Dezembro – Carta do Prior de Santos Frei Francisco Ruivo do Amor Divino ao Visitador Apostólico Monsenhor Félix Maria de Freitas Albuquerque. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1871/15/Dezembro – Ofício do Visitador ao Prior do Rio. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 74].
- 1871/15/Dezembro – Consulta ao Ministério do Império sobre o ofício do Dom Abade do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro Frei José da Ressurreição Franco. [Arquivo Nacional, Coleção Eclesiástica].
- 1871/16/Dezembro – Ofício do Visitador ao Cônego Siqueira Mendes Presidente interino do Carmo de Belém do Pará. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70].
- 1871/19/Dezembro – Ofícios do Secretário do Visitador ao Sr. Conselheiro João de Almeida Pereira. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 73].

- 1871/23/Dezembro – Ofício do Visitador ao Sr. José de Souza Costa. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 73].
- 1871/27/Dezembro – Ofício do Visitador ao Ministro do Império. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 73].
- 1872/15/Janeiro - Ordem Beneditina da Corte. Extrato da Consulta da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 550, Pct: 2, Doc: 29].
- 1872/20/Janeiro – Carta do Vigário Provincial do Recife Frei Joaquim de Santa Maria Cunha ao Ministro dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 32, Doc: 53].
- 1872/25/Janeiro - Ofício do Visitador ao Convento de Santos. [Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70].
- 1872/25/Janeiro – Circular do Visitador aos Priores. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70].
- 1872/25/Janeiro – Ofício do Visitador ao Conselheiro João de Almeida Pereira Filho. [Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 74].
- 1872/?/? – Ofício do Visitador aos Priores de São Paulo e Santos. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70].
- 1872/?/? – Ofício do Visitador aos Priores de São Paulo e Santos. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 70].
- 1872/?/? – Ofício do Visitador ao Prior de Itu. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 71].
- 1872/3/Fevereiro – Ofício do Visitador ao Conselheiro João de Almeida Pereira Filho. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 74].
- 1872/5/Fevereiro – Ofício do Visitador ao Prior de Angra dos Reis. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 71].
- 1872/5/Fevereiro – Ofício do Visitador ao Prior de São Paulo. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 71].
- 1872/5/Fevereiro – Ofício do Visitador ao Prior de Mogi. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 71].
- 1872/?/Maio – Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.2653]
- 1872/?/Maio – Relatório sobre as contas da Ordem Carmelita Fluminense datado de 22 de Novembro de 1871 e anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.2653]

- 1872/25/Junho – Ofício do Visitador ao Vigário-Prior de São Paulo Fr. Manoel d'Ascensão Franco. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 71].
- 1872/04/Outubro – Processo Crime por Injúrias Impressas. [Arquivo Nacional/Corte de Apelação, Caixa 183, Nº 1256].
- 1873/9/Janeiro – Ofício de Padre Antônio Guimarães Barroso ao Imperador. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 915, Pct. 6, Doc. 5].
- 1873/07/Agosto – Doação. Autores: Dona Joaquina Úrsula de Miranda Varejão e seu filho Doutor Antônio Achilles de Miranda Varejão. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Corte de Apelação, Maço 430, Nº 5429].
- 1873/05/Setembro – 4ª Seção. Ordem Beneditina. Licença para aforamento de terras. [Arquivo nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa:550, Pct: 2, Doc:29].
- 1875/16/Janeiro – Circular de Frei Antonio da Virgem Maria Muniz Barreto, Vigário Prior do Convento do Carmo de Mogi das Cruzes. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 916, Pct. 14, Doc. 114].
- 1875/30/Julho – Ofício do Inspetor da Instrução Pública ao Revmo. Frei Francisco Ruivo do Amor Divino, Prior do Convento do Carmo de Santos. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1875/12/Agosto – Ata da Reunião Conventual. [Arquivo Particular da Ordem, Índice do 2º Livro de Registros dos Visitadores Apostólicos, Breves, Patentes e Cartas, p. 72].
- 1875/17/Agosto – Circular do Prior do Convento do Carmo de Santos Frei Francisco Ruivo do Amor Divino. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct.32, Doc. 54].
- 1875/13/Novembro – Requerimento de Guilherme Mangeon ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct.32, Doc. 54].
- 1875/30/Novembro – Franklin Távora elabora relatório defendendo os arrendamentos contra a pretensão de Frei Francisco Ruivo do Amor Divino. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct.32, Doc. 54].
- 1875/30/Novembro – Memorial de Guilherme Mangeon subarrendatário das fazendas de Ariró e Jacuecanga. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct.32, Doc. 54].
- 1875/19/Dezembro – Ofício do Vigário-Prior do Convento de Mogy das Cruzes. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado Seção do Império, Cx:553, Pc:4, Doc. 58].
- 1876 – Relatório do Ministério da Justiça. [Latin American Microform Project - University of Chicago, site acessado entre março e abril de 2003].
- 1876/27/Maio – Relação de pessoal e patrimônio. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 30, Doc. 10].

- 1876/18/Julho – Carta do ex-frade carmelita Padre André de Santa Maria Luna ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado Seção do Império, Cx:916, Pc:13, Doc. 88].
- 1876/28/Julho – Nova carta do ex-frade carmelita Padre André de Santa Maria Luna ao Governo Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 916, Pct. 13, Doc. 88].
- 1876/05/Setembro – Ofício de Frei Augusto da Imaculada Conceição Alves Provincial do Convento do Carmo do Recife ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 32, Doc. 55].
- 1876/13/Setembro – Ofício de Maria Ana do Menino Jesus, ex-Diretora do Asilo de Santa Leopoldina em Niterói ao Imperador. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 555, Pct. 4, Doc. 56].
- 1876/24/Setembro - Madre Maria Ana do Menino Jesus Superiora Geral do S. S. Coração de Maria escreve do Convento da Ajuda ao Ministro dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 555, Pct. 4, Doc. 56].
- 1876/23/Outubro - Licença para empréstimo com a Ordem Carmelita para um Asilo de Meninas Desvalidas. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 555, Pct. 4, Doc. 56].
- 1876/09/Novembro – Ofício de Maria Ana do Menino Jesus, Superiora Geral da Congregação do S. S. Coração de Maria ao Imperador. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 555, Pct. 4, Doc. 56].
- 1876/15/Dezembro – Consulta ao Ministério do Império sobre a permuta da Fazenda Guapiassú. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 54, Pct: 2, Doc: 31].
- 1877/14/Março – Ofício de D. Maria Ana do Menino Jesus, Superiora Geral da Congregação do S. S. Coração de Maria existente nesta cidade do Rio de Janeiro. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 555, Pct: 4, Doc: 56].
- 1877/20/Maio – Ofício do Governo da Província de São Paulo ao Revmo. Frei Muniz sobre a fazenda Gaecá. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1877/11/Agosto – Ofício das Religiosas Congregadas do S.S. Coração de Maria. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 555, Pct: 4, Doc.: 56].
- 1877/12/Setembro - Resolução Imperial. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 555, Pct: 4, Doc.: 56].
- 1877/14/Novembro - Resposta ao requerimento das Religiosas Congregadas do S.S. Coração de Maria. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 555, Pct: 4, Doc.: 56].
- 1877/17/Setembro – Consulta sobre a possibilidade da Devoção de Nossa Senhora da Soledade ereta na Igreja do Convento do Carmo da Lapa da Cidade do Rio de Janeiro ser elevada a categoria de Irmandade. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 555, Pct: 4, Doc.: 54].
- 1877/29/Setembro - Consulta sobre a possibilidade da Devoção de Nossa Senhora da Soledade ereta na Igreja do Convento do Carmo da Lapa da Cidade do Rio de Janeiro ser elevada a categoria de Irmandade. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 555, Pct: 4, Doc.: 54].
- 1877/06/Novembro - Ordem Beneditina. Ofício do Dom Abade ao Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 550, Pct: 2, Doc.: 29].

- 1877/05/Dezembro – Mais uma análise do requerimento de D. Maria Ana do Menino Jesus pedindo licença para contrair com a Ordem Carmelita Fluminense um empréstimo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 555, Pct: 4, Doc.: 56].
- 1878/22/Janeiro – Diocese de Olinda. Beneplácito ao Breve de aprovação da eleição capitular. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Códice 509, Registro de Bulas, Breves e Beneplácitos, 1858/1889, Vol.I].
- 1878/6/Abril – Carta do Revmo. Pe. Me. Frei Ignácio da Conceição Silva ao Frei Manoel d'Ascensão Franco. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.2511].
- 1878/8/Abril – Recibo no valor de 103\$000 rs. assinado por Candido P. de Carvalho. [Arquivo Particular da Ordem, Recibo nº22 dos Maços e Recibos do Arquivo da Lapa de 1870].
- 1878/16/Outubro – Requerimento de D. Maria Ana do Menino Jesus pedindo licença para contrair com a Ordem Carmelita Fluminense um empréstimo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 555, Pct: 4, Doc.: 56].
- 1878/18/Setembro – Resposta a um requerimento de 14/09/1878 de Antônio José Dantas. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 915, Pct: 7, Doc.: 44].
- 1878/12/Novembro – Informações do Provincial da Província Carmelita da Bahia Frei João Lucas do Monte Carmelo ao Ministério dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa: 920, Pct: 30, Doc.: 11].
- 1878/16/Novembro – Informações prestadas pelo Provincial Frei Augusto da Imaculada Conceição Alves ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 32, Doc. 55].
- 1878/20/Novembro – O Provincial do Convento do Carmo de Recife Frei Augusto da Imaculada Conceição Alves escreve ao Ministro e Secretário dos Negócios do Império. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 32, Doc. 55].
- 1878/04/Dezembro – O Abade dos beneditinos do Rio de Janeiro Frei Manoel de São Caetano Pinto informa o Ministério do Império das ocorrências do Mosteiro no ano findo. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 921, Pct. 35, Doc. 23].
- 1879/07/Fevereiro – Carta de D. Pedro, Bispo de São Sebastião do Rio de Janeiro. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 555, Pct. 4, Doc. 56].
- 1879/4/Setembro – Carta do Revmo. Fr. Ignácio Conceição Silva à Frei Manoel d'Ascensão Franco. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.2512].
- 1879/22/Dezembro – Ofício do Guardião do Convento de Santo Antonio da Cidade da Paraíba Frei José d'Assunção. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 33, Doc. 70].
- 1880/12/Janeiro – Resposta da Contadoria da Tesouraria da Paraíba ao pedido de auxílio do Guardião do Convento de Santo Antonio da Cidade da Paraíba Frei José d'Assunção. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 920, Pct. 33, Doc. 70].

- 1880/24/Setembro – Ofício do Padre Herculano José de Brito ex-frade Carmelita do Convento do Recife ao Estado. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 925, Pct. 58, Doc. 71].
- 1881/05/Maio – Batizados. [Santos/FAMS – Coleção Costa e Silva, Diário de Santos, Ano IX, nº99, Vol. 104, 1881].
- 1882/21/Junho – Ofício da Tesouraria do Pará ao Ministério. [Arquivo Nacional/Conselho de Estado, Caixa 548, Pct. 3, Doc. 41].
- 1884/06/Novembro – Ofício do Carmelita Frei Bento do Monte Carmelo Flores ao Ministério dos negócios da Justiça. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 917, Pct. 18, Doc. 88].
- 1886/15/Abril – Breve de nomeação de Visitador da Ordem Carmelita na Província da Bahia concedido ao Reverendo Cônego Antônio Martins da Silva Teles. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 892, Pct. 3, Doc. 141].
- 1886/12/Maio – Doação de Manoel Antônio Soares. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Corte de Apelação, Maço: 73, Nº: 2046].
- 1887/25/Agosto – Carta do Procurador do Convento de Santos Manoel Martins Patusca a Frei Muniz do Convento de Mogy das Cruzes. [Arquivo Nacional/Documentação da Província Carmelita Fluminense, Rolo 013-5-77].
- 1889/23/Maio – Carta do Revmo. Cônego Eduardo Duarte Silva ao Revmo Frei Ignácio da Conceição Silva. [Arquivo Particular da Ordem, DOC.2513].
- 1890/29/Janeiro – Ofício de Dr. Pedro de Alcântara Araújo ao Ministro do Interior. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 938, Pct. 42, Doc. 120].
- 1890/06/Fevereiro – Dr. Pedro de Alcântara Araújo escreve novamente ao Ministro do Interior. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 938, Pct. 42, Doc. 120].
- 1890/14/Fevereiro – Dr. Pelino Guedes faz um arrazoado sobre a situação das Corporações de Mão-Morta. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 938, Pct. 42, Doc. 120].
- 1890/14/Fevereiro – Medeiros e Albuquerque ratifica o parecer do Dr. Pelino Guedes. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 938, Pct. 42, Doc. 120].
- 1890/16/Agosto – Aditamento. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 938, Pct. 42, Doc. 120].
- 1890/20/Agosto – Requerimento despachado. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Caixa 938, Pct. 42, Doc. 120].
- 1898/03/Março – Insinuação de Doação. [Arquivo Nacional/Coleção Eclesiástica, Corte de Apelação, Maço 207, nº 46].

Referências Bibliográficas:

Documentos Impressos e Relatos de Época

ACCIOLY, Hildebrando. *Os Primeiros Núncios no Brasil*. São Paulo: Instituto do Progresso Editorial s/a, 1949.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Direito Civil e Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno em suas Relações com o Direito Canônico*. Rio de Janeiro: Garnier, 1866.

ALMEIDA, Antonio Paulino de. *Memória Histórica sobre São Sebastião*. São Paulo, 1959.

ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Vol I, Coimbra, 1926.

ALMEIDA, Dr. Lacerda de. *A Igreja e o Estado*. Rio de Janeiro, 1924.

ALMEIDA, Luiz Castanho de. *A Igreja nos Quatro Séculos de São Paulo*. São Paulo: Edonal, 1955.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo. Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1954.

ALVARENGA, Manoel de. *O Episcopado Brasileiro: subsídio para a História da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: A. Campos, 1915

ALVES, José Luiz. *Os Claustros e o Clero no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brasil, 1895.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 2a. Ed., São Paulo, Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro, 1976.

BARBOSA, Ruy. *Os Antigos Conventos e seus Bens*. São Paulo: Typographia, 1902.

BENCI, Jorge (S.I.). *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. Porto, 1954.

BLUTEAU, P.R. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Edição corrigida por Antonio Moraes. Lisboa, Tip. Régia, 1789.

BOMTEMPI, Sylvio. *O Bairro de São Miguel Paulista. A Aldeia de São Miguel de Ururá na História de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal, s/data.

- BORBA, Oney Barbosa. *Casos & Causos Paranaenses*. Castro: Kugler Ltda., 1997.
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Três Volumes, São Paulo: Hucitec, 1984.
- BURTON, Richard F. *Viagens aos Planaltos do Brasil (1868)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.
- CAMARGO, Paulo Florêncio de. *A Igreja na História de São Paulo*. São Paulo, 1953.
- CAMPOS, D. Paulo de Tarso. “Antigos Vigários do Litoral de São Paulo”. In: **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, Vol. 49, jan/fev/mar. 1944.
- Cartas de Datas de Terra (1854 a 1858). Vol. XVII. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939.
- Cartas de Datas de Terra (1859). Vol. XVIII. São Paulo: Departamento de Cultura, 1939.
- Cartas de Datas de Terra (1861 a 1863). Vol. XX. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.
- CHATEAUBRIAND, Mr. de. *O Gênio do Cristianismo*. Porto, 1864.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.
- Coleção das Leis do Império, Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional.
- Coleção O Clero no Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados (1823/1889). Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1982, Vol. 1 ao 5.
- Coleção O Clero no Parlamento Brasileiro. Senado do Império (1826/1889). Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1982, Vol. 1 ao 5.
- CORDEIRO, J. P. Leite. “Braz Cubas e o Convento do Carmo.” In: *Brás Cubas e a Capitania de São Vicente*. São Paulo: s.ed., 1951.
- COUTY, Louis. *O Brasil em 1884; esboços sociológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.
- D’ALINCOURT. Luiz. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.
- DEBRET, J. B. *Viagem Pitoresca e História do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1978, Vol. III.
- Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo. Vol. IV. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1894.
-
- Vol. XXIX. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1899.

- _____. Vol. XXXII. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901.
- _____. Vol. XXXI. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901.
- _____. Vol. XXXVII. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1902.
- _____. Vol. VI. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1902.
- _____. Vol. XXXVI. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1902.
- _____. Vol. XLIII. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1903.
- _____. Vol. XLII. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1903.
- DORNAS FILHO, João. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional Brasileira, Vol. 125, 1938.
- _____. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 17, 1939.
- FAUSTO, Boris. "Expansão do Café e Política Cafeeira". In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. I, São Paulo: Difel, 975
- FEIJÓ, Diogo A.. "Da Necessidade da Abolição do Celibato Clerical apresentado à Assembléia Geral do Brasil pelo Deputado Diogo Antônio Feijó". In: EGAS, Eugênio. *Diogo Antonio Feijó*. São Paulo: Typographia Levi, 1912.
- FLEIUSS, Max. *História Administrativa do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos de São Paulo, 1922.
- FONTOURA, Ezechias Galvão. "Seu Regresso à vila de Itu", in: *A vida de D. Antonio J. de Mello, bispo de São Paulo*. São Paulo: Escola Typografia Salesiana, 1898.
- GALVÃO, Dr. Benjamin F. Ramiz. *Apontamentos Históricos sobre a Ordem Beneditina em Geral e em Particular sobre o Mosteiro de N. S. do Monserrate*. Rio de Janeiro: Ed. Garnier, 1872.
- Índice dos Avisos, Alvarás e Portarias do Ministério da Justiça desde 1822 à 1881.

Índice Cronológico Explicativo e Remissivo da Legislação Brasileira de 1822 a 1848, por Antonio Manoel Fernandes, Rio de Janeiro, Tipografia de Nicolau Lobo Vianna e Filhos, 1856.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

Legislação Geral. Índice das Disposições dos anos de 1850 a 1860.

MALHEIROS, Dr. Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico-Jurídico-Social*. São Paulo: Edições Cultura, 1944.

MARINHO, Joaquim Saldanha. *A Igreja e o Estado*. Primeira Série, 2a. Ed., Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Const. De J. C. de Villeneuve & C., 1874.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos Acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. Edição para o Quarto Centenário de São Paulo. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1954.

MILANO, Miguel. *Os Fantasmas de São Paulo Antigo*. São Paulo, Ed. Saraiva, 1949.

MÜLLER, Marechal Daniel Pedro. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Typographia, 1838.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NARDY FILHO, Francisco. *A Cidade de Itu. Crônicas Históricas*. Itu: Ottoni Editora, 2000.
_____. "As Antigas Igrejas de São Paulo". In: *São Paulo em Quatro Séculos*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

NUTO SANT'ANNA. *São Paulo Histórico. Aspectos, Lendas e Costumes*. Vol. IV e V. São Paulo: Coleção do Departamento da Prefeitura de São Paulo, 1944.

NICHOLSON, Frei Alberto (OC). *Igreja e Catacumbas de Nossa Senhora do Carmo da Lapa e Irmandade do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, 1992.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

POVOA, J.J. Peçanha. *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1863.

ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado, 1758*. Transcrição de Silvia Hunold Lara. Campinas: Cadernos do IFCH/Unicamp, 1991.

RUGENDAS, Johann. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Itatiaia: Belo Horizonte, 1976.

SANT'ANNA, Nuto. *São Paulo Histórico. Aspectos, Lendas e Costumes*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1944.

SEIXAS, D. Romualdo Antonio de. *Sermões e Discursos Diversos*. Pernambuco: Typographia de Santos e Companhia, 1839.

TAUNAY, Affonso E.. *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

TSCHUDI, J. J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1953.

ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860/1861)*. São Paulo: Martins Editora, 1953.

Bibliografia Geral

- ABREU, Martha. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 - 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALTOÉ, Valeriano. *"O Altar e o Trono" - Um mapeamento das idéias políticas e dos conflitos Igreja/Estado no Brasil (1840/1889)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo. (1888-1988)*. São Paulo: Edusc, 1998.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: O Cotidiano da Administração dos Bens Divinos*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onde Negra, Medo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em Tensão e Crise*. São Paulo: Ed. Ática, Coleção Ensaio nº 51, 1978.
- _____. *A Religião Civil Brasileira. Um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- AZZI, Riolando. *A Vida Religiosa no Brasil. Enfoques Históricos*. CEHILA, São Paulo: Edições Paulinas, 1983.
- _____. "Dom Antonio de Macedo Costa e a Reforma da Igreja do Brasil". In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Vol.35, p.683-701, set. 1975.
- BANDECCHI, Brasil. "Legislação da Província de São Paulo sobre Escravos". In: *Revista de História*. São Paulo, Nº 99, p. 235-240, jul./set. 1974.
- BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.
- BEOZZO, Oscar (coord.) *História da Igreja no Brasil, ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: Liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- BOEHRER, GEORGE C. A. *A Igreja no Segundo Reinado (1840-1889)*. In: KEITH, HENRY & EDWARDS, S. F. *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

- BOFF, Leonardo. "História da Igreja no Brasil". in: *Revista Eclesiástica Brasileira*, 37(1977): p. 368-372.
- BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo, Edições Loyola, 1974.
- CHAIA, Josephina e LISANTI, Luis. "O escravo na Legislação brasileira (1808-1889). In: *Revista de História*. São Paulo, Nº 99, p. 235-240, jul./set. 1974.
- CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal de *A Igreja e a Escravidão. Uma análise documental*. Coleção Política e Sociologia, Vol. III, São Paulo: Ed. Presença, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.
- _____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996.
- CARVALHO, Mariza Soares de. *Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CAVALCANTE, José Luiz. "A Lei de Terras de 1850 e a Reafirmação do Poder Básico do Estado sobre a Terra" In: *Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*. Edição nº 2, junho de 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>> Acesso em novembro de 2005.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CORRÊA, M. "Repensando a família patriarcal brasileira." In: ALMEIDA, M. S. K. *et al* (Orgs..) *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- COSTA, I. del N. da & GUTIÉRREZ, H. "Nota sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná. *História: Questões & Debates* 5. São Paulo, nº9, p. 313-312, dez. 1984.
- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CUNHA, Manoela Carneiro da. "Sobre os silêncios da lei. Lei costumeira e positiva nas alforrias dos escravos no Brasil do século XIX". In. *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986, pp. 123-144.
- DEAN, Warren. "A Organização das Fazendas", In: *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura. (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp.39 a 60.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- Dossiê: Escravidão e África Negra. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 6, dez. 1998.
- DONINI, Ambrogio. *História do Cristianismo. Das Origens a Justiniano*. Lisboa: Edições 70.

- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FALCON, F.J.C. *A Época Pombalina. Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1958.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Inimigos de classe e irmãos de fé: escravos e senhores nas irmandades religiosas na Amazônia do século XIX*. 2001 (prelo).
- FLORENTINO, M. G. *Em Costas Negras: uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, M. & GOES, J.R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, J. L. R. & FLORENTINO, M. G. "Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)". In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, nº17 (2), p.151-173, ago. 1987.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1999.
- GENTIL, Avelino Tilton (O.F.M.). "A Reforma da Província Franciscana da Imaculada Conceição (1738-1740)" (I). In: *Revista de História*. São Paulo, Nº 84, p. 307-327, out./dez. 1970.
- _____. "A Reforma da Província Franciscana da Imaculada Conceição (1738-1740)" (II). In: *Revista de História*. São Paulo, Nº 85, p. 75-107, jan/mar. 1971.
- _____. "A Reforma da Província Franciscana da Imaculada Conceição (1738-1740)" (III). In: *Revista de História*. São Paulo, Nº 87, p. 105-149, jul/set. 1971.
- _____. "A Reforma da Província Franciscana da Imaculada Conceição (1738-1740)" (Conclusão). In: *Revista de História*. São Paulo, Nº 89, p. 43-91, jan/mar. 1972.
- GRAHAN, Sandra L. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/INL, 1972.
- GRINBERG, Isaac. *Viajantes Ilustres em Mogi das Cruzes*. São Paulo, 1992.
- HAUCK, João Fagundes (org) *História da Igreja no Brasil. Segunda Época. A Igreja no Brasil do séc. XIX*. Petrópolis: Edições Paulinas, 1985.
- HOORNAERT, Eduardo. "Para uma história da Igreja no Brasil". in: *Revista Eclesiástica Brasileira*, 37(1977): 185-187.

- _____. *Formação do catolicismo Brasileiro, 1550-1800*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808/1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KIEMEN, Mathias C. (OFM). “Igreja e Política na Regência” In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Vol.35, p.673-683, set. 1975.
- KLEIN, Herbert S. “A Demografia do Tráfico Atlântico de Escravos para o Brasil”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, nº 17 (2), p. 129-149, maio/ago. 1987.
- _____. “Novas Interpretações do Tráfico de Escravos do Atlântico”. In: *Revista de História*, São Paulo, nº120, p.3-25, jan/jul. 1989.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na Transição: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LARA, Silvia H. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro/Lisboa: Instituto Nacional do Livro/Livraria Portugália, 1943/1950.
- LIMA, Carlos A. M. “Sobre a posse de cativos e o mercado de escravos em Castro (1824-1835): perspectivas a partir da análise de listas nominativas”. In: *V Congresso de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas – Anais*. Belo Horizonte: ABPHE, 2003.
- LIMA, Carlos A. M. e MELO, Kátia A. V. “A Distante Voz do Dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835)”. In: *Afro-Asia*, nº 31, FFCH-UFBA, 2004.
- LIMA, Lana Lage da Gama (org.). *Mulheres, Adúlteros e Padres: história e moral na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- LIMA, Manoel de Oliveira. *O Império Brasileiro 1822/1889*. São Paulo, Melhoramentos, 1927.
- LONDOÑO, Fernando Torres. *A Outra Família. Concubinato, Igreja e Escândalo na Colônia*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- LUNA, Dom Joaquim G. de (O.S.B.). *Os Monges Beneditinos no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições “Lúmen Christi”, 1947.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformistas na Igreja do Brasil Império (1822-1842): o “Grupo Paulista”*. São Paulo, 1975. 135 p. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *Igreja e Política no Brasil: o Partido Católico (1870/1889)*. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Martins Editora.
- MACHADO, Maria Helena P. T.. *Crime e Escravidão. Trabalho, Luta, Resistência na Lavouras Paulistas, 1830/1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.16, p.143-160, 1988.

-
- _____. *O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: EDUSP, 1994.
-
- _____. "Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo", In: PORTA, Paula (Org.) *História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, (prelo).
-
- _____. "De Rebeldes a Fura-Greves: As Duas Faces da Experiência da Liberdade dos Quilombolas do Jabaquara na Santos Pós-Emancipação". In: Gomes, Flávio dos Santos e Cunha, Olívia (Orgs.). Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2006 (prelo).
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (Org.). *Fazenda Capão Alto. Cadernos do patrimônio*, Série Estudos 1, Curitiba: Sece, 1985.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo. Povoamento e População 1750-1850*. São Paulo: Pioneira Ed./Universidade de São Paulo, 1974.
- MARCONDES, Renato Leite. *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira. Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Ed. Stiliano, 1998.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.
-
- _____. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- MARTINS, Antônio Egídio. *São Paulo Antigo (1554/1910)*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1912.
- MATTOS, Hebe Maria. Das Cores do Silêncio. *Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista*. Col. Histórias do Brasil, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. 2a. Ed., São Paulo, Hucitec, 1990.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MENDES, Alípio. *A Santa Casa de Angra. Notas Históricas*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria São José, 1972.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre as Mãos e os Anéis. *A leis dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp/Cecult, 1999.
- MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.
- MIRANDA, Cristiany. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. "Ervas de Ruim Qualidade." *A Expulsão da Companhia de Jesus e a Aliança Anglo-Portuguesa: 1750/1763*. Dissertação (Mestrado em História) - USP, 1991.
- MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

-
- _____. “Sal, justiça social e autoridade régia: São Paulo no início do século XVIII”. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 8, p.23-40, dez. 1999.
- MOREIRA, Julio Estrella. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá; até a emancipação da Província do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975.
- MOREIRA, Paulo R. Staudt. *Os Cativos e os Homens de Bem. Experiências negras no Espaço Urbano. Porto Alegre – 1858/1888*. Porto Alegre: Edições Est, 2003.
- MOTTA, José F. & MARCONDES, Renato L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos* 30 (2): 267-299, abr./jun. 2000.
- MOTTA, José Flavio. *Corpos Escravos, Vontades Livres*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999.
- _____. *O Tráfico de escravos na Província de São Paulo. Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Casa Branca (1861-1887)*. São Paulo: IPE/USP, 2001.
- MOTTA, Márcia M. Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998.
- MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e Carroceiros. Homens Livres no Rio de senhores e escravos*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1988.
- MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora, Evocações da Metrópole*. 2ª Edição, São Paulo: Livraria Martins, 1943.
- OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *Espaço Urbano e Relações de Mercado. A Cidade de São Paulo no século XIX*.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de Classe. Gênese, estrutura e função do Catolicismo Romanizado no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- PENNA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial, jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.
- PENNA, Eduardo Spiller. “Devoção e escravidão nas fazendas da Ordem Carmelita – Paraná (séculos XVIII e XIX)”. In: *VIII Encontro Regional de História – 150 anos de Paraná: História e Historiografia*. Curitiba: Anpuh-PR, 2002.
- PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.
- PIRATININGA, Luiz Gonzaga Junior. *Dietário dos Escravos de São Bento (Originários de São Caetano e São Bernardo)*. São Paulo: Ed. Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1991.
- QUEIROZ, Renato S.. *Caipiras Negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.
- QUIDORT, João. *Sobre o Poder Régio e Papal*. Petrópolis: Vozes, 1988.

- QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras: Outro Espaço de Luta e Resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. “O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.95-142.
- _____. *A Morte é uma Festa. Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- RESSURREIÇÃO, Rosângela Dias da. *São Sebastião: transformações de um povo caiçara*. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 29.
- RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-18430)*. Campinas: Ed. da Unicamp/Cecult, 2001.
- ROEWER, Fr. Basílio (OFM). *Convento da Penha do Espírito Santo*. Petrópolis, 1965.
- _____. *A Ordem Franciscana no Brasil (1500-1763)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.
- RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de Africanos para o Brasil. (1800/1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao Populismo Católico*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato Social*. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Ed. Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1937.
- SANTOS, Maria Rachel Froes dos. *Contestação e Defesa: a Congregação Beneditina Brasileira no Rio de Janeiro (1830/1870)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986.
- SANTOS, João. “A romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840-1880).”, In: *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SCAMPINI, José. *A Liberdade Religiosa nas Constituições Brasileiras*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. *Dicionário da Escravidão*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Ltda., 1997.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961
- SILVA, Eduardo. “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- SLENES, R. W. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888”. In: COSTA, I. Del N. da (Org.), *Brasil: história econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986, p.103-155.
- _____. *Na Senzala, uma Flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Coleção História do Brasil, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.
- _____. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”, In: ALENCASTRO. Luis Felipe (Org). *Historia da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, Vol. 2, pp. 233-290.
- SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554-1880. Discurso Ideológico e Organização Espacial*. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SOARES, Leonel de Oliveira. *No Caminho dos Goiaes: Formação e Desenvolvimento da Economia Escravista na Mogi-Mirim do século XIX*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- _____. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização século XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Ney de (Org.). *Catolicismo em São Paulo. 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- TALASSI, Luís (Pe.). *A Doutrina do Padre Feijó e suas Relações com a Sede Apostólica*. São Paulo, 1954. Dissertação (Mestrado Direito Canônico), Faculdade de Direito Canônico, Pontifícia Universidade Gregoriana.
- THOMPSON, E. P. *Historia Social y Antropologia*. México: Instituto Mora, 1994.
- _____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TORAL, André Amaral de. *Imagens em Desordem: a Iconografia da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil. A Igreja e a Sociedade Brasileira*. São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda, 1968.

- VASCONCELLOS, Márcia Cristina Roma de. *Nas bênçãos de Nossa Senhora do Rosário: Relações Familiares entre Escravos em Mambucaba, Angra dos Reis, 1830 a 1881*. Niterói, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *A Conquista da Liberdade. Libertos em Campinas na Segunda Metade do Século XIX*. Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 1996.
- WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- WILLEKE, Fr. Venâncio Ofm. “Senzalas de Conventos”, In: *Revista de História*, São Paulo, nº106, 1976.
- _____. “Os Franciscanos e a decadência do século XIX”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, p.55-62, 1977.
- WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850/1880)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

Bibliografia Específica

Ordem do Carmo

- BENEDETTI FILHO, Francisco. *A Reforma da Província Carmelitana Fluminense (1785/1800)*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- BOAGA, Emannuele O. Carm. *Como Pedras Vivas ..., para ler a História e a Vida do Carmelo*. Roma: Oficinas da Litografia Príncipe, 1989.
- COSTA, F. A. Pereira da. *A Ordem Carmelitana em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976.
- LOPES, Francisco Antônio. *História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 8, 1942.
- MENDES, Alípio. *O Convento de Nossa Senhora do Carmo da Ilha Grande. Apontamentos para a história dos frades Carmelitas em Angra dos Reis*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1980.
- Mensageiro do Carmelo. *Número Especial dedicado ao Cinquentenário da Restauração da Província Carmelitana Fluminense*. Rio de Janeiro, Nov./Dez. 1954.
- MONTEIRO, Raul Leme. *Carmo. Patrimônio da História, Arte e Fé*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais e da Ordem Terceira do Carmo de São Paulo, 1978.
- NARDY FILHO, Francisco. *Notas Históricas do Convento do Carmo de Itu*. Tipografia Carton, 1919.
- PRATT, André O.C. *Notas Históricas sobre as Missões Carmelitas no Extremo Norte do Brasil (XVII-XVIII)*. Recife: s. ed., 1941.
- MEINEN, Frei Tarcisio (OC). "Breve Resumo Histórico do Carmo do Brasil". In: **O Mensageiro da Família Carmelitana**, São Paulo, p.225-271, 1954
- _____. "O Carmo de Santos. (ele faz 400 anos). In: **O Mensageiro da Família Carmelitana**, São Paulo, p.21-26, jul/ag. 1989.
- MOLINA, Sandra R. *(Des)obediência, barganha e confronto: a luta da Província Carmelita Fluminense pela sobrevivência (1780-1836)*. Campinas, 1998. 338 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- _____. "Na dança dos Altares: a Ordem do Carmo e a Irmandade da Boa Morte entre o poder e a sobrevivência no Rio de Janeiro dos primeiros tempos do Império (1814-1826)". In: *Revista de História, Usp*, nº 147, 2002, p. 109-134.
- SCIADINI, Frei patrício (OCD). *O Carmelo. História e Espiritualidade*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.